Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico

A casa do Arqueólogo

Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo

Luiz Alberto Fresl Backheuser

Dissertação de Mestrado a ser apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto para conclusão do Curso de Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico e obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Manuel Correia Fernandes

Porto, Portugal
2006

biblioteca
28/6/07

Entrada em 29 / 6 / 2007
Registo nº 111996
T. 6.4.8

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração direta e indireta de algumas pessoas que serão aqui listadas segundo uma ordem de importância para o mesmo.

Aos meus pais, José Luiz Poyares Backheuser e Bojana Fresl Backheuser, que sempre me ensinaram a valorizar o conhecimento e que não hesitaram em me apoiar na minha iniciativa de vir estudar em Portugal.

À Gabriela Fernandes Castanheira, que me acompanhou desde a definição do tema desta dissertação, aturando minhas angustias, lendo meus textos e me fazendo companhia quando eu mais precisava.

Ao meu orientador, Manuel Correia Fernandes, que sempre me atendeu com sua gentileza e paciência característica, mesmo quando eu lhe telefonava nos horários mais inoportunos.

À senhora Maria Helena Pinto Mesquita e à sua irmã Maria Felismina, que gentilmente me abriram as portas de sua casa, permitido que a fotografasse e respondendo minhas muitas perguntas.

À Joana Mello de Carvalho e Silva, pela excelente dissertação de mestrado que escreveu e pela fundamental colaboração com a minha dissertação cedendo-me fotografias de Severo e de suas casas brasileiras.

Aos demais professores do mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, pelo conhecimento transmitido, em especial ao professor Domingos Tavares, que algumas vezes eu interpelei pelos corredores da FAUP, a fim de esclarecer algumas dúvidas.

Aos colegas portugueses do mestrado, Filipe Sallis, Ricardo de Freitas, Claudia Alves, Vitória Albuquerque, José Antonio Aguilar, Paula João Dias, Tânia Borges, Carla Antunes e os três Pedros (Silveira, Gomes e Lopes), pelas discussões e amizade.

Aos colegas mestrandos e doutorandos brasileiros, que são muitos, e corro o risco de ser injusto ao citar alguns nomes e me esquecer de outros.

Aos funcionários da biblioteca da FAUP, que sempre foram simpáticos e solícitos.

Por fim, a todos que contribuíram para que minha estadia em Portugal tenha sido experiência prazerosa.

72(469):72(81)"18"(043.2)

Tenho que invocar-vos esse tempo de outrora (...) Tenho que antepor a vosso espírito de hoje o espírito do passado, e pedir-vos, de toda a vossa justa admiração por tudo quanto é grandiosamente bom e belo, algum pouco de piedoso amor para o que foi, por simples e humilde, igualmente belo e bom.

Ricardo Severo, "A casa e o Templo", 1914.

Era, pode dizer-se, uma Arquitectura de arqueólogos e nunca uma Arquitectura de arquitectos.

Fernando Távora, "O problema da casa portuguesa", 1947.

BACKHEUSER, Luiz A. F. "A casa do Arqueólogo – Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo". Dissertação de Mestrado em metodologias de Intervenção no Património Arquitetctónico da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006.

Este trabalho procura contribuir com os trabalhos sobre a obra de Ricardo Severo tanto em Portugal quanto no Brasil, apresentando um estudo sobre sua primeira obra arquitetônica construída, a casa na antiga rua do Conde, atual rua Ricardo Severo, no Porto. O reconhecimento da casa se faz através da apresentação e análise do contexto em que se insere: a sociedade e a cidade do Porto da época, o percurso pessoal do próprio Ricardo Severo, a evolução da arquitetura portuguesa no século XIX e uma comparação com as casas que Severo construiu posteriormente no Brasil.

BACKHEUSER, Luiz A. F. "A casa do Arqueólogo – Contribuição ao estudo da obra de Ricardo Severo". Dissertação de Mestrado em metodologias de Intervenção no Património Arquitetctónico da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006.

This research attempts to contribute with the studies referring to the work of Ricardo Severo both in Portugal and in Brazil, presenting a study about his first built architectural work, the house on the former Conde street, currently Ricardo Severo Street, at Oporto. The acknowledgment of the house is done through the presentation and analysis of the context in which the house is inserted: the society and the city of Oporto at the time, the personal history of Ricardo Severo, the evolution of the Portuguese architecture during the 19th century and a comparison between the house at Oporto and the other houses built later by Severo in Brazil.

Introdução 7

1 Sociedade e cidade no Porto oitocentista 11

1.1 Sociedade 11
1.2 Economia 14
1.3 Política 16
1.4 Cidade 21
1.5 Imagens 30

2 Ricardo Severo 38

2.1 Origens 38
2.2 Arqueologia em Portugal 39
2.3 Sociedade Carlos Ribeiro e a Revista de Ciências Naturais e Sociais 40
2.4 Severo e o movimento republicano 41
2.5 A primeira ida ao Brasil, casamento e retorno 43
2.6 De volta ao Porto e Portugalia 45
2.7 Volta ao Brasil 49
2.8 Severo e a origem da nacionalidade Portuguesa 55
2.9 Imagens 60

3 Arquiteturas oitocentistas: do neoclássico à "casa portuguesa" 78

3.1 Século XIX ao XX : do neoclássico ao romantismo 78
3.2 Romantismo: estrangeirismos, revivalismos e estilos nacionais 81
3.3 A "casa portuguesa" e Raul Lino 89
3.4 Imagens 96

4 A Casa 110

4.1 Caracterização histórica 110
4.1.1 A casa e a cidade 110
4.1.2 A casa, a crítica e a campanha pela "casa portuguesa" 113
4.1.3 Novos proprietários 120
4.1.4 A casa e o movimento neocolonial no Brasil 124
4.2 Caracterização física 127
4.2.1 Implantação 127
4.2.2 Volumetria 129
4.2.3 Cobertura e chaminés 131
4.2.4 Fachadas 133
4.2.5 Plantas e interiores 140
4.2.6 Imagens 147

Considerações finais 156
Bibliografia 159
Créditos das imagens 166
Anexos 172

Desde o fim de 2005, cogitava a hipótese de produzir um trabalho de reconhecimento das chamadas "casas de brasileiros" no Porto[1]. Ao iniciar uma pesquisa mais aprofundada não descobri trabalhos específicos sobre o tema. Em seguida entrei em contato com o historiador e professor Jorge Alves, cuja dissertação de doutorado procura fazer o reconhecimento histórico desses *brasileiros*[2], mas não de suas casas. Fui então informado sobre uma dissertação de mestrado defendida no início da década de 90 em Lisboa, de autoria da historiadora Maria Paulo de Brito Torres Peixoto, cujo tema era justamente aquele que eu pretendia desenvolver. Ao procurar pela dissertação encontrei parte dela digitalizada no *website* da Biblioteca Nacional[3] .

Ao entrar em contato com historiadora Maria Paula Peixoto e seu trabalho, percebi que outra dissertação sobre o mesmo assunto não parecia conveniente, principalmente em virtude do tempo que dispunha. Segundo o calendário do curso de mestrado, a minha dissertação deveria ser entregue até meados de novembro de 2006. No entanto, ao conversar com a historiadora, ela disse que se interessava muito pela obra de um português, especificamente, que tinha ido viver no Brasil, e lá se tornado bastante conhecido, mas que antes de mudar-se definitivamente, tinha retornado para o Porto e construído uma casa para si. Ou seja, tratava-se de uma "casa de brasileiro", obviamente não o modelo de casa de brasileiro caricaturado por Camilo Castelo Branco, entre outros, mas que igualmente trouxe inovações estilísticas. Esse *brasileiro* era Ricardo Severo.

Imediatamente passei a procurar mais informações sobre o próprio, descobrindo três trabalhos acadêmicos escritos no Brasil sobre ele. O primeiro tinha sido escrito já há quase trinta anos, em 1977, como um trabalho de conclusão de curso da Faculdade de arquitetura da Universidade de São Paulo. Sua autora, Ana Maria do Carmo Rossi

---

[1] Os chamados *brasileiros* eram na verdade portugueses que iam ao Brasil e retornavam ricos, freqüentemente afirmando sua nova posição social na construção de suas residências, que costumavam se caracterizar por uma série de elementos decorativos até então estranhos à burguesa portuense. São também identificados como portugueses de *torna-viagem*.

[2] ALVES, Jorge Fernandes. "Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista". Porto: edição de autor, 1994.
Digitalizado e disponível no link:
http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id135&sum=sim

[3] http://dited.bn.pt/29791/index.html

Gonçalves[4], escreveu uma dissertação que se tornou leitura fundamental para todos os interessados pelo trabalho de Severo. O próprio Carlos Lemos, orientador do tal trabalho, cita-o nos livros que escreveu sobre o Escritório de Ramos de Azevedo e no anterior sobre as construções burguesas de São Paulo no início do século XX[5].

Os outros dois trabalhos são dissertações de mestrados defendidas recentemente. A primeira escrita por André Henrique Quintanilha Ronzani[6], para o curso de mestrado em arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, defendido em 2004; e a segunda escrita por Joana Mello de Carvalho e Silva[7], para o curso de mestrado de Tecnologia do Ambiente Construído da faculdade de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, defendida em 2005.

Dentre os três trabalhos, o escrito por Joana Mello de Carvalho e Silva[8] é sem dúvida o mais completo e aprofundado. Tornou-se, por fim, uma leitura fundamental para o desenvolvimento deste. No entanto, as três dissertações apresentam poucas informações sobre a casa do Porto. Em todos eles, a casa é mencionada e analisada principalmente a partir do texto de Rocha Peixoto publicado originalmente em 1905, mas conhecido dos brasileiros por uma republicação feita em 1969[9], nas comemorações do centenário do nascimento de Ricardo Severo.

Após contato com esses trabalhos ficou evidente a carência de informações sobre a casa do Porto por parte dos pesquisadores brasileiros, e assim, já no ano de 2006, ficou

---

[4] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo" - Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, 1977.

[5] LEMOS, Carlos A. C. "Alvenaria Burguesa: Breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café". Editora Nobel. São Paulo, 1989.
LEMOS, Carlos A. C. "Ramos de Azevedo e seu escritório". São Paulo: Editora Pini, 1985.

[6] RONZANI, André Henrique Quintanilha. "O discurso de Ricardo Severo e o neocolonial brasileiro" – Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

[7] SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940" - dissertação de mestrado. São Carlos: curso de mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído da faculdade de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2005.

[8] A contribuição de Joana Mello de Carvalho e Silva para o meu trabalho não seu deu apenas com a leitura de sua dissertação, mas ela gentilmente me cedeu diversas imagens do próprio Ricardo Severo e de casas construídas por ele no Brasil.

[9] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portuguêsa". In "Homenagem a Ricardo Severo: Centenário de seu nascimento 1869-1969". São Paulo: s/ed., 1969.

provada a relevância de um estudo sobre a casa que poderia contribuir com os trabalhos a respeito de Severo e sua obra, que, aparentemente, tem sido alvo de um interesse crescente nos últimos anos.

Ao dar continuidade às pesquisas, agora em fontes portuguesas, descobri que a casa é freqüentemente citada em textos dedicados ao estudo da história da arte em Portugal, ou dedicados ao estudo da campanha pela "casa portuguesa" e seu principal representante, Raul Lino. Mas alguns pareceram mais relevantes, e foram mais significativos no desenvolvimento desta dissertação.

O trabalho de José-Augusto França[10] sobre "A arte em Portugal no século XIX", leitura fundamental para todos que estudam a arte do período, ao falar sobre a "casa portuguesa", menciona não somente a casa de Severo na rua do Conde, mas também textos escritos sobre ela no início do século XX. Essencialmente o texto de Rocha Peixoto[11], e outro de João Barreira[12]. Esses dois unem-se a um terceiro, não mencionado por França, trata-se do texto de Silva Bastos[13], publicado em 1906, sendo esses três textos documentos importantes que retratam as impressões sobre a casa na época de sua construção. França ainda menciona um terceiro trabalho da época, o artigo de Abel Botelho[14] publicado no jornal "O Dia", em 1903, que embora não mencione a casa de Severo, foi um dos primeiros a se opor frontalmente à campanha pela "casa portuguesa".

No entanto, França se deteve muito pouco na casa de Severo, sua análise é essencialmente uma releitura dos textos de Peixoto, Barreira e Botelho. Coube a Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes[15], uma análise mais detalhada da casa em um texto escrito vinte anos depois. O texto de Almeida e Fernandes retoma a análise de França e a aprofunda, dedicando duas páginas inteiras do décimo quarto volume da coleção "História da Arte em Portugal", publicada pela editora Alfa, à casa de Severo na rua do Conde.

---

[10] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. Bertrand. Lisboa, 1966.
[11] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza", Revista Serões, 1905.
[12] BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908.
[13] BASTOS, Silva, "A casa de Ricardo Severo". Diário Ilustrado, Porto: 13/05/1906.
[14] BOTELHO, Abel. "A Casa Portugueza", O Dia 12/03/1903.
[15] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "História da arte em Portugal", vol. 14, "A arquitectura moderna". Lisboa : Ed. Alfa, 1986.

Mais recentemente Ana Vaz Milheiro[16] também retoma a importância da casa, agora na busca das relações arquitetônicas entre Portugal e Brasil, na sua tese de doutorado, publicada pela FAUP em 2006.

Todos esses trabalhos evidenciaram que se no Brasil faltam informações sobre a casa de Severo no Porto, em Portugal faltam informações sobre o percurso pessoal do próprio Severo[17]. A enciclopédia Portuguesa Brasileira, no verbete sobre ele, menciona rapidamente seu sucesso profissional na sociedade com Ramos de Azevedo, mas informações mais detalhadas sobre sua vida e obra no Brasil não são encontradas. Daí a opção por se criar um capítulo dedicado à reconstituição da sua vida, a fim de esclarecer para o leitor português quem foi o autor da casa na rua do Conde.

Já para o leitor brasileiro, são dedicados dois capítulos de contextualização da casa na evolução da cidade do Porto no século XIX, século mais diretamente relacionado à casa, e a produção arquitetônica portuguesa do mesmo período. Assim, procura-se estabelecer uma referência mais ampla da casa para comparações com a produção brasileira de Severo, para que se possa encontrar não o que há de resgate da arquitetura colonial na sua obra posterior, mas o que há de efetivamente português nessas casas e outras obras construídas no Brasil. No entanto, esse trabalho não se aprofunda na análise do movimento neocolonial, mas faz meras comparações entre a casa na rua do Conde e outras casas construídas por Severo no Brasil.

Assim, esta dissertação pretende suprir uma carência bibliográfica tanto portuguesa quanto brasileira e contribuir com novos trabalhos que venham a surgir nesses dois países sobre o próprio Ricardo Severo, sobre a campanha pela "casa portuguesa" e sobre o movimento neocolonial brasileiro. É claro que muito ainda pode ser dito sobre a casa, o que se pretendeu aqui foi oferecer uma mera contribuição, limitada por um cronograma apertado e pelas habilidades do autor.

[16] MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005.
[17] Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

Embora construída já no século XX, a casa de Ricardo Severo ainda se insere em um contexto oitocentista, um período muito rico para a história do Porto. O século XIX assistiu ao fortalecimento da classe burguesa, trazendo consigo grandes mudanças no panorama político e na própria configuração física da cidade que se alterou em função das suas necessidades e de seus valores. Ricardo Severo, como membro dessa classe, participou ativamente, já no final do século, deste processo de transformação. A própria casa reflete muito desses valores, desde sua localização, em seus elementos decorativos e até em suas instalações sanitárias. Enfim, a casa é um excelente retrato das mudanças sócio, político e urbanas sofridas pela cidade do Porto no período.

1.1. Sociedade

O século XIX representa um período de crescimento populacional bastante acentuado para a cidade. Embora tenha havido altos e baixos, sabe-se que a população portuense aumentou de 35 mil para 200 mil habitantes entre fins do século XVIII e começo do século XX[1].

Mas se havia uma forte tendência de crescimento da população nas zonas extramuros ainda no século XVIII, a partir de meados do século XIX, depois de uma fase de declínio demográfico no início do mesmo século, esse anel periférico (Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim) se efetiva como área de maior crescimento demográfico, com uma população que aumenta de 27.177 habitantes em 1787, para 82.092 em 1900, enquanto a região intramuros assistiu a um aumento da sua população de 24.833 habitantes para 36.608 no mesmo período[2].

Dentre as freguesias extramuros, a de Cedofeita merece destaque, pois foi a escolhida por Ricardo Severo para erguer sua casa. A população da Cedofeita aumentou de 9.000 habitantes em 1841, para mais de 30 mil em 1911[3]. O número de eleitores

[1] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista", in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.) História do Porto. Porto: Porto Editora, 2000. p. 401.
[2] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)", Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2004. p.15.
[3] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p.402.

residentes na freguesia também aumentou de 590 (12,3% do total de eleitores da cidade) em 1847 para 1.952 (15,3%) em 1880[4].

Após 1864, a cidade terá um crescimento demográfico mais expressivo, que coincidirá com as crescentes facilidades de deslocação surgidas com a instalação dos caminhos de ferro. Logo, muitos dos seus moradores são oriundos de outras regiões do norte do país, uma vez que a cidade do Porto assume um papel de liderança regional. Os censos de 1890 e 1911 indicam a naturalidade dos moradores da cidade e verifica-se que cerca de metade da população do Porto é natural de outros concelhos ou distritos. Na paróquia de Cedofeita verifica-se que dos noivos casados entre 1861 e 1862, menos da metade dos rapazes era natural do Porto[5].

Mas a cidade também abrigou muitos estrangeiros que irão influenciar fortemente seu desenvolvimento. A maior parte dessa população vinha da Espanha, principalmente da Galiza, e exercia trabalhos subalternos. Dentre as classes burguesas mais elevadas, as comunidades mais importantes eram a Inglesa, a Alemã e a dos chamados *Brasileiros*.

Se os galegos misturavam-se facilmente com a população local, sem grandes compromissos com a manutenção de uma cultura própria, o mesmo não acontecia com os alemães e ingleses, que procuravam viver da mesma forma que o faziam no país de origem, preservando os seus hábitos e costumes. Os Ingleses, geralmente ligados ao comércio do vinho do Porto, preferiam viver longe do centro da cidade, onde trabalhavam, para morar em quintas em Gaia, na Foz ou em Massarelos, a princípio e depois no que ficou conhecido como bairro Ocidental, descrito por Júlio Diniz [6]. Esse hábito de viver longe do centro, onde se trabalha, acabou por influenciar as classes mais ricas dos portuenses[7]. A casa de Ricardo Severo reflete esse costume já adotado pelos portugueses na segunda metade do século XIX.

---

[4] CRUZ, Maria Antonieta. "Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX". Fundação Eng. António de Almeida, 1999. p. 84.
[5] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p.404.
[6] DINIS, Júlio. "Uma Família Inglesa", Col. "Biblioteca Ulisséia de Autores Portugueses – 20". Lisboa: Edições Ulisséia, 1998. p. 69-70.
[7] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p.406.

Outro grupo que se destaca são os *Brasileiros* ou portugueses de torna-viagem, que vão, geralmente muito jovens, ao Brasil e retornam ricos ao país natal. A figura do *Brasileiro* entrou para o imaginário portuense, freqüentemente de forma caricata nas penas de alguns autores como Camilo Castelo-Branco, Ramalho Ortigão ou Eça de Queiroz, que contribuíram com a criação da imagem de um novo-rico excêntrico e sem educação. No entanto, outros autores vieram em sua defesa, como Pinheiro Chagas e Alexandre Herculano[8]. De qualquer forma, os *Brasileiros* tiveram grande importância econômica e cultural na cidade do Porto, direcionando seus capitais para a atividade industrial, quando a maior parte da burguesia estava ligada à atividade mercantil, principalmente do vinho do Porto. Os *Brasileiros* acabaram por ter também uma grande influência na própria paisagem urbana, pois, na busca de uma afirmação social, construíram pra si casas que ficaram no imaginário portuense como as famosas "casas de brasileiros" que eram referidas em tom pejorativo como "casas penico" ou "casas de azulejo". Mas aos poucos, passadas as primeiras impressões, foram caindo no gosto dos portugueses e se hoje grande parte considerável da cidade está coberta de azulejos, costuma-se atribuir esse hábito à influência dos *Brasileiros* [9].

Embora Ricardo Severo, na época em que construiu sua casa, tenha sido um português que foi ao Brasil e voltou, não costuma ser comparado aos demais *Brasileiros de torna-viagem*. Ao contrário do estereótipo do típico *Brasileiro*, Severo já pertencia a uma classe mais abastada porque quando deixou Portugal pela primeira vez. Havia estudado na Academia Politécnica do Porto e era reconhecido como um homem culto e bem educado, ou seja, membro aceito da burguesia tradicional da cidade.

---

[8] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". p.26.

[9] Cf. - Sobre os *Brasileiros* deve-se ler o excelente trabalho de Jorge Ferandes Alves:
ALVES, Jorge Ferandes "Os brasileiros, emigração e retorno no Porto Oitocentista". Porto: Dissertação de doutorado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.
O trabalho de Jorge Alves foi inteiramente digitalizado e está disponível no endereço eletrônico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto no link:
http://ler.letras.up.pt/revistas/html/revista_85/serie_0/index.htm.
Sobre as casas dos *Brasileiros* deve-se ler a tese de mestrado da historiadora Maria Paulo de Brito Torres Peixoto:
PEIXOTO, Maria Paulo de Brito Torres. "A casa dos Brasileiros – Subsídios para o seu estudo", Lisboa: dissertação de mestrado pela Universidade de Lisboa, 1992.
Também o artigo que escrevi sobre a influencia dos *Brasileiros* na azulejaria exterior portuense publicado no Portal Vitruvius:
http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp351.asp

As estruturas familiares, seus comportamentos e estratégias variavam bastante entre as classes mais altas e mais baixas. Entre as camadas mais populares, observava-se uma tendência para o casamento mais precoce que das classes médias e altas, altas taxas de fecundidade, "recasamentos" e a prática freqüente do concubinato que costumava anteceder ao casamento propriamente dito. Já as classes mais altas casavam-se mais tarde, geralmente a espera de uma estabilização profissional do homem ou o acesso à herança paterna, além de taxas de fecundidades baixas e a prática do celibato[10].

O papel das mulheres também ilustra as mudanças comportamentais do período. O gradual afastamento entre a esfera doméstica e a esfera profissional afastou também as mulheres da participação nos negócios do marido. De forma geral, as mulheres das classes médias e altas foram relegadas à função de donas de casa[11]. Já nas classes mais baixas, elas continuaram a contribuir com o orçamento familiar e tiveram um papel importante na industrialização da cidade. Em 1852, as mulheres são proporcionalmente mais presentes nas fábricas que os homens, em especial na indústria têxtil[12].

1.2. Economia

Quanto à economia, o Porto do século XIX pautou-se pela atividade mercantil, embora tenha passado por um relevante processo de industrialização. O vinho do Porto continuou a ser o principal motor da economia, mas outros produtos, como a seda e o gado, ganharam importância. Já a indústria se caracterizou por pequenas unidades, geralmente familiares, ligadas à tradição corporativista.

Se o fim do século XVIII foi um período próspero para a exportação do vinho do Porto, o século XIX foi caracterizado por uma sucessão de períodos de crise e melhoria na exportação. O mercado britânico continuou a ser o maior consumidor, embora tenha reduzido o volume de importações, enquanto outros mercados ganham relevância. No fim do século XVIII o vinho do Porto representava 75% das importações de vinho feitas pela Inglaterra. Na década de 60 esse volume caiu para 25% do total de importações feitas por

[10] PEREIRA, Gaspar Martins. "Famílias Portuenses na viragem do século (1880 – 1910)". Porto: Edições Afrontamento, 1995. p. 201 – 215.
[11] PEREIRA, Gaspar Martins. "Famílias Portuenses na viragem do século (1880 – 1910)" p. 249-257.
[12] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 437.

aquele país[13]. Já o mercado brasileiro surge nesse século e ganha uma efêmera importância, a partir de 1865 até o fim da década de 80, com um volume de importações que variam de 25 mil pipas em 1880 a 6 – 7 mil pipas entre 1888 e 1891[14].

Em meados do século XIX, uma situação política e econômica mais estável somada à melhorias do sistema viário e ao lançamento da rede ferroviária, estimulou os interesses dos exportadores portuenses por outros produtos, ou seja, a seda e o gado.

O breve surto sericícola se deu pelo crescimento da procura de centros industriais franceses e italianos por regiões de cultura de *bombix*, pois suas próprias culturas haviam sido afetadas por doenças. Em pouco tempo a exportação ganhou importância passando de 20 contos em 1861, para cerca de 190 contos em 1865. Mas a cultura de *bombix* portuense acaba por ser atacada pela mesma doença que havia atingido esses outros países e, em 1870, o setor sericícola estava praticamente abandonado. Já o gado parece ter maior importância, sendo exportado principalmente para a Inglaterra. Iniciada por volta de 1847, a exportação cresceu de 584 cabeças, nesse ano, para quase 6.000 em 1865. Na década de 80 sofre com a concorrência de outros países e a situação piora ainda mais 1891, quando a exportação atinge poucas centenas de cabeças. No entanto há uma recuperação rápida e a situação melhora[15].

A grande mudança surgida na economia portuense no século XIX foi o fortalecimento da indústria. Ao contrário do que sucedeu em Lisboa, ela se caracterizou pelas pequenas unidades fabris, familiares, corporativista e tecnologicamente pouco avançadas. A indústria têxtil era a mais importante, mas havia fábricas de louças, fundições, curtumes, entre outras. A freguesia da Cedofeita também abrigou indústrias: em 1859, sabe-se que havia 32 fábricas[16]. Os *Brasileiros* foram fundamentais nesse processo, investindo seus capitais diretamente nessas fábricas. Numa relação direta com a construção civil e a própria paisagem urbana, muitos deles investiram em fábricas de azulejos, aumentando e melhorando sua produção. As fábricas de Massarelos e Miragaia

[13] PEREIRA, Gaspar Martins. . "O Douro e o Vinho do Porto – De Pombal a João Franco". Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 151.
[14] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista".p. 419 – 428.
[15] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 425 – 426.
[16] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p.432 – 443.

tiveram sua reativação no século XIX promovida por um *brasileiro* e outros foram responsáveis pela fundação das fábricas de Carvalhinho, em 1840, e Devesas, em 1865. A fábrica de Santo Antonio de Vale da Piedade, embora tenha sido fundada pelo genovês Jerônimo Rossi, teve sua produção impulsionada por capitais *Brasileiros*[17].

1.3. Política

No campo político, a cidade do Porto foi bastante influente, sob condução da classe burguesa, cujos valores caracterizaram ideologicamente os acontecimentos.

Logo no início do século XIX, a cidade sofreu com as invasões francesas e a pilhagem e violência que as acompanhou. Mas os franceses também trouxeram os ideais da revolução: surgiu um discreto movimento liberal organizado pela burguesia intelectualizada, muitos deles pertencentes à Maçonaria. O Sinédrio apareceu em 1817 como uma organização desses burgueses que comungavam dos mesmos ideais. Um expressivo movimento constitucionalista se formou, culminando com o pronunciamento de 24 de agosto de 1820, dando início à revolução no Porto, que logo ganhou a adesão de Lisboa. Em 1822 o país já tinha uma constituição jurada pelo Rei D. João VI. Em 1823 o Infante D.Miguel tentou restabelecer o absolutismo a partir da cidade de Vila Franca, mas fracassou e se exilou na Áustria, retornando após a morte do D. João VI. Apesar de ter jurado a carta em Viena, tomou o poder da então regente D. Maria II, sua irmã. Em maio de 1828 uma tentativa de insurreição contra o governo absolutista fracassou no Porto e começou a fase do terror miguelista, com prisões sem julgamento, enforcamentos em série e um grande número de degredos[18].

D. Pedro IV, irmão de D. Miguel e herdeiro legítimo do trono português, a fim de garantir a constituição em Portugal, partiu do Brasil, desembarcando em Pampelido e tomando a cidade do Porto, que então tornou-se o ponto de partida para o

[17] Cf - No livro "Azulejaria de Fachada na Povoa de Varzim", a autora Sandra Araújo de Amorim descreve as principais fábricas de azulejos do Porto e de V. Nova de Gaia, relacionando quais delas tinham relações com os chamados *Brasileiros*. p. 36 – 48.
AMORIM, Sandra Araújo. "Azulejaria de Fachada na Povoa de Varzim". Povoa de Varzim: Câmara Municipal, 1996.

[18] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 453 – 469.

restabelecimento da monarquia constitucional. A cidade, cercada por uma tropa miguelista muito maior que a liberal, sofreu ataques severos mas resistiu enquanto o apoio da população a D. Pedro foi crescendo. Dos cerca de 10 mil soldados que lutaram ao lado de D. Pedro no Porto em 1833, restaram 6 mil, mas foram suficientes para garantir a vitória da cidade enquanto Lisboa era tomada pelos liberais em 24 de julho do mesmo ano[19].

Após o restabelecimento da paz interna, dois grupos surgiram, evidenciando que nem todos os liberais estavam de acordo com o liberalismo que foi posto em prática. Os vintistas correspondiam à oposição ao governo, enquanto os cartistas apoiavam D. Pedro.

Mas se no surgimento do movimento liberal já se percebe um fortalecimento da classe burguesa, o seu poder e influência cresceu cada vez mais durante o século XIX. Já muito organizada e com a expulsão das ordens religiosas de Portugal, recebeu de D. Pedro o claustro incendiado do antigo convento de São Francisco do Porto, para reunião da Bolsa do Porto, onde mais tarde ergueu-se um novo edifício próprio para esse fim. A burguesia que já assumia a economia portuense, passou a controlar a educação. Passos Manuel fundou os Liceus Nacionais que garantiram a manutenção dos ideais republicanos nas novas gerações, como também fundou cursos superiores, entre eles a Academia Politécnica do Porto, onde Ricardo Severo estudou[20].

A Academia Politécnica do Porto foi criada em 1837 em substituição à Academia Real da Marinha e Comércio. Considerada a primeira escola de engenharia civil de Portugal, era formada a partir de cinco estabelecimentos que evidenciavam seu caráter experimental. Eram eles: o gabinete de história natural industrial, o gabinete de máquinas, o laboratório químico, a oficina metalúrgica e o jardim botânico. Seu papel era o de ensinar ciências industriais e formar engenheiros de todas as classes, além de oficiais da marinha e pilotos, comerciantes, agricultores, diretores de fábricas e artistas. Em 1885 sabe-se que a Academia passou por uma reformulação, depois de outras tentativas fracassadas, que afirmou definitivamente sua vocação para a formação de engenheiros

[19] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 469 – 472.
[20] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 476.

civis. A partir de então a academia oferecia os cursos de Engenharia Civil, de Obras Públicas, de Minas e Indústrias e Comércio. Foram suprimidos os cursos de Pontes e Estradas, de engenheiros geógrafos, de diretores de fábrica, de agricultores, de artistas e pilotos[21].

Se deputados portuenses desembarcados em Lisboa no dia 9 de setembro de 1822 garantiram que o governo substituísse a Carta pela nova constituição, é também no Porto que proclamam o restabelecimento da Carta sobre a constituição, personificada na presença de António Bernardo Costa Cabral. No entanto, o Cabralismo se mostra autoritário e passa a desagradar muitos dos burgueses setembristas. Classes populares também se opõem ao governo e eclodem revoltas populares como a da Maria da Fonte e da Patuléia, com apoio da alta burguesia. Mas a derrota das revoltas fortaleceu os setembristas que conseguiram afastar definitivamente Costa Cabral do governo, além de anistiar muitos dos envolvidos nas revoltas[22].

Paralelamente ao fortalecimento da burguesia e o desenvolvimento industrial, surgiu o movimento operário no Porto, em meados do século. Já organizados em associações, produziram jornais operários como *A Esmeralda*, *O Jornal dos Operários* e *A Voz dos Operários*. Alguns jovens bacharéis herdeiros do liberalismo portuense assumiram idéias socialistas. A miséria, as epidemias e as más condições de trabalho levam a surtos associativistas ainda nos anos 50 e posteriormente nos anos 70, melhor organizados e influenciados por idéias estrangeiras. Também na década de 70 começam a surgir greves pela cidade que se repetirão até as primeiras décadas do século XX[23]. Até meados do século XIX o caráter revolucionário unia o socialismo e o republicanismo, mas com o tempo os dois movimentos acabam por se afastarem, tornando-se mesmo antagônicos, embora compartilhassem a aversão à monarquia. A separação se concretiza com a fundação do Partido Socialista (1871) e do Partido Republicano (1876).

---

[21] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940". São Carlos: Dissertação de mestrado pela Universidade de São Paulo, 2005. p. 40.
[22] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 478 – 482.
[23] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 444 – 449.

O movimento republicano em Portugal estava umbilicalmente relacionado ao próprio liberalismo sob a influência da revolução francesa. Com um caráter inicialmente revolucionário, a própria conquista liberal sobre os absolutistas foi mostrando aos poucos que a monarquia constitucional era instável e que deveria assumir um papel provisório e transitório. Mas, se a princípio as autoridades monárquicas assumiram uma atitude complacente frente ao Partido Republicano Português (PRP), não reconhecendo qualquer risco nele, pelo contrário, sua existência era admitida como uma prova para os observadores estrangeiros da tolerância do governo português com as minorias discordantes, com o passar do tempo a postura da monarquia passou da complacência para a repressão, à medida que o PRP ganhava volume e expressão. O aumento da relevância dos republicanos no cenário nacional se deu a partir de uma sistemática e eficiente obra de propaganda que ganhou força entre as décadas de 70 e 90, e a crescente oposição ao socialismo fez o movimento assumir um caráter conservador, mas dentro do próprio movimento diferentes correntes divergiam sobre seu futuro. O princípio da década de 90 foi crucial para o movimento[24]. A reação da Inglaterra à proposta expansionista portuguesa na África, expressa no Mapa cor-de-rosa, veio através do *Ultimatum* de 11 de janeiro de 1890 que, acatado pelo rei D. Carlos I, foi recebido como uma humilhação, o que rompe uma amargura nacional que se volta contra o governo, e no Porto, os republicanos produzem o manifesto-programa de 11 de janeiro de 1891, que antecedeu a revolta de 31 de janeiro do mesmo ano[25].

Na madrugada de 31 de janeiro tropas do exército reuniram-se no Campo de Santo Ovídio (atual Praça da República) para depois marcharem em direção à câmara municipal pela Rua do Almada, ao toque de a *Portuguesa*. Mesmo com o apoio da população portuense, o resto do país julgou a ação precipitada e não houve um largo apoio nacional. A revolta fracassou e os envolvidos que não se exilaram foram presos e alguns enviados ao degredo. Como de costume, a maioria teve a pena reduzida ou foi, simplesmente, anistiada. Entre os envolvidos, muitos jovens estudantes ou recém

[24] SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. p. 285 – 303.
[25] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 508 – 509.

graduados como o próprio Ricardo Severo, com então pouco mais de vinte anos de idade[26].

As quase duas décadas que se seguiram entre a fracassada revolução republicana do Porto, em 1891, até a instauração da república, em 1910, foram de consolidação e organização do movimento, transformando o PRP em uma instituição extremamente bem organizada e articulada, apesar das represálias e perseguições do governo ou de grupos monarquistas[27].

Do ponto de vista ideológico, os republicanos eram herdeiros das correntes filosóficas setecentista desde os Jusnaturalistas, passando por Rousseau, Kant e os enciclopedistas. Uniram estas ao positivismo de Comte, ao naturalismo de Taine e ao evolucionismo de Darwin, criando uma forma própria de ver o mundo que analisa os fatos de forma seletiva e parcial. Encontraram na história a justificativa para sua missão social. Ou seja, entenderam a história numa percepção evolucionista, que admitia que o passar do tempo levava a uma evolução acumulativa e irreversível em direção ao progresso. E embora houvesse o republicanismo católico, muitos entenderam que sua emancipação moral, intelectual, social e política, dependia da libertação religiosa, da valorização do homem em detrimento do transcendentalismo religioso. Daí a valorização das ciências. Embora ainda influenciados pelo universalismo iluminista, foi o nacionalismo romântico que orientou a maioria dos discursos republicanos. Em Portugal, o historicismo republicano aliado ao nacionalismo romântico pretendeu recuperar o passado heróico da nação, reconhecendo suas especificidades. Surgiu com eles a idéia de que a história do país não foi feita pelos reis, mas pelo povo, na luta contra os Mouros, nos descobrimentos, na restauração, na invasão francesa, logo, o país deve ser governado por quem melhor o representa, o próprio povo. Sendo assim, o movimento republicano surgiu com um caráter épico, messiânico, representando um processo evolutivo natural no qual o homem reencontraria a si mesmo. Como diz Fernando Catroga:

[26] IDEM, ibidem. p. 510 – 512.
[27] SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol V. p. 285 – 303.

"Compreende-se, assim, que a concretização da Republica aparece como uma promessa de entrada no reino da objetivação integral do tempo, pois, com ela, com a queda da Monarquia, abrir-se-iam as portas que conduziriam ao reencontro definitivo da ordem social com a essência do próprio homem. Por outras palavras: o republicanismo (...) alicerçou-se desde cedo, nessa crença comum: - a República viria ao mundo para concretizar a tendência diacrônica da sociedade, pelo que, longe de pretender ser o começo de uma ruptura, quis afirma-se como verdadeira concretização do passado histórico". [28]

1.4. Cidade

No início do século XIX a cidade do Porto ainda era descrita como suja e mal iluminada[29], tal como a maioria das cidades européias de então. Mas já nessa época ela se caracterizava por um processo de melhoria das condições urbanas evidenciado pelas ações da Junta de Obras Públicas, sob o comando de João de Almada e, mais tarde, do seu filho Francisco Almada e Mendonça, que vinham executado-as desde a segunda metade do século XVIII[30].

Entre os problemas que a Junta viu-se obrigada a resolver, logo no início de suas atividades, estava a ordenação do crescimento extramuros que já se processava de forma muito rápida. Também iniciaram um processo de racionalização e higienização do espaço físico da cidade, sob influência dos valores iluministas, abrindo largas ruas retilíneas e regularizando as fachadas e os alinhamentos dos edifícios. Algumas dessas novas ruas pretendiam definir os eixos de expansão da cidade além de melhorar as conexões com outras cidades.

---

[28] CATROGA, Fernando. "O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de outubro de 1910", vol. 2. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1991. p. 193 – 194.

[29] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 461.

[30] Cf - Muito já foi escrito sobre a atuação do Almadas e da Junta de Obras Públicas. Leituras fundamentais são:
FERRÃO, José Bernardo. "Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas. Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 1997.
ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. "O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas". Porto: Câmara Municipal do Porto, 1990.
NONNEL, Anni Günter. "Porto, 1763/1852 – a construção da cidade entre o despotismo e o liberalismo". Porto: Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

Entre as ruas extramuros que foram remodeladas pela Junta de Obras Públicas está a Rua de Cedofeita. Esta era o início de uma antiga estrada que levava do Porto, pela porta do Olival, até Barcelos e à Vila do Conde. Recebeu o mesmo nome da freguesia que a cerca, que por sua vez, foi assim batizada com o mesmo nome da sua mais antiga igreja. A igreja de S. Martinho da Cedofeita tem origem incerta: alguns acreditam que sua construção se deve ao rei Teodomiro, no século VI, mas os documentos mais antigos que atestam sua existência são uma bula do Papa Calisto II e uma doação da rainha D. Teresa ao bispo D. Hugo, ambos de 1120. A origem do nome tem sido atribuída ao topônimo de origem latina "cito-facta", que pode significar "feita cedo" ou "feita apressadamente", numa referência ao tempo de construção da tal igreja. Mas o fato é que "feita cedo" ou "cedo feita" foi o nome usado para referenciar à igreja e a toda a freguesia[31].

Mas a ação dos Almada também caracterizou uma mudança de linguagem arquitetônica. Nos edifícios públicos e nas casas burguesas predominou a arquitetura neoclássica, sob influência da comunidade britânica representada pelo cônsul John Whitehead, ele mesmo um arquiteto amador. São exemplos: o Palácio das Carrancas e o hospital Santo António. Paralelamente, a arquitetura religiosa continuará adepta do barroco, cujo principal arquiteto no período foi Nicolau Nasoni. Além de erguer edifícios religiosos famosos como a Torre dos Clérigos, Nasoni ainda projetou edifícios particulares como o Palácio do Freixo, dos Leme Cernache[32], que posteriormente foi comprado pelo *Brasileiro* Afonso Vellado[33].

Mas apesar das mudanças, o Porto ainda tinha um aspecto de aldeia no início do século XIX. Ainda não havia uma nítida distinção entre habitação e espaço de trabalho. Essas atividades ocupavam o mesmo imóvel e se expandiam para as ruas onde o espaço público e o doméstico se misturavam e onde ricos e pobres coabitavam lado a lado.

[31] FREITAS, Eugénio Andréa de Cunha e. "Toponímia portuense". Porto: Editora contemporânea, 1999. p. 99 – 100.
[32] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 381 – 382.
[33] ALVES, Jorge Frenandes. "Os Brasileiros – emigração e retorno no Porto oitocentista". p. 310.

Se nas duas primeiras décadas, com as crises econômicas e as invasões francesas, a cidade enfrenta uma estagnação demográfica e uma redução das obras públicas, nos anos vinte, novas áreas da cidade foram urbanizadas.

A década de trinta foi muito marcada pela guerra entre os dois irmãos. Os bombardeios miguelistas causaram grande destruição na baixa ribeirinha enquanto em toda baixa, área de maior densidade humana, se propagava o cólera. As famílias mais ricas mudaram-se para palacetes em zonas mais afastadas, fora dos muros do velho burgo. Esse processo tende a afastar a cidade do rio e distanciar suas diferentes classes sociais umas das outras. A burguesia fortalecida com a vitória liberal impõe novos valores que influenciam a própria configuração urbana do Porto à medida que estes vão afastando suas residências da baixa, embora continuem a trabalhar lá. Os mais pobres, ainda não bem submetidos à nova ordem, são freqüentemente segregados, tratados como delinqüentes, enquanto permanecem nas zonas mais antigas[34].

Entre os anos 30 e 40 o concelho do Porto aumenta seu tamanho com a anexação da freguesia de Lordelo e dos concelhos de São João da Foz do Douro e de Campanhã e, em 1941, a freguesia do Bonfim é criada[35]. Também são construídas importantes obras públicas como a Bolsa, os mercados do Bolhão e do Anjo, os Jardins de São Lázaro e a ponte pênsil[36].

Em meados do século, a cidade assistiu a um forte dinamismo da economia, um crescimento demográfico acentuado e a confirmação de novos valores. Esses fatores que agiam sobre a cidade consolidam um novo modelo que definiu duas frentes de ações urbanas. Ao mesmo tempo em que zonas antes periféricas agora são urbanizadas e abrigam novos moradores, bem como fábricas e comércios, a baixa passa por expressivas operações de reorganização da malha viária e das infra-estruturas.

Durante todo o século, a baixa tem bom crescimento em obras urbanas com a abertura de novas ruas e a construção de importantes edifícios públicos. No fim do

[34] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 385.
[35] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". p. 13.
[36] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 385.

século, a abertura da Rua Mouzinho da Silveira sobre o canalizado Rio da Vila ocupou uma área antiqüíssima, criando uma nova fachada urbana e contribuindo com o isolamento do bairro da Sé, que se caracterizou cada vez mais como um bairro pobre, muito denso e insalubre[37].

A ponte pênsil é substituída pela Ponte Luís I e é construída a Ponte Maria Pia, para a passagem da linha do comboio, que chega à Estação do Pinheiro, em Campanhã, inaugurada em 1875. O transporte ferroviário ganha força e em 1896 é inaugurada a Estação de São Bento, onde antes havia o Convento de Ave-Maria, reforçando a importância da Praça Nova, onde se localizava a câmara municipal. Enquanto o comboio ganha importância, o rio perde seu papel relevante na economia portuense com a construção do Porto de Leixões, no fim do século[38].

Mas se a baixa abrigava os mais pobres, outras freguesias também o fizeram, com o surgimento de tipos novos de habitações escondidas e condenadas pela moral higienista dos burgueses ricos. As *ilhas*, bem como outros tipos de habitação popular, eram uma nova forma de se viver onde o culto da intimidade doméstica não tinha espaço para existir, mas era a opção disponível para os mais pobres[39].

As obras públicas e a crescente imigração do interior reduz a oferta de habitação para os mais pobres, que são obrigados a morar em condições precárias. As *ilhas* eram um agrupamento de unidades domésticas muito pequenas, cerca de 15 a 20 m², unidas por um estreito corredor descoberto. Em 1832 existiam cerca de 200 ilhas e, em 1885, um inquérito assinalou 531 *ilhas* que abrigavam um total de 19.460 pessoas. Mas as apreciações negativas sobre as *ilhas* eram feitas pela burguesia, que enxergava nelas o oposto da nova ética familiar burguesa, ou seja, a imagem criada para esse tipo de habitação foi dada pela ótica dos médicos, jornalistas e autoridades que a descreviam munidos de uma postura ideológica precisa que já condenava aquele tipo de convívio *a*

[37] BARROCA, Mario Jorge; GUIMARÃES, Carlos; CARVALHO, Teresa Pires de. "O Bairro da Sé do Porto – contributo para sua caracterização histórica". Porto: Câmara Municipal, 1996. p. 58.
[38] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 387.
[39] Cf - Sobre as ilhas ver a tese de doutoramento de Manuel C. Teixeira:
TEIXEIRA, Manuel C. "Habitação Popular na Cidade Oitocentista – As ilhas do Porto". Lisboa: Fundação Calouste Goulbelkian, 1996.

priori. Para os próprios habitantes da *ilhas*, suas reivindicações estavam mais associados às condições trabalho do que à habitação[40].

Além das *ilhas*, havia outras formas de habitação popular, como as *colméias*, edifícios mais altos que funcionavam como *ilhas*; as *casas de malta*, habitações de aluguel para os que vinham trabalhar durante a semana no Porto e depois iam-se embora; *albergues nocturnos*, camaratas fundadas em 1881, que abrigavam por poucas noites necessitados e, freqüentemente, ofereciam um prato de sopa[41]. O estado não teve grande ação na questão do alojamento popular. As primeiras experiências foram de iniciativa privada de cunho paternalista ou filantrópico, isoladas e sem grande efeito prático[42].

Se uma das razões para o afastamento da alta burguesia da baixa portuense foi o cólera, a higiene passou a ser uma preocupação de destaque na nova moral burguesa. Não era pra menos: a cidade do Porto foi assolada durante o século XIX por diversos surtos de doenças como o cólera, a tifo, a sífilis e por fim a peste bubônica. A cidade enfrentou, na segunda metade do século, taxas altíssimas de mortalidade, mais altas que na capital. Já no fim do século, uma terrível epidemia de peste bubônica atacou a cidade matando principalmente na baixa, que, como já foi dito, era a zona mais densa e mais pobre do Porto. Mesmo admitida pela população e pelo poder público, com o trabalho competente de Ricardo Jorge, a população sentiu-se envergonhada com o cordão sanitário imposto por Lisboa e o encerramento do Porto ao transporte ferroviário e a outras vias de acesso à cidade, o que trouxe grandes prejuízos econômicos e aumento da miséria popular[43].

O pavor das doenças fez crescer a valorização da higiene nos meios burgueses. A limpeza era uma grande preocupação. Da higiene pessoal à limpeza urbana se exigia um melhor abastecimento de água e a câmara tenta resolver o problema. Desde meados do século tenta-se impor novas regras para os proprietários de imóveis. Em 1869 o *Livro de Código de Posturas Municipais* já mostrava essas preocupações. No mesmo ano, o engenheiro-construtor Eugène Henri Gavand, convidado para fazer um estudo sobre as

[40] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 394 – 399.
[41] BARROCA, Mario Jorge; GUIMARÃES, Carlos; CARVALHO, Teresa Pires de. "O Bairro da Sé do Porto – contributo para sua caracterização histórica". p. 52.
[42] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 399.
[43] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 408 – 410.

condições do Porto, conclui que há a necessidade de implantação de um sistema de distribuição de água. Na seqüência desse estudo, a *Companhia das Águas* aprova, em 1886, um regulamento para encanamentos particulares e consumo de água onde lia-se[44]:

"Artigo 1.º A companhia tem o direito de obrigar os proprietários dos prédios no Porto, a fazer n'esses prédios, á sua custa, a canalisação de água desde a soleira até o último andar, e no interior dos mesmos prédios e em condições de se prestar ao fornecimento de água da companhia para os usos domésticos dos habitantes, por toda a parte onde a companhia tenha estabelecido nas vias publicas a sua canalisação geral; e igualmente terá o direito de ampliar essa obrigação aos proprietários dos prédios situados fora do perímetro da cidade, dentro do concelho, mas unicamente em ruas, praças ou estradas publicas, onde a companhia tenha estabelecido a sua canalisação geral em estado de fornecer água (condição 13.ª do contrato de 22 de março de 1882, approvado por lei de 12 de julho do mesmo ano)".[45]

Em 1883 começa a distribuição de água[46], e a partir da década de 1890 são inúmeros os licenciamentos de sanitários aprovados, com ênfase nas memórias descritivas que valorizavam os encanamentos e sifões das latrinas em detrimento dos materiais do restante do ambiente[47]. No entanto, esse programa de melhoramentos sanitários não teve grande efeito nas habitações populares[48], ficando restritos às casas burguesas.

Quanto à rede de esgoto, não só era insuficiente durante a segunda metade do século XIX, como ainda era uma das causas, segundo alguns autores como o próprio Ricardo Jorge, da alta mortalidade da cidade, graças ao seu mau estado de manutenção e as constantes infiltrações em terrenos próximos a veios de água[49].

---

[44] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". p. 17.
[45] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". p. 17.
[46] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista", in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.) História do Porto. p. 392.
[47] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". P. 18.
[48] TEIXEIRA, Manuel C. "Habitação Popular na Cidade Oitocentista – As ilhas do Porto". P. 79.
[49] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 392-393.

A partir de meados do século, algumas ruas da cidade já eram iluminadas por candeeiros a gás. Em 1891, a cidade já dispunha de 2500 candeeiros e dez anos depois, mais de 3800. A luz elétrica apareceu ainda na segunda metade do século XIX, e apesar de já haver edifícios particulares iluminados com eletricidade no fim desse século, foi só no século seguinte que efetivamente substitui o gás na iluminação pública e doméstica[50].

Na segunda metade do século, as freguesias extramuros de Miragaia, Santo Ildefonso, Massarelos, Cedofeita e Bonfim sofrem um aumento expressivo de sua população. A freguesia da Cedofeita assistia ao aumento de sua população desde a segunda metade do século XVIII e conseqüentemente um aumento das construções. O aparecimento de novos edifícios na cidade pode ser hoje acompanhado, pois a partir de meados do século XIX tornam-se obrigatórios os pedidos de licença à Câmara Municipal para que os proprietários pudessem erguer novas construções ou fazer alterações nas existentes. Assim temos a seguinte tabela com a relação de novas construções por freguesia e ano[51]:

freguesia / ano	1850	1860	1876	total
Cedofeita	**14**	**6**	**65**	**85**
Campanhã	2	3	14	19
Bonfim	13	27	51	91
Massarelos	5	2	15	22
Miragaia	3	1	1	5
Sto. Ildefonso	4	19	31	54
Sé	1	6	8	15

Percebe-se pela tabela que a freguesia da Cedofeita está entre as que receberam maior número de pedido de construções nos anos assinalados, o que evidencia uma grande procura por quem tinha capital para construir e que essa procura aumentou com o passar do tempo.

[50] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 392.
Cf - sobre a eletricidade na cidade do Porto, ver também:
MATOS, Ana Cardoso de. "O Porto e a Eletricidade". Porto: Museu da Eletricidade, 2003.
[51] CRUZ, Maria Antonieta. "Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX". p. 315 – 316.

Júlio Dinis, ainda em meados do século XIX, descreve uma família inglesa residente no Porto, na freguesia da Cedofeita. Nesse romance mostra um interessante panorama da cidade, que divide em três bairros, o central, o oriental e o ocidental.

"Esta nossa cidade - seja dito para aquelas pessoas, que porventura a conhecem menos – divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares.

A região oriental, a central e a ocidental.

O bairro central é o portuense pròpriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental o inglês.

No primeiro predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e de extensas varandas, as crueldades arquitetônicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de os modernizar; o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita, muito vigiada de polícias; as ruas, em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e os cadeirinhas com o capote clássico; as ruas ameaçadas de procissões, e as mais propensas a lama; aquela onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite. Há ainda neste bairro muitos ares do velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modernas que revestiu.

O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas, que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejos – azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas; os jardins, cuja planta se descreve com termos geométricos e se mede a compasso e escala, adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação em letras também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas rectangulares, e a de janelas rectangulares e portas góticas, algumas com ameias, e o mirante chinês. As ruas são mais sujeitas à poeira. Pelas janelas quase sempre algum capitalista ocioso.

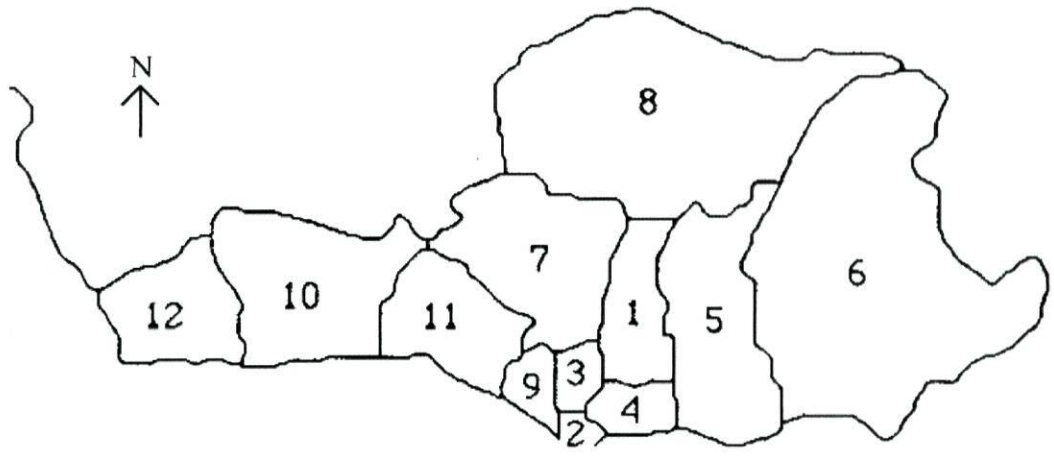
O bairro ocidental é o inglês, por ser especialmente aí o habitat destes nossos hóspedes. Predominam a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto... até de preto! – Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. – Já uma manifestação de viver mais recolhido, mais íntimo, porque o peitoril tem muito menos de indiscreto do que a varanda. Algumas casas ao fundo dos jardins; jardins assombrados por acácias, tílias e magnólias e cortados de avenidas tortuosas; as portas da rua sempre fechadas. Chaminés fumegando quase constantemente. Persianas e transparentes de fazerem despertar curiosidade. Ninguém pelas janelas. Nas ruas encontra-se com freqüência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos loiros e de barbeiros brancos.

Tais são nos seus principais caracteres as três regiões do Porto, sendo desnecessário acrescentar que nesta, como em qualquer outra classificação, nada há de absoluto. Desenhando o tipo específico, nem estabelecemos demarcações bem definidas, nem recusamos admitir algumas, e até numerosas excepções, hoje mais numerosas ainda do que então, em 1855".[52]

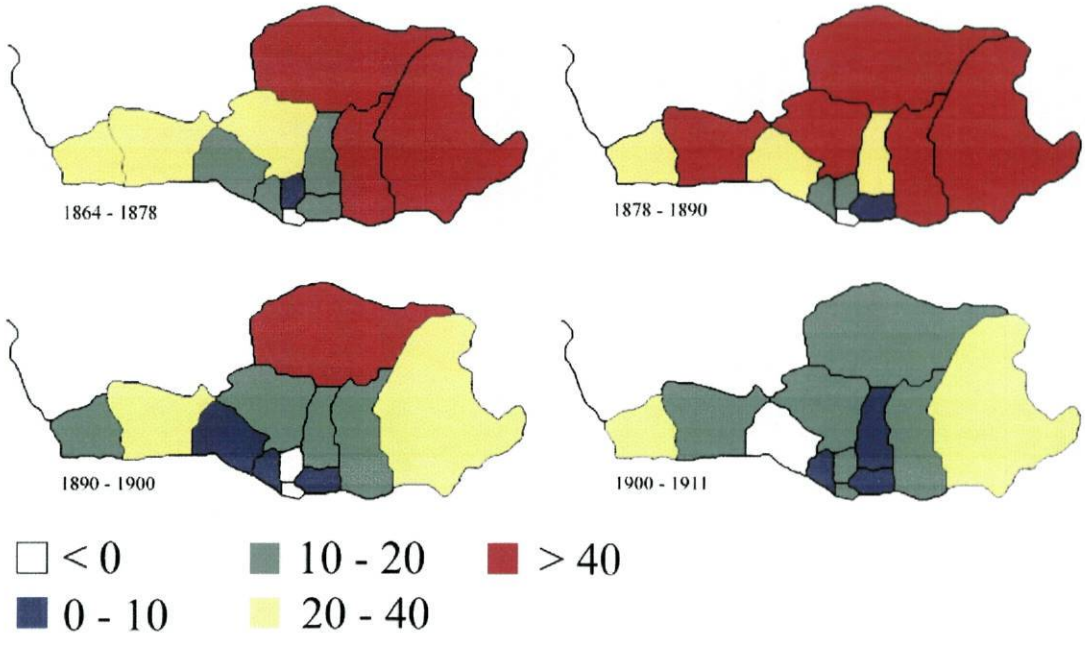
Quando Ricardo Severo decide construir sua casa no Porto, foi esse o panorama por ele encontrado: uma cidade em franca expansão, com um agitado cenário político, uma economia ainda muito mercantil, mas já industrializada e uma forte segregação espacial entre ricos e pobres. Sua casa irá surgir nesse cenário adaptando-se a essas condições e refletindo-as.

[52] DINIS, Júlio. "Uma Família Inglesa". p. 69 – 70.

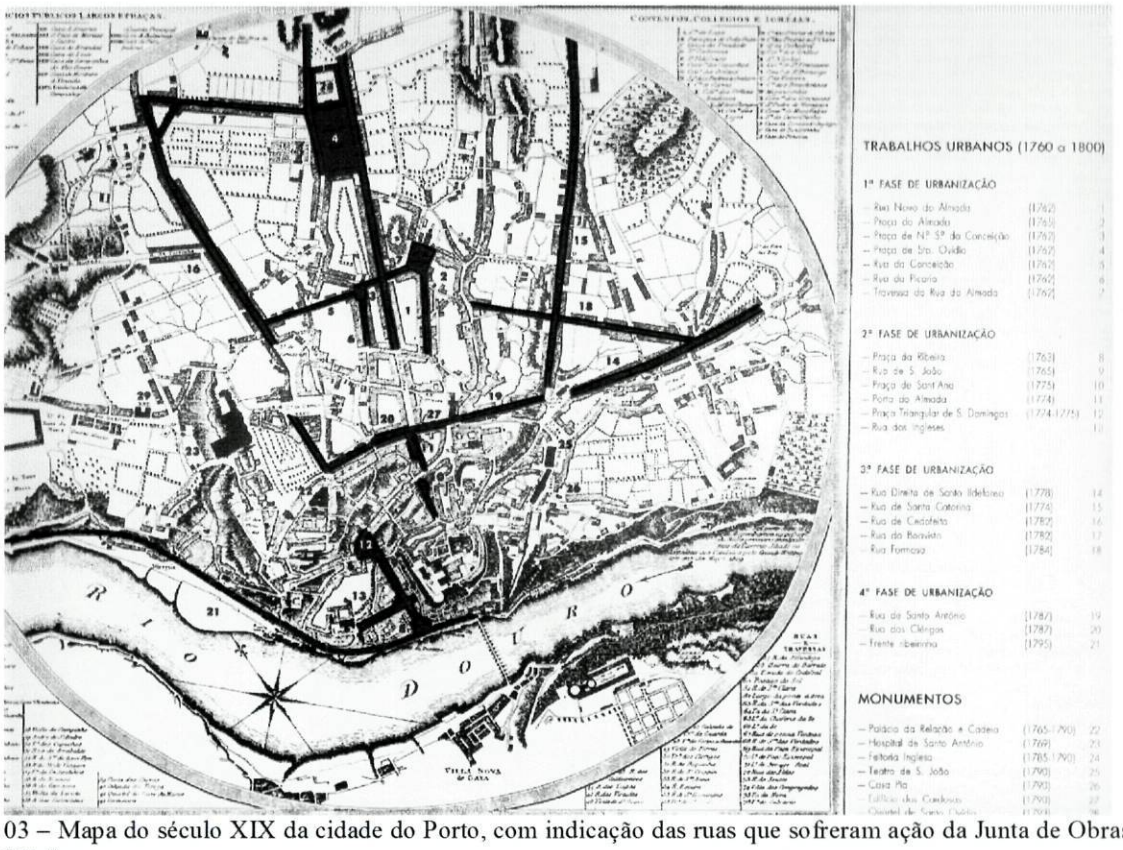
1.5. Imagens



01 - Principais freguesias do Porto no fim do século XIX.
1 – Santo Ildefonso; 2 – S. Nicolau; 3 – Vitória; 4 – Sé; 5 – Bonfim; 6 – Campanha; 7 – Cedofeita; 8 – Paranhos; 9 – Miragaia; 10 – Lordelo; 11 – Massarelos; 12 – S. João da Foz do Douro.



02 - Crescimento da população do Porto entre 1864 e 1911. Taxa de variação por freguesia (%):



03 – Mapa do século XIX da cidade do Porto, com indicação das ruas que sofreram ação da Junta de Obras Públicas.



04 – Visão geral da cidade do Porto com a antiga ponte pênsil em primeiro plano.



05 – Ponte Luís I.



06 – Rua de São João, aberta pela Junta de Obras Públicas.



07 – A antiga Praça Nova que posteriormente foi alterada com a abertura da avenida dos Aliados, passando a se chamar Praça da Liberdade.



08 – Praça da Liberdade e avenida dos Aliados. Notar a estatua eqüestre de D. Pedro IV, que já aí estava antes da abertura da avenida.



09 – Inauguração da estação de São Bento.



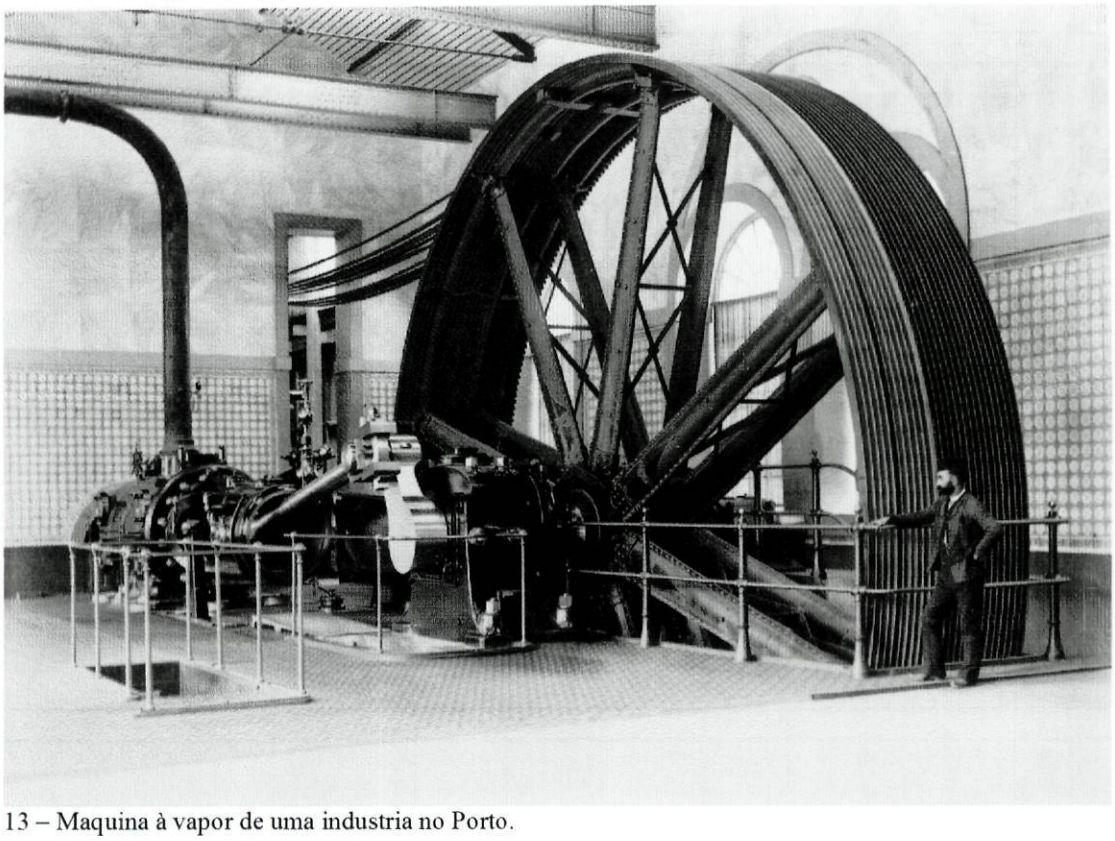
10 – Palácio da Bolsa.



11 – Edifício da Academia Politécnica do Porto.



12 – Republicano (Felizardo Lima) discursando durante os acontecimentos de 1891.



13 – Maquina à vapor de uma industria no Porto.



14 – Mulheres trabalhando na Camisaria Confiança.



13 – Ilha no Porto. A figura mostra o que parece ser o combate a um incêndio em uma das casas da ilha.

Ricardo Severo foi um homem com duas vidas: uma em seu país natal e outra no país que o acolheu. Por isso mesmo é lembrado de forma diferente nessas duas pátrias. Enquanto em Portugal ele é reconhecido pelo seu trabalho como arqueólogo e etnólogo, no Brasil foi um dos principais defensores da campanha pela arte tradicional e da conseqüente arquitetura neocolonial. Se nas terras lusas foi um pesquisador, no Brasil, um empresário bem sucedido e um intelectual que assumiu a tarefa de buscar e reforçar os laços entre os dois países. Mas suas experiências na juventude influenciaram sua maturidade, assim como a casa que construiu para si no Porto foi um ensaio para as obras posteriores na nova pátria.

2.1. Origens

Ricardo Severo da Fonseca e Costa nasceu em Lisboa dia 6 de novembro de 1869, filho de José António da Fonseca e Costa, natural de uma aldeia minhota do Vale do Ave, comerciante e fornecedor de caravanas na África Ocidental, e Mariana Cruz da Fonseca e Costa[1]. Além do fato de que cresceu na cidade do Porto, não se tem muitas informações sobre sua infância, mas sabe-se que já adolescente, entre 1880 e 1883, publica o jornal semanal *O Instrutivo*, em parceria com Alberto Ortigão Miranda[2].

Em 1884 ingressa na Academia Politécnica do Porto, formando-se Engenheiro Civil de Obras Públicas, em 1890 e Engenheiro Civil de Minas, em 1891. O período na Academia foi fundamental para definição de suas ações futuras, onde entrou em contato com outras pessoas e compartilhou os interesses pelas ciências e o engajamento político no movimento republicano. Desde o período em que era estudante na Academia Politécnica até sua ida definitiva ao Brasil, em 1908, atuou como arqueólogo e etnólogo e

[1] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". São Paulo: Trabalho de Graduação Interdisciplinar pela Universidade de São Paulo, 1977. p. 22.

[2] Informação citada por Joana de Mello Carvalho e Silva na sua tese de mestrado "Nacionalismo e Arquitetura em Ricardo Severo – Porto 1869 – São Paulo 1940", p. 38, 70 e 71. A autora teve acesso a exemplares desse jornal que estão em posse do neto de Severo, Luís Roberto Severo Lebeis. Na nota em que menciona o jornal, Joana de Mello Silva ainda afirma que severo participou do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Histórica (Lisboa, 1880), informação que teria sido obtida, segundo sua nota, na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, no verbete sobre R. Severo. O que causa estranhamento, pois em 1880 Severo tinha apenas onze anos de idade. Na cópia da mesma enciclopédia, disponível nas bibliotecas da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e da Faculdade de Letras da mesma universidade, no verbete sobre Ricardo Severo, há uma afirmação que o tal congresso serviu de inspiração para ele, mas não confirma sua participação no mesmo.

também promoveu tais ciências através da Sociedade Carlos Ribeiro e da revista Portugália[3].

2.2. Arqueologia em Portugal

A arqueologia em Portugal só se efetiva como uma atividade científica com a remodelação dos serviços geológicos em 1857, mas muitas iniciativas de levantamento e reconhecimento arqueológico já vinham sendo feitas no território nacional, desde antes do Renascimento. Deve-se destacar o trabalho de André de Resende *"De Antiquitatibus Lusitaniae"*, no século XVI, e as pesquisas de Fr. Manuel do Cenáculo e da Sociedade Arqueológica Lusitana, na primeira metade do século XIX[4].

Em 1852 foi criado o Ministério de Obras Públicas, cuja chefia da seção de minas foi ocupada por Carlos Ribeiro, que assumirá um papel fundamental no desenvolvimento da arqueologia em Portugal. Criada a seção de minas e a comissão geológica, Ribeiro assumem a chefia da primeira e a diretoria da segunda. Dissolvida a comissão em 1869, foi criada a seção geológica, sob a chefia de Ribeiro. Durante o período que trabalhou dentro do Ministério de Obras Públicas envolveu-se no movimento arqueológico que crescia por toda Europa. Descobriu documentos que comprovaram a existência humana no vale do Tejo desde o Terciário e, graças ao seu prestígio e atividade, reuniu em Lisboa o IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Histórica em 1880, de que foi a figura principal. Nessa reunião foram apresentadas e discutidas uma série de descobertas pré-históricas feitas em Portugal, que, segundo Joel Serrão, foram muito admiradas pelos maiores expoentes da arqueologia mundial de então. Além de Ribeiro, outros dois importantes nomes do início da arqueologia científica em Portugal foram Pereira da Costa, que descobriu os concheiros de Muge e descreveu alguns dolmens ou antas de Portugal, e Nery Delgado, que fez descobertas nas grutas de Cesareda e Furninhas[5]. Mas a investigação arqueológica foi ainda mais desenvolvida e sistematizada por Francisco Martins Sarmento e Alberto Sampaio que fizeram importantes descobertas na busca das origens do povo português. Francisco Martins Sarmento inaugurou a arqueologia de

[3] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 22.
[4] SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol I. p. 195.
[5] SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol V. p. 340 – 341.

castros, na região do Minho, buscando as origens étnicas mais remotas do país, bem como a origem organizacional do território. Desde 1874 até sua morte, em 1899, dedicou-se ao estudo da Citânia de Briteiros, onde fez importantes descobertas sobre a origem do povo português. Já Alberto Sampaio dedicou-se ao período posterior, desde a invasão dos romanos até a fundação do estado nacional no século XII[6].

Em 1886 é publicado o trabalho de Émile Cartailhac intitulado *"Lês age préhistoriques de l'Espagne et du Portugal"*, que sintetiza as descobertas dos pesquisadores portugueses e as divulga em outros países[7].

O desenvolvimento da arqueologia em Portugal, com suas descobertas, o congresso em Lisboa de 1880 e o ambiente acadêmico parecem ter influenciado muito o jovem Ricardo Severo. No ano seguinte ao seu ingresso na Academia Politécnica, escreve seu primeiro artigo científico com co-autoria de Fonseca Cardoso, intitulado "Notícias Arqueológicas sobre o monte da Cividade", publicado na Revista Guimarães, em 1886. Apresenta descobertas arqueológicas feitas em um castro na freguesia do Bagunte, que compara com as descobertas de Francisco Martins Sarmento na Citânia de Briteiros. O próprio Sarmento escreve um comentário sobre o artigo, na mesma revista, elogiando-o[8].

2.3. Sociedade Carlos Ribeiro e a Revista de Ciências Naturais e Sociais

No fim da década de 80 um grupo de jovens intelectuais, alguns ainda estudantes, cria a Sociedade Carlos Ribeiro, com a intenção de promover e divulgar os estudos de ciências naturais em Portugal através de conferências públicas, publicações periódicas e avulsas, organização de museus e exposições. Seu nome era uma homenagem ao famoso arqueólogo, o que evidenciava as intenções dos seus criadores. A sociedade tinha como membros fundadores: Júlio de Matos, presidente; Basílio Teles, vice-presidente; António Augusto da Rocha Peixoto, secretário-geral; Artur Augusto da Fonseca Cardoso, tesoureiro; Alfredo Xavier Pinheiro; João Barreira e Ricardo Severo[9]. Em 1898, Severo

[6] SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol V. p. 496 – 497.
[7] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Vol 1. Lisboa: Editorial Enciclopédia. p. 19.
[8] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 42 e p. 72.
[9] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia", Vol 25. p. 583 - 584.

aparece como tesoureiro da sociedade. Apesar de não ter assumido, a princípio, nenhum cargo de maior relevância, sua presença foi significativa nos artigos que escreveu para o principal veículo de comunicação da sociedade, a Revista de Ciências Naturais e Sociais[10].

A Revista de Ciências Naturais e Sociais foi lançada em 1890 e tinha a intenção de divulgar as pesquisas científicas, em consonância com a Sociedade Carlos Ribeiro. Tratava-se de uma publicação trimestral e foi se organizando ao longo dos anos. Estava dividida em quatro seções: Memórias Originais, responsável pela divulgação das pesquisas e subdividida nas áreas Paleoetnologia, etnologia, etnografia, geologia, botânica e zoologia; Bibliografia, que apresentava resenhas de livros ligadas ao tema da revista; Notícias, com notícias ligeiras e Os Mortos, que homenageava cientistas portugueses já falecidos. A partir do terceiro volume surgiram mais duas seções: História da Ciência e Vária, esta segunda seção muito parecida com a seção Notícias[11].

A revista contou com a colaboração de intelectuais portugueses e estrangeiros. Severo escreveu dezesseis artigos, a maioria nas seções Bibliografia, Notícias, Os Mortos e Vária. Mas dois artigos merecem mais atenção: o primeiro, escrito em 1890, intitulado "Primeiros vestígios do período neolítico na província de Angola", publicado no primeiro volume da Revista, e outro sobre a vida e obra de Carlos Ribeiro[12]. Além desses artigos, Severo ainda escreveu um importante estudo sobre o trabalho de Émile Cartailhac, que traduziu e ampliou com algumas contribuições pessoais[13].

2.4. Severo e o movimento republicano

Severo, praticamente nada escreve sobre o republicanismo antes de sua ida definitiva ao Brasil, em 1908. Já em terras brasileiras, ao contrário, o tema esteve presente em grande parte das suas conferências, principalmente depois da vitória

[10] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 41.
[11] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 43.
[12] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 43- 44.
[13] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia", Vol 28. p. 618 - 619.

republicana em 1910. No entanto, seu engajamento no movimento republicano, quando ainda estava em Portugal, é incontestável, culminando com a sua participação na revolta de 31 de janeiro de 1891, no Porto[14].

A adesão ao movimento republicano parecia ser uma conseqüência natural para um jovem cientista como Severo naquele momento histórico. O republicanismo se apoiou e se justificou na ciência como forma de confirmar sua legitimidade, o que cativou muitos jovens intelectuais de então. A crença num sentido evolutivo da história que culminaria na república como conseqüência natural do caráter étnico da nação, unia os ideais românticos de raça e nação com o universalismo iluminista, fazendo com que grande parte dos cientistas da época, principalmente aqueles dedicados ao estudo das origens do seu povo, se tornassem republicanos.

Para Severo, sua juventude e o interesse pelas ciências, nomeadamente a arqueologia, coincidiram com a proposta expansionista do mapa cor-de-rosa, o *Ultimatum* britânico e as comemorações Camonianas. Ou seja, houve um encontro muito propício entre seus interesses científicos e o contexto político no cenário portuense, já tradicionalmente liberal e republicano. Severo se enquadrou na chamada geração de 90, dos jovens intelectuais republicanos comparados com outra geração, a de 70, que em comum tinham o republicanismo e a admiração por Comte e seu Positivismo[15].

Após sua ida definitiva ao Brasil, retorna ao tema do republicanismo. Proferiu diversas conferências onde tratou do assunto, entre 1910 e 1923, todas nos Centros Republicanos Portugueses de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Entre essas conferências, deve-se destacar aquela intitulada "As Origens da Nacionalidade Portuguesa", apresentada no dia 22 de julho de 1911, que foi publicada em 1923 pelo governo português e distribuída pelas escolas do seu país natal[16].

[14] SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista". p. 512.
[15] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 39.
[16] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 48.

2.5. A primeira ida ao Brasil, casamento e retorno

Depois do fracasso da revolução e já formado pela Academia Politécnica, Severo procura o Ministro da Fazenda, Dr. Oliveira Martins, historiador e seu amigo. Consegue um emprego como engenheiro nos Caminhos de Ferro de Portugal, mas o pagamento irrisório que lhe é oferecido, 30$000 (30 mil réis) mensais, faz com que desista da oferta e comunique a seu pai que decidira tentar a sorte no Brasil[17].

Alguns autores afirmam que sua mudança para o Brasil foi motivada por uma eventual perseguição monarquista após seu envolvimento no levante republicano[18], mas, se de fato tivesse sido perseguido, não teria procurado o próprio ministro da fazenda para lhe pedir trabalho. O mais provável é que Severo, como tantos outros portugueses de seu tempo, tenha ido ao Brasil em busca de uma oportunidade de trabalho onde seus títulos e conhecimentos fossem mais valorizados.

É certo que em 1892 Ricardo Severo já estava em São Paulo, mas não se tem certeza se aportou diretamente nessa cidade ou se primeiro foi ao Rio de Janeiro. Caso tenha chegado ao Rio de Janeiro, é provável que desembarcou ainda em 1891 e foi recebido por outro republicano português, Ramalho Ortigão, mas tenha desistido de lá ficar, pois a capital fluminense enfrentava uma grave epidemia de febre amarela[19]. Ao chegar em São Paulo, Severo teria se hospedado na casa do irmão de Heitor Cunha[20], na Rua da Glória, fato contestado pelo Dr. Armando Lébeis, que afirmou que Severo, ao chegar na cidade, hospedou-se no Grande Hotel de França, cujo proprietário era o avô do Dr. Armando Lébeis, Guilherme Lébeis[21].

---

[17] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 22.
Cf - Silva Bastos também menciona esse acontecimento em um artigo sobre a casa de Ricardo Severo no Porto, publicado no *Diário Ilustrado*, em 13 de maio de 1906.

[18] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 54.

[19] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 54.

[20] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 27.
Cf - Heitor Cunha se tornou amigo pessoal de Ricardo Severo e escreveu um artigo em sua homenagem intitulado "Ricardo Severo foi um grande paulista antes de tudo", publicado no *Correio Paulistano* em 31/01/1954.

[21] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 22 – 23.

Em 1892, já instalado na capital paulista, escreve e publica um artigo no jornal *Correio Paulistano* sobre o recém criado Museu Sertório, atual Museu Paulista. Critica a organização geral do museu, bem como a falta de documentação etnográfica e pré-histórica. Esse artigo tinha como precedente o livro escrito por Rocha Peixoto que criticava o Museu Municipal do Porto, publicado pela Sociedade Carlos Ribeiro[22] e resenhado por Severo na Revista de Ciências Naturais e Sociais[23]. O texto tornou-se tão famoso que o próprio Rocha Peixoto acabou por assumir a direção do museu no Porto. O artigo de Severo tinha uma clara intenção de autopromoção, talvez inspirado em Rocha Peixoto, o que parece ter resultado, pois a polêmica gerada por seu artigo fez com que Severo fosse apresentado ao Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, Alfredo Maia, que por sua vez apresentou-o a Francisco de Paula Ramos de Azevedo. Esse contato lhe garantiu um emprego, como auxiliar, na firma de Ramos de Azevedo, onde trabalhou de 1893 a 1895[24].

Também nessa época, seu colega na Academia Politécnica, Carlos Villares, apresentou-lhe a família Dumont, cujo patriarca, Henrique Dumont, era um rico cafeicultor conhecido como rei do café do Brasil e pai do aviador Alberto Santos Dumont. Carlos Villares e seus irmãos, Guilherme e Eduardo, entraram em contato com a família Dumont quando Eduardo trabalhou com o filho mais velho de Henrique Dumont, também chamado Henrique, na construção da estrada de ferro Mogiana. Os três irmãos Villares casaram com as filhas do rei do café, respectivamente: Eduardo com Cocota Santos Dumont (1885), Guilherme com Virginia Santos Dumont (1886) e Carlos com Gabriela Santos Dumont (1891)[25]. Severo teve o mesmo destino e ficou decidido que casaria com a filha solteira mais velha de Henrique Dumont, Sophia, apesar da sua declarada simpatia pela filha mais moça, Francisca. Mas o improvável aconteceu e

[22] PEIXOTO, Rocha. "O museu municipal do Porto". Porto: Sociedade Carlos Ribeiro, 1888.
[23] SEVERO, Ricardo. "O museu do Porto de Rocha Peixoto", in "Revista de Ciências Naturais e Sociais", Vol. I fasc. 1, 1890. p. 41.
[24] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 76.
[25] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 76

Sophia morreu repentinamente, vitimada pela febre amarela. Severo, então, acabou por se casar com Francisca Santos Dumont, em 1893[26].

Severo e Francisca tiveram dez filhos, dos quais oito sobreviveram[27]. São eles: José (1897), que se formou engenheiro e se casou com Maria Lopes Fonseca; António (1902), arquiteto, permaneceu solteiro; Francisca (1904), que se casou com Ernesto Seara Cardoso; Madalena (1905), que se casou com José Brioschi Junior; Isabel (1908), que se casou com Armando Lébeis; Maria (1910), que se casou com Rafael Falcão Leite; Laura (1917), que se casou com Ernesto Seara Leite; Elisa (1921), que se casou com João Osório de Oliveira Germano[28]. Desses, os quatro primeiros, José, Antônio, Francisca e Madalena, nasceram em Portugal.

Pouco após o casamento de Severo e Francisca, Henrique Santos Dumont adoeceu e decidiu mudar-se para o Porto aonde veio a falecer. Antes de partir, vendeu sua fazenda por doze mil contos de réis e distribui mil contos para cada filho. Com a parte que lhes cabiam, Severo e Francisca também se mudaram para o Porto, onde ele pôde, agora financeiramente garantido, dedicar-se à atividade de pesquisador, junto de seus velhos companheiros portuenses.

2.6. De volta ao Porto e Portugália

Severo e Francisca já estavam no Porto em 1895[29]. Pôde então voltar à arqueologia, escrevendo novamente para a Revista de Ciências Naturais e Sociais até 1898, quando anuncia o fim da revista no artigo supra mencionado sobre Carlos Ribeiro. No mesmo número, Rocha Peixoto escreveu um artigo específico sobre o fim da

[26] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 22 - 23.
[27] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 55.
[28] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 24.
[29] Cf– no livro de Carlos Lemos sobre o escritório de Ramos de Azevedo, há uma fotografia de Ricardo Severo e Francisca tirada no Porto em junho de 1905.
LEMOS, Carlos. "Ramos de Azevedo e seu escritório". São Paulo: Pini, 1993.

Sociedade Carlos Ribeiro e da Revista de Ciências Naturais e Sociais e anunciou a continuidade dos trabalhos em uma nova publicação, melhor e de maior alcance[30].

O primeiro número da Revista *Portugália: Materiaes para o estudo do povo portuguez*[31] foi lançado em 1898 e a publicação manteve-se até 1908, num total de oito fascículos agrupados em dois volumes. Seu corpo diretivo e editorial era composto pelos mesmos homens que trabalhavam na Revista de Ciências Naturais e Sociais, com um corpo de colaboradores ainda maior, com Ricardo Severo como diretor, Rocha Peixoto como redator chefe e Fonseca Cardoso como secretário. Inteiramente custeada pelo seu diretor, contava com apenas 120 assinantes[32], o que certamente não era necessário para sua manutenção. E por isso mesmo, sua periodicidade era irregular e teve um fim abrupto.

A revista era dividida em três grandes partes, que, por sua vez, eram subdivididas: *Memórias*, com os textos mais longos sobre as pesquisas que eram feitas no país e no exterior; *Varia*, subdividida em *Notas e Communicações*, *Notícias* e *Os Mortos*, trazia informações curtas, além de homenagens a pesquisadores já falecidos; *Bibliografia*, subdividida em *Livros e Opúsculos* e *Publicações Periódicas*, com resenhas de livros e outras publicações.

O foco da *Portugália*, como o título confirma, era o estudo do povo português, suas etnias e culturas, também evidente no lema Pola Grey (pelo povo)[33], estampado nas

[30] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 44.

[31] Cf - Todos os fascículos da Portugália foram digitalizados pela Biblioteca Nacional e estão disponíveis no link: http://bnd.bn.pt/j-1474-b/ficha.html.

[32] Cf - "Ricardo Severo que custeou todas as despesas (120 assinantes!), nada poupou para que sua revista, o seu sonho e dos seus amigos, se apresentasse com as vistosas galas da arte portuguesa e com as louçanias das nossas industrias nacionais no arranjo decorativo de um representativo museu".
BARREIRA, João. "Ricardo Severo". Revista Seara Nova. Lisboa, 20/04/1940. p. 87-88.

[33] Cf - Em discurso proferido no dia 3/09/1968, o então cônsul geral de Portugal em São Paulo, Dr. Luiz Soares de Oliveira, afirma que Póla Grey era uma invocação do lema de D. João II.
GUIMARÃES, Alberto Prado (org). Homenagem a Ricardo Severo: Centenário de seu nascimento 1869-1969. São Paulo: s/ed., 1969. p. 29.

capas da revista. O próprio Severo evidencia isso no editorial do primeiro fascículo datado de 1 de setembro de 1898, onde diz[34]:

"Será desde o primeiro tomo um archivo nacional de materiaes para o estudo do povo portuguez, monographias a toda uma collectividade desde as suas origens, considerando o individuo, as raças, os povos, na sua natureza íntima e modos de ser, usanças, civilizações, história...

Admitida a civilização portuguesa actual como um organismo ethnico com vida própria independente – com razões de ser de ordem ethnologica e histórica – procura-se estudal-o por todos os seus aspectos, definindo a natureza e relações dos próprios elementos, a physiologia e mesologia da vida orgânica e habitat, *accentuando os caracteres específicos que formam e explicam actualmente os tipos nacionais.*

Estudar-se-a o povo portuguez, medindo-o, classificando-o em séries e gráphicos, separando-o em grupos de determinado aspecto ethnico, recolher-se-hão todas as manifestações da vida popular, de hoje e do passado, especialisando as formas e caracteres que naturalmente representam o typo physico, moral, intellectual do homem e das povoações que ocupam os nossos vales e serranias".

Ainda, ao fim da revista, uma breve descrição afirma que esta apresenta[35]:

"MONOGRAPHIAS GERAES E PARCELLARES SOBRE":

"Palehtnologia

Origens ethnicas do povo portuguez. Civilização primitiva desde os tempos ditos eolithicos. Architectura prehistorica. Os tempos protohistoricos. A idade dos metaes: as cividades e os castros; mapa da sua distribuição. A epocha romana: vias e estações militares; monumentos; as necrópoles. Mappa palehtnologico do paiz.

[34] SEVERO, Ricardo. *"Portugália: Materiaes para o estudo do povo portuguez". Porto, 1898. Tomo I, fascículo 1.*
[35] *"Portugália: Materiaes para o estudo do povo portuguez". Porto, 1898. Tomo I, fascículo 1.*

Anthropologia

Raças primitivas da lusitânia. A população portuguesa. Seus caracteres anthropometricos: craneometria, estaturas, etc.; côres de olhos, cabellos e pelles. Mappa dos caracteres anthropologicos das varias regiões do paiz. Destrinça das influencias ethnicas que determinam a formação do portuguez actual. Esthesiometria. Demogrphia.

Ethnographia

Habitação do povo portuguez. Alimentação; recursos naturaes do solo. Vestuário. Mobiliario domestico. O trabalho. A vida, a economia e a alfaia agrícolas. A caça. A pesca. As industrias populares no presente e no passado. Esthetica popular: a architectura, a esculptura. Formas sociaes. Formas da vida religiosa. Formas da vida especulativa."

Durante o período em que publicou a Portugália, Severo viajou por boa parte de seu país natal, em pesquisas de campo, recolhendo matérias, realizando pesquisas arqueológicas em diversas estações que fundou, principalmente no norte do país, sendo muito rigoroso e preciso com a coleta, descrição, documentação e classificação dos materiais por ele coletados[36]. Todo esse espólio documental e instrumental da Portugália foi herdado pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia[37].

Percebe-se, assim, que Severo era um grande valorizador e conhecedor da cultura nacional, incluindo suas manifestações arquitetônicas, o que influenciou o seu primeiro projeto. Foi nessa época, poucos anos após seu retorno a Portugal, que construiu pra si e sua família a casa na antiga Rua do Conde, hoje Rua Ricardo Severo, na freguesia da Cedofeita, no Porto.

[36] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 46.
[37] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", Vol 28. p. 618 - 619.

2.7. Volta ao Brasil

Quando decidiu voltar para Portugal, deixou, administrando sua fortuna, seus irmãos que haviam emigrado para o Brasil depois dele. Ao mesmo tempo, a Portugália não gerava lucros, só gastos, e, em dado momento, Severo começa a sentir dificuldades financeiras agravadas pela má administração de seus bens no Brasil. Vê-se então, mais uma vez, obrigado a abandonar seu país natal.

De volta ao Brasil, em 1908, Severo chega a uma São Paulo muito diferente da que tinha deixado. O crescimento populacional somado ao crescimento da economia cafeeira tinham alterado muito a paisagem urbana. Reencontra Ramos de Azevedo e é convidado a se associar ao escritório, ficando responsável pela chefia da Companhia Iniciadora Predial (outra empresa de Ramos de Azevedo). Parece curioso que Severo tenha conseguido um lugar de destaque de forma tão rápida, mas ele era muito preparado e bem relacionado. Ramos de Azevedo deve ter reconhecido essas qualidades e assim convidou-o a assumir a chefia da sub-empresa, um ano após o escritório ter passado por uma reformulação a fim de organizá-lo de modo empresarial para atender à crescente demanda de trabalhos, o que exigiu uma melhor distribuição das tarefas. Severo assumiu, a princípio, um papel administrativo, cuidando das finanças, mas também acompanhou muito das obras e foi responsável por projetos de importantes edifícios erguidos no estado de São Paulo.

Para que se entenda a relevância do escritório de Ramos de Azevedo é necessário conhecer seu fundador e sua estrutura.

Francisco Paula Ramos de Azevedo nasceu em São Paulo em 1851, mas se dizia "campineiro", pois cresceu e iniciou sua carreira profissional na cidade de Campinas. Era filho de um comerciante português e casou-se com uma jovem rica filha de um grande fazendeiro paulista. Formado na Bélgica, foi um homem inteligente e muito bem relacionado que conseguiu criar a maior empresa de projetos e construção do estado de

São Paulo, entre o fim do século XIX e início do século XX. Como explica Carlos Lemos[38]:

"Ramos de Azevedo cruzou o século como o arquiteto oficial do governo e arquiteto de toda a classe alta. Seu escritório concluiu milhares de obras, dominando o panorama das edificações e remodelando a cidade. Podemos dizer mesmo que aos outros construtores, em certa época, ficavam as sobras, aquilo que o talentoso brasileiro não quisesse fazer".

O *Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo* tinha uma produção muito bem organizada, quase industrial, apoiada em uma estrutura criada pelo próprio Ramos de Azevedo. Para o fornecimento de materiais contava como a Importadora Ernesto Castro, de seu genro, a Cerâmica Vila Prudente e a Serraria Geral, das quais era dono. Para garantir uma mão-de-obra qualificada, transformou a *Sociedade Propagadora de Instrução Popular* no *Liceu de Artes e Ofícios*. Por fim, criou o primeiro banco de financiamento imobiliário de São Paulo, a *Companhia Iniciadora Predial*, que financiava construções em terrenos a ela hipotecados e era dirigida por Ricardo Severo[39].

Severo permaneceu na empresa de Ramos de Azevedo desde seu retorno ao Brasil em 1908, até sua morte em 1940, assumindo a liderança após a morte do seu fundador, junto de Arnaldo Dumont Villares, quando a empresa foi batizada de *Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo – Severo e Villares e Cia. Ltda.* Após a morte de Ricardo Severo, o nome de Ramos de Azevedo foi retirado e a empresa passou a se chamar apenas *Severo e Villares e Cia. Ltda.*, sob o comando de Arnaldo Dumont Villares (morto em 1965) e do filho de Ricardo Severo, Antônio Severo. A empresa se tornou uma mera administradora de bens imobiliários nos anos de 1980, até ser comprada, em 1991, pela *holding* Partisil[40].

---

[38] LEMOS, Carlos A. C. "Alvenaria Burguesa: Breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café" . São Paulo: Editora Nobel, 1989. p. 110 – 111.
[39] LEMOS, Carlos A. C. "Alvenaria Burguesa: Breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café". p. 113 - 116.
[40] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 58.

Paralelamente ao trabalho no escritório de Ramos de Azevedo, Severo se destacou no seio da comunidade portuguesa abrigada em São Paulo. Pertencia a uma pequena parcela desses imigrantes lusos, a da elite rica e educada. Foi esse grupo que assumiu as iniciativas de organização dos portugueses residentes no Brasil em associações e agremiações. Proferiu muitas conferências além de outras atividades como a criação da Revista Portuguesa, em 1930, da qual era diretor presidente, que tratava de assuntos variados, desde ciências como história, arqueologia e geografia, passando pelas artes, chegando até assuntos relacionados à indústria e ao comércio[41].

Além da colônia lusitana, Severo buscou relações com intelectuais do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo (IHGSP) e também travou contato com os proprietários do jornal *O Estado de São Paulo*, que se tornou um veículo de divulgação de suas idéias.

Com o apoio da colônia portuguesa, interessada em reforçar os laços que havia entre os dois países, do IHGSP e do jornal *O Estado de São Paulo*, um conhecido reduto de nacionalistas, Severo pode, na união desses três elementos, defender sua busca por uma arquitetura nacional brasileira, a partir de sua história comum com Portugal. Estava, então, amparado para sua campanha pela arte tradicional.

A busca romântica por uma arquitetura nacional a partir da arquitetura produzida no passado foi muito comum não só na Europa oitocentista, mas também nas Américas, com movimentos neocoloniais e outras variações. Severo, dentro desse contexto, defende a arquitetura produzida no Brasil durante o período colonial, como a melhor expressão da identidade brasileira. Se no artigo sobre o Museu Sertório já esboçava essa idéia, o discurso "Culto a Tradição" (IHGSP – 1911) e as conferências "Arte Tradicional no Brasil" (Sociedade de Cultura Artística – 1914 / Grêmio Politécnico de São Paulo - 1916) vão afirmar essa posição[42].

[41] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 52.
[42] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 47 – 49.

O "Culto a Tradição" não tratava especificamente de arquitetura. Já a primeira conferência sobre "Arte Tradicional no Brasil", intitulada de "A Casa e o Templo", trazia a proposta da busca de uma arquitetura nacional a partir do reconhecimento dos elementos tradicionais e condenando a arquitetura eclética. Severo afirma que "É portanto ao período histórico da colonização portuguesa que temos de ir procurar as origens da arte tradicional no Brasil"[43]. Para que se consiga produzir uma arquitetura inspirada nessa anterior, era necessário um efetivo reconhecimento de seus elementos a partir de um levantamento arqueológico. Alguns desses elementos já estavam presentes na conferência de 1914, mas no fim da mesma década, Severo financia uma viagem de estudos feita por Jose Washt Rodrigues[44], para que ele registrasse a arquitetura antiga de algumas cidades históricas brasileiras.

Severo teve muitas oportunidades para colocar em prática suas idéias e, em 1916, constrói seu primeiro projeto neocolonial. Tratava-se de um palacete para o banqueiro Numa de Oliveira, que foi construído na Avenida Paulista, onde aplicou muito desse vocabulário de elementos arquitetônicos que considerava característico da arquitetura colonial brasileira. No entanto, Nestor Goulart Reis Filho[45], atribui a primeira obra neocolonial de São Paulo ao arquiteto de origem francesa e educado na Argentina, Victor Dubugras[46]. Ele construiu uma casa para Névio Barbosa, em 1914, já com elementos neocoloniais. Esse projeto de Dubugras era muito menos profuso em elementos

[43] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo", in "Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu nascimento 1869 – 1969". São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1969. p. 44.

[44] Cf - Jose Washt Rodrigues era pintor, desenhista e ceramista paulistano. Depois de um período de estudos em Paris, regressa ao Brasil e acaba por se envolver na campanha da arte tradicional. Posteriormente abandona o movimento quando se alinha às idéias modernistas. Os desenhos feitos por ele nessa viagem ficaram com Ricardo Severo até a morte deste em 1940. Severo esperava publicá-los em um livro, chamado "A Arte Colonial", o que nunca aconteceu. Mas esses desenhos acabaram por voltar às mãos de seu autor que os publicou em um livro de sua autoria chamado "Documentário Arquitetônico". SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 65.

[45] Cf - Nestor Goulart Reis Filho é historiador de arquitetura e autor de diversos trabalhos entre eles "Quadro da arquitetura no Brasil" e "Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras".

[46] Cf - Victor Dubugras não era fiel a um estilo arquitetônico, passou por todos, do ecletismo ao modernismo racionalista. Antes de Severo construir a Casa de Numa de Carvalho na avenida Paulista, o banqueiro viviam em uma casa Art-Nouveau desenhada por Dubugras.

decorativos do que o de Severo. Entretanto, mais tarde, ele desenhou projetos mais neocoloniais[47].

Na comparação entre Ricardo Severo e Vitor Dubugras, Yves Bruand afirma:

"*A distinção alcançada com naturalidade, sem esforço aparente, por Ricardo Severo, não podia ser encontrada por Vitor Dubugras; devido as suas origens e formação, este não podia ter a mesma sensibilidade aguçada do português em relação à arquitetura luso-brasileira, nem o mesmo conhecimento profundo dos mais ínfimos detalhes. Era bem diferente, portanto o espírito que o animava: não se preocupava em empregar os mesmos materiais da época colonial, nem em reproduzir um repertório decorativo fiel, limitando-se a um certo parentesco formal, sem jamais se ater ao respeito de princípios absolutos*". [48]

Apesar de ter sido o responsável por projetos de muitos edifícios através do escritório de Ramos de Azevedo, Severo não se considerava um bom arquiteto, dizendo que suas obras eram "*meros ensaios ou primeiras tentativas*"[49]. Não desenhava e costumava "ditar" seus projetos para colaboradores que os concretizavam. Nesse processo ergueu importantes obras como a já citada residência Numa de Oliveira, a residência Rui Nogueira, a Júlio de Mesquita, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a casa José Moreira e as Beneficências Portuguesas de Santos e Campinas, entre outras. Também construiu para si e sua família duas residências, a primeira na cidade de São Paulo, conhecida como a Casa Lusa, na Rua Taguá e a Casa Praiana, na Praia de Pitangueira, na cidade de Guarujá, litoral do Estado de São Paulo.

Apesar de seu interesse pela arquitetura colonial, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco foi construída onde antes havia um convento franciscano demolido por Severo para a construção do novo edifício. Do antigo convento só foi preservado o

[47] REIS FILHO, Nestor Goulart. "Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras" . São Paulo: FBPS, 1997. p. 184.
[48] BRUAND, Yves. "Arquitetura contemporânea no Brasil". São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.
[49] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". *Op. Cit.* p. 32.

claustro e suas arcadas. Todo o processo de concepção e execução do edifício foi descrito no artigo "Reminiscências – A casa da faculdade de Direito de São Paulo 1634 – 1937"[50].

O escritório de Ramos de Azevedo, sob a supervisão de Severo, também construiu o Pavilhão das Indústrias de Portugal para a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, entre 1922 e 1923. É provável que o convite para a realização desse projeto tenha partido Duarte Leite, amigo de Severo e cônsul de Portugal no Brasil, cujo filho casou-se com uma das filhas de Severo, Maria. O projeto evidencia as relações muito próximas que mantinha com a colônia portuguesa. O Pavilhão foi depois desmontado e reconstruído em Lisboa, no Parque Eduardo VII e rebatizado de Pavilhão Carlos Lopes[51].

A arquitetura neocolonial foi, de início, um movimento vanguardista que contou com o apoio de intelectuais conhecidos como Monteiro Lobato e até do presidente da república, Washington Luís. No Rio de Janeiro seu principal defensor foi o médico José Mariano Filho que chegou a escrever o "Decálogo do Arquiteto Brasileiro" e teve como discípulo Lúcio Costa, que depois renegou o movimento pela arte tradicional aderindo ao modernismo. Mas também teve opositores ferrenhos como o arquiteto Christiano Stockler das Neves, um defensor da arquitetura eclética, que considerava os portugueses um "*povo avesso ao bom gosto*"[52]. A arquitetura neocolonial propunha uma colagem de elementos decorativos copiados de edifícios construídos durante o período colonial. A arquitetura feita nesse período é essencialmente barroca e são os edifícios religiosos os exemplos mais profusos em decorações, e por isso mesmo as principais fontes de inspirações dos defensores da arte tradicional. Talvez seja essa uma das grandes contradições do movimento: construíram edifícios civis com ornamentos estranhos a eles.

---

[50] SEVERO, Ricardo. "Reminiscências – A casa da faculdade de Direito de São Paulo 1634 – 1937", in "Revista da Faculdade de Direito de São Paulo", v. 34, fascículo I, 1938. p 11-30.

[51] Cf - Joana Mello de Carvalho Silva, afirma que o projeto do Pavilhão é de autoria de Ricardo Severo e cita como fonte bibliográfica o texto de Manuel Rio-Carvalho na "Enciclopédia História da Arte em Portugal" da editora Alfa. Rio-Carvalho afirma que a replica foi "*levantada no parque Eduardo VII, em Lisboa pelos irmãos Rebelo Andrade*".
SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 66.
RIO-CARVALHO, Manuel. "História da Arte em Portugal", vol 11, "Do romantismo ao fim do século". Lisboa: Editora Alfa, 1986. p. 17 – 18.

[52] GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 8.

É curioso reparar que os principais executores da arquitetura neocolonial, pretensamente uma arquitetura "brasileira", eram estrangeiros: Ricardo Severo, português; Victor Dubugras, franco-argentino; Georg Przyrenbel, polaco e Ranzini, italiano[53].

O último projeto de Severo foi a residência Rui Nogueira, que construiu em 1939, e o artigo sobre a Faculdade de Direito do Largo São Francisco foi seu último trabalho escrito. Nessa fase de sua vida já não defendia a campanha pela arte tradicional com o vigor de outrora, pois foi, ao longo da vida, percebendo um gradativo afastamento cultural dos dois países. No ano seguinte à construção da residência Rui Nogueira, em 1940, Severo morre, repentinamente, em sua casa na Rua Taguá, no dia 3 de abril. [54]

Ricardo Severo teve seu mérito reconhecido tanto no Brasil quanto em Portugal. Recebeu algumas condecorações, entre elas a Grã-Cruz da Ordem de Santiago de Espada (Portugal), o Colar de Palmas de Louro da Academia Real das Ciências de Lisboa (Portugal) e foi o primeiro estrangeiro a receber Comenda do Cruzeiro do Sul (Brasil)[55]. Ele ficou muitos anos sem vir a Portugal, mas, já no fim da vida, visitou duas vezes seu país natal e sua quinta minhota em Bagunte. Em uma dessas visitas foi convidado para um almoço promovido pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da qual foi aclamado sócio honorário. Nesse almoço, realizado no dia 10 de dezembro de 1935, Severo proferiu um discurso em que lembrou seus trabalhos como arqueólogo na Sociedade Carlos Ribeiro e depois à frente da revista Portugália[56].

2.8. Severo e a origem da nacionalidade portuguesa

Em 1911 Ricardo Severo profere uma conferência no IHGSP intitulada "Origens da Nacionalidade Portuguesa", na qual traz à tona toda experiência e conhecimentos adquiridos nos anos de pesquisa em Portugal. Essa conferência foi publicada em 1924,

[53] LEMOS, Carlos A. C. "Ecletismo em São Paulo", in FABRIS, Annateresa. "Ecletismo na arquitetura Brasileira". São Paulo: Nobel, 1987.
[54] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 69.
[55] "Curriculum Vitae de Ricardo Severo", in GUIMARÃES, Alberto Prado (org). "Homenagem a Ricardo Severo: Centenário de seu nascimento 1869-1969". p. 2.
[56] "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Editorial Enciclopédia", Vol 28. p. 619.

quando foi distribuída pelas escolas de Portugal, pois tinha sido reconhecida como obra de utilidade pública. Depois foi novamente publicada, em partes, dentro da Revista Portuguesa, entre 1930 e 1937. Nesse trabalho Severo defende que a origem da nação portuguesa não está na fundação do estado, como acreditava Alexandre Herculano, mas na união entre seu povo, com suas diferentes etnias e seu território. A conferência reflete a dedicação que Severo destinou ao conhecimento de seu próprio povo e país e a afirmação destes como uma nação independente desde tempos remotos e não como conseqüência da invenção de um estado. Sendo assim, suas especificidades culturais como sua arquitetura refletem sua autonomia cultural como nação única já formada há muito tempo.

Na publicação de 1924 temos o trabalho dividido em seis capítulos, sendo eles: O território; As civilizações pré-históricas; Os tipos antropológicos; O quadro dos povos primitivos; A Lusitânia e os Lusitanos; As origens pré-históricas da nacionalidade.

No primeiro capítulo, Severo apresenta a Península Ibérica isolada do mundo pelos oceanos que a cercam e pela cadeia montanhosa que a separa do resto da Europa. Nessa península, o território português já estaria definido "*principalmente pela disposição das suas bacias hidrográficas*"[57] que o separa do território espanhol, portanto um território já propício para uma evolução cultural independente.

No capítulo seguinte apresenta A origem pré-histórica do povo português, que teria sido descoberta a partir das pesquisas de Carlos Ribeiro, "*fundador dos estudos arque-geológicos em Portugal*"[58], no vale do Tejo. Severo identifica um primeiro estágio evolutivo chamado Idade da Pedra, dividido em três períodos; o *Eolítico* (terciário), quando os homens eram caçadores que habitavam em cavernas; o *Paleolítico* (quaternário), quando os homens já começaram a criar animais, cultivar a terra, ensaiar uma indústria rudimentar e enterrar seus mortos; é nesse estágio que se inicia a produção artística com as pinturas nas paredes de cavernas. E por fim o período *Neolítico* que

[57] SEVERO, Ricardo. "Origens da nacionalidade portuguesa ". Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924. p. 10.
[58] SEVERO, Ricardo. "Origens da nacionalidade portuguesa ". Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924. p. 14.

marca o fim da Idade da Pedra, quando a indústria deixa de ser de pedra lascada e passa a ser de pedra polida. Começa um novo estágio chamado de Idade dos Metais, que é dividido em três outros períodos: a Idade do Cobre, a Idade do Bronze e a Idade do Ferro.

Nesses períodos as populações viviam no alto dos montes, protegidas por muralhas fortificadas e se opondo a invasão de outros povos. Essas acrópoles são chamadas de Castros ou Cividades que foram muito estudados no norte de Portugal por Martins Sarmento. A partir dos estudos dessas acrópoles e de suas necrópoles, Severo afirma a existência de um povo ibérico anterior às influências externas, que ainda persiste em regiões montanhosas do norte português, enquanto no litoral outras influências alteraram os tipos étnicos e seus costumes[59].

Nesse momento, Severo tenta buscar uma pureza genealógica na origem do povo português quando afirma que "*graças a sua posição geográfica*", o povo *Lusitano*, na sua origem, é "*Formado por um grupo de tribus, pertencentes à migração árica que primeiro penetrou na Europa,...êste povo manteve-se no Noroeste da Espanha com sua velha língua, os seus velhos costumes, a sua velha civilização, emfim, até a conquista romana*"[60]. No entanto não podia negar que o atual povo português é formado por diferentes etnias e tenta identificá-las no capítulo seguinte.

Severo identifica "*Os tipos antropológicos*" e os relaciona em grupos, sendo o primeiro chamado de Raça Primitiva Dolicocéfala, também chamado de *Homo Mediterraneus* ou *Homo Arabicus*, que seriam os povos mais antigos encontrados na bacia do Mediterrâneo, cujos representantes atuais ainda persistem nas montanhas do Alto-Minho, Trás-os-Montes e Beira.

O segundo tipo é a Raça Braquicéfala, também chamado de *Homo Alpinus*, *Céltica ou Celta-Slava: Ligure*. Seriam os primeiros emigrantes pré-históricos que chegaram no Período Neolítico, sendo raros os tipos puros hoje em dia.

---

[59] Cf - Severo menciona o trabalho do arqueólogo Pierre Paris intitulado "Ensaio sobre a arte e a industria da Espanha primitiva", que procura provar a existência desse povo ibérico original que, segundo o autor, ainda persiste no noroeste e no centro da península.
SEVERO, Ricardo. "Origens da nacionalidade portuguesa ". p. 24 - 25.

[60] SEVERO, Ricardo. "Origens da nacionalidade portuguesa ". p. 28.

Por fim, o terceiro tipo é a Raça Dolicocéfala Harmónica, também chamado de *Homo Europæus*. Com olhos claros, cabelos loiros ou ruivos e tez branca. Foram descobertos em necrópoles da Idade do Ferro. Essa raça também é conhecida por nórdica, quínrica, teutônica, germânica ou gaulesa.

No quarto capítulo, o Quadro dos povos primitivos, Severo estabelece uma seqüência cronológica para a formação do povo português atual. Essa seqüência foi dividida em oito etapas: a primeira representada pelo povo autóctone que habitava a região antes do Período Quaternário; seguido pelo surgimento de outro povo semelhante ao anterior, "*porém de maiores proporções*", é o povo *ibérico*, "*irmão do primitivo berbere africano*"; a terceira etapa é caracterizada pela chegada dos *ligures* vindos, talvez, do oriente, seria um povo ariano; segue-se com a invasão dos povos *indo-germanicos*, *celtas* ou *gauleses*, "*que se estabelecem no noroeste e sudeste da península*"; expedições de *Libi-fenícios* que estabeleceram empórios e feitorias seguidas de invasões *púnicas* ou *cartgineses*; a sexta etapa corresponde à vinda de povos de nacionalidade romana, cuja influência étnicas não se acusa "*por serem povos de composição similar a dos vencidos*"; uma segunda invasão de povos germânicos caracteriza a sétima etapa, com *vândalos*, *alanos*, *suevos* e *visigodos*, a partir do século V; a última etapa corresponde à chegada dos povos *árabes* ou *berberes* vindos do norte da África entre os séculos VIII e IX.

No capítulo seguinte, Severo cita descrições do povo que ocupava o território na Antiguidade a partir de relatos como os de Júlio César e do geógrafo Strabão, mostrando que os estrangeiros viam esses povos que viviam em diferentes acrópoles como uma unidade. Assim, Severo defende a independência cultural do chamado povo lusitano, cujo território que ocupava era além do atual território português, a província da Galiza, que, embora tenha resistido às invasões celtas, romanizou-se, mas preservou uma identidade própria, podendo ser chamado de luso-romano e não apenas romano.

Por fim, no último capítulo, apresenta um quadro cronológico da história de Portugal desde o período imediatamente anterior às invasões romanas. Nesse capítulo reafirma sua oposição à tese de Alexandre Herculano de que a origem da nação

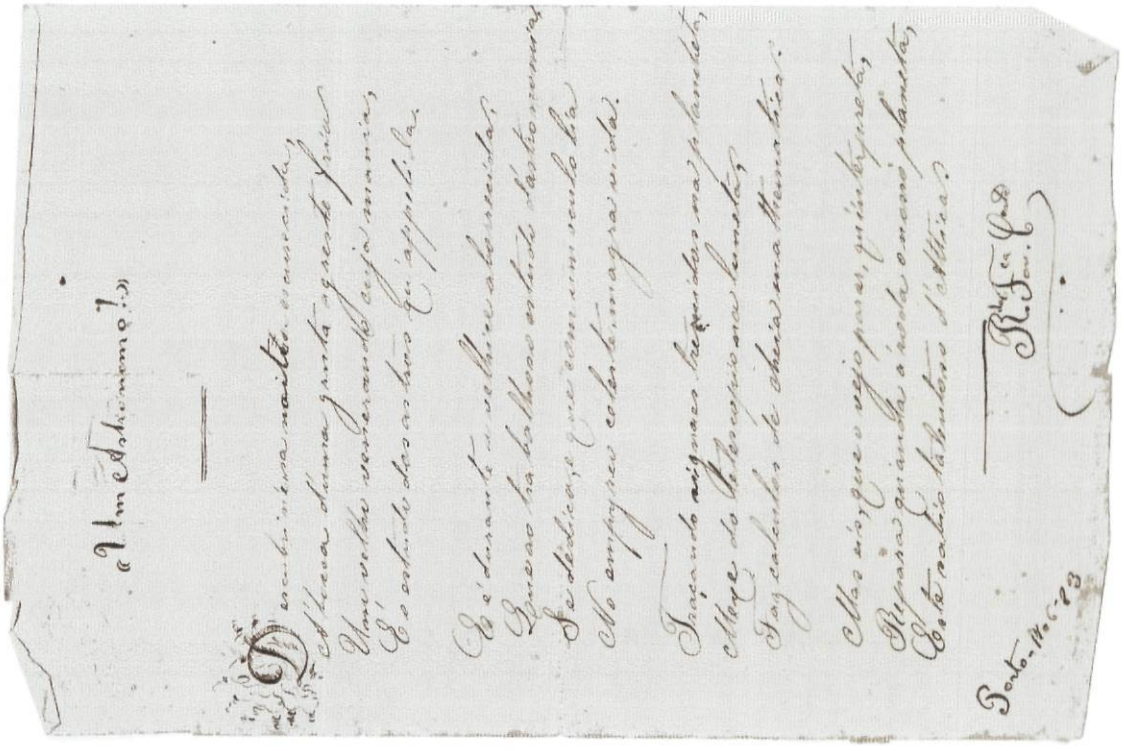
portuguesa se dá com a formação do estado no século XII, defendendo que na época do historiador a arqueologia e os estudos da história natural dos povos ainda estava em seus inícios. Também reafirma a origem histórica da república como conseqüência natural do processo de evolução do povo português, citando Oliveira Martins que dizia que a Espanha, que para esse autor incluía Portugal, sempre fora uma democracia. Essa democracia, para Severo, era indissolúvel do caráter étnico e já estava presente no território desde o Período Quaternário.

2.9. Imagens





01 e 02 – À direita: Ricardo Severo no colo de seu pai, José António da Fonseca e Costa. À esquerda: A mãe de Severo, Mariana Cruz da Fonseca e Costa.



03 – Poema escrito por Severo em 1883.





04 e 05 – À esquerda: Ricardo Severo em 1898. À direita: Francisca e Ricardo Severo no Porto em 1905.



06 – Homenagem à Ricardo Severo (segundo da esquerda para a direita) organizada pela colônia portuguesa de São Paulo em 1932.



07 – São Paulo em 1887, poucos anos antes da primeira vez que Severo lá chegou. Ainda uma cidade colonial.



08 – São Paulo nas primeiras décadas do século XX, já bastante caracterizada pelas obras de Ramos de Azevedo.



09 – Ramos de Azevedo em seu escritório em São Paulo.

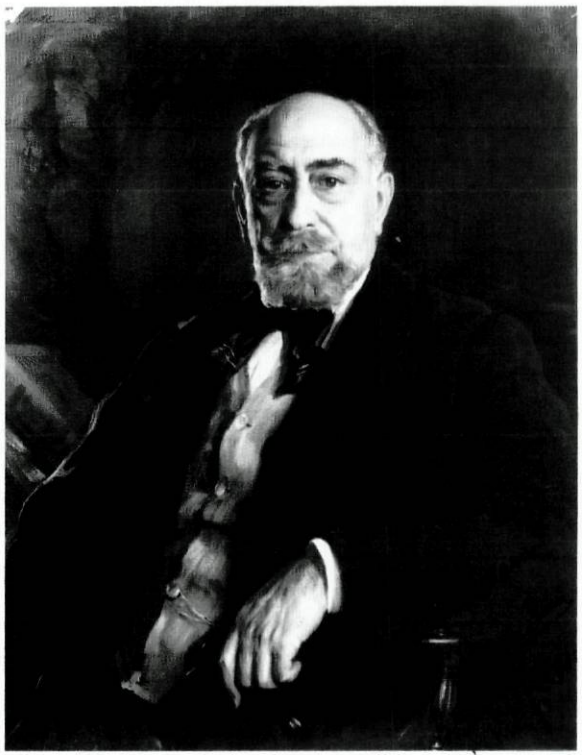


10 – Ricardo Severo em seu escritório em São Paulo.



11 – Residência Névio Barbosa desenhada por Victor Dubugras.





12 e 13 – À esquerda: Caricatura de Ricardo Severo de 1922, com símbolos da arte tradicional. À esquerda: retrato de Severo pintado por Henrique Medina.



14 – Severo com filhos, netos, genros e noras, na casa do Guarujá em 1932.

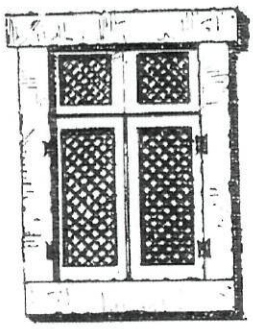


Fig. 5
Janela de madeira com rótula.



Fig. 6
Janela com frontão.

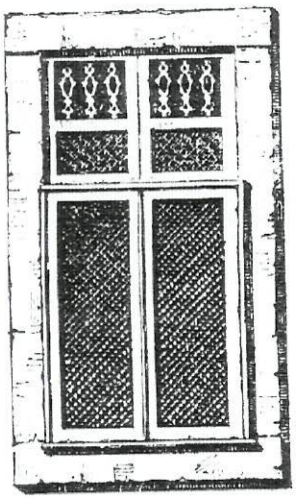


Fig. 7
Janela completa com rótula (Sorocaba)

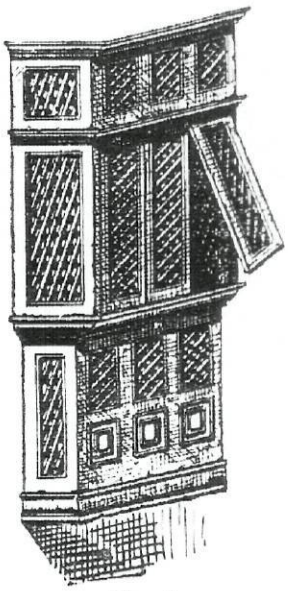


Fig. 8
Gelosia reta - S. Paulo 1860-70.



Fig. 9
Casa existente no Rio de Janeiro junto ao parque do Derby-Club.

15 – Imagens da conferência "A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo", proferida em 1914.



16 – Fachada principal da residência Numa de Oliveira.



17 – Fachada dos fundos da residência Numa de Oliveira.



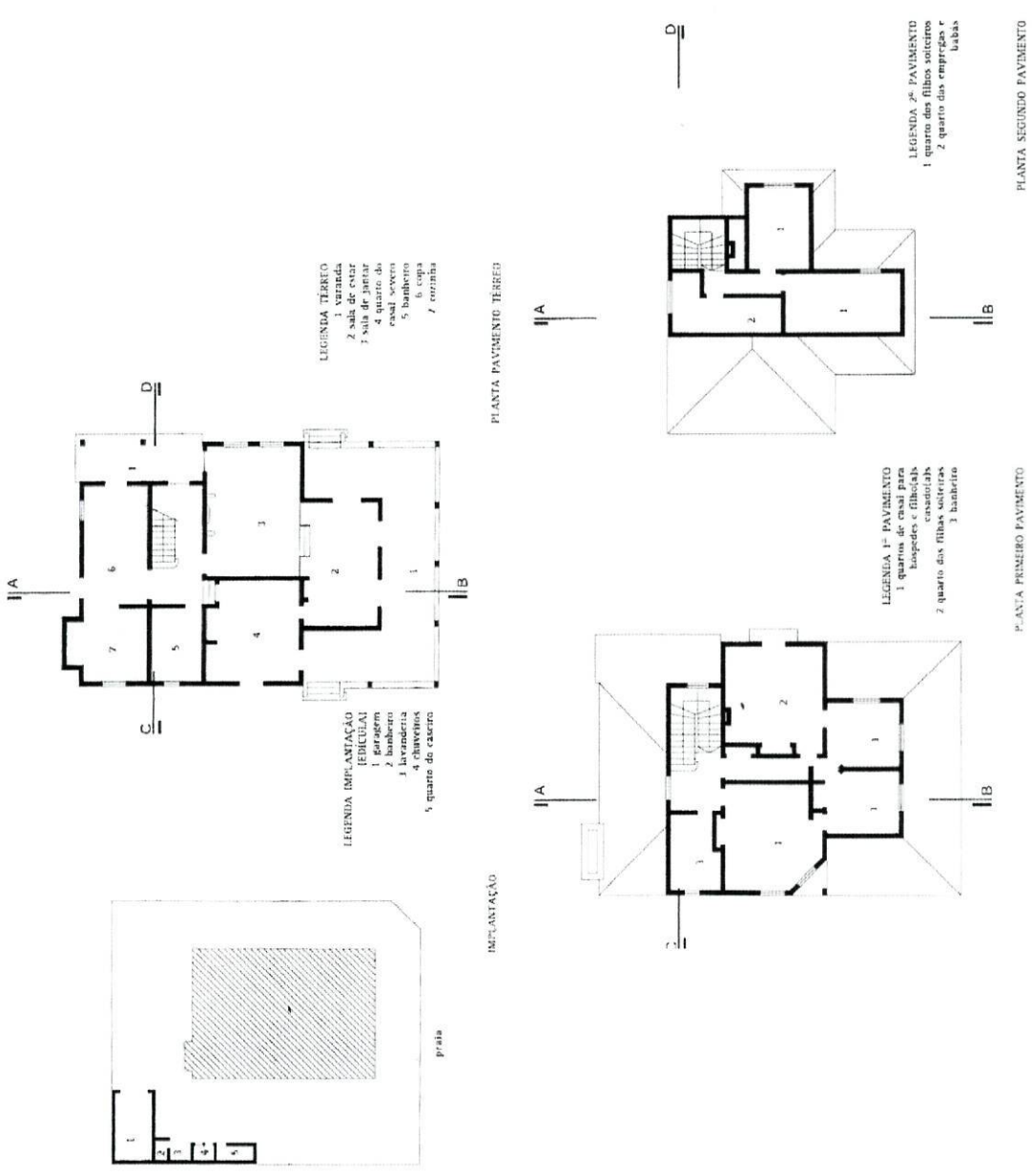
18 – Plantas da residência Numa de Oliveira.



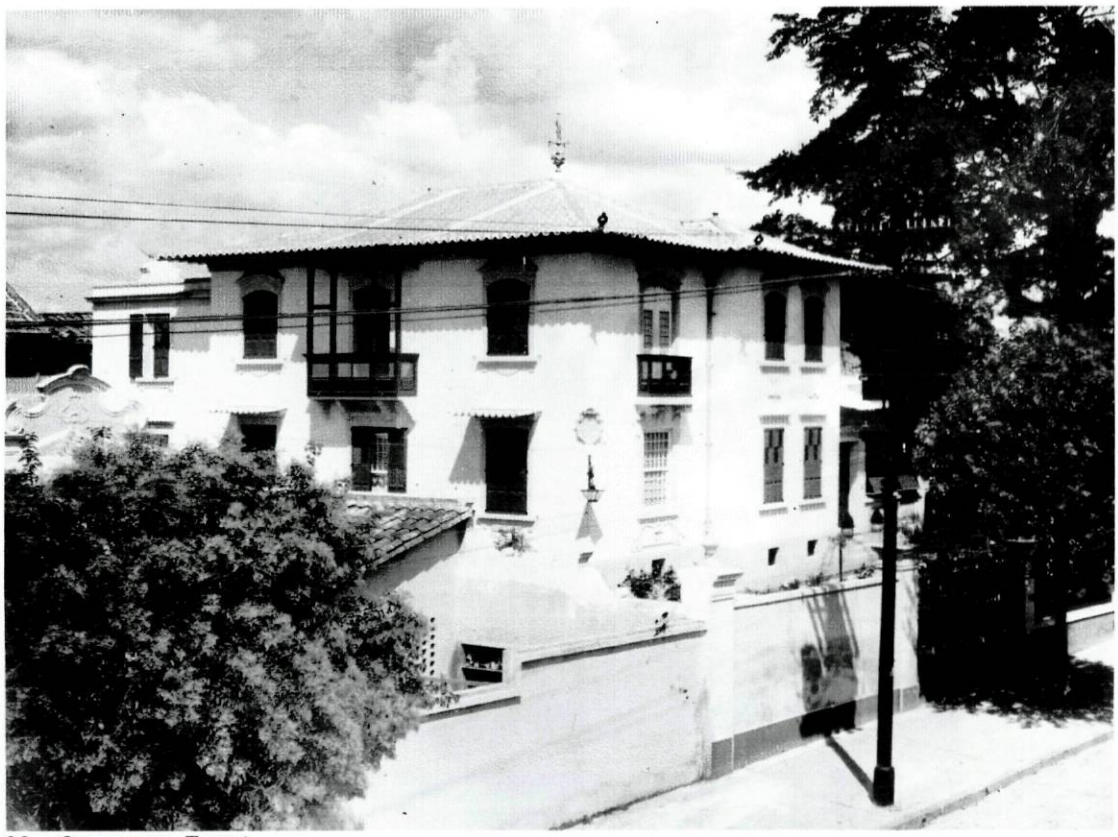
19 – Casa praiana no Guarujá.



20 - Casa praiana no Guarujá.



21 – Plantas da casa praiana no Guarujá.



22 – Casa na rua Taguá.



23 – Casa na rua Taguá.



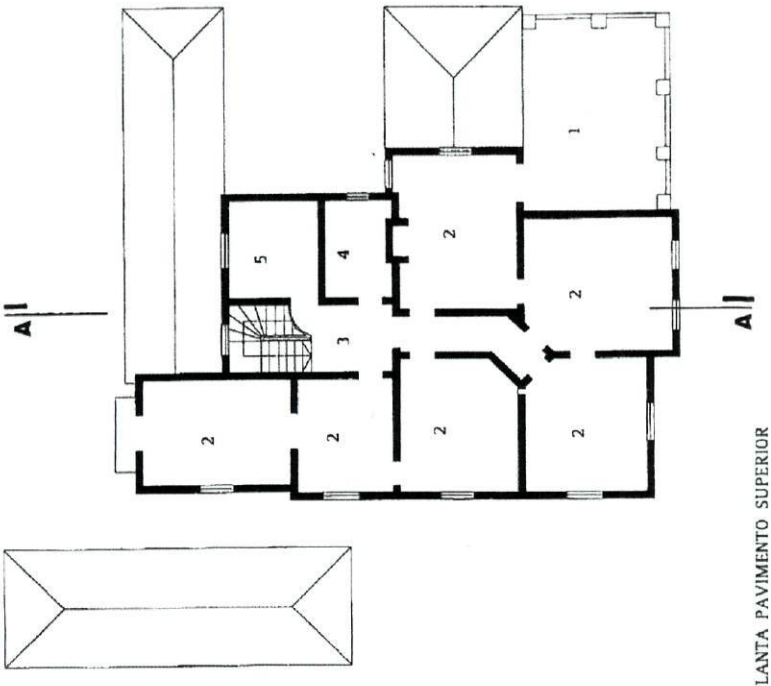
24 – Casa na rua Taguá. Varanda decorada com azulejos desenhados por Jorge Colaço.



25 - Casa na rua Taguá. Sala de Jantar.

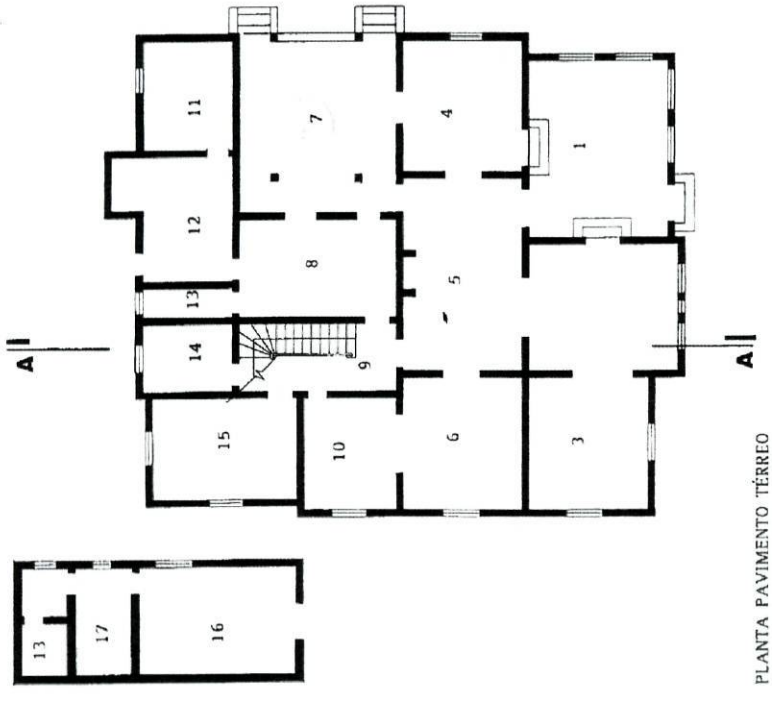


26 - Casa na rua Taguá. Balcão da igreja do Carmo.



PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR
LEGENDA

1 terraço
2 quarto
3 hall escada
4 w.c./banho
5 rouparia



PLANTA PAVIMENTO TÉRREO
LEGENDA

1 hall de entrada
2 sala de visitas
3 sala de música e estudos
4 escritório ricardo severo
5 sala de jantar
6 sala de estar
7 pátio
8copa
9 hall escada
10 sala
11 despensa
12 cozinha
13 w.c.
14 banho
15 quarto ricardo e francisca severo
16 escritório antônio severo
17 depósito

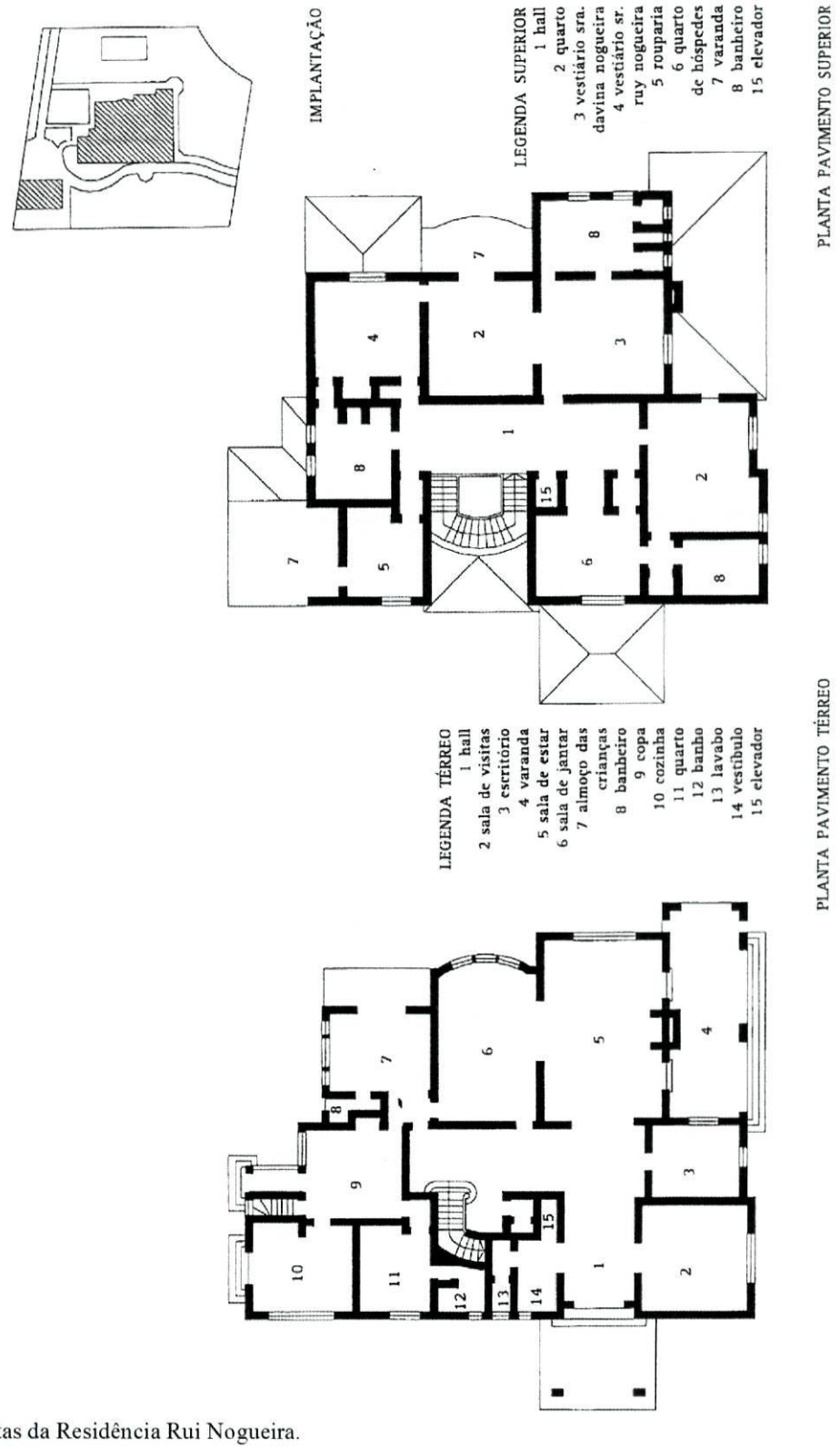
27 – Plantas da casa na rua Taguá.



Figura 28 – Residência Rui Nogueira.



Figura 29 – Residência Rui Nogueira.



30 – Plantas da Residência Rui Nogueira.

PLANTA PAVIMENTO SUPERIOR

LEGENDA PAVIMENTO SUPERIOR

1 dormitório
2 quarto de vestir
3 banheiro
4 terraço/varanda

PLANTA PAVIMENTO TÉRREO

LEGENDA TÉRREO

1 vestíbulo/hall
2 escritório
3 banheiro
4 quarto de hóspedes
5 copa
6 despensa
7 cozinha
8 pergola/varanda
9 "claustro"
10 sala de jantar
11 "gelosia"
12 "bragal"
13 quarto de costura
14 salão
15 sala de música

31 – Plantas da residência Júlio de Mesquita.

A casa de Ricardo Severo se integra em um movimento que talvez tenha sido o último suspiro romântico da arquitetura nacional, a campanha pela "casa portuguesa". Fase final de um processo que se iniciou com o fim de neoclassicismo e passou por diversos "neos" até a charneira do século com o lusitanismo da geração de 90. Uma das primeiras tentativas de produção de uma nova arquitetura inspirada em modelos populares tipicamente portugueses e sua compreensão depende do conhecimento da produção arquitetônica nacional em que estava inserida e que a imediatamente precedeu.

3.1. Século XIX ao XX: do neoclássico ao romantismo

A partir do século XVIII a razão científica torna-se o motor do desenvolvimento cultural europeu em todos os campos do conhecimento. Das ciências naturais, passando pela economia e chegando à filosofia. Depois de Descartes, nada que não pudesse ser provado pela razão poderia ser aceito como verdadeiro. Nas artes, essa nova mentalidade culminou com o movimento neoclássico, ou seja, um regresso ao classicismo renascentista e a antiguidade clássica. O neoclássico acabou por representar o fortalecimento da burguesia com sua expressiva presença na América do Norte independente e na França revolucionária[1].

Em Portugal, o neoclássico foi especialmente expressivo em dois pólos: Lisboa e Porto. Enquanto na capital a fonte de inspiração foi a Italiana, que por sua vez voltou-se para a antiguidade clássica nos monumentos lá presentes, no norte de Portugal foram os ingleses que trouxeram o neoclássico de inspiração palladiana os que acabaram por impor o novo estilo.

Em Lisboa, o primeiro edifício efetivamente neoclássico foi o Teatro São Carlos, construído por um grupo de capitalistas que lamentava a falta de um teatro digno desde a destruição da ribeira pelo terremoto de 1755. Mas, mesmo antes da sua construção, José-Augusto França afirma que o "*implícito neoclássico*" já era o estilo "*empírico da Reconstrução*" pós-terremoto[2]. O autor do Teatro São Carlos, o arquiteto José da Costa e

[1] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo", Historia da Arte em Portugal. Publicações Alfa. Lisboa, 1986. Vol. 10. p. 7 – 8.
[2] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. I. Bertrand. Lisboa, 1966. p. 48.

Silva, foi também responsável pelo projeto do monumental Erário, cujas obras param pouco depois do seu início para nunca mais serem retomadas. Costa e Silva teve uma formação italiana, primeiro com seu professor de debuxo, o milanês Carlos Maria Ponzoni, em Lisboa e depois vivendo quase vinte anos na Itália a trabalhar e conhecer o que por lá se produzia. Alguns dos mais importantes edifícios neoclássicos da capital são o teatro D. Maria II, a Assembléia da República, a Câmara Municipal e o Palácio da Ajuda. Em Lisboa produziu-se um neoclássico sereno e sem a grandiosidade encontrada em outros países, com uma autenticidade nacional de forte inspiração italiana através dos portugueses que foram estudar naquele país e dos italianos que vieram trabalhar em terras lusas[3].

Mas se o neoclássico lisboeta é sereno, o portuense é austero. Na cidade tripeira, a influência da comunidade inglesa se fez presente na arquitetura com a eleição do neoclássico palladiano como estilo da burguesia ligada ao vinho do Porto. Essa relação entre o vinho do Porto, a colônia inglesa e a arquitetura neoclássica produzida na cidade é tão evidente que mais recentemente foi chamada de "*arquitetura port-wine*"[4]. A amizade que o cônsul da Inglaterra, John Whitehead, mantinha com João de Almada, facilitou a influência inglesa nas obras públicas. O primeiro grande edifício da Junta de Obras Públicas sob o comando de João de Almada foi a Cadeia e Tribunal da Relação, que embora não fosse propriamente um edifício neoclássico, marca uma transição que se afirmará no edifício seguinte, o Hospital Santo Antonio, desenhado pelo inglês John Carr. Esse grande edifício, que nunca foi concluído como previsto no projeto original, estabeleceu o neoclássico como a linguagem arquitetônica dos edifícios públicos portuenses e exerceu grande influência nas construções posteriores. Outros importantes edifícios foram a Feitoria Inglesa, desenhada pelo próprio John Whitehead; o edifício da Academia Real da Marinha e Comércio, que depois abrigou a Academia Politécnica do Porto, desenhado por Carlos Amarante[5]; e o quartel de Santo Ovídio, onde teve início a revolta de 31 de janeiro de 1891. Também foram importantes as igrejas neoclássicas que,

[3] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 30.

[4] René Taylor assim batizou essa arquitetura no artigo intitulado ""The architecture of Port-wine", publicado na revista "The Architectural Review" em junho de 1961.

[5] Carlos Amarante (1748-1815) foi um importante arquiteto do período, tendo sido responsável por importantes projetos na cidade do Porto e em outras cidades do norte do país.

depois dos edifícios públicos, conseguiram romper com o barroco vigente. Nos edifícios religiosos a presença do arquiteto Carlos Amarante foi mais significativa, desde a Igreja do Bom Jesus, em Braga, onde já deixou uma marca neoclássica, até sua proposta, posteriormente alterada, para a Igreja da Trindade, no Porto[6].

Essa austeridade de origem inglesa na arquitetura portuense se prolongou durante todo o século XIX até o princípio do XX nas construções da elite, só encontrando uma afronta com as casas dos *brasileiros*, que prontamente foram consideradas de mau gosto[7].

A nobreza só vai adotar o neoclássico no reinado de D. João VI, evidenciado pela encomenda do Palácio da Ajuda. As obras foram iniciadas por Manuel Caetano de Souza mas foram assumidas por José da Costa e Silva e Francisco Xavier Fabri, que impuseram o estilo neoclássico, para desgosto de Caetano de Souza[8]. Percebe-se uma influência artística da burguesia sobre a nobreza, e o próprio D. João VI acabará por levar o neoclássico para o Brasil, com o arquiteto francês Grandjean de Montigny[9].

Em dado momento, impossível de se precisar, a rigidez neoclássica começa a se tornar incômoda e o racionalismo passa a ser substituído por um universalismo que valoriza o indivíduo e sua liberdade pessoal. O romantismo surge se opondo ao "modelo" neoclássico, priorizando as sensações, as noções de "ser" e "sentir", a subjetividade em detrimento do que é objetivo. Paralelamente, há uma grande valorização da idéia de nação e de povo, com seu passado histórico, com seus costumes, tradições e lendas. Surgem movimentos nacionalistas geralmente ligados, a princípio, com o movimento liberal e depois com o republicanismo. Buscaram-se heróis nacionais e as atitudes aventureiras foram admiradas ao mesmo tempo em que se valorizava o exótico e o pitoresco. A mentalidade romântica apreciava a fantasia, os contrastes, o sofrimento

[6] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. I. p. 60 – 61.

[7] Vale lembrar o texto de Júlio Diniz, já citado, que deixa claro as diferenças entre a descrição da forma de viver dos ingleses em comparação com a extravagância dos *brasileiros*.
DINIS, Júlio. "Uma Família Inglesa". p. 69-70.

[8] Sobre o Palácio da Ajuda ver: CARVALHO, Ayres de. "Os três arquitectos da Ajuda – do rocaille ao neoclássico". Academia Nacional de Belas-Artes. Lisboa, 1979.

[9] Antes da ida da família real para o Brasil, em 1808, o barroco era a linguagem mais presente na arquitetura da antiga colônia, no entanto houve um isolado movimento neoclássico na cidade de Belém do Pará com os projetos do arquiteto italiano Antonio José Landi, que lá ergueu alguns edifícios nesse estilo ainda no século XVIII.

heróico, e assim, misticismos, amores impossíveis, sociedades secretas, mistérios e melodramas foram muito presentes a partir de então em toda a cultura ocidental.

A arquitetura foi uma das manifestações artísticas que melhor expressou esse novo paradigma de viver. Em Portugal foram muitas as manifestações arquitetônicas no período que expressavam esses novos valores. Desde revivalismos "neos", passando por uma arquitetura de forte inspiração francesa até ecletismos e exotismos de toda sorte[10].

Esse período cruza o século XIX e chega ao XX com uma consolidação da profissão de arquiteto em Portugal, desde a criação da Escola de Belas Artes, em Lisboa, até a organização dos profissionais em associações e sociedades.

3.2. Romantismo: estrangeirismos, revivalismos e estilos nacionais

A superação do "modelo" neoclássico, o fortalecimento profissional dos arquitetos e a nova mentalidade romântica trouxeram uma situação nova para a arquitetura européia, que agora admitia diferentes estilos e não mais um único modelo. Cresce também a participação do cliente no desenrolar do projeto e da construção e a arquitetura assume um papel cenográfico nas cidades, com interiores e fachadas contrastantes[11].

O apreço pelo exótico não era novidade, basta lembra da *chinoiserie* barroca, mas agora é a burguesia a principal consumidora de extravagâncias arquitetônicas nas construções de seus palacetes, prédios comerciais e edifícios públicos.

Mas a nova mentalidade romântica traz também uma busca por uma arquitetura que melhor expressasse as identidades nacionais e o neogótico assume um papel precursor na Europa de então.

Desde meados do século XVIII, o gótico, como estilo arquitetônico, foi recuperado, principalmente influenciado por uma moda (gótica) muito evidente na

[10] RIO-CARVALHO, Manuel. "Revivalismos e Ecletismos", Historia da Arte em Portugal, do Romantismo ao fim do século. Publicações Alfa. Lisboa, 1986. Vol. 11.
[11] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 93 - 131.

literatura de Horace Walpole (1717-1797), que também era um arquiteto amador[12]. Com o surgimento do romantismo, o neogótico ganha importância e o arquiteto Augustus Welby Northmore Pugin (1812-1852) torna-se famoso como um grande defensor desse movimento, não apenas como um estilo, mas como um projeto ético, estético e social. Ele mesmo se converte ao catolicismo romano e defende a sociedade medieval como um modelo para a sociedade vitoriana. O projeto mais conhecido de Pugin é o edifício do Parlamento Inglês, em Londres, obra referencial do neogótico. Pugin teve grande influência ao lado de outros importantes defensores do "Gothic Revival", entre eles William Morris (1834-1896) e John Ruskin (1819-1900)[13]. Além da Inglaterra, a França assume o neogótico como expressão genuína da sua identidade nacional. A figura principal é, sem duvida, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879) que defendeu o restauro de edifícios góticos, reconstruindo-os tal qual seus construtores originais poderiam tê-lo feito, o que ficou conhecido como restauro estilístico.

Em Portugal, apesar da influência inglesa no norte do país, o neogótico entrou pelo centro e, possivelmente, a primeira obra nesse estilo tenha sido o Panteão do Mosteiro de Alcobaça, atribuído ao arquiteto inglês Guilherme Elsden, construído ainda no século XVIII. No fim do mesmo século, na Quinta de Monserrate, é construída uma casa apalaçada neogótica, cujo autor se desconhece, embora se saiba que seus patrocinadores eram ingleses. Já no século XIX, o neogótico se torna mais freqüente em Portugal, em alguns palacetes, jazigos, capelas e outros edifícios. Destacam-se o Jazigo dos Condes de Amial, em Coimbra, as cavalariças do palacete de José Maria Eugenio, em São Sebastião da Pedreira, uma ponte pênsil (já demolida), em Trofa, um palacete construído pelo arquiteto José Luís Monteiro para seu filho, a capela da família Pestana, no Porto e o famoso Elevador de Santa Justa, em Lisboa, que uniu a arquitetura em ferro ao neogótico como já defendia Viollet-le-Duc[14].

Embora o neogótico tenha aparecido em Portugal não foi muito significativo, talvez porque o próprio gótico não teve tanta expressão nesse país. Outros estilos foram

[12] Walpone escreveu em 1764 o livro "*Castle of Otranto*", considerado o primeiro "*Romance Gótico*".
[13] http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=termos_texto&cd_verbete=3501
[14] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 96 - 102.

mais diretamente associados à identidade nacional, como o manuelino e o românico, que também tiveram seus "neos".

Uma obra em especial teve particular importância e influenciou todo o movimento romântico português, o Palácio da Pena. Construído sobre um antigo convento da Ordem de São Jerônimo do século XVI, que estava abandonado e bastante danificado desde o terremoto de 1755. O novo palácio foi construído sob encomenda de D. Ferando de Saxe Coburgo-gota, que havia chegado em 1836 para se casar com a rainha D. Maria II. O rei consorte comprou o antigo convento quando o imóvel foi alienado para os bens nacionais, depois da extinção das ordens religiosas, e decidiu lá construir seu palácio.

A princípio foi apresentado um projeto neogótico que D. Fernando recusou. O engenheiro de minas alemão, Guilherme Von Eschwege[15], desenvolveu um projeto, com intervenções diretas do próprio rei, que não se caracteriza por um único estilo, mas por uma associação que incluem as ruínas do antigo mosteiro preservadas, o neomanuelino, o neoárabe e elementos orientais. As viagens do Barão Von Eschwege e do Rei D. Fernando influenciaram o projeto, que se caracteriza pela união da recuperação do antigo convento restaurado, a zona palaciana com sua torre cilíndrica e uma série de elementos decorativos que predominaram na arquitetura que estava por vir. Entre esses elementos deve-se destacar a janela neomanuelina inspirada na janela do coro do Convento de Cristo, em Tomar[16].

O Palácio da Pena talvez tenha sido o início de uma arquitetura islamizante que teve uma aceitação mais significativa que o neogótico em Portugal. A Quinta do Relógio, em Sintra, foi uma das primeiras obras neoárabes do país, certamente influenciada pelo Palácio da Pena. O palacete da Quinta do Relógio, que serviu de residência real por alguns dias, foi desenhado por Antônio Tomás da Fonseca, encomendado pelo traficante de negros Manuel Pinto da Fonseca. Esse palacete foi seguido pela Quinta de Monserrate, desenhada pelo arquiteto Inglês James Knowles e depois por dois importantes palacetes

[15] A principio eram dois os responsáveis pela obra, o arquiteto Possidônio da Silva, e o citado Guilherme Von Eschwege. Mas com a recusa do projeto neogótico, Possidônio da Silva acaba por se afastado das obras.
ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 105.
[16] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 102 – 106.

em Lisboa. O primeiro, na Praça do Príncipe Real, foi supostamente desenhado por Henrique Carlos Afonso, inspirado em um outro palacete existente em Manaus; já o segundo, na Avenida da Liberdade, foi desenhado pelo arquiteto francês Henri Lusseau, inspirados por outros modelos franceses[17]. Muitas obras em neoárabe ou neomourisco ou neoislâmico vieram depois dessas. Deve-se destacar a Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, a fachada do antigo matadouro de Faro, o Pátio hispano-árabe do Clube Monumental (atualmente casa do Alentejo), um conhecido depósito da Fábrica das Devesas, na Rua José Falcão, no Porto, e o famoso Salão Árabe do Palácio da Bolsa, também no Porto[18].

Seguindo a tendência romântica, de alguns países europeus de reconhecimento da arquitetura gótica como expressão da identidade arquitetônica nacional, Portugal também buscou uma referência arquitetônica da sua própria autonomia como cultura nacional. Como gótico não foi tão presente nesse país quanto em outros, um estilo muito particular de gótico tardio encontrado apenas em Portugal cumpriu esse papel. Essa arquitetura particular era encontrada em alguns edifícios, sendo o mais emblemático o Mosteiro dos Jerônimos, em Belém[19].

Em 1496, o rei de Portugal, D.Manuel I, pede autorização à Santa Sé para construir um mosteiro na entrada de Lisboa, à beira do Tejo. As obras são iniciadas em 1501, mas só concluídas, aproximadamente, um século depois. Posteriormente foi entregue à Ordem dos Jerônimos, que lá ficou até a extinção das ordens religiosas em Portugal, no século XIX. Com sua integração aos bens nacionais, recebeu a *Casa Pia* que lá se instalou até 1940[20].

Em 1809 o mosteiro é visitado por Lord Byron, em 1825 o Barão de Taylor estuda sua arquitetura e em 1842 o diplomata e historiador brasileiro, Francisco Adolfo

[17] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 109.
[18] RIO-CARVALHO, Manuel. "Revivalismos e Ecletismos". p. 11 – 12.
[19] Certamente o mosteiro já tinha há muito tempo um valor reconhecido, o quadro de Filipe Lobo de 1657 talvez o prove.
[20] http://www.mosteirojeronimos.pt/web_mosteiro_jeronimos/frameset.html

de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, denomina o mosteiro de "manuelino", numa referência ao rei que o manda construir[21].

A instalação da Casa Pia no Mosteiro dos Jerômimos foi um pretexto para uma série de intervenções que o edifício sofreu no século XIX. Diferentes arquitetos, engenheiros e até cenógrafos se alternaram nas coordenações das obras, cada qual refazendo um projeto ou alterando um projeto anterior. Até que, em 1878, uma parte nova que vinha sendo construída sob orientação dos cenógrafos italianos José Cinatti e Aquiles Rambois, ruiu, matando oito operários[22]. Esse acontecimento arrefeceu os ânimos dos que defendiam um "restauro" ou "reconstrução" do mosteiro. Mas as obras continuaram depois da responsabilização e afastamento dos dois cenógrafos, sendo concluídas pelo arquiteto Rosendo Carvalheira[23]. Essas obras se inspiraram na própria arquitetura do mosteiro, copiando e inventando elementos ao modo "manuelino", criando um neomanuelino sobre o manuelino.

O neomanuelino teve boa aceitação em Portugal e abundou por todo o país, chegando até o Brasil, avançando desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Muitos arquitetos utilizaram o estilo, entre eles Adães Bermudes e o cenógrafo italiano Luigi Manini. Entre tantas obras podemos citar a Estação do Rossio, desenhada por José Luiz Monteiro; o Hotel do Buçaco, de Luigi Manini; a impressionante Quinta da Regaleira, também de Manini, encomendada pelo brasileiro António Augusto Carvalho Monteiro; a Casa dos Brasões, projetada pelo arquiteto Norte Junior; o edifício da Câmara Municipal de Sintra e o Jazigo dos Benfeitores da Misericórdia, ambos desenhados por Adães Bermudes. No Brasil foi construído o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, projetado por Rafael da Silva Castro; o Real Centro Português de Santos, dos engenheiros João Esteves Ribeiro da Silva e

[21] Em 1842 foi publicado anonimamente, em vários números da revista "*Panorama*", o artigo "*Notícia Histórica e Descriptiva do Mosteiro de Belém*", escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen.
ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 110.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Adolfo_Varnhagen
[22] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. I. p. 390.
[23] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 111 - 112.

Ernesto Carlos Alberto de Maia; e o Gabinete Português de Leitura de Salvador da Bahia, desenhado por Alberto Borelli[24].

Mas o neomanuelino não pareceu satisfazer todos os que estavam preocupados em encontrar uma arquitetura de autêntica expressão nacional. Eis que surgem edifícios de inspiração barroca, uma vez que o estilo foi muito presente na arquitetura portuguesa. Segundo Manuel Rio-Carvalho, os edifícios neobarrocos tinham duas fontes de inspiração: "*o solar nortenho do século XVII e XVIII*" e o barroco conhecido como "*estilo João V, onde o ornamento exuberante era de rigor*"[25]. Inspirados nesses solares surgiram uma série de casas, principalmente na região de Cascais e, mais tarde, influenciaram o próprio Raul Lino. Já o estilo D. João V inspirou alguns palácios e palacetes em Portugal como o Palácio Ulrich, a Cova da Moura e o Palacete Monte Real, em Lisboa[26]. A arquitetura neocolonial brasileira também foi buscar essa fonte, pois reconhecia nos seus elementos decorativos uma parte considerável da produção arquitetônica portuguesa na antiga colônia.

Outro estilo recuperado na busca por uma arquitetura nacional foi o românico, freqüentemente associado à fundação do estado português. O neoromânico foi muito praticado em obras conhecidas e por muitos arquitetos. Deve-se destacar a sede da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, projetada por Marques da Silva; um palacete desenhado pelo arquiteto Álvaro Machado, na Avenida da República, em Lisboa; a Igreja Matriz de Espinho, desenhada por Adães Bermudes; e o túmulo dos Viscondes de Valmor, projetado por Álvaro Machado. O neoromânico está presente até nas obras de Raul Lino, como na Casa dos Patudos, em Alpiarça[27].

Além dos "neos" ainda foram presentes estrangeirismos e exotismos variados. Uma curiosa moda por *chalets* aparece ainda no século XIX, que se proliferam pelas cidades, inclusive no Porto, em um primeiro anel periférico que inclui as freguesias de Cedofeita e do Bonfim. Segundo Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes:

[24] MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 2005.
[25] RIO-CARVALHO, Manuel. "Revivalismos e Ecletismos". p. 15
[26] RIO-CARVALHO, Manuel. "Revivalismos e Ecletismos". p. 15 – 18.
[27] ANACLETO, Regina. "Neoclassicismo e romantismo". p. 124 - 128.

"O chalet correspondia sociologicamente a uma camada da burguesia ascendente que procurava um modelo de habitação intermédio, tipologicamente definido entre a impessoalidade da caracterização urbana e a vernaculidade da caracterização rural". [28]

Mas, de todos os estrangeirismos, talvez o ecletismo francês tenha sido o mais influente. Grande parte da arquitetura produzida entre fins do século XIX e começo do XX foi influenciada por modelos franceses, uma vez que a França da Belle Époque era o modelo cultural europeu de então. Também, alguns dos mais importantes arquitetos portugueses do período foram estudar ou trabalhar em Paris, para depois regressarem a sua pátria. O primeiro deles foi José Luís Monteiro, que diplomou-se na École de Baux-Arts, em 1878, e exerceu grande influência entre os arquitetos portugueses. O mestre Monteiro não só foi um grande profissional que ergueu muitos edifícios em seu país, como promoveu uma significativa revolução pedagógica no ensino da arquitetura à frente da cadeira de Arquitetura Civil da Academia de Belas Artes, formando muitos dos importantes arquitetos portugueses que o sucederam.

Como os demais arquitetos de seu tempo, Monteiro flertou com diversos estilos arquitetônicos, freqüentemente por exigência dos clientes, primeiro como arquiteto camarário e depois como arquiteto autônomo. Entre seus trabalhos, destaca-se, além da já citada Estação do Rossio, o antigo Hotel Internacional; o Quartel de Bombeiros, da Avenida D. Carlos; muitas casas como a Casa Conde de Castro Guimarães; a Casa Biester, o Chalet Faial; entre muitos outros[29].

Entre os discípulos de Monteiro, houve nomes importantes que muito influenciaram a arquitetura nacional, alguns já citados nesse texto, como Álvaro Machado, Silva Júnior (responsável pelo projeto do Clube Monumental, atual Casa do Alentejo), Rosendo Carvalheira, Adães Bermudes e Norte Junior[30].

Enquanto esses arquitetos estavam ligados à Lisboa, no norte do país outra personalidade se destacou: José Marques da Silva. Além de importante atuação

[28] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna", Historia da Arte em Portugal. Publicações Alfa. Lisboa, 1986. Vol. 14. p. 31.
[29] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 25 – 33.
[30] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 51 – 59.

profissional como projetista, promoveu no Porto as reformas na formação dos novos profissionais que couberam a José Luis Monteiro na capital. Formou-se arquiteto na Academia de Belas-Artes do Porto antes de ir pra Paris, onde trabalhou com o arquiteto Victor Laloux. Como os demais profissionais do seu tempo, passou por diversos estilos arquitetônicos, mas o *beaux-artismo* foi, talvez, o mais presente em sua obra. Entre seus trabalhos afrancesados mais conhecidos destacam-se o Teatro São João, a Estação São Bento, o edifício A Nacional e o Monumento para os Heróis da Guerra Peninsular. Todas essas obras na cidade do Porto. Apesar da maioria das obras de inspiração na *beaux-art* francesa se concentrarem em Lisboa, Marques da Silva conseguiu que o Porto fizesse frente aos lisboetas com uma arquitetura de excelente qualidade e um curso de arquitetura moderno.

Mas a arquitetura beaux-artiana em Portugal encontrou sua apoteose nos traços de Miguel Ventura Terra (1866 – 1919), que embora tenha morrido relativamente cedo, produziu muito, influenciou gerações posteriores e representou a arquitetura cosmopolita européia num momento de polarização de modelos arquitetônicos que dividiram os progressistas, como ele, dos culturalistas, como Raul Lino[31].

Depois de estudar na Academia de Belas-Artes do Porto, Ventura Terra vai para Paris, onde freqüenta o curso da École de *Beaux-Arts*, destacando-se como aluno brilhante. Também trabalha com os arquitetos Jules André e Vitor Laloux. Extremamente pragmático, produziu uma arquitetura racional, que dispensou exageros formais sem deixar de ser decorada. Como afirmam Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, Ventura Terra "*vai privilegiar a noção de função prática, deixando de atender e de entender a noção de função simbólica*".[32]

Ventura Terra desenhou importantes edifícios em Portugal, não apenas em Lisboa. Entre suas obras mais conhecidas destacam-se o Palacete Valmor (1906); o Banco da Rua do Ouro (1906); a sua própria casa na Rua Alexandre Herculano (1903); a Igreja de Santa Luzia, em Viana do Castelo; um projeto para o Parque Eduardo VII. Em

[31] Essa terminologia, *Progressiatas* e *Culturalistas*, foi a empregada por Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes no volume 14 da publicação Historia da Arte em Portugal.
[32] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 76.

1900, Ventura Terra participou e ganhou um concurso para o pavilhão que representou Portugal na exposição Universal em Paris. Nesse concurso, o segundo lugar mereceu destaque, pois ele foi apresentado por um jovem arquiteto que representou uma nova busca por uma arquitetura autenticamente nacional. Embora tenha ficado em segundo lugar, Raul Lino, então com 21 anos, ganhou destaque e visibilidade com esse projeto que já apresentava a idéia que iria defender a vida toda, a busca pela "*casa portuguesa*".

3.3. A "casa portuguesa" e Raul Lino

Durante todo o século XIX Portugal foi marcado por influências estrangeiras. Da invasão da França napoleônica às pressões inglesas, o país assumiu uma postura passiva frente outras nações, o que contribuiu para um sentimento de decadência e de degeneração nacional que foram fortemente agravados com o *Ultimatum* inglês. Nas artes também se sentia a dominação estrangeira do neoclassicismo ao *beaux-artismo* francês, principalmente na arquitetura.

Em reação a essa situação aparece, em meados do século, intelectuais que criticavam a postura de Portugal frente aos outros países e defendiam uma valorização da identidade nacional. Alexandre Herculano é um dos primeiros a se destacar estudando a história portuguesa, a formação do estado nacional e defendendo uma melhor salvaguarda dos bens patrimoniais. Depois, Joaquim de Vasconcelos prossegue com estudos das artes portuguesas, sendo considerado pai da história da arte no país. Muitos outros também tiveram destaque, inclusive estrangeiros como Albrecht Haupt, que estudou a arquitetura renascentista portuguesa e marcou a formação de Raul Lino.

Mas o romantismo nacionalista de meados do século XIX era diferente do que se passou no fim do mesmo século. Esse primeiro romantismo foi expresso na arquitetura pelos "neos", o que não pareceu agradar aos intelectuais da chamada geração de 90. Ramalho Ortigão publica em 1896 "*O Culto da Arte em Portugal*" onde une o desencanto com a produção artística de seu país com um otimismo positivista, criticando a

arquitetura de modelos importados e defendendo que o progresso depende da valorização do passado nacional[33].

Novamente surge a busca por uma arquitetura tipicamente portuguesa, mas agora não mais inspirada nos grandes monumentos, na arquitetura dos palácios e das igrejas, mas na arquitetura vernacular das casas populares. Eis que Henrique das Neves publica, em 1893, o texto "*A Casa de Viriato*"[34], onde sugere a existência de um tipo português de moradia. A hipótese se baseava em pesquisas feitas numa área restrita às zonas da Beira Alta e Trás-os-Montes, ignorando o resto do território nacional. Pouco tempo depois começaram a surgir críticas à hipótese de Henrique das Neves, como o texto de Abel Botelho, de 1903:

"*Resta apurar e definir a definidas linhas de verdade o que venha propriamente a significar esta vaga expressão de Casa Portuguesa. Começa porque é impossível estabelecer para todo o paiz um typo, já não digo uniforme, mas nem sequer aproximado, de construcção civil. A casa varia, adapta-se aos costumes dos habitantes e ao clima. Sempre assim succedeu, quér nas edificações ruticas, quér nas urbanas. Assim a casa minhota, por exemplo, com seu eido, differe profundamente do casal alemtejano, com o seu quichoso. Differem no aspecto geral, nas dimensões do lar e das chaminés, na ausência ou abundancia de cal, na forma das escadas e das varandas, que no sul passam a ser terraço. Bastaria a neve, que as nossas povoações do meio-dia desconhecem, e que no norte chega a attingir espessas camadas, para originar anomalias consideráveis nas respectivas construções*".[35]

A emergente necessidade de se reconhecer as arquiteturas específicas de cada região do país aparece em trabalhos publicados em periódicos, como os artigos de diversos autores publicados na revista Portugália; o texto de Rocha Peixoto para a revista Serões (1905)[36]; o texto de João Barreira (1908)[37]; entre outros. Em 1925, a revista "*Arquitectura Portuguesa*" pediu em vão que a Sociedade dos Arquitectos nomeasse uma

[33] ORTIGÃO, Ramalho. "O Culto da Arte em Portugal". António Maria Editor. Lisboa, 1896.
[34] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 157.
[35] BOTELHO, Abel. "A Casa Portuggueza", O Dia 12/03/1903.
[36] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza", Revista Serões, 1905. p. 106 – 109, 209 – 213, 318 – 322.
[37] BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908. p. 147 -178.

comissão para inventariar os tipos de casas portuguesas de cada parte do país, em mais uma tentativa de reconhecimento de uma arquitetura eminentemente portuguesa[38].

A casa de Ricardo Severo se insere nesse momento da discussão, reconhecendo a pluralidade da arquitetura vernacular portuguesa. No entanto, não foi a primeira construção a tentar resolver o problema apresentado por Ramalho Ortigão e renovar a arquitetura nacional a partir do estudo da sua arquitetura vernacular. É provável que o primeiro edifício criado com essa intenção seja a casa de Bernardo Pinheiro Correia de Melo, Conde Arnoso, erguida em Cascais, em 1894. Pouco depois, em 1900, foi construído também em Cascais, o Palacete Jorge O'Neill, por Francisco Vilaça. A casa do Conde Arnoso é, nitidamente, inspirada nas construções populares[39].

É importante notar que além da arquitetura popular, o solar barroco do século XVIII foi reconhecido como o representante de uma autêntica arquitetura nacional. Algumas de suas características servirão de inspiração não apenas para Severo, mas para todos os defensores da campanha pela "casa portuguesa".

Irene Ribeiro, no seu trabalho sobre Raul Lino, afirma que a campanha pela "casa portuguesa" teve "*três pontos de partida essenciais: o movimento ideológico nacionalista de 90, as pesquisas etnográficas que este motivou e, ao mesmo tempo efeito e causa, a própria obra de Raul Lino*[40]". De fato, foi Lino quem efetivamente conseguiu transformar a idéia da "casa portuguesa" em uma realidade, foi ele quem "*tinha dado vida a um sonho*". Até o seu aparecimento, a "casa portuguesa" era uma idéia otimista dos intelectuais de 90, que se expressou, até então, em exemplos isolados, incluindo a casa de Severo e sem um grande poder de estimular seguidores.

Raul Lino nasceu em Lisboa, em 1879, numa data muito próxima do nascimento de outros arquitetos como Norte Junior e Álvaro Machado. Mas Lino seguiu um rumo radicalmente diferente da maioria dos arquitetos de então. Aos 11 anos foi estudar na Inglaterra e depois foi para Hannover, na Alemanha, onde recebeu sua educação

[38] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 159.
[39] RIBEIRO, Irene. "Raul Lino, pensador nacionalista da arquitectura". Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 1994. p.89.
[40] RIBEIRO, Irene. "Raul Lino, pensador nacionalista da arquitectura". p.93.

profissional. Nesse último país trabalhou e estudou com Albrecht Haupt, que estudava a arquitetura portuguesa renascentista para sua tese de doutorado. Era uma época de afirmações nacionalistas em toda a Europa, mas especialmente na Alemanha que passava por um processo de unificação. Esse contexto, o momento histórico da Europa e da Alemanha, somado ao contato com um arquiteto que estudava a história de Portugal, criaram em Lino os ideais que defendeu por toda vida[41].

Após seu regresso a Portugal, Lino se junta a Roque Gameiro e ambos fazem uma viagem pelo país, especialmente ao Alentejo, a fim de fazer um inquérito pessoal das arquiteturas regionais portuguesas, produzindo muitos registros gráficos dos edifícios, seus detalhes e entorno[42].

Em 1900 participou do concurso para o pavilhão que representou Portugal na exposição Universal em Paris, naquele ano, ficando em segundo lugar. Esse trabalho marca o início da busca de Raul Lino por uma arquitetura vinculada aos valores nacionais.

Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes apresentam uma divisão da carreira profissional de Raul Lino em quatro períodos: de 1900 a 1920, de 1920 a 1930, de 1930 a 1940 e, por fim, de 1940 até o fim de sua vida. O primeiro, de 1900 a 1920, é o período mais inovador, caracterizado não só pela viagem por Portugal, mas também por outra ao Marrocos, cuja influência em seu trabalho foi abertamente assumida por Lino. Dessa época destacam-se, além do projeto para o Pavilhão Português, as quatros casas "marroquinas" – Montsalvat, O'Neill, Silva Gomes e Tanger; a Casa do Patudos e a Casa Eliaz Vaz. Nesse período constrói para si a Casa do Cipreste, em Sintra, projeto que teria começado ainda na Alemanha, mas que só foi construído em 1912. Entre 1920 e 1930, Lino projetou importantes obras como a Casa dos Penedos, a Casa Antonio Sérgio e o Teatro Tivoli, obra que vai lhe dar o diploma de arquiteto, com um reconhecimento público das suas qualidades. Na década que vai de 1930 a 1940 surgem os projetos para o Pavilhão do Brasil na Exposição do Mundo Português e para um monumento dedicado ao

[41] TRIGUEIROS, Luiz; SAT, Cláudio (edição); QUINTINO, José Luís. "Raul Lino, 1879 - 1974". Editora Blau. Lisboa, 2003. p. 11.
[42] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 82.

Infante D.Henrique, em Sagres. Nesse período viaja para o Brasil e quando regressa relata essa viagem no livro "*A Auriverde Jornada – Recordações de uma viagem ao Brasil*", fala de seu contato com Lúcio Costa e o movimento moderno brasileiro, além de mencionar "*o grande português Ricardo Severo (a-pesar-de ausente), com seu enorme prestígio, pelo lado da nossa colónia*"[43]. A partir de 1940, já muito reconhecido, Raul Lino assume o cargo de diretor dos Monumentos Nacionais e de vice-presidente da Academia Nacional de Belas Artes. Em 1970, uma exposição retrospectiva de sua obra, exibida na Fundação Gulbelkian, é muito criticada por uma série de arquitetos modernos, entre eles Francisco Keil Amaral e Pardal Monteiro[44].

Para Lino, a "casa portuguesa" não deveria ser uma mera colagem de elementos avulsos da arquitetura vernacular nacional, mas uma compreensão mais profunda dessas construções antigas adaptadas às necessidades atuais. Como afirma José-Augusto França:

"*A Raul Lino não interessava a compendiação de elementos avulsos, tomados aqui e acolá, para emprego ornamental, mas uma pesquisa a nível estrutural, atenta à semântica arquitectónica. A sua própria casa em Sintra, Casa dos Ciprestes (1912), isso traduz, com uma admirável inserção orgânica no local, tal como a Casa Ribeiro Ferreira, em Sintra também (1922), resolvida com uma discreta sumptuosidade na sua estilização civilizada*".[45]

Lino se preocupou muito não só em produzir essa casa portuguesa, mas também teorizá-la nos livros e demais textos que publicou, entre eles "*A nossa casa – apontamentos sobre o bom gôsto na construção das casas simples*" (1918), quase um

---

[43] LINO, Raul. "A Auriverde Jornada – Recordações de uma viagem ao Brasil". Bertrand. Lisboa, 1937. p. 107 – 108.

[44] Segundo o "Dicionário de História do Estado Novo", Raul Lino "*bate com dura frontalidade contra a geração moderna, perseguindo-a violentamente na medida em que suas ligações políticas, os diversos cargos oficiais que teve lhe permitiram exercer um verdadeiro papel de censor da arquitectura moderna que não queria compreender.*"
Embora Raul Lino costume ser associado ao estado novo, a produção arquitetônica do período que vai 1926 a 1974 é muito mais complexa e não se resume a "casa portuguesa".
Cf. ALMEIDA, Pedro Vieira de. "A arquitectura do Estado Novo – uma leitura crítica". Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. "Dicionário de História do Estado Novo". Bertrand. Lisboa, 1996. p. 521.

[45] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 156.

manual de instruções sobre como construir uma casa. Lino publicou cinco livros, sete ensaios e inúmeros artigos.

A "casa portuguesa" foi sempre criticada, desde o princípio. Primeiro porque sempre se colocou em dúvida a existência de uma casa exclusivamente portuguesa; depois, porque os modelos que serviram de inspiração eram essencialmente rurais, que haviam surgido de necessidades locais específicas. No caso de Lino, sua forte inspiração nas construções quinhentistas trouxe a dúvida exposta por Teixeira de Carvalho que perguntava se, de fato, as construções portuguesas do passado eram tão originais frente à produção do resto da Europa no período[46]. Mais recentemente, Fernando Távora escreveu "O problema da casa portuguesa", onde criticou esses tradicionalistas em defesa da Arquitetura Moderna. Távora reconhecia a importância do papel da história na produção de arquitetura moderna portuguesa, talvez por influência do modernismo brasileiro, mas criticava a forma como a história foi absorvida pelos defensores da "casa portuguesa":

"*Por estranho raciocínio estabeleceu-se (é o termo) que a nossa arquitectura tradicional era caracterizada por um determinado número de motivos decorativos cuja aplicação seria suficiente para produzir casas portuguesas. Surgiu daqui uma nova forma de academicismo, entendendo-se por tal atitude de espírito aquela para a qual a Arte pode codificar-se em formas eternas segundo regras fixas e imutáveis. Esses homens que tanto se prenderam com a História não souberam colher dela qualquer fruto, pois a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão*".[47]

Mas a necessidade de se conhecer a arquitetura vernacular do país continuou presente no século XX, até que nos anos 50 foi promovido o famoso Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa, cujos participantes, entre eles o próprio Fernando Távora, não tinham uma postura homogênea sobre como deveria ser a arquitetura portuguesa, seja o modernismo baseado na história arquitetônica de Portugal ou um

[46] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 157.
[47] TÁVORA, Fernando. "O Problema da Casa Portuguesa". [Cadernos de Arquitectura, 1947]. Lisboa, 1947.

revivalismo como o da "*casa portuguesa*", defendido não só pelo próprio Lino, mas também pelos pseudo-seguidores com as chamadas casas "*à antiga portuguesa*"[48].

Percebe-se que o debate sobre a "*casa portuguesa*" continuou pelo século XX quando seus principais inimigos deixaram de ser os defensores do ecletismo afrancesado e passaram a ser os modernistas. A reação contrária à exposição de Lino na década de 1970 prova que a discussão se prolongou até muito recentemente e quiçá ainda hoje se encontre quem a defenda.

[48] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 48.

3.3. Imagens



01 – Teatro São Carlos, Lisboa.



02 – Palácio da Ajuda.



03 – Hospital de Santo Antonio.



04 – Feitoria Inglesa no Porto.



05 – Parlamento britânico em Londres.



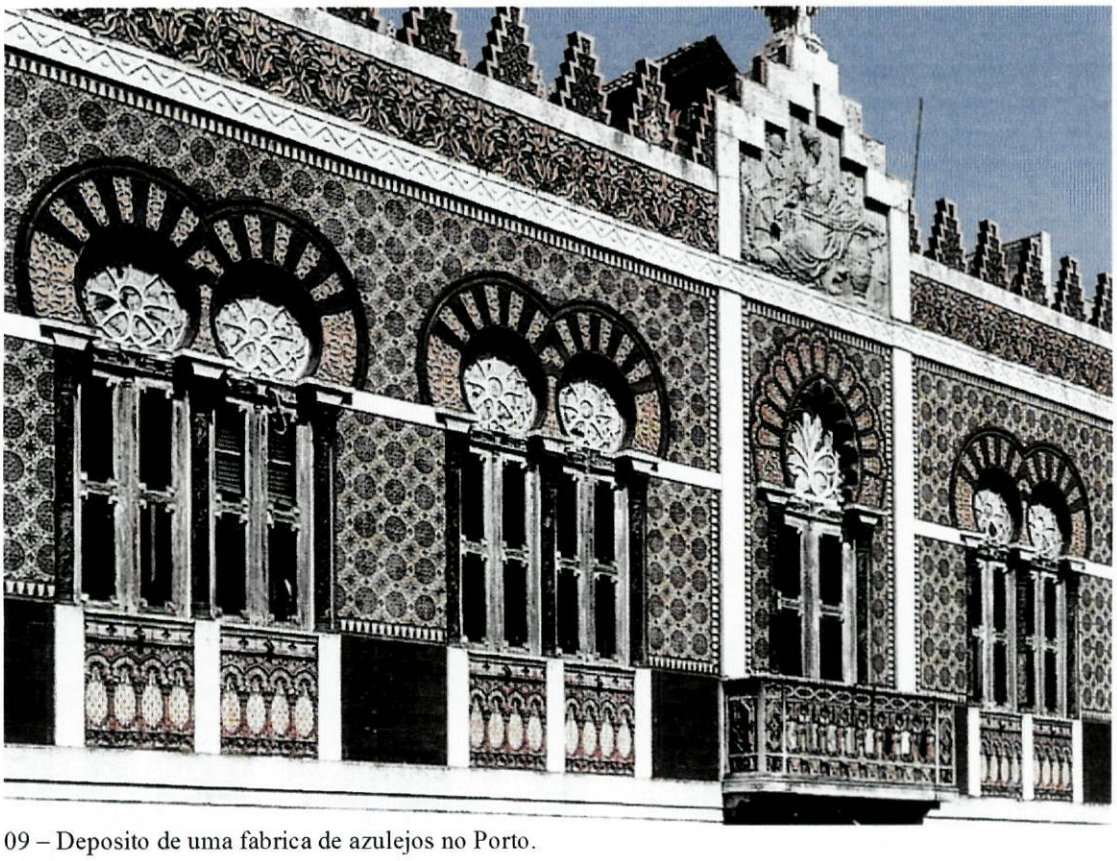
06 – Elevador de Santa Justa em Lisboa.



07 – Palácio da Pena em Sintra.



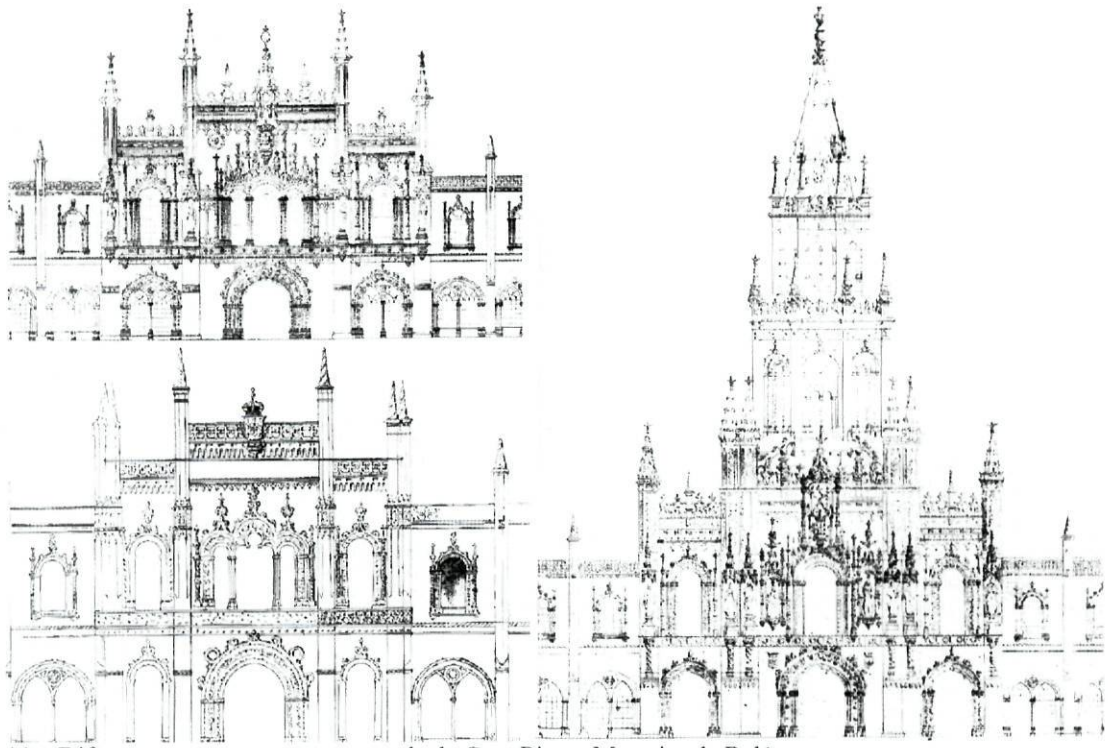
08 – Palacete da quinta de Monserrate.



09 – Deposito de uma fabrica de azulejos no Porto.



10 – Pátio hispano-árabe do Clube Monumental.



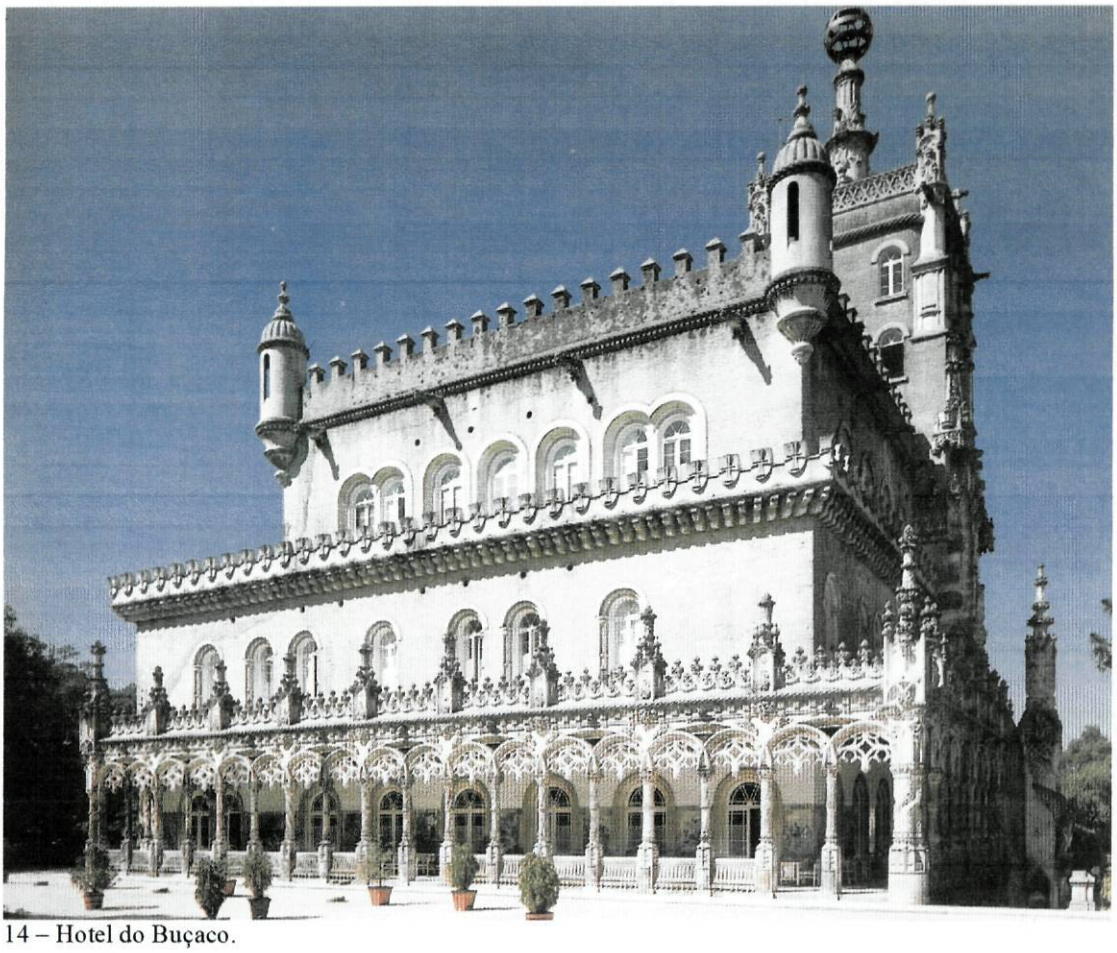
11 – Diferentes propostas para a entrada da Casa Pia no Mosteiro de Belém.



12 – A entrada do mosteiro depois do acidente de 1878.



13 – Mosteiro dos Jerônimos hoje em dia.



14 – Hotel do Buçaco.



15 – Real Gabinete português de leitura do Rio de Janeiro.



16 – Pavilhão Carlos Lopes em Lisboa, exemplo de neobarroco.



17 – Sede da Sociedade Martins Sarmento em Guimarães.

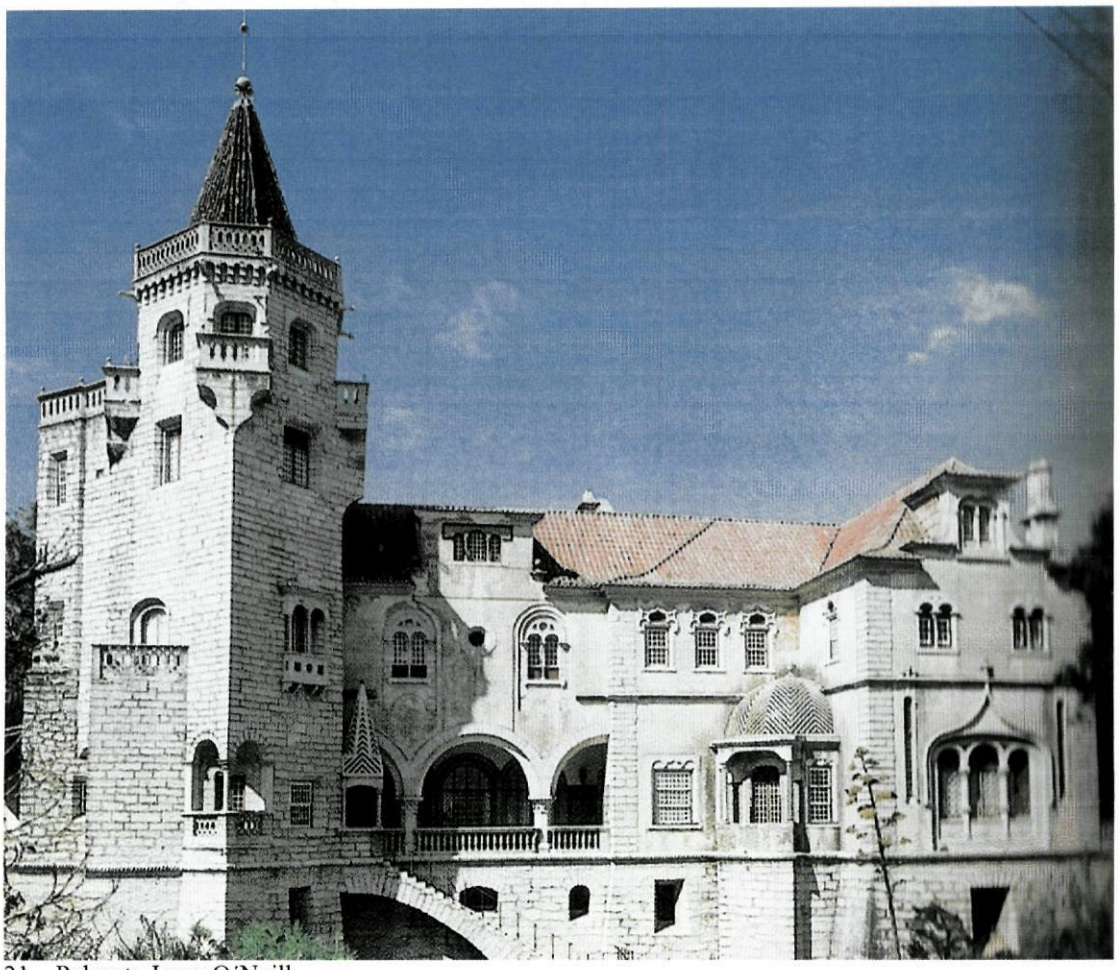


18 – Chalet Biester.

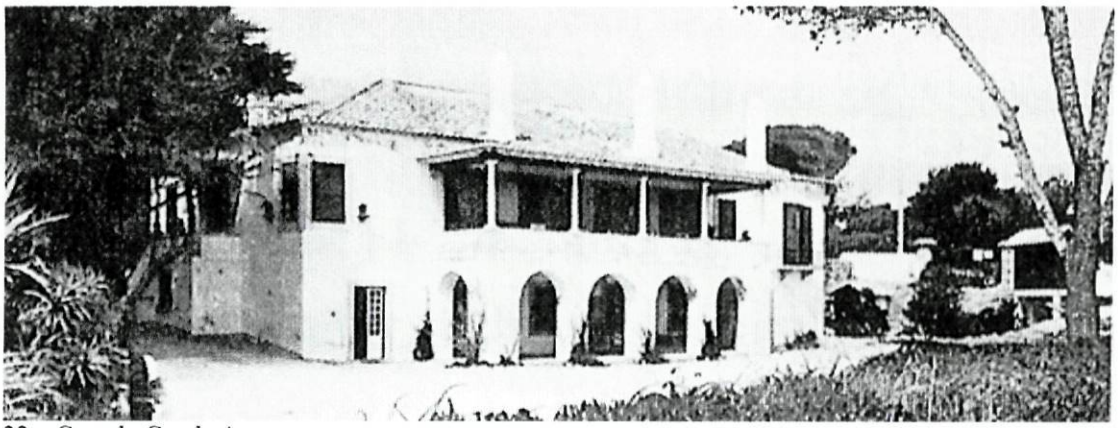




19 e 20 – Edifício de inspiração francesa. À esquerda: Bando da rua do Ouro em Lisboa, de Vetura Terra. À direita: Estação de São Bento no Porto, de José Marques da Silva.



21 – Palacete Jorge O'Neill.



22 – Casa do Conde Arnoso.



23 – Proposta de Raul Lino para o Pavilhão de Portugal na exposição Universal de Paris de 1900.



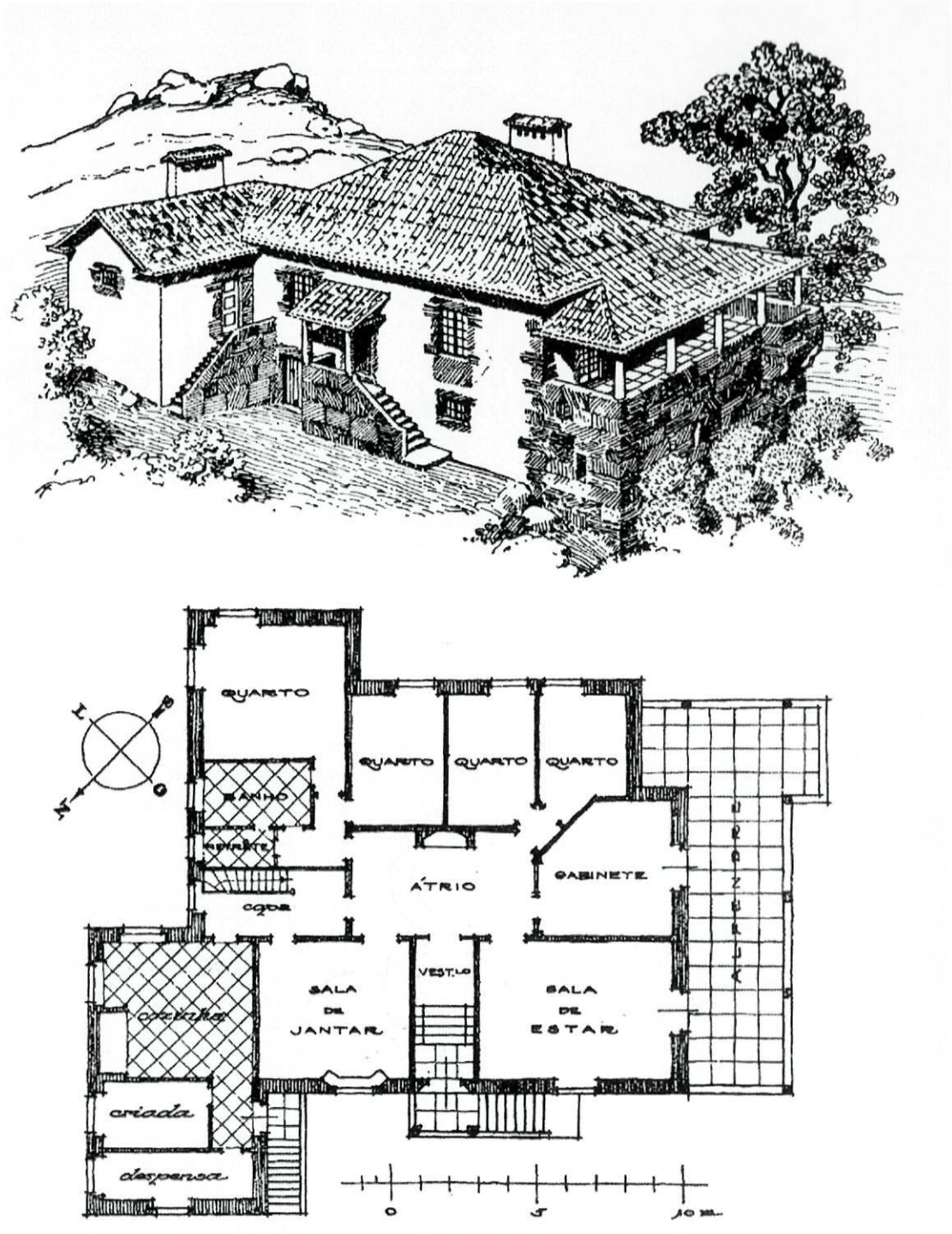
24 – As quatro casas marroquinas de Raul Lino.



25 – Casa dos Patudos.



26 – Casa do Cipreste.



27 – Projeto de Raul Lino para uma casa de inspiração trasmontana.

4.1. Caracterização histórica

4.1.1. A casa e a cidade

Em 1895, Ricardo Severo e Francisca já estavam no Porto e, em 1897, nasceu o primeiro filho do casal, José. A situação em que Severo se encontrava quando desembarcou em Portugal era bastante confortável, pois estava garantido financeiramente e pronto pra voltar para seu verdadeiro interesse, a arqueologia portuguesa. Sendo assim, algum tempo depois de estabelecido, convinha construir uma casa para si e sua família.

A cidade do Porto estava bastante caracterizada pela influência burguesa que durante o século XIX, como já foi dito, alterou significativamente sua paisagem urbana. Se no princípio daquele século uma família burguesa mais abastada vivia ao lado de outra mais pobre, ao seu final, a segregação espacial da cidade por classes sociais criou bairros de ricos e de pobres, forçando a expansão urbana para um primeiro anel periférico que inclui a freguesia da Cedofeita.

A burguesia cresceu, se fortaleceu e se diversificou, surgindo diferentes grupos que se estranhavam mutuamente. A burguesia tradicional, ligada ao comércio do vinho do Porto, vai menosprezar uma nova burguesia ascendente, representada pela figura do *brasileiro*, mais ligada à indústria. Essa diferenciação impôs outra divisão da cidade, em bairros para as diferentes burguesias, bem descrita por Júlio Dinis, que chamou de *ocidental* o da burguesia tradicional e o *oriental*, dos *brasileiros*.

Severo optou pela freguesia da Cedofeita, no bairro *ocidental* de Dinis, para erguer sua casa, parte que abrigava a burguesia abastada mais conservadora e tradicional. Embora tivesse ido ao Brasil e retornado rico, não costuma ser associado aos demais *brasileiros* por se diferir do estereótipo do português de torna-viagem. Enquanto o *brasileiro* típico era reconhecido como um homem simples, de pouca ou nenhuma educação, Severo era um homem culto, engenheiro graduado e intelectual ativo, além de ter uma origem familiar burguesa. Mas a sua própria existência talvez sirva para desmistificar a figura dos *brasileiros* excêntricos criada por autores como Camilo Castelo-Branco, e reconhecer que (esses *brasileiros)* tinham diferentes origens e

formações. Mas, de fato, Severo também foi ao Brasil a fim de fazer fortuna e não, como foi dito, para fugir de uma suposta perseguição monarquista. Esse argumento costuma ser aplicado por aqueles que querem diferenciar o Severo do típico *brasileiro*, com os quais o próprio Severo, provavelmente, não queria ser identificado. Talvez por isso ele tenha escolhido o bairro da burguesia tradicional para erguer sua casa.

Em 1795, sob coordenação do arquiteto Teodoro de Souza Maldonado e por iniciativa da Junta de Obras Públicas, é feito um segundo projeto, o primeiro desapareceu, de regularização da Rua de Cedofeita[1], que incluía não apenas uma regularização do seu traçado, mas também das fachadas dos edifícios. Tratava-se de uma importante ligação a outras cidades, nomeadamente Barcelos e Vila do Conde. Esse foi o início da valorização da região para a burguesia, que depois lá se instalou. Na virada do século XIX para XX, a freguesia da Cedofeita abrigava, essencialmente, residências unifamiliares frente a outros tipos de habitação, o que ilustra o perfil dos moradores que lá se instalaram[2].

Tipo / ano	1881	1891	1901
Hab. Unifamiliar	1905 casas	2464 casas	2523 casas
	8769 pessoas	10 498 pessoas	11 230 pessoas
Hab. Plurifamiliar	191 casas	125 casas	175 casas
	1579 pessoas	1737 pessoas	1407 pessoas
Ilhas	143 casas	193 casas	245 casas
	4004 pessoas	5358 pessoas	6890 pessoas

[1] BERRANCE, Luís. "Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas – 1774 – 1844". Porto: Câmara Municipal, 1993. p. 54.
[2] PEREIRA, Gaspar Martins. "Famílias Portuenses na viragem do século (1880 – 1910)" p. 91.

No começo do século XX, a casa de Severo junta-se a essas outras, na então chamada Rua do Conde de S. Salvador de Matosinhos[3]. Tratava-se de uma pequena artéria que já estava presente na carta topográfica do Porto de 1892. Nesse mapa a rua se estende da Rua da Paz até a Avenida da Boa Vista, mas sabe-se que foi posteriormente prolongada até a Rua de Oliveira Monteiro, sobre terreno particular, cujos proprietários cederam parte da propriedade para que a câmara municipal abrisse uma via pública[4]. No entanto, apenas o trecho inicial, entre a Rua da Paz e a Avenida da Boa Vista, foi mais tarde batizado de Rua Ricardo Severo[5].

Em 22 de abril de 1902, Ricardo Severo entrega o requerimento para construção de uma casa e anexos em um terreno que possui na Rua do Conde. Pede também a permissão para construir um cano que ligue o esgoto de sua casa até o "aqueoducto geral da Bôa Vista". O termo de responsabilidade pela construção foi assinado por Estevão Eduardo Augusto e Parada da Silva Leitão, um ativo construtor de então[6]. A licença foi obtida no dia 5 de maio de 1902. Em 13 de junho de 1903, Severo entrega o requerimento para construção de um muro de vedação de seu terreno alinhado à Rua do Conde. A licença para o tal muro foi concedida dez dias depois. É curioso notar no memorial descritivo da casa entregue junto do requerimento em 22 de abril de 1902, a preocupação com o sistema sanitário de escoamento do esgoto, desde a descrição das latrinas até a conexão do tubo de esgoto que ele pretendia construir sob a Rua do Conde até o duto já existente sob a Avenida da Boa Vista. Isto prova as preocupações sanitárias do fim do século XIX, já descritas no primeiro capítulo deste trabalho.

---

[3] Cf – Foi assim batizada em homenagem ao comerciante João José dos Reis, nascido em Matosinho e que em 1833 foi ao Brasil de onde retornou rico. No Porto ajudou instituições de caridade e foi agraciado com os títulos de Visconde (1873) e Conde (1880). Morreu no Rio de Janeiro em 1888.
FREITAS, Eugénio Andréa de Cunha e. "Toponímia portuense". p. 114 – 115.

[4] FREITAS, Eugénio Andréa de Cunha e. "Toponímia portuense". p. 114 – 115.

[5] Cf – Rocha Peixoto descreve a rua do Conde, em 1904, como uma "travessa recatada e quasi erma".
PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza", Revista Serões, 1905. p. 106.
Em 1906, Silva Bastos confirma a descrição da rua de Rocha Peixoto, afirmando:
"*a rua do Conde onde paira um silencio quasi monacal*".
BASTOS, Silva, "A casa de Ricardo Severo". Diário Ilustrado, Porto: 13/05/1906. p. 1.

[6] GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)". p. 163.

4.1.2. A casa, a crítica e a campanha pela "casa portuguesa"

A casa de Ricardo Severo está na gênese da campanha pela "casa portuguesa"pois foi um dos primeiros edifícios construídos com essa intenção, o que acabou por provar a viabilidade da idéia. No entanto, diverge das experiências anteriores, a casa do Conde Arnoso (1894) e o Palacete Jorge O'Neill (1900), por ter sido concebida a partir do reconhecimento de caráter científico da história da arquitetura portuguesa. A casa de Severo é uma colagem de elementos copiados ou inspirados em edifícios, essencialmente rurais, que ele viu nas suas andanças por Portugal, como arqueólogo e etnólogo, reunidos em um único edifício urbano. Sua importância dentro da campanha talvez esteja no reconhecimento da diversidade da arquitetura popular portuguesa e na transformação prática da teoria em um edifício a partir de elementos arquitetônicos de construções antigas.

Diferente de Raul Lino, Severo se preocupou apenas em copiar elementos típicos das construções antigas e não em compreender estruturalmente uma forma típica de habitação portuguesa. Essa colagem que Severo fez acabou por se resumir ao exterior do edifício, enquanto no seu interior encontram-se ambientes e elementos decorativos em diferentes estilos. Embora esse contraste tenha sido elogiado por Rocha Peixoto, representa uma fragilidade da tentativa de Severo em produzir uma "casa portuguesa", pois o caráter "português" da casa acaba por assumir um papel essencialmente cenográfico, tipicamente romântico. A casa acabou por ser reconhecida como parte de um processo de evolução da campanha pela "casa portuguesa", cujo papel transitório talvez tenha sido reconhecido pelo próprio Lino.

Raul Lino, quando escreveu sobre a busca pela "casa portuguesa", afirmou que a origem da campanha era literária e tinha surgido das penas de escritores como Eça de Queiros e Ramalho Ortigão, mas os que sucederam não eram artistas, mas cientistas:

"*Surgiu a falange dos cientistas, estudiosos da etnografia e historiadores folkloristas que se compraziam em pesquisar e escrutar o que havia de mais português no instrumental utilitário do povo; contribuições importante, mas que no campo da Casa*

Portuguesa não passava de anotações frias que espalhavam conhecimentos mas não produziam efeitos sensórios. O que se tornava preciso era que aparecessem os artistas a interessarem-se pelo propósito e que lhe insuflassem o calor da arte que deveria ser parte essencial desta proposta".[7]

Embora não tenha mencionado Ricardo Severo e sua casa, esse trecho trata, justamente, da fase que ambos se inserem dentro da campanha pela "casa portuguesa", numa crítica ao excessivo cientificismo que caracterizaram alguns de seus defensores.

A casa também se destaca dentro da campanha pela "casa portuguesa" por ser a primeira experiência no norte do país. É provável que o contexto que a circunda, com a austeridade do estilo de vida da burguesia tradicional portuense[8], tenha influenciado seu desenho.

As obras foram concluídas, provavelmente, entre 1903 e 1904. Em 1906, Rocha Peixoto escreveu um artigo sobre a casa. O texto foi publicado na revista "Serões", em três partes, sendo as duas primeiras dedicadas ao reconhecimento das casas tradicionais portuguesas e a terceira a descrever, em elogios, a casa de Severo. Essa terceira parte foi depois publicada na revista "Arquitectura Portuguesa", em 1916. Rocha Peixoto tenta identificar os elementos típicos de uma autêntica arquitetura nacional, utilizados por Severo. Logo no início da terceira parte do texto, Rocha Peixoto resume, muitíssimo bem, a relação da casa com a arquitetura popular:

"*A preferência pela fachada principal adoptada na nova casa da rua do Conde, recahiu, com todo acerto, no typo de prédio rural cuja expansão e conformidade da estructura com seus destinos nacionalisaram já, no norte do país, uma architectura tradicionalmente generalisada. O seu constructor, Ricardo Severo, que além de engenheiro é um archeologo ilustre, não buscou na edificação urbana nem o modelo nem*

[7] LINO, Raul. "O romantismo e a casa portuguesa". Lisboa: Centro de estudos do Grêmio Literário, 1974. p. 2

[8] Novamente uso o texto de Júlio Dinis como referência:
"*O bairro ocidental (...)Predominam a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto... até de preto! – Arquitectura despretensiosa, mas elegante; janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. – Já uma manifestação de viver mais recolhido*".
DINIS, Júlio. "Uma Família Inglesa". p. 69 – 70.

a suggestão para o projecto, uma vez que, ainda mais do que no campo, nós não creamos um estylo de casa citadina".[9]

A terceira parte do texto de Rocha Peixoto ainda reaparece em uma publicação feita em 1969, nas comemorações do centenário do nascimento de Severo, em São Paulo[10].

Um outro artigo, dessa vez publicado no jornal portuense *Diário Ilustrado*, menciona a casa. Embora o título seja "*Em casa do Sr. Ricardo Severo*", seu autor, Silva Bastos, dedica-se a falar mais do próprio Ricardo Severo que de sua casa. Mas Silva Bastos insere a casa dentro da campanha pela "casa portuguesa":

"*Casa portugueza não quer dizer habitação de estylo genuinamente portuguez. De feito parece que não ha propriamente um typo nosso de casa urbana, e sim typos rústicos, adaptados ás exigências regionaes, de norte a sul do paiz. Ora, foi besses typo, com seus motivos architecturaes e ornamentaes consagrados por uns poucos seculos de historia, que o sr. Ricardo Severo, conhecedor de quasi todo paiz por o haver calcurriado em missão de arte e archiologia, foi buscar os elementos com que se animou a construir e a rechear a sua casa, respeitando o mais possível a tradição regionalista e aproveitando as perícias dos artífices e artistas portuguezes*".

"*A graciosa construcção da rua do Conde é de toda actualidade e diz na sua belleza, na sua harmonia e ao mesmo tempo leveza, na sua feliz conjunção de motivos ornamentaes com raízes no paiz, e, sobre tudo, na sua simplicidade, que não escasseam entre nós os recursos para se construir a habitação portuguesa urbana, com elementos tradicionaes e sob formulas estheticas não confundíveis com o exotismo que de todos os lados pretende vir estrangular-nos*".[11]

Silva Bastos também comenta o impacto que a casa causou quando ficou pronta:

[9] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 318.
[10] GUIMARÃES, Alberto Prado (org). "Homenagem a Ricardo Severo: Centenário de seu nascimento 1869-1969". p. 6 – 8.
[11] BASTOS, Silva, "A casa de Ricardo Severo". p. 1.

"ninguém que por ahi passar deixará de estacar para ver tão curiosa edificação. Os estranjeiros olham-ná com estranheza e interesse. Muitos populares cujo gosto esthetico tem sido deturpado e abastardo por vinte anos, de chalesismo imbecil, comentam o arrojo dizendo uns: É uma casa franceza! Outros: É uma casa brasileira! Raro acerta, reconhecendo n'essa graciosa construcção a casa rústica mas portugueza, de há muito esquecida e que no entanto se inspirava nas necessidades locaes, acomodando-se ao meio e satisfazendo a instinctos tradicionaes". [12]

Um terceiro artigo ainda merece ser mencionado. Trata-se do texto publicado em 1908, de autoria de João Barreira, intitulado *"habitação em Portugal"*. É mais um texto que vem em defesa da campanha pela "casa portuguesa". Num tom de estudo científico, João Barreira afirma que embora o território português seja pequeno, a variedade de climas, geologia e influências culturais criaram diferentes tipos de habitação no território, e assim, tenta identificá-los e seus elementos característicos. João Barreira chama de *"sympathicas tentativas"* os projetos feitos por Raul Lino até então. Quanto à casa de Severo diz:

"Há annos, um dos nossos mais notáveis homens de sciencia, Ricardo Severo, mandou construir na tranqüila rua do Conde, no Porto, a sua casa de habitação, e como aquelle illustre director da Portugália possue, além de vastos conhecimentos archeológicos, uma delicada sensibilidade artística, conjugou, adaptando-os á construcção e condicionando-os ao viver actual, os mais encantadores elementos tradicionaes arrancados aos exemplares archaicos que restam do viver d'outrora (...) Reunindo a tradiçõ ás imposições modernas, não pretendeu exemplificar um typo histórico e invariável de habitação regional, mas reunir num schema do nosso tempo tudo o que suas viagens pelo país lhe sugeriram de bello, de pittoresco e de lógico: é por isso um dos mais intelligentes tentames no sentido de dar á casa portuguesa sabor local, poesia e conforto". [13]

[12] BASTOS, Silva, "A casa de Ricardo Severo". p. 1 – 2.
[13] BARREIRA, João. "Habitação em Portugal". p. 170 – 171.

Na época da construção da casa, os que se preocuparam em dedicar-lhe algumas linhas elogiaram-na a ela e à campanha pela "casa portuguesa" da qual é indissociável. Mas havia quem criticasse (a campanha) como Abel Botelho, no já citado texto publicado no jornal O dia de 12/03/1903, anterior mesmo à conclusão da casa. Embora o artigo não mencione a casa de Severo, faz crítica a uma outra: "*lá para as bandas de cascaes, ergueu-se uma pretensiosa construcção, toda estylisada em motivos árabes e românicos (...) e chamouse-lhe uma casa portuguesa*"[14]. É provável que ele estivesse se referindo a umas das casas marroquinas de Raul Lino, erguidas em Cascais entre 1901 e 1903.

A crítica à casa portuguesa acompanhou a campanha desde o seu início, mas encontrou opositores mais ferrenhos quando o movimento moderno começou a conquistar seguidores em Portugal. No texto de 1947, intitulado "*O problema da casa portuguesa*", Fernando Távora faz uma referência que parece ser direta à Severo e sua casa. Ele escreveu:

"*os Arquitectos portugueses que orientavam as suas actividades no desejo inglório de criar uma Arquitectura de carácter local e independente, mas de todo incompatível com o pensar, sentir e viver do mundo que a rodeava. Era, pode dizer-se, uma Arquitectura de arqueólogos e nunca uma Arquitectura de arquitetos*"[15].

Em 1966, José-Augusto França escreveu sobre a "casa portuguesa" e, como não poderia deixar de ser, comentou sobre a casa de Severo. França, baseando-se nos textos de Rocha Peixoto e Abel Botelho, criticou a casa por tentar ser uma síntese das casas portuguesas, uma vez que "*A diversidade das províncias, com seus valores ecológicos, não permitiria uma tipificação única, um modelo que só artificialmente se poderia reconstruir*"[16]. Condena a heterogeneidade da fachada que se inspirou em modelos rurais para criar uma casa citadina e que, segundo Abel Botelho, seria "*esthetica e socialmente, incompatível com uma grande cidade*".[17]

---

[14] BOTELHO, Abel. "A casa portugueza". p. 2
[15] TÁVORA, Fernando. "O problema da casa portuguesa.". p. 6.
[16] FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 158 - 159.
[17] Trecho do texto de Abel Botelho citado por José-Augusto França:
FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Vol. II. p. 158 - 159.

Mais recentemente são muitos os autores que mencionam a casa de Severo dentro de um contexto mais abrangente. No entanto, dois parecem especialmente interessantes: a análise que Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes fizeram sobre a casa para a coleção "*História da Arte em Portugal*", em 1986, e o trabalho de Ana Vaz Milheiro, onde ela busca as relações entre Brasil e Portugal a partir da arquitetura produzida nesses dois países desde o século XIX. Ricardo Severo não poderia faltar nesse trabalho, pois, em determinado momento e de certa forma, ele é a própria personificação dessa união arquitetônica.

Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes tratando do tema da arquitetura portuguesa a partir do início do século XX, analisaram a casa de Severo, tendo como provável referência o texto de José-Augusto França, mas diferente deste, fizeram uma análise muita mais profunda e detalhada da casa.

O texto condena a incoerência a partir dos elogios de Rocha Peixoto, do contraste entre a fachada com sua colagem de elementos díspares de inspiração vernacular e os interiores, com o "*salão de jantar estilo renascença*" e a "*sala de visitas estilo Luiz XVI*".

"*E é certamente esta amálgama absurda, fora do tempo e fora do lugar, que retira desde logo à Casa de Ricardo Severo algum valor de proposta verdadeiramente aceitável nos termos em que a discussão aparentemente se procura situar*".[18]

Critica, também, as proporções e a volumetria da casa que "*nada tem de vernáculo*" e compara com a produção de outros arquitetos do período: "*De facto, podemos encontrar este mesmo sistema proporcional em muitas obras de José Luís Monteiro, em trabalhos de Marques da Silva ou mesmo Ventura Terra*".[19]

No entanto, ao tratarem do tema da "casa portuguesa", os autores retomam a discussão da casa de Severo, reconhecendo sua importância no processo de evolução da campanha:

BOTELHO, Abel. "A casa portugueza". p. 2.
[18] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 15.
[19] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 16.

"a tentativa de Ricardo Severo (...) acaba por surgir, apesar de tudo, como um passo significativo para a dilucidação do problema, justamente por não tentar a reconstituição de um tipo único ou vários tipos regionais de casa, mas pelo facto de proceder a junção de elementos tipológicos díspares, apontando aí para um caminho possível de caracterização da casa portuguesa, embora o tenha feito em termos meramente sintáticos".[20]

Ana Vaz Milheiro, no livro "*A construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa*", publicado em 2005, a partir de sua tese de doutorado defendida em São Paulo, em 2004, analisa a casa de Severo dentro do contexto português do período e sua relação posterior com o movimento neocolonial brasileiro. Sua análise baseia-se, principalmente, nos textos de Silva Bastos e Rocha Peixoto, embora também mencione o de João Barreira, e nas duas conferências de Ricardo Severo sobre a "Arte Tradicional no Brasil".

A autora insere a casa no contexto histórico do período, como uma reação consciente à moda dos *chalets*, dentro da tendência nacionalista que teria marcado a arquitetura portuguesa do início do novecentos[21]. Ela vê de forma positiva a colagem de elementos díspares da arquitetura vernacular portuguesa na fachada da casa de Severo e afirma:

"A inventariação de variedades regionais, não se reflectindo nos tipos contemporâneos materializados, enriquece o léxico disponível na transição do século. Ampliam-se as referências de um aportuguesamento que se exercita eclecticamente. Este é o principal contributo da casa de Severo (...) O que parece distinguí-la é a possibilidade de oferecer uma primeira síntese, isto é, uma primeira aproximação que defina uma estratégia figurativa quanto ao teor desse mesmo aportuguesamento".[22]

---

[20] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 46.
[21] MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005. p. 168 – 169.
[22] MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". p. 176.

Assim, Ana Vaz Milheiro retoma a importância da casa dentro do contexto da campanha pela "casa portuguesa", como uma primeira tentativa de elucidação do problema, admitindo as diferentes arquiteturas vernaculares do país. No entanto, ela reconhece que a casa tem um aspecto "*vagamente português*", o que poderia ter causado o estranhamento dos que não souberam identificá-la como uma casa portuguesa, segundo o relato de Silva Bastos.

A autora conclui, depois de mencionar o "*espírito colecionador e enciclopedista*" de Severo, que:

"*O ecletismo é, portanto, a linguagem que unifica e estrutura o discurso da casa da rua do Conde – nela reconhece-se a polifonia. Não um ecletismo estranho, alheio ou artificial, mas aquele que reflete sobre a hereditariedade de um país*".

Mais à frente, a autora ainda se interroga sobre "*o que de brasileiro*" Severo "*também incluiu na sua casa da rua do Conde*". Então cita o próprio Severo que menciona as gelosias[23], que "*já não abundavam em território português*[24]", mas que eram comuns na arquitetura colonial no Brasil e que Severo usou na sua casa na Rua do Conde. De qualquer forma, parece difícil afirmar que a gelosia foi inspirada no que ele teria visto na sua primeira ida ao Brasil e não em Portugal. Assim, não se pode precisar se a sua primeira ida ao Brasil trouxe influências para a arquitetura da casa na Rua do Conde, e quais seriam elas. Isso fica mais patente se levarmos em considerarão que Severo só foi se dedicar ao conhecimento da arquitetura brasileira quando regressou ao Brasil, definitivamente, em 1908.

4.1.3. Novos proprietários

Com a mudança definitiva de Ricardo, Francisca e seus quatro primeiros filhos para o Brasil, a casa ficou desocupada até que, em 1914, foi alugada pelo amigo de Severo, e possivelmente seu advogado, António Pinto de Mesquita.

---

[23] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo", in "Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu nascimento 1869 – 1969". p. 46.
[24] MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". p. 194.

Filho da pequena nobreza, Pinto de Mesquita era um monarquista graduado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1892, que assumiu cargos públicos importantes ao longo da vida, entre eles, governador civil do Porto durante o governo de João Franco e, também, participou da reforma do Código Civil em 1931.

Casou-se com Maria Felismina Barbosa e tiveram três filhos: Simião, Margarida e António Pedro. Viveram na casa alugada até 1919, quando Pinto de Mesquita decide comprá-la, pagando a quantia de duzentos contos. Com o passar dos anos, Antonio Pedro Pinto de Mesquita, o filho mais novo, também advogado, casou-se com Amélia Maria Serpa Pinto de Mesquita Negrão, em 1941, e muda-se para outra casa no Porto. Enquanto isso, o filho mais velho, Simião, viveu na casa da Rua do Conde com seus pais, sua mulher, Maria Henriqueta Melo Mexia, e seus seis filhos, até a morte de seu pai, António Pinto de Mesquita, em 1951. A filha Margarida, que permaneceu solteira, também viveu toda a vida na casa.

Com a morte de António Pinto de Mesquita, os bens familiares foram partilhados e coube a Antonio Pedro Pinto de Mesquita a casa na Rua Conde, para onde se mudou em 1954. Antonio Pedro Mesquita e sua mulher, Maria Henriqueta, tiveram sete filhos, António (1943), Tereza (1944), Francisco (1945), Margarida (1946), Maria Helena (1948), Maria Felismina (1950) e Pedro (1951). Todos os filhos cresceram na casa que ainda pertence à família. Hoje vivem na casa a Senhora Maria Helena Pinto de Mesquita e sua mãe, Maria Henriqueta, que, gentilmente, abriram suas portas para as entrevistas e para as fotografias[25].

Os novos proprietários poucas alterações fizeram na casa. Nas fachadas, seguramente nenhuma, mas interiormente promoveram uma reorganização do espaço na parte da biblioteca, verificável ao se observar as plantas antigas e novas, e uma modificação no fogão de sala do rés-do-chão, que recebeu o brasão da família Pinto de Mesquita. As modificações na biblioteca incluíram duas novas aberturas para o pátio

[25] As entrevistas foram concedidas nos dias 31/03/2006, e 26/07/2006. A primeira foi concedida pela Senhora Maria Helena Pinto de Mesquita e a segunda por ela e por sua irmã Maria Felismina.

central e foram feitas por Antonio Pedro Pinto de Mesquita; já a modificação no fogão de sala foi feita por António Pinto de Mesquita.

Em 1919, quando António Pinto de Mesquita adquire a casa, escreve uma carta a Ricardo Severo, onde se refere à compra. Uma cópia desta carta está em posse da família na própria casa na Rua do Conde. Segue sua reprodução:

Casa da rua do Conde
(copia da carta dirigida à Ricardo Severo por António Pinto de Mesquita)

Ill^mo. E Ex.^mo. Sr.

Ante-hontem ao assinar a escritura da venda da casa da rua do Conde, eu pedi ao Sr. Formigal o endereço postal de V. Ex.ª Afim de poder n'este momento testemunhar-lhe mais uma vez os sentimentos da mais alta comsideração e do mais vivo reconhecimento palas penhorantes alterações com que V. Ex.ª Se dignou distinguir-me e dedicar-me.

Esta casa para nós foi, é e continuará a ser a obra de Ricardo Severo, animada pelo sopro divino da sua alma de artista, do seu saber de arqueólogo, da sua téchnica de engenheiro e do seu sentir de patriota, evocador da vida e da historia em pedra do nosso Portugal.

As obras de arte não são de quem as possue, são de quem as faz, e por isso esta casa será sempre um padrão glorioso de quem com tanto amôr a concebeu e com tanta arte a executou; e se outras obras mais vastas e ostentosas o grande engenheiro construtor tem levado a cabo, eu sinto e palpo que nenhuma tratou com mais amôr e mais carinhoso afecto.

E por nosso lado n'estes cinco anos temos passado horas e horas, dias e dias, a observar e examinar com sôfrega curiosidade e admiração não só a traça geral d'esta obra, mas os seus mais pequenos detalhes, procurando interpretar o pensamento do autor e recebendo a sugestão da sua emotividade de esteta.

Para nós a compra d'esta casa não foi um negócio; foi quase um acto cultural e aqui nos sentimos tocados da devoção com que um fiel ajoelha no templo da sua religião.

Aceite V.Ex.ª As homenagens da mais subida consideração de quem é de V.Ex.ª Admirador e muito obrigado.

Porto, 26/10/1919
António Pinto de Mesquita.

4.1.4. A casa e o movimento neocolonial no Brasil

A campanha pela "casa portuguesa" em Portugal e o movimento neocolonial no Brasil são manifestações paralelas, nas quais Ricardo Severo teve participação extremamente relevante. Se dentro da campanha pela "casa portuguesa" Severo foi um dos precursores, o seu papel dentro do movimento neocolonial foi ainda mais significativo. Carlos Lemos diz que no início do século XX *"estava nascendo o neocolonial, que dizem ter sido inspirado pelo engenheiro Ricardo Severo"*[26], já Yves Bruand afirma que o neocolonial efetivamente começou em São Paulo com a conferência de Ricardo Severo de 1914[27].

Sendo assim, é provável que o movimento neocolonial, para Severo, seja uma importação da campanha pela "casa portuguesa", daí sua necessidade em reconhecer o que há de português na história arquitetônica do Brasil e repudiar o que teria outras origens. Essa importação dentro do percurso pessoal de Severo parece uma forma de adaptação ao seu exílio forçado, a partir da transformação do país que o acolheu numa extensão de seu país natal, uma vez que compartilhavam um passado em comum. Severo era uma nacionalista que queria dedicar sua vida ao estudo do seu próprio povo, mas o destino não apenas o afastou de Portugal como também da exclusiva atividade de pesquisador, obrigando-o a tornar-se um empresário brasileiro, e a dedicar-se à arquitetura. Sendo assim, parece natural que essa dedicação à arquitetura fosse feita da forma mais portuguesa possível. Se, de fato, Severo levou a campanha pela "casa portuguesa" ao Brasil, a importância de sua casa na Rua do Conde não se restringe à campanha portuguesa, mas ela também está na gênese da própria arquitetura neocolonial brasileira.

Ambos os movimentos, a campanha pela "casa portuguesa" e o movimento neocolonial, buscavam a nacionalização da arquitetura a partir da recuperação do passado e ambos influenciaram o próprio movimento moderno em seus países, ou como querem alguns autores, assumiram um papel transitório entre o ecletismo e o movimento

[26] LEMOS, Carlos A. C. "Alvenaria Burguesa: Breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café". P. 160.
[27] BRUAND, Yves. "Arquitetura contemporânea no Brasil". São Paulo: Editora Perspectiva, 1981. p. 54.

moderno, uma vez que tanto o Brasil quanto Portugal promoveram uma arquitetura moderna inspirada na história nacional. No entanto, no Brasil, o neocolonial ainda assume um papel de primazia na busca romântica por uma arquitetura nacional, enquanto Portugal já tinha passado por outros "neos", inclusive o neomanuelino.

Tanto a campanha portuguesa quanto o movimento brasileiro triunfaram na arquitetura residencial. Foram nas casas unifamiliares que seus arquitetos melhor conseguiram expressar suas vontades nacionalizantes. Quanto às referências históricas, é verdade que em ambos os movimentos elas se confundem. No entanto, se na "casa portuguesa" havia a inspiração na arquitetura vernacular, seus defensores também se inspiraram em elementos da arquitetura barroca portuguesa, nomeadamente as linhas curvas do período de D. João V e elementos de diferentes períodos e regiões do país como as já citadas gelosias, alpendres, pátios, varandas, rótulas, arcarias, chaminés, azulejos, telhados com seus beirais de "*bicas levantadas à moda chinesa*", etc. Já a inspiração neocolonial foi a produção arquitetônica do período em que o Brasil viveu sob domínio português, seja ela feita por portugueses ou brasileiros, principalmente das igrejas. Essa arquitetura era, essencialmente, barroca. Mas as casas coloniais também serviram de referência, as quais costumavam apresentar os elementos acima citados.

Ao compararmos a isolada contribuição prática de Severo à campanha pela "casa portuguesa", a casa da Rua do Conde, com as residências que projetou no Brasil, nos salta a vista uma série de elementos em comum como os já mencionados. No entanto, também diferenças parecem evidentes. A inspiração declaradamente barroca do neocolonial brasileiro fará com que suas casas brasileiras apresentem mais curvas em ornamentações mais abundantes do que a antecessora portuguesa. No entanto, muitos elementos presentes na casa da Rua do Conde continuaram presentes nas casas brasileiras. Uma análise mais profunda dos elementos de inspiração tradicional da casa e sua repetição ou não nas casas brasileiras, será feita mais adiante.

Se a principal crítica feita à casa da Rua do Conde dentro da campanha pela "casa portuguesa" está na colagem de elementos díspares nas fachadas do edifício, essa prática continuou nos projetos de Severo no Brasil. Nessas casas não se vê vestígios da

organização espacial das casas coloniais. São, na verdade, plantas burguesas, organizadas como era praxe então, vedadas por uma capa neocolonial decorada com elementos díspares. A mesma contradição aparece nas decorações internas, não necessariamente vinculadas a uma linguagem de inspiração colonial. No entanto, a casa que Severo construiu para si na Rua Taguá, em São Paulo, também chamada de casa lusa, merece uma atenção à parte por ter sido a correspondente brasileira da casa da Rua do Conde, onde percebe-se que seu autor, embora mais maduro, ainda guardava os mesmos ideais.

Sua construção se iniciou em 1920 mas sua conclusão foi posterior a 1924. Foi desenhada por Adolpho Boroni, sob os comandos de Severo, que construiu um grande sobrado burguês, onde expressou com liberdade seu gosto pelos ornamentos de inspiração colonial no exterior. Telhado com beirais e bicas à moda chinesa, chaminés como as presentes no Algarve, janelas com rótulas, balcões, painéis de azulejos[28], entre outros elementos. Interiormente a casa serviu de suporte para uma série de móveis importados de Portugal, além de peças decorativas da arquitetura colonial brasileira adquiridos em demolições. Entre essas peças deve-se destacar um balcão barroco retirado da demolição de uma igreja da ordem do Carmo, e uma pia de pedra, vinda da demolição de uma "*casa de pastos*", um restaurante popular, do Rio de Janeiro.

A casa da Rua Taguá e a da Rua do Conde apresentavam a mesma colagem de elementos arquitetônicos sortidos na sua fachada e ambas armazenaram uma série de elementos decorativos colecionados por Severo, provenientes de antiquários, demolições ou simplesmente de proprietários que se dispunham a vender seus bens. A casa sofreu algumas alterações exteriores ao longo do tempo, principalmente depois que deixou de pertencer à família.

[28] Os painéis de azulejos foram desenhados por Jorge Colaço. Logo no frontão da fachada da casa lê-se, em um desses painéis, a inscrição "*pro aris et focis*", "pelo altar e pelo lar"; já em um segundo painel, no saguão de entrada, lê-se o *ex-libris* de Severo, "*Portugália pro-crecere*".
GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo". p. 67.

4.2. Caracterização física

4.2.1. Implantação

O terreno onde a casa está implantada já estava presente na carta topográfica do Porto de 1892. Trata-se de um lote retangular cuja face nascente está voltada para a rua do Ricardo Severo, enquanto as demais faces encontram lotes vizinhos. A casa foi disposta na parte norte do terreno deixando uma grande área livre ao sul. Também está afastada dos limites do terreno ao norte, leste e oeste, o que, provavelmente, era uma imposição da própria câmara municipal. Na memória descritiva entregue junto do requerimento para construção em 1902 está escrito: "*Esta casa ficará retirada do alinhamento da rua 12, 0 metros; medindo a superfície 440,0 m², e formando dois pavimentos: Rez-do-Chão e Andar Nobre*"[29] .

Esta implantação do edifício isolado dentro do lote era o novo padrão de urbanização de algumas áreas da cidade, que, como visto no primeiro capítulo, refletia os valores burgueses de então. As casas brasileiras de Severo também seguiram esse modelo de implantação, uma vez que a capital paulista e as outras grandes cidades brasileiras também receberam a influência burguesa, principalmente depois da proclamação da república. Essa forma de se relacionar a casa com seu entorno não vinha de uma inspiração histórica, mas refletia esses novos valores, numa aparente contradição entre o discurso e a prática de Severo, ou talvez não. Severo também defendia uma modernização da tradição, sendo assim, não haveria contradição. No entanto, essa implantação serve para confirmar a forma como Severo encarava o problema de criação de arquitetura genuinamente portuguesa. Ela se resumia à reprodução de elementos decorativos, não numa recuperação mais profunda das estruturas urbanas das cidades históricas ou mesmo de uma forma de viver.

Outra característica importante da implantação da casa da Rua do Conde é a sua disposição num patamar elevado em relação ao nível da rua. Sobre isso Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes afirmam:

[29] Memória descriptiva da casa.

"A maneira como a casa se articula com o terreno é simplista, tendo-se adoptado a construção de uma plataforma elevada sobre a rua, plataforma inteiramente plana ao nível superior, o que confere à casa um sentido de relação artificial com o solo que a arquitectura não defende, como seria natural de se esperar". [30]

Contudo, ao entrevistar as atuais moradoras e ao verificar a situação das casas vizinhas, verifica-se a possibilidade de que o terreno natural estivesse mais alto, e que a abertura da Rua do Conde tenha cortado essa topografia, que teria sido preservada na cota da casa de Severo. Maria Helena Pinto de Mesquita lembra que a casa que antes havia em frente a sua, do outro lado da rua, também estava numa cota mais elevada[31], no entanto, o edifício que lá existe agora está no mesmo nível que a rua.

Ao contrário do que informa o projeto original e sua memória descritiva, no canto noroeste do terreno não existe uma, mas duas construções anexas. Não se sabe se ambas foram construídas por Severo, ou se uma delas, provavelmente a que não consta no projeto original, tenha sido lá colocada posteriormente, talvez pelo segundo proprietário. A primeira, embora prevista no projeto entregue à Câmara Municipal, apresenta algumas diferenças em comparação com os desenhos de 1902, embora muito semelhantes. No entanto, a memória descritiva informava que lá estariam a adega e carvoaria, que na verdade foram colocados na cave do edifício. Essa primeira construção anexa abrigava uma garagem, além das dependências de empregados, como também previsto na memória de 1902. Já a segunda construção abrigou dependência de empregados e serviços.

O limite da propriedade junto à rua está protegido por um muro que também cumpre o papel de arrimo do terreno. Ele apresenta duas entradas, uma para pedestres, ao norte e outra para automóveis, no extremo oposto, junto ao limite sul. A entrada ao norte é coroada por um mirante sobre a escada de acesso.

[30] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 16.
[31] Entrevista concedida no dia 31/03/2006.

4.2.2. Volumetria

Fortemente caracterizada por uma volumetria maciça, compacta e assimétrica, a casa de Severo está, como já foi dito, fortemente ligada às proporções da arquitetura eclética da chameira do século[32]. No entanto, são nítidos os elementos de inspiração histórica que ele usou na concepção volumétrica do edifício.

Disposta junto à fachada principal da casa está a escadaria de acesso ao andar nobre, talvez o elemento de inspiração histórica mais comentado do edifício. Presente tanto na arquitetura popular do norte do país, quanto nos solares barrocos do século XVIII, a escadaria que leva a um piso superior através de um alpendre é um recurso arquitetônico muito freqüente nas construções rurais de Portugal, como afirma João Barreira: "as escadas exteriores, e por isso os alpendres, são typicas e logicas no campo".[33]

Sua disposição em relação ao edifício costuma variar, ora paralela, ora perpendicular e, como no caso de casa de Severo, em "L". Costumavam ser bastante decorada nos solares barrocos, e muito toscas nas casas populares. Na casa da Rua do Conde, apesar de muito simples, apresenta dois "S" "*ornamentaes com que remata a guarda da escada*", que segundo Rocha Peixoto eram "*comuns no prédio rústico*"[34].

A escada se justifica na prática do chamado andar nobre. Trata-se do pavimento que abriga os cômodos sociais e íntimos enquanto os de serviços ficam no rés-do-chão. O andar nobre era comum não apenas nos solares ricos como também nas casas populares, cujo rés-do-chão costuma abrigar animais e ferramentas. Na casa da Rua do Conde, esse pavimento abriga as dependências sociais, como a sala em estilo Luís XVI, e parte dos quartos, incluído o principal, que era provavelmente onde Severo dormia. Nas casas brasileiras de Severo, o andar nobre deixou de existir, talvez porque ele o considerasse uma prática portuguesa e não brasileira.

---

[32] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 16.
[33] BARREIRA, João. "Habitação em Portugal". p. 159.
[34] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 321.

O alpendre junto à entrada principal da casa também era uma prática comum nas casas populares do norte de Portugal e nos solares barrocos. No entanto, se nas casas populares o alpendre era um espaço de trabalho, nos solares nobres era, essencialmente, um espaço de transição entre o exterior e o interior. Severo o utilizou na casa da Rua do Conde tal qual se vê nos exemplos históricos dos solares barrocos: o alpendre como um espaço de mera circulação junto da entrada principal, apoiado sobre uma arcaria granítica de uma varanda inferior. No Brasil, a princípio, o alpendre foi usado por Severo de uma forma semelhante, junto da entrada principal da casa, no rés-do-chão, porém em projetos posteriores as varandas alpendradas ganham um caráter de descanso e não mais de mera transição exterior / interior. Vale lembrar que o alpendre junta à entrada principal da casa também era um recurso comum na arquitetura colonial brasileira, principalmente nas casas bandeirista de São Paulo.

Sobre a escada principal e o alpendre, Rocha Peixoto comentou:

"*Assim é que a fachada principal radica na casa rústica em que uma escada perpendicular ao começo, logo inflecte encostada a frontaria. A varanda para que dá firma-se em columnas com as quaes os dois arcos de volta inteira provocam a lembrança, entre outras, das casas ribeirinhas. Da guarda do balcão erguem-se os columnellos que suportam, n'este caso, um alpendre abaúlado e deprimido. E immediatamente á varanda logo avulta um corpo saliente, processo habitual com que se amplifica a casa rústica onde o espaço escasseia ou a fortuna permitte o desaffogo*".[35]

Outro elemento significativo na volumetria da casa da Rua do Conde é a torre. A torre está presente na arquitetura nobre portuguesa desde a Idade Média e cruzou os séculos caracterizando, sobretudo, as construções do norte do país. Surgiram a partir das torres de miragem dos castelos, mas eram erguidas independentes, sem um muro que as cercavam. Desempenhavam um papel militar, além da habitação, durante o período da reconquista, mas após a expulsão dos mouros, continuaram a ser construídas "*mais por exibicionismo heráldico do que por necessidade*"[36]. Com o passar do tempo, os espaços

[35] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 319.
[36] AZEVEDO, Carlos de. "Solares Portugueses". Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

internos dessas torres não eram mais suficientes para abrigar o programa doméstico que se desenvolvia, e assim começam a construir edificações contíguas às torres. A torre assumiu um caráter simbólico de domínio senhoril sobre as terras, o que evolui até os solares barrocos, como afirma Carlos Azevedo:

"*A casa-torre atinge agora a expressão de maior requinte, sobretudo na medida em que a torre é francamente aproveitada pelo seu valor arquitetônico, num conjunto em que é elemento preponderante. A torre continua, pois, a desempenhar papel de relevo como expressão funcional, embora o aproveitamento do seu espaço interior não oferecesse muitas possibilidades*".[37]

Na casa de Severo, a torre no canto sudoeste da edificação pretende recuperar esse caráter simbólico, embora estivesse destinada a abrigar a habitação dos empregados. Já nas casas brasileiras, Severo deixou de incluir as torres, a não ser, no projeto da casa de Júlio Mesquita, onde uma torre foi colocada, inclusive com ameias medievais.

4.2.3. Cobertura e chaminés

Severo dava particular importância para as coberturas como elementos marcantes da arquitetura tradicional, tanto de Portugal quanto do Brasil. "*Parte integrante da harmonia do edifício*"[38], o mesmo telhado que usou na sua casa portuguesa continuou a usar nas casas brasileiras. Na conferência "*A casa e o Templo*", Severo preocupou-se em descrever os telhados brasileiros do período colonial, onde comparou com o que era produzido não só em Portugal mas na Península Ibérica, relacionando suas semelhanças e reforçando que a prática arquitetônica do Brasil era uma extensão do que já se praticava nas capitais européias.

O telhado da casa na Rua do Conde se caracteriza pelas telhas capa-canal, com beiral de bicos levantados à moda chinesa. A torre ainda conta com um pináculo metálico e as janelas do piso nobre tem cornijas feitas com a mesma telha. A prática do beiral, presente tanto nas casas populares quanto nos solares barrocos, era abertamente

[37] AZEVEDO, Carlos. "Solares Portugueses". p. 79.
[38] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo". p. 45.

defendida por Severo, principalmente nas conferências de 1914 e 1916, onde descreve diferentes tipos de beirais:

"*Primeiramente empregavam os beirais de telha simples, para os alongar, porém, começaram por inverter outras telhas, formando consolo pela parte inferior, dispondo-as em uma ou mais filas constituíram assim uma cornija especial que recorda os frisos e as arquivoltas em estalites de edifícios mosárabes da Península Ibérica (...) Um segundo tipo é o beiral com armadura de madeira; são prolongados os caibros da armação do telhado e sobre eles corre uma tábua ou simples ripa sobre o que se assentam as telhas da beirada*".[39]

Ao se analisar as casas brasileiras, vemos que o mesmo telhado usado na casa da Rua do Conde foi praticado no Brasil, com telhas capa-canal, um amplo beiral e cantos achinesados. Prova-se, mais uma vez, que as características da arquitetura neocolonial não eram diferentes do que Severo defendia para a "casa portuguesa".

As chaminés também tiveram importância na obra de Severo quando a influência popular parece se sobrepor à nobre, nomeadamente as chaminés do Algarve. Hoje se vê três chaminés na casa da Rua do Conde, embora o projeto original só previsse duas. A mais expressiva volumetricamente é a que surge sobre a cozinha, embora a chaminé das salas das lareiras (rés-do-chão e andar nobre) surja externamente, junto à fachada norte. A terceira, muito mais modesta que as demais, ergue-se exteriormente junto da entrada oeste da casa e pouco contribui com sua volumetria. A chaminé está intimamente ligada à importância do fogo para a cultura arquitetônica portuguesa. Importância reconhecida por Severo que sempre associou o fogo à reunião familiar, numa referência à própria pátria. A cozinha portuguesa, onde se prepara o alimento sob uma enorme chaminé, é a imagem que ele tentou resgatar com as chaminés rendilhadas que fez não só na casa da Rua do Conde, mas nas suas obras posteriores no Brasil, nomeadamente a própria casa da Rua Taguá.

[39] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo". p. 46.

4.2.4. Fachadas

Foram as fachadas de suas casas que Severo mais valorizou na intenção de criar uma arquitetura nacionalizante. Justamente onde pode expressar todo seu repertório de elementos arquitetônicos recolhidos ao longo dos anos na sua atividade de arqueólogo, e defender o que para ele deveria ser a "casa portuguesa" e posteriormente o modelo de arquitetura neocolonial. A casa da Rua do Conde, como já foi dito, apresenta uma série de elementos arquitetônicos, organizados como em um museu, onde tais elementos de origens distintas se unem num mosaico estilístico. Essa forma de conceber as fachadas e de acreditar que assim estava fazendo uma "casa portuguesa", continuou no Brasil, nas suas casas neocoloniais.

Sua importância foi declarada por Severo na conferência de 1914:

"*O seu nome, derivado de facies, que em latim diz face, nos indica o seu mais íntimo sentido. Assim como há caras de mau senho, assim há também fachadas de ruim catadura, e inversamente, lindos e sedutores rostos de casa... e de mulheres*".[40]

Na mesma conferência, ele descreve as janelas e suas variações encontradas na arquitetura do período colonial brasileiro. Menciona as gelosias como exemplares presentes na fachada sul da casa da Rua do Conde, onde há um balcão com gelosia, o que só voltou a repetir na sua casa de praia no Guarujá, em 1922:

"*A gelosia ou rótula, chamada também adufa em Portugal, é sumariamente o modelo que os romanos empregaram com a designação de transenna, em tudo semelhante às adafas árabes e aos moucharabiehs do Cairo. É o anteparo, vazado como um crivo de madeira, colocado nas faces da porta e janelas, com o fim de resguardar a casa do sol, e para ver de entro, sem ser visto de fora. Provém de países quentes e luminosos, como vedação contra os raios do sol; a sua ação é semelhante à da folhagem das árvores, por cuja enredada treliça e côa a luz, cuja intensidade se acalma, produzindo ao mesmo tempo uma sombra fresca e um arejamento natural e perfeito. Pelo que tem de maliciosa a sua*

[40] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo". p. 45.

aplicação, justifica-se seu sucesso velando os gineceus romanos e árabes, e os conventos de monjas".[41]

Embora o balcão com gelosia tenha sido repetido uma única vez na casa de praia, as janelas com rótulas[42] foram utilizadas com enorme freqüência nas casas brasileiras. As gelosias ou rótulas eram utilizadas nas construções urbanas portuguesas e brasileiras, justificando sua utilização na casa da Rua do Conde, e mais tarde, nas casas brasileiras.Talvez elas não fossem mais tão freqüentes em território luso quanto no brasileiro, mesmo tendo sido proibidas no Brasil no início do século XIX[43]. No entanto, ainda podiam ser encontradas nas cidades históricas brasileiras e nos centros históricos portugueses, nomeadamente Guimarães e Braga. Sendo assim, a dúvida levantada por Ana Vaz Milheiro sobre uma eventual influência brasileira na casa da Rua do Conde que Severo teria trazido depois de sua primeira ida à antiga colônia, provavelmente não se comprove, uma vez que ele, certamente, deve ter visto e registrado rótulas portuguesas antes de 1891. Rocha Peixoto já afirmava que Severo pode ter se inspirado numa gelosia existente em Vila Real[44], cuja imagem foi publicada no texto de João Barreira[45].

Carlos Azevedo, ao escrever sobre os solares barrocos, aponta para a diferença comum que havia entre as janelas do rés-do-chão e do piso nobre, afirmando que a importância do piso nobre "*se pode avaliar pela concepção das janelas, que no piso superior se apresentam quase sempre mais ricas do que no andar térreo, ou então altura, quando não se verificam simultaneamente as duas coisas*"[46]. Essa característica é

[41] SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo". p. 46.
[42] Severo apresentava rotulas e gelosias como sendo diferentes nomes para um mesmo objeto, "*a gelosia ou rotula*". No entanto, José Luiz Miotto no artigo que escreveu sobre a "Evolução das esquadrias de madeira no Brasil", defende que rótulas são o treliçado de madeira usado nas janelas enquanto "*as gelosias são como uma espécie de caixote sobrepostos às janelas, acima do pavimento térreo*". Sendo assim, o que encontramos na casa da rua do Conde e na casa de praia no Guarujá, são gelosias, já nas demais casas brasileiras encontramos rótulas.
MIOTTO, José Luiz. "Evolução das esquadrias de madeira no Brasil". p. 58. Artigo publicado no site: http://www2.unopar.br/pesq_arq/revista/EXATA/00000316.pdf
[43] ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. "Dicionário Ilustrado de Arquitetura". Rio de Janeiro: Pro Editores, 1998. Vol. I. p. 289.
[44] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 320.
[45] BARREIRA, João. "A Casa Portugueza". p. 167.
[46] AZEVEDO, Carlos de. "Solares Portugueses". p. 71.

claramente observável na casa de Severo, onde o andar superior apresenta uma maior variação de tipos de janelas, que são mais altas e mais decoradas.

Na fachada principal, à leste, chamam a atenção duas janelas geminadas, outro elemento de inspiração histórica. Essas janelas, caracterizadas por um vão mais largo e um montante ou coluna, já eram usadas em construções quinhentistas, inclusive no próprio Palácio Nacional, em Sintra. Outro exemplo de edifício histórico com janelas geminadas é o Solar dos Távoras, no distrito da Guarda, cujas janelas são comentadas por Carlos Azevedo: "*apesar das grandes superfícies de parede sem aberturas, é de notar o belo progresso que significam as belas janelas na concepção da casa – janelas já tipicamente renascentistas*" [47]. Mais um exemplo com particular semelhança às janelas geminadas da casa da Rua do Conde são as encontradas na Torre Ribafria, em Sintra, que ao contrário da maioria referida, apresenta vergas retas, como na casa de Severo, e não arcos.

Outra janela encontrada no Solar dos Távoras que Azevedo também menciona é a "*de canto, que se generalizam rapidamente durante a primeira metade do século XVI*"[48]. Severo utilizou-a no canto sudeste da torre na casa do Conde, mas não tornou a repeti-la nas casas brasileiras. Um conhecido exemplo de casa quinhentista, a chamada Sempre Noiva, comentada por Carlos Azevedo e João Barreira e estudada por Haupt, apresenta tanto janelas geminadas quanto uma janela de canto.

Deve-se reparar como todas as janelas do piso nobre, com exceção da fachada poente, são protegidas por cornijas, numa nítida intenção de valorização dessas aberturas.

João Barreira ainda afirma que nas casas das classes médias rurais de Trás-os-Montes, Beiras e Minho, eram comuns as varandas, em geral, orientadas a sul ou nascente. Na casa da Rua do Conde encontra-se justamente uma varanda na altura do piso nobre na fachada sul, que correspondia à abertura do quarto de Severo e Francisca.

[47] AZEVEDO, Carlos. "Solares Portugueses". p. 176.
[48] AZEVEDO, Carlos. "Solares Portugueses". p. 176

Na fachada norte, nota-se uma significativa diferença entre o projeto entregue à câmara municipal em 1902 e o que foi construído. Nos desenhos originais a casa deveria contar com um volume saliente de planta semicircular que se ergueria atendendo dois pavimentos, rés-do-chão e piso nobre. No entanto, foi construído um volume de planta retangular, mais saliente no piso nobre do que no rés-do-chão, apoiado em três pilares jônicos. O volume semicircular originalmente proposto parece relacionar-se mais com a arquitetura eclética do período do que com um modelo histórico; já a origem da solução executada foi explicada por Rocha Peixoto que escreveu:

"*Mas já na face que volta para o norte domina o corpo saliente, firmado á frente em colunata jônica, como na casa citadina foi e ainda se vê, no Porto por exemplo em Miragaya, na Sé e na Victoria*".[49]

Nas fachadas norte e sul, ainda encontramos janelas rasgadas com guarda-corpos metálicos e em pedra com balaústres no volume destacado da fachada norte. No piso nobre duas janelas são decoradas com vasos cerâmicos no seu exterior, numa referência a um hábito popular.

O piso inferior conta com janelas mais simples, mas mesmo assim, nas fachadas norte e leste vê-se janelas diferentes das demais, com uma verga de cantaria que separa a bandeira fixa "à maneira do século XVI". [50]

A residência Numa de Oliveira foi, provavelmente, a casa brasileira com janelas mais parecidas com as da sua casa no Porto. Nela via-se uma nítida diferença entre as aberturas do pavimento térreo e do piso superior, na mesma lógica barroca de valorização das aberturas do piso nobre. A utilização de vasos na decoração de algumas janelas, presentes também nessa residência, passaram a ser mais raros nas outras casas que a seguiram. Nota-se que as janelas geminadas na fachada principal eram muito parecidas com as da Rua do Conde, com um contorno rigidamente quadrado. No entanto, a residência Numa de Oliveira teve janelas mais decoradas, numa referência mais explícita

[49] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 319.
[50] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 320.

às formas barrocas que se tornaram cada vez mais presentes nos projetos posteriores de Severo.

O memorial descritivo da casa já informava que ela seria "*rebocada, estucada e devidamente pintada*". Hoje parece difícil identificar a cor original da pintura exterior, mas segundo relato da proprietária, a cor que hoje se vê é o que sobrou de um tom de rosa que cobriu a casa durante a juventude dos filhos de António Pedro Pinto de Mesquita. O que tampouco seria a cor original da casa, que também segundo a Senhora Maria Helena Pinto de Mesquita, seria uma variação de amarelo. Ao vermos as antigas fotografias publicadas na revista Serões, percebemos que a cor original da casa não deveria ser muito clara, uma vez que parece mais escura que o granito aparente. Logo, esse amarelo não devia ser dos mais claros[51].

Outros elementos de referência histórica do exterior da casa da Rua do Conde são os painéis de azulejo na fachada principal. Sabe-se que a azulejaria portuguesa vem de uma herança muçulmana que se espalhou pela orla do Mediterrâneo e que em Portugal, embora tenha começado a produzir depois de outros países europeus, foi amplamente utilizado e associado à identidade nacional. No entanto, sua utilização até o século XIX foi em áreas internas. Os exemplos exteriores que se conhece são exceções que confirmam a regra. A utilização de azulejos nas fachadas dos edifícios se desenvolveu com o fortalecimento da burguesia e da indústria portuguesa, no século XIX, e o Porto teve um papel preponderante. Costuma-se associar o início da utilização de azulejos nas fachadas dos edifícios urbanos em Portugal à figura dos brasileiros ou portugueses de torna-viagem. Esses portugueses iam ao Brasil fazer fortuna e regressavam com um hábito que era mais comum na antiga colônia do que na capital européia: a utilização dos azulejos no revestimento de fachadas de edifícios urbanos. Segundo alguns autores, no Brasil a utilização de azulejos no exterior dos edifícios já era freqüente em determinadas regiões, nomeadamente a cidade de São Luís do Maranhão, desde o final do século XVIII. Santos Simões afirmava que a utilização do azulejo como revestimento exterior no Brasil se deu também graças às suas qualidades mecânicas de proteção contra as

[51] Entrevista concedidas nos dia 26/07/2006.

intempéries somadas à carência de materiais de acabamento disponíveis[52], pois os azulejos eram abundantes em terras brasileiras e costumavam ser usados como lastros para os navios portugueses que iam vazios à colônia buscar produtos locais e eram lá comercializados[53].

O século XIX assiste a um enorme crescimento da utilização dos azulejos, principalmente depois do fortalecimento das fábricas que os produziam, freqüentemente graças aos capitais de origem brasileira[54]. No Porto houve uma melhoria significativa na qualidade da produção, sendo suas fábricas, provavelmente, as primeiras de Portugal a desenhar padrões de azulejos especificamente para fachadas.

Os azulejos utilizados no século XIX eram de padrão, de relevo, de meio-relevo, lisos e biselados. Já no princípio do século XX surge a moda dos grandes painéis historiados de inspiração barroca. Entre um século e outro, criou-se no Porto o hábito de se cobrir igrejas antigas de azulejos. A princípio utilizavam-se azulejos de padrão, ainda no século XIX, como nas igrejas de Miragaia e de São Nicolau, e depois painéis figurativos azuis e brancos, como na Igreja do Carmo, na Capela das Almas e na Igreja de Santo Ildefonso, já no século XX[55].

O que se vê na casa de Severo são painéis recortados de motivos florais de inspiração barroca, que cobriam uma pequena área da fachada principal. Aí se percebe uma contradição com a utilização exterior burguesa do azulejo, de uma forma barroca.

---

[52] SIMÕES, João Miguel dos Santos. "Azulejaria portuguesa no Brasil (1500-1822)". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963. p. 35-36.

[53] VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel. "Azulejaria de exterior em Portugal". Lisboa: Edições Inapa, 1991. p. 8.

[54] Entre os fins do século XVIII e meados do XIX, as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia contavam com seis fábricas que se dedicavam à produção de azulejos semi-industriais. Eram elas as fabricas de Massarelos, Miragaia, Carvalhinho, Devesas, Cavaquinho e Santo Antonio de Vale da Piedade. Sabe-se que as fábricas de Massarelos e Miragaia tiveram sua reativação no século XIX promovida por um *brasileiro* entre 1830 e 1840, e que outros foram responsáveis pela fundação das fábricas de Carvalhinho, de 1840, e Devesas, de 1865, sabe-se ainda que a fábrica de Santo Antonio de Vale da Piedade, embora tenha sido fundada pelo genovês Jerônimo Rossi, teve sua produção impulsionada por capitais brasileiros. Essas fábricas do Porto e V.N de Gaia foram provavelmente as primeiras de Portugal a desenhar padrões de azulejos especificamente para fachadas.
AMORIM, Sandra Araújo de. "Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850 – 1950)". Póvoa de Varzim: Câmara Municipal, 1996. p. 36 – 46.

[55] GUIMARÃES, Agostinho. "Azulejos do Porto". Porto: Litografia Nacional, 1989. p. 90, 84-85.

Painéis assim eram freqüentemente utilizados em ambientes internos de igrejas e casas nobres. Sua utilização externa era mais freqüente em fontanários, bancos, coruchéus, imagens sacras e alminhas, ou em pátios nas paredes de pátios e claustros, como no jardim do Museu Soares dos Reis, no Porto, ou no claustro gótico da Catedral da Sé, também no Porto. Entre a exceções há o Palácio dos Marqueses de fronteira, em Lisboa, com painéis de azulejos figurativos cobrindo a parte inferior das fachadas e grandes superfícies nos jardins. Pode-se tentar buscar uma relação entre a utilização feita por Severo na casa da Rua do Conde e exceções como essa. No entanto, parece mais provável que as referências que influenciaram os painéis de azulejos da casa de Severo eram de outras, de ambientes internos, utilizados de uma forma tipicamente oitocentista, no exterior.

Outro aspecto curioso é a utilização excessivamente pontual que Severo fez dos azulejos na fachada. Isso faz com que eles pareçam um elemento estranho à própria casa, pouco integrados à arquitetura e muito pouco relevantes para o conjunto. Essa aplicação tão restrita parece se justificar na excessiva valorização que ele deu à fachada principal da casa, o que reforça um caráter cenográfico, muito romântico, de super valorização do que está visível para a cidade.

Além dos azulejos decorados de inspiração barroca, na casa da Rua do Conde ainda encontra-se outro tipo de azulejo, porém esse de inspiração hispano-mourisca. São peças monocromáticas, ora brancas e ora verdes, encontradas no pátio central e no muro do terreno, inspirados nos antigos azulejos "*alicatados, característicos da arte granadina, mas muito usados igualmente em Sevilha entre os séculos XIII e XV*", cujos "*raros exemplares portugueses encontram-se no Palácio Nacional de Sintra*"[56]. Esses azulejos foram usados em áreas ainda mais específicas da casa e melhor emoldurados pelo suporte que os citados anteriormente. Também nos corredores do piso nobre encontramos outros azulejos tipo "ponta de diamante", com cercadura "dente de lobo", de inspiração seiscentista e setecentista. Todos estes elementos contribuem para reforçar o aspecto acumulativo de diferentes referências históricas que caracterizam a casa.

[56] MECO, José. "O azulejo em Portugal". Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 35.

Severo continuou a utilizar os azulejos nos seus projetos brasileiros, uma vez que podia justificar essa utilização com os muitos exemplos de edifícios religiosos erguidos no período colonial que contavam com paredes assim revestidas. Para as casas brasileiras, ele teve a colaboração de seu amigo e conhecido pintor Jorge Colaço, que foi responsável pelos azulejos da sua casa na Rua Taguá[57]. No entanto, no Brasil, Severo usou os azulejos de forma mais ampla e segura. Na primeira casa neocolonial que ergueu, a residência Numa de Oliveira, Severo revestiu as paredes do alpendre da entrada principal com painéis figurativos, uma utilização bastante tímida em comparação com os painéis desenhados por Jorge Colaço para a casa da Rua Taguá. Lá os azulejos foram amplamente utilizados, tanto no exterior quanto no interior, o que já havia acontecido alguns anos antes com a casa de praia de Severo no Guarujá, onde já havia painéis figurativos em ambientes internos e na varanda exterior.

4.2.5. Plantas e interiores

Embora tenha na sua distribuição interna elementos de referência histórica, a casa se organiza em plantas mais próximas da lógica burguesa oitocentista de distribuição dos espaços do que de uma tentativa de recuperação de um *Modus vivendi* de outrora. Severo transfere para as plantas da casa a mesma lógica de colagem de elementos históricos da fachada, numa montagem mais plástica do que propriamente estrutural.

Um desses elementos é organização da casa em dois pavimentos, sendo o superior valorizado numa tentativa de recuperação do andar nobre das casas populares e dos solares ricos. De fato, os ambientes dedicados a receber visitas sociais estão nesse piso. Nos solares e nas casas populares o rés-do-chão era reservado para atividades de serviço ou a proteção de animais, enquanto no piso nobre a família efetivamente habitava. Na casa de Severo, áreas intimas e de serviço se organizam em ambos os pavimentos, não respeitando o rígido zoneamento de funções implicado como a utilização do andar nobre, subvertendo a lógica desse piso e tornando-o um mero recurso estilístico.

[57] No porto, Jorge Colaço foi responsável pelos azulejos de obras conhecidas, como os painéis da Estação de São Bento e os da fachada da igreja de Santo Ildefonso.

A casa se organiza em torno de outro elemento de origem histórica que condiciona sua distribuição espacial. Trata-se do pátio central.

Na conferência de 1914, Severo menciona o trabalho de um dos membros da missão francesa[58]. Tratava-se de Jean-Baptiste Debret que escreveu "*Voyage pittoresque et historique au Brésil*", onde estudou a arquitetura que encontrou no Brasil daquela época. Debret, segundo Severo, confronta a arquitetura colonial brasileira com as casas romanas buscando relações nas suas distribuições internas, através da possível influência que os romanos deixaram na arquitetura e urbanismo em Portugal, nomeadamente na arquitetura doméstica.

Jorge Alarcão, que se dedicou ao estudo das casas romanas, identifica dois tipos principais, além de outras variações. Tanto casas de átrio quanto as casas de peristilo, os dois tipos principais de casas descritas por Alarcão eram caracterizadas pelo espaço central descoberto, ao redor do qual se organizavam os ambientes da casa. Esse espaço descoberto também estava presente nas outras variações da arquitetura doméstica romana[59]. Em Portugal foram encontrados exemplos de casas de peristilo, como a Casa dos Repuxos, escavada por Vergílio Correia, nas ruínas de Conimbriga[60].

A referência romana na arquitetura portuguesa pode ter sido preservada pelos costumes enraizados e pela necessidade de afirmação cristã diante da dominação muçulmana[61]. Mas costume e cultura romana influenciou também a própria arquitetura muçulmana através da dominação romana no oriente próximo, cuja expansão para o norte da África acabou por afetar novamente Portugal.

A casa árabe encontrada na Andaluzia, caracterizada pela influência da dinastia Omíada, era fortemente caracterizada por um pátio central descoberto, ao redor do qual a

[58] A chamada missão francesa foi a vinda ao Brasil de uma série de artista franceses que desembaraçaram no Rio De Janeiro em 26 de Março de 1816, com apoio de D. João VI. A intenção de do Rei de Portugal era impulsionar as Artes e os Ofícios no Brasil a partir dos padrões franceses. A missão foi responsável pela entrada efetiva do neoclássico no Brasil.

[59] Cf. ALARCÂO, Jorge. "Introdução ao estudo da casa romana". Coimbra: Universidade de Coimbra, 1985.

[60] ALARCÃO, Jorge. "História da Arte em Portugal", vol 1, "Do Paleolítico à arte visigótica". Lisboa: Editora Alfa, 1986. p.101.

[61] WEIMER, Gunter. "Arquitetura popular brasileira". São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 82.

casa se organizava[62]. Em Portugal, onde a influência Omiada foi pouca, mas há resquícios da ocupação muçulmana em alguns costumes arquitetônicos como as rótulas e gelosias que são atribuídas a essa influência, o pátio interno não parece ter sido prática comum em terras portuguesas, pelo menos não da forma como se vê nas casas da Andaluzia ou na casa de Severo.

Rocha Peixoto reconhece a origem do pátio interno da casa de Severo e admite que sua utilização não era uma prática comum em Portugal:

"*Á reminiscência árabe ou romana, tam pouco comum entre nós e tão freqüente em Hespanha, liga-se a adopção d'um pateo interior,de que o exemplo d'uma casa da Rua da Ilha, em Coimbra, com o seu discreto poço e claustrada, é um vivo depoimento a relembrar. No da casa da Rua do Conde enfeixam-se os elementos heterogêneos que afinal resultam da sobreposição de influencias mais ou menos assimiladas e coexistentes embora sobre apparencias antagônicas: nicho devoto n'umas das faces; na outra Vesta e Ceres do paganismo helleno-latino, em grandes composições de azulejo monochromico ladeando a fonte de mármore em cuja taça um golphinho, como os de loiça do século XVIII, verte, n'um murmúrio perenne, um fio liquido; nas paredes, por fim, o azulejos de facha e contra-facha, branco e verde, como um archaico modelo hispano-mourisco do século de quinhentos*".[63]

João Barreira ainda se esforça em buscar uma relação entre os pátios andaluzes e a habitação tradicional portuguesa, dizendo que na "*a casa da classe média rural*", "*freqüentes nas regiões do Minho, Trás-os-Montes e Beiras*", pode-se encontrar um "*amplo pateo rectangular que tanto lembra as pousadas das Castellas e da Andaluzia*".[64]

O pátio, na casa de Severo, ao invés de representar uma vontade nacionalizante, pode ser comparado ao gosto pelo exotismo tipicamente romântico, uma vez que é difícil relacioná-lo com exemplos históricos encontrados em Portugal. No entanto, sua

[62] WEIMER, Gunter. "Arquitetura popular brasileira". p. 82.
[63] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 319 – 320.
[64] BARREIRA, João. "Habitação em Portugal". p. 151.

importância na organização espacial da casa é fundamental. Como afirmaram Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes:

"*o pátio, de dimensões reduzidas, é realmente significativo na articulação do conjunto, pela luminosidade um pouco crua que contrasta deliberadamente com os tons escuros das madeiras de tecto e lambris das salas contíguas, como a sala da lareira e a biblioteca. Mas o pátio em si nada tem de português. Falta-lhe qualquer coisa de recato, de praticável; é mais um pátio funcional, não uma continuidade vivida do espaço interior, mas apenas permitindo melhor iluminação no interior da casa. É mais um elemento para se ver de fora do que uma peça em si mesma apropriável*". [65]

O pátio foi um recurso não mais repetido por Severo. No entanto, com exceção da casa praiana no Guarujá, as outras casas sempre apresentavam um ambiente central ao redor do qual se organizava a planta em substituição do pátio. Ora um *hall* de acesso à escadaria nas residências Numa de Oliveira e Rui Nogueira, ora a sala de jantar nas casa da Rua Taguá e na residência Júlio de Mesquita. Mas isso não era um recurso que evoca uma nacionalidade específica, mas uma prática comum nas casas do período.

A planta é claramente setorizada em três blocos distintos de acordo com as funções que abrigam. Ao sul tem-se a parte íntima dos quartos em ambos os pisos e do antigo escritório, atualmente convertido em biblioteca, no canto sudeste do rés-do-chão. A nordeste tem-se as salas de convívio: social no piso nobre e íntimo no piso térreo. Por fim, no canto noroeste ficam os serviços, lavanderia em baixo e cozinha em cima. A escadaria na fachada principal era o acesso nobre da casa por onde entravam os convidados que eram recebidos no piso superior. Com o tempo, a escadaria foi sendo pouco usada e o acesso principal passou a ser a entrada norte, que surge entre o bloco de serviços e o bloco de convívio. Outras entradas, como a do rés-do-chão da fachada nascente ou o acesso direto ao antigo escritório na fachada sul caíram em desuso. Outro acesso que ainda é utilizado é a passagem para a cozinha no topo da escadaria de serviços, na fachada poente.

[65] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 16.

Os interiores não apresentam uma unidade estilística nas suas decorações. Diferentes elementos decorativos são conjugados lado a lado, numa grande mistura de elementos, símbolos e estilos. Como descreveu Rocha Peixoto:

"*Para o ingresso logo se dá com o coberto e seu portão almofadado, pregueado e, nos fechos, com dois grandes espelhos, resumindo em abertos os symbolos das preocupações do povo que os gestou – religião, amor, superstição – cruz, signo-saimão e corações. Já no prédio, n'uma entrada, um quadrinho em azulejo, com uma imagem de hagiografia popular, desperta a profusão de S. Antonio que em Lisboa encimam as portas ou se implantam nos átrios. E por fim, entrando, essa luxuriante revivescencia dilata-se, pelo interior com opulento brilho que só raras e contadas casas lograram em Portugal; são os lambris de castanho, de carvalho ou de nogueira, em talha de mais grácil e mais esbelta renascenna; são as portas almofadadas com certas das egrejas e das gavetas dos arcazes; são os vitrais com emblemas mythicos; o symbolo manuelino e a linda muleta do Tejo; é a facha de azulejada em que revive o debuxo que etiquetou o typo, na península, com a tam suggestiva designação de bico de diamante; é aonda a variedade de tecto e o esplendor das suas rosáceas e consoles; é a hábil applicação das orlas gregas, dos meandros e dos ovados; são, por último, os estuques, um dos quaes, de importação italiana, e outr'ora bem freqüente entre nós, fino e ao de leve relevado, se exoande em exuberâncias de pingentes, de bambolinas, de grinaldas e de laçarias*". [66]

Essas "*magnificências de interior*"[67] em nada lembrava a simplicidade rústicas das casas populares nem os solares barrocos setecentistas que também eram simples na sua decoração interna[68]. A relação entre os interiores da casa na Rua do Conde e a proposta de uma "casa portuguesa" foi duramente criticada por Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, a partir da apreciação elogiosa de Rocha Peixoto:

"*Estas exigências para a vida moderna, que, por sua vez, Rocha Peixoto classifica na Casa de Ricardo Severo como magnificências de interior, são afinal tratadas com surpreendente e ambígua noção de genuinidade e de modernidade, o que aliás nenhuma*

[66] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 322.
[67] PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". p. 322.
[68] AZEVEDO, Carlos. "Solares Portugueses". p. 73.

crítica, apoiando ou não na tentativa de Severo, enquadra com o relevo negativo que, a meu ver, essa tentativa merece; é que se trata de um interior em cuja coerência cabe um Salão de jantar estilo renascença ou uma Sala de visitas estilo Luiz XVI".[69]

Na verdade, são apenas esses dois ambientes que foram denominados "*Sala de visitas estilo Luiz XVI*" e "*Salão de jantar estilo renascença*" nas ilustrações da revista Arquitectura Portuguesa de 1916, os únicos caracterizados pela decoração em um determinado estilo, refletindo, assim, uma atitude mais ligada ao ecletismo do período do que a um compromisso com a campanha pela "casa portuguesa".

Entre esses dois ambientes, um merece uma atenção à parte. A sala de jantar tinha para Severo um papel simbólico de reunião da família. O fogo, como símbolo da pátria, que reunia todos da mesma origem nacional ao seu redor, representado pelo fogão-de-sala que esteve presente em todas as salas de jantar das casas que Severo projetou. Em pelo menos duas casas brasileiras, a sua própria casa na Rua Taguá e a residência Júlio de Mesquita, a sala de jantar assumia uma posição central na planta, ao redor da qual se organizava o resto da casa, reforçando esse papel simbólico defendido por Severo[70].

A casa presenciou e sofreu as mudanças da forma de viver dos moradores ao longo tempo e das gerações. Essas transformações acabaram por se transformar em mudanças físicas no interior da própria casa. Mudanças essas que embora tenham sido relativamente poucas, são representativas. O fogão-de-sala do pavimento térreo na sala do bloco do convívio recebeu o brasão da família Pinto de Mesquita, obra feita pelo próprio Antonio Pinto de Mesquita. Essa sala deixou de ser um ambiente de convívio familiar e passou a desempenhar o papel de sala de visitas, mostrando uma redução nas utilizações das dependências internas. Outra mudança significativa no rés-do-chão foi a parede erguida na biblioteca, que deixa claro a vontade de se criar uma entrada social junto ao solo, pois surgiu o que parece um vestíbulo de entrada, reforçando o desuso da escadaria externa e do piso nobre para a recepção de visitantes. Essa mudança foi feita por Antonio Pedro Pinto de Mesquita, que também foi o responsável pela abertura de

[69] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna". p. 15.

[70] SILVA, Joana Mello de Carvalho. "Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 –São Paulo 1940". p. 149.

duas passagens entre o novo vestíbulo e a biblioteca para o pátio central, à semelhança das passagens já existentes. A intenção das passagens era, acima de tudo, iluminar melhor os ambientes, biblioteca e novo vestíbulo, que ganharam importância com o tempo, e não propriamente facilitar o acesso ao pátio, que como bem disse Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, o pátio não era "*uma peça em si mesma apropriável*"[71].

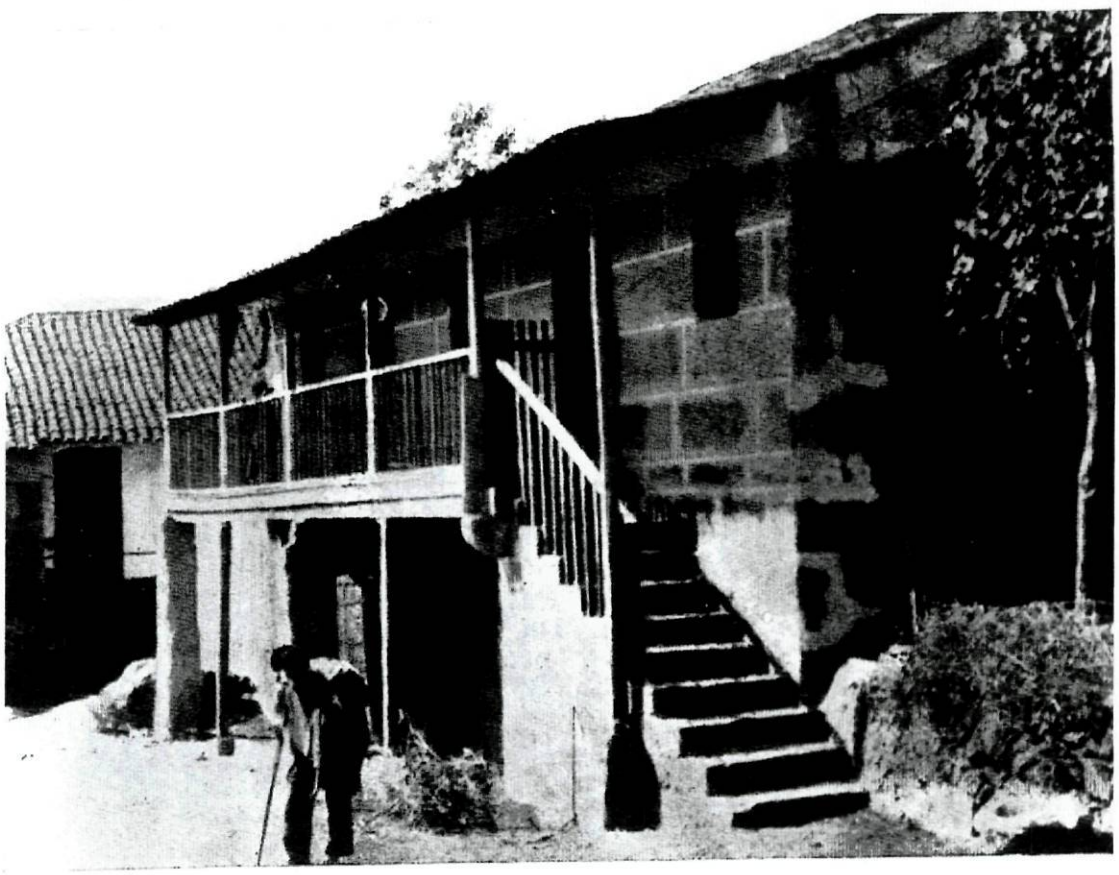
Todos esses elementos foram reunidos na casa, numa atitude diretamente associável às atividades do próprio Ricardo Severo, um arqueólogo, colecionador e historiador positivista, que acredita na efetiva recuperação do passado a partir de um estudo minucioso e metódico e na reutilização dos elementos arquitetônicos reconhecidos no presente, como forma de afirmação da identidade nacional, o que era uma atitude evidentemente romântica. Refletiu, tardiamente, os ideais do fim do século XIX, primeiro em Portugal e depois no Brasil, onde o movimento neocolonial surgiu a partir dessa experiência de Severo na Rua do Conde.

[71] ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "A arquitectura moderna" p. 16.

4.2.6. Imagens



01 – Exemplo de casa rural minhota.



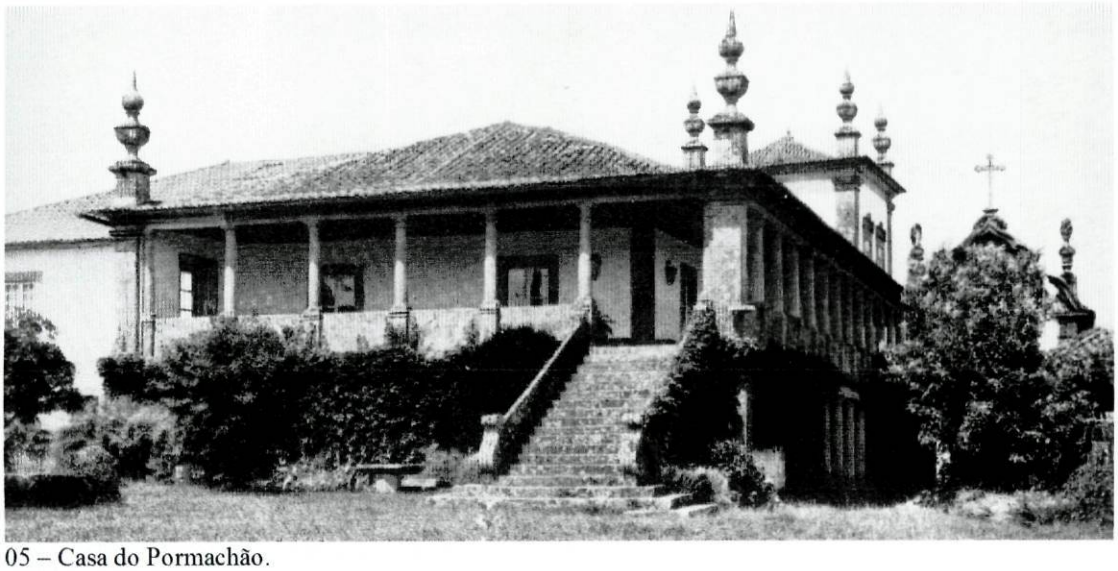
02 – Outro exemplo de casa rural minhota.



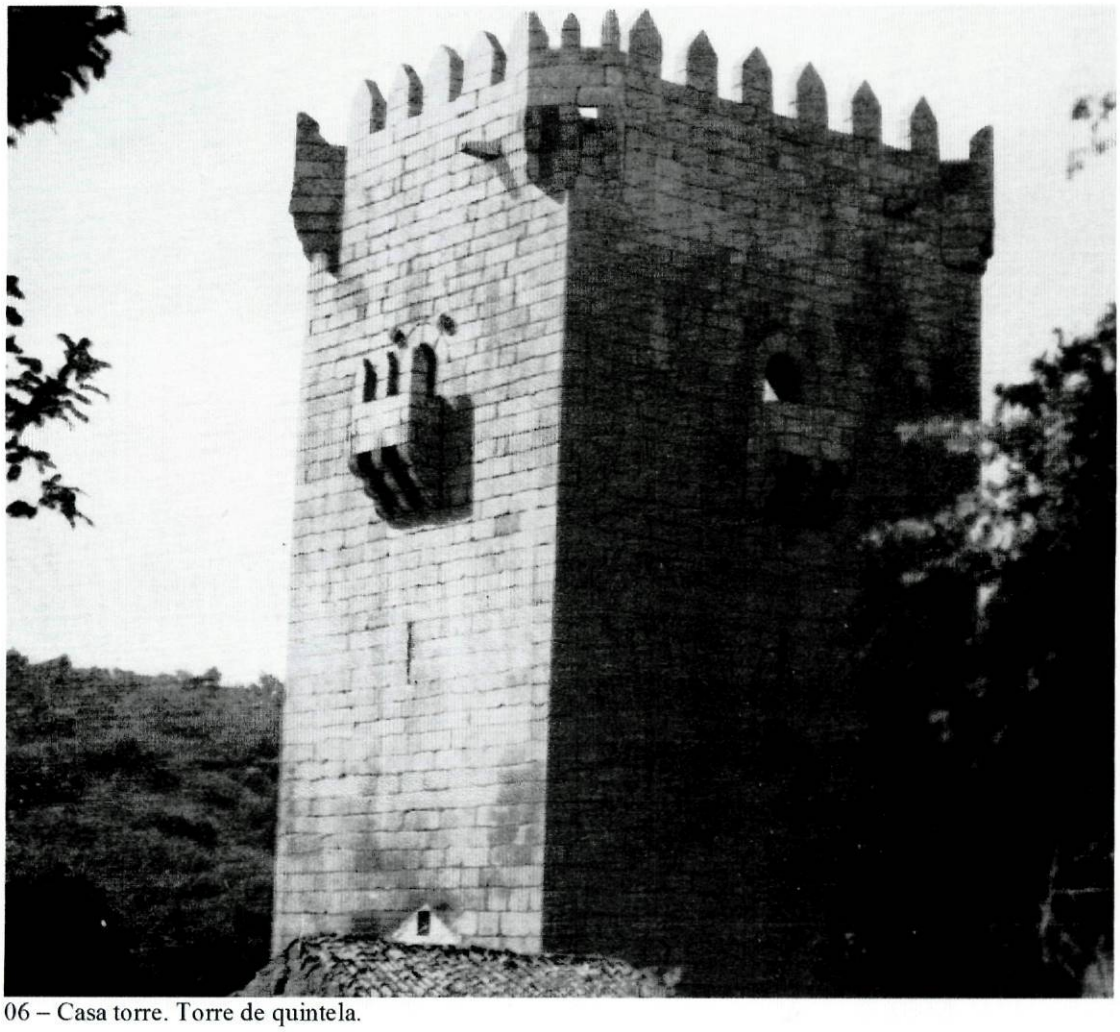
03 – Solar barroco. Solar da Fisga.



04 – Paço de Calheiros.



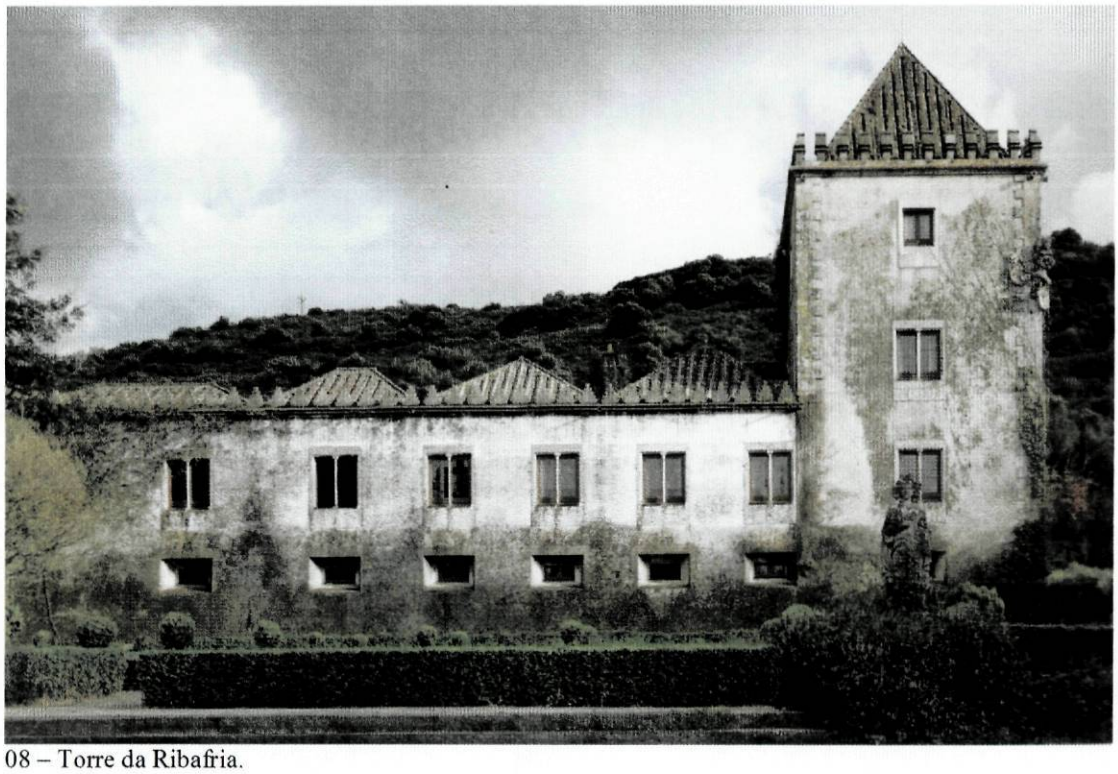
05 – Casa do Pormachão.



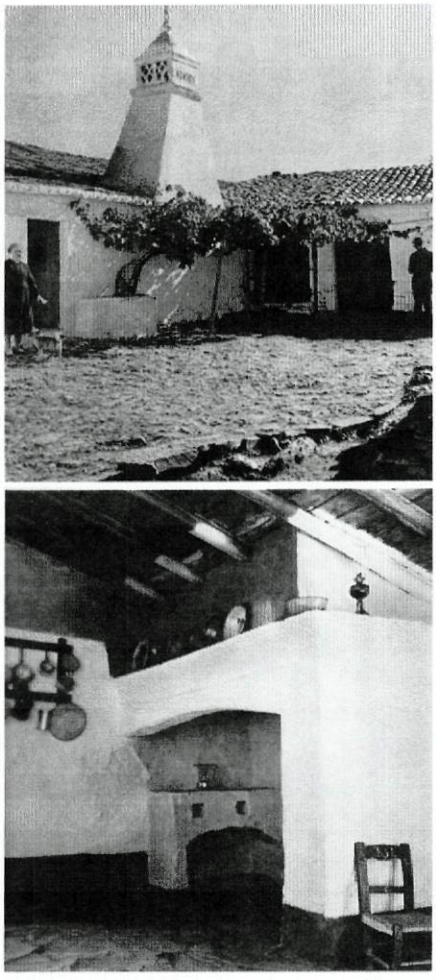
06 – Casa torre. Torre de quintela.

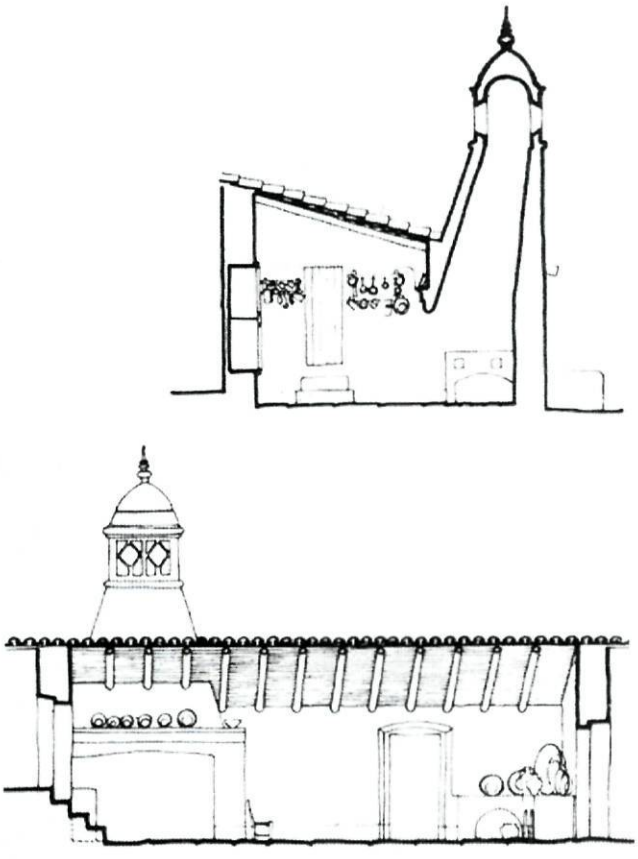


07 – Solar dos Távoras.



08 – Torre da Ribafria.

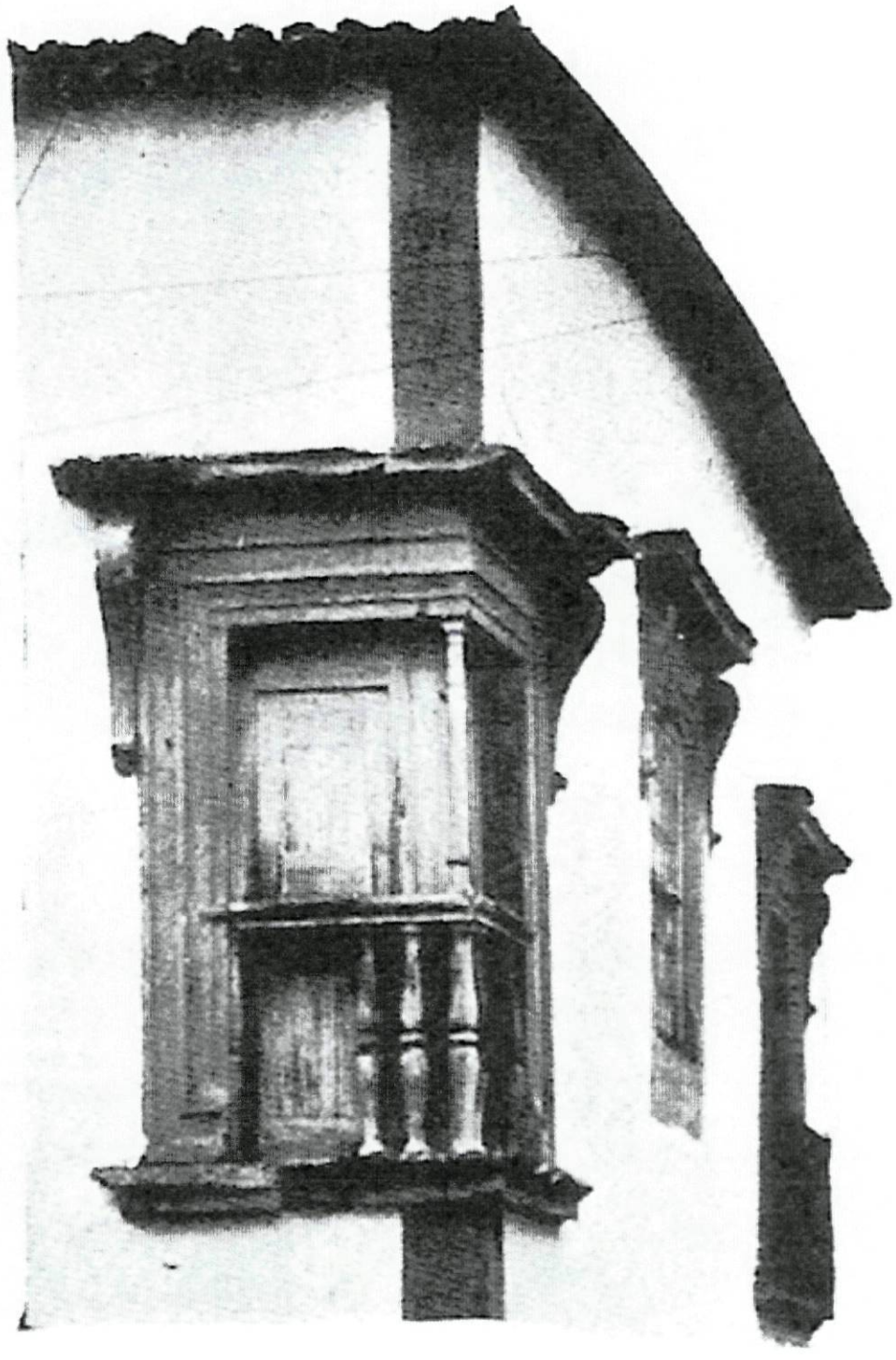




09 – Chaminé e cozinha do baixo Alentejo.



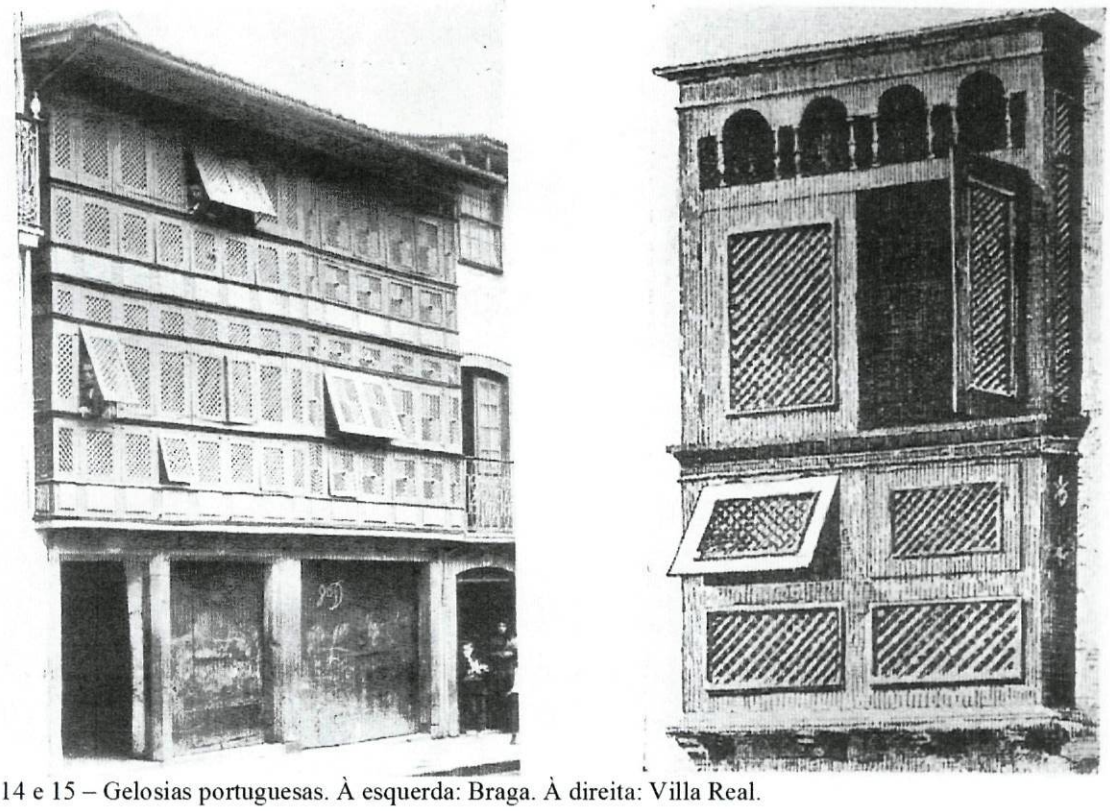
10 – Palácio Nacional de Sintra. Notar as janela geminadas.



11 – Janela de canto de uma casa em Tomar.



12 e 13 – Gelosias brasileira. À esquerda: Diamantina, Minas Gerais. À direita: Olinda, Pernambuco.

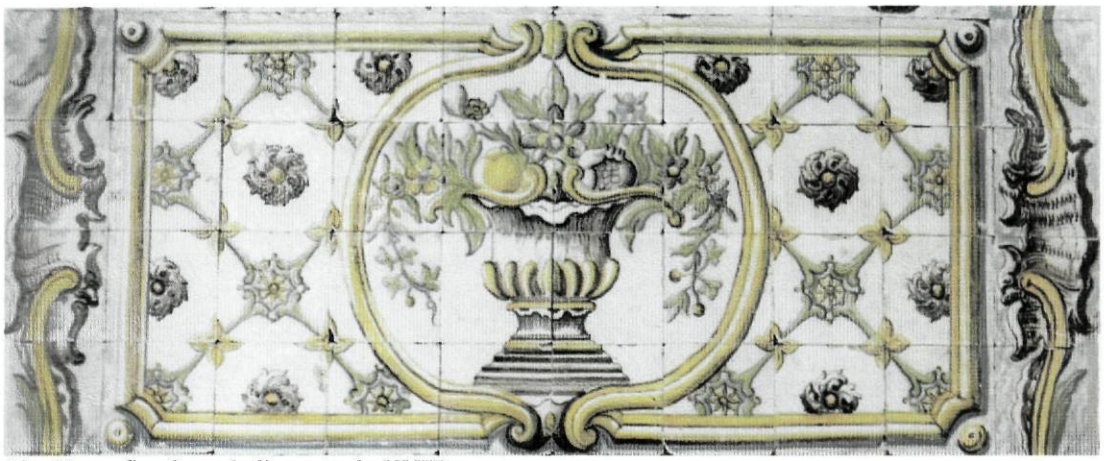


14 e 15 – Gelosias portuguesas. À esquerda: Braga. À direita: Villa Real.





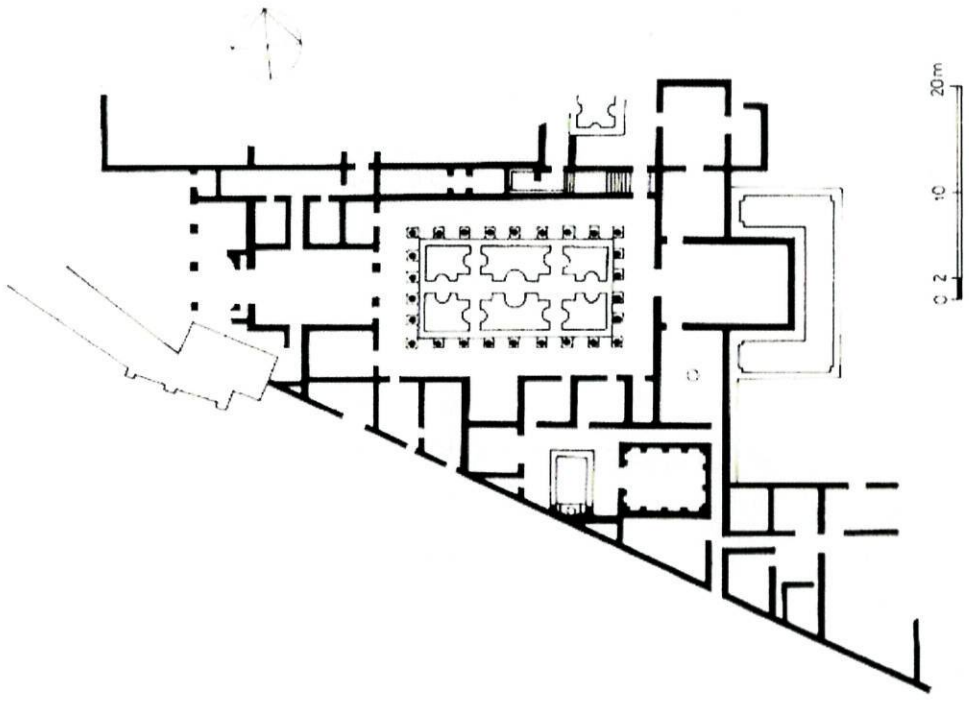
16 e 17 – À esquerda: Azulejos alicatados sevilhanos. À direita: azulejos de cercadura "dente de lobo".



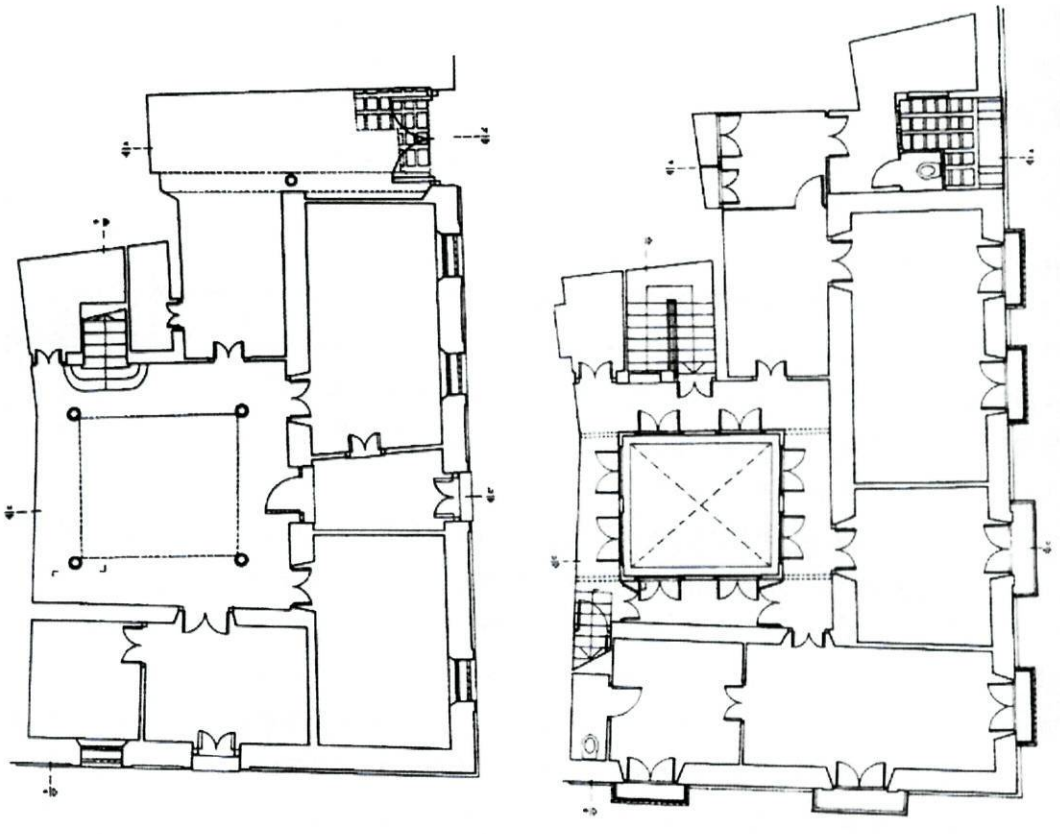
18 – Tema floral pombalino, século XVIII.



19 – Tema flora do século XVII.



20 – Casa dos Repuxo em Conimbriga.



21 – Plantas de uma casa pátio sevilhana.

A importância da casa de Ricardo Severo parece ser amplamente aceita como parte do processo de evolução da campanha pela "casa portuguesa". No entanto, sua importância não se restringe a Portugal, cruzou o mar e tem sido também citada, superficialmente ainda, por aqueles que estudam a obra de Severo no Brasil.

A casa reflete as vontades nacionalizantes da intelectualidade do fim do século , com todas as características da sociedade de então. Os valores burgueses que alteraram a própria morfologia urbana, as relações entre classes sociais e o modo de vida familiar; um cientificismo positivista e um nacionalismo fortemente inspirado por acontecimentos internacionais e, porque não, pela "saudade" portuguesa dos tempos em que o país era um império e seu rei não tinha de se sujeitar a imposições estrangeiras. Ricardo Severo era a própria personificação dessa burguesia culta, nacionalista e cientificista, e sua casa não podia deixar de expressar esses valores. No entanto, seu percurso pessoal é mais complexo.

Sua vida pode ser dividida em duas, uma portuguesa e uma brasileira. Nos períodos em que viveu em Portugal, dedicou-se ao que parecia ser seus verdadeiros interesses, a arqueologia e a história de seu país, mas que, no entanto, não lhe garantiam um sustento financeiro, e por isso foi buscar um emprego em Lisboa, que aparentemente não pagava o que ele acreditava ser merecedor. O Brasil surgiu então para Severo, como para muitos outros jovens portugueses de então, como uma alternativa natural.

É evidente que o primeiro exílio foi uma opção do próprio, o que não deve ter sido um sacrifício muito grande para um jovem recém graduado e empreendedor como Severo. Mas parece evidente que na sua juventude Severo não imaginava passar o resto da vida na antiga colônia, pois assim que pôde regressou para Portugal. Já a segunda viagem ao Brasil foi de fato obrigada, não uma opção como a primeira. A família de Francisca, mais rica que a sua, poderia dar um melhor apoio para o casal na relativa pobreza em se encontravam. De volta ao Brasil, Severo teve que se dedicar a uma atividade mais rentável do que a de pesquisador e arqueólogo. A sociedade com Ramos de Azevedo salvou Severo da bancarrota, mas o obrigou a exercer um trabalho que certamente não era seu principal interesse, mas que soube adaptá-lo a suas vontades.

Tendo de viver no exílio, Severo tentou fazer do Brasil algo mais próximo possível de Portugal, exaltando seu passado comum e contribuindo para uma melhor organização dos portugueses residentes no Brasil. Como arqueólogo que era, não podia deixar de se interessar pelos resquícios portugueses do período colonial. Assim, uniu a sua atividade de construtor que o destino lhe impôs com a de estudioso da arquitetura portuguesa e com as sua relações com a comunidade portuguesa residente em São Paulo, importando a campanha pela "casa portuguesa", que passou a apelar não para o passado português, mas para o passado luso-brasileiro.

O movimento neocolonial para Severo certamente foi uma tentativa de aproximar as duas pátrias e fazer do seu exílio algo menos penoso. A busca por uma arquitetura genuinamente brasileira era para Severo, a busca dos elementos arquitetônicos que os portugueses trouxeram para o país durante o período colonial. O resgate desses elementos e a recuperação dos mesmos nos novos edifícios como colagens nas fachadas, foi exatamente a mesma atitude que Severo teve ao criar sua casa no Porto. Mas as semelhanças continuam; boa parte do vocabulário arquitetônico da casa na rua do Conde foi repetido nos edifícios brasileiros. Ou seja, a casa não só foi uma das primeiras tentativas de se criar uma "casa portuguesa", ela também pode ser considerada o primeiro edifício neocolonial brasileiro.

Se a escada externa e o pátio central não foram mais repetidos por Severo, muitos outros elementos foram, baseados em observações que segundo o próprio comprovavam que esses tais elementos eram encontrados nos dois países. A casa da rua do Conde foi então um ensaio inconsciente para Severo; foi uma primeira experiência que depois serviu de modelo para as obras posteriores.

Para o pesquisador brasileiro interessado pela obra de Ricardo Severo, o acesso a informações sobre a casa do Porto é muito difícil. Os três trabalhos acadêmicos brasileiros sobre Severo utilizados como referência para este, mencionam rapidamente a casa do Porto, essencialmente baseados no texto de Rocha Peixoto, que foi publicado em São Paulo nas comemorações do centenário de nascimento de Severo em 1969. Há uma evidente necessidade pela disponibilizarão de informações sobre a casa para os

pesquisadores brasileiros, uma vez que a obra brasileira de Severo tem atraído a tenção de jovens estudiosos. O que se tentou com essas linhas foi suprir essa necessidade, bem como reconhecer uma maior importância da casa para Portugal, não só como um exemplar fundamental da campanha pela "casa portuguesa", mas um documento histórico importantíssimo da sociedade e da cidade do Porto na charneira do século. Há alguns anos, a casa foi classificada pela municipalidade do Porto, e agora tentam sua classificação nacional. Ou seja, sua importância já é reconhecida, mas faltam estudos mais aprofundados, e não meros comentários *en passant*. Assim, este trabalho tenta contribuir com os que já estudam, ou que venham a estudar, os contextos em que a casa está inserida. Como sua importância está para campanhas nacionalizantes da arquitetura de dois países, espera-se que este trabalho seja uma contribuição igualmente significativa tanto para pesquisadores portugueses quanto para brasileiros.

Bibliografia

AGUIAR, José – "Cor e cidade histórica". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

ALARCÃO, Jorge. "História da Arte em Portugal", vol 1, "Do Paleolítico à arte visigótica". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "História da arte em Portugal", vol. 14, "A arquitectura moderna". Lisboa : Ed. Alfa, 1986.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. "O Porto na época dos Almadas. Arquitectura. Obras Públicas". Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988-1990.

ALVES, Jorge Fernandes. "Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista". Porto: edição de autor, 1994. Digitalizado e disponível no link:

http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id135&sum=sim

AMORIM, Sandra Araújo de. "Azulejaria de fachada na Póvoa de Varzim (1850 – 1950)". Póvoa de Varzim: Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, 1996.

ANACLETO, Regina. "História da Arte em Portugal", vol 10, "Neoclassicismo e romantismo". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

ANACLETO, Regina; BERRINI, Beatriz. "O Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro". São Paulo: Dezembro Editorial, 2004.

AZEVEDO, Carlos de. "Solares Portugueses". Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908.

BASTOS, Silva, "A casa de Ricardo Severo". in Diário Ilustrado, 13/05/1906.

BECKER, Annete, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried. "Catálogo da exposição Arquitectura do século XX: Portugal", 1998.

BERRANCE, Luís. "Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas – 1774 – 1844". Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

BINEY, Marcus. "Casas nobres de Portugal". Lisboa: Difusão Editorial, 1987.

BOTELHO, Abel. "A Casa Portugueza", in O Dia 12/03/1903.

BRANDI, Cesare - "Teoria del Restauro" – Torini: G. Einaudi Editore, 1977.

BRUAND, Yves. "Arquitetura contemporânea no Brasil". São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

CAPITEL, Antón. "La Arquitectura Del Pátio". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

CARVALHO, Artur Marques de. "Do Mosteiro dos Jerónimos". Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

CARVALHO, Ayres de. "Os três arquitectos da Ajuda – do "rocaille" ao neoclássico" . Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

CATROGA, Fernando. "O Republicanismo em Portugal – Da formação ao 5 de outubro de 1910".Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1991.

CHOAY, Françoise – "A alegoria do patrimônio". São Paulo: Editora Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CRUZ, Maria Antonieta. "Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX". Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

DINIS, Júlio. "Uma Família Inglesa". Lisboa: Edições Ulisseia, 1998.

FERNANDES, Francisco Barata. "Transformaçao e Permanencia na Habitaçao Portuense - as Formas da Casa na Forma da Cidade". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999.

FERRÃO, José Bernardo. "Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadas. Uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

FRANÇA, José-Augusto. "A arte em Portugal no século XIX". Lisboa: Bertrand, 1966.

FREITAS, Eugénio Andréa de Cunha e. "Toponímia portuense". Matosinhos: Editora Contemporânea, 1999.

GONÇALVES, Ana Maria do Carmo Rossi. "A obra de Ricardo Severo" - Trabalho de Graduação Interdisciplinar. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, 1977.

GUIMARÃES, Agostinho. "Azulejos do Porto". Porto: Litografia Nacional, 1989.

GUIMARÃES, Alberto Prado (org). "Homenagem a Ricardo Severo: Centenário de seu nascimento 1869-1969". São Paulo: s/ed., 1969.

GRAÇA, Manuel de Sampayo P. A. "Construções da Elite no Porto (1805 – 1906)", Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

GRASSI, Liliana - "Storia e Cultura dei Monumenti". Milão: Società Editrice Libraria, 1960.

HAUPT, Albrecht. "A arquitectura do renascimento em Portugal". Lisboa: Editorial Presença, 1986.

JORGE, Ricardo. "Demographia e Hygiene da Cidade do Porto". Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara municipal do Porto, 1899.

KATINSKY, Julio Roberto. "Casas Bandeiristas – Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo". São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1976.

LEMOS, Carlos A. C. "Alvenaria Burguesa: Breve História da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café". Editora Nobel. São Paulo, 1989.

—— "Ramos de Azevedo e seu escritório". São Paulo: Editora Pini, 1985.

LINO, Raul. "Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples". Lisboa: Edições Cotovia, 1992.

—— "A Auriverde Jornada – Recordações de uma viagem ao Brasil". Lisboa: Bertrand, 1937.

MARCONI, Paolo - "Il restauro e l'architetto - teoria e pretica in due secoli di dibattito". Veneza: Marsilio Editore, 1995.

MATOS, Ana Cardoso de. "O Porto e a Eletricidade". Porto: Museu da Eletricidade, 2003.

MECO, José. "O azulejo em Portugal". Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MILHEIRO, Ana Vaz. "A Construção do Brasil – Relações com a cultura arquitectónica portuguesa". Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2005.

MIOTTO, José Luiz. "Evolução das esquadrias de madeira no Brasil". Artigo publicado no website: http://www2.unopar.br/pesq_arq/revista/EXATA/00000316.pdf

MONTEZUMA, Roberto (org.). "Arquitetura Brasil 500 anos – uma invenção recíproca". Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2000.

MOUTINHO, Mário. "A arquitectura popular portuguesa". Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

NONNEL, Anni Günter. "Porto, 1763/1852 – a construção da cidade entre o despotismo e o liberalismo". Porto: Faculdade de arquitectura da Universidade do Porto, 2002.

ORTIGÃO, Ramalho. "O Culto da Arte em Portugal". Lisboa: António Maria Editor, 1896.

PATETTA, Luciano. L´architettura dell´eclettismo – Fonti,teori, modelli – 1750-1900". Milão: Città Studi, 1991.

PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". in Revista Serões, 1905.

PEREIRA, Gaspar Martins. "Famílias Portuenses na virada do século (1880 – 1910)". Porto: Edições Afrontamento, 1995.

—— "O Douro e o Vinho do Porto – De Pombal a João Franco". Porto: Edições Afrontamento, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. "Racionalismo e Proto-modernismo na obra de Victor Dubugras". São Paulo:FBPS, 1997.

RIBEIRO, Irene. "Raul Lino, pensador nacionalista da arquitectura". Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 1994.

RIEGL, Alois. "O culto moderno dos monumentos". Madrid: Visor Distribuiciones, 1987.

RIO-CARVALHO, Manuel. "História da Arte em Portugal", vol 11, "Do romantismo ao fim do século". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

RONZANI, André Henrique Quintanilha. "O discurso de Ricardo Severo e o neocolonial brasileiro" – Dissertação de mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. "Dicionário de História do Estado Novo". Lisboa: Bertrand, 1996.

SANTOS, Reynaldo. "O Estilo Manuelino". Lisboa: Bertrand, 1952.

SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins. "O Porto Oitocentista", in RAMOS, Luís A. de Oliveira (Dir.) História do Porto. Porto: Porto Editora, 2000.

SERRÃO, Joel (dir). "Dicionário de História de Portugal", Vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

SEVERO, Ricardo. "A Casa e o Templo", in "Homenagem a Ricardo Severo. Centenário do seu nascimento 1869 – 1969". São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1969.

—— "O museu do Porto de Rocha Peixoto", in "Revista de Ciências Naturais e Sociais", Vol. I fasc. 1, 1890.

—— "Origens da nacionalidade portuguesa ". Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924.

—— "Reminiscências – A casa da faculdade de Direito de São Paulo 1634 – 1937", in "Revista da Faculdade de Direito de São Paulo", v. 34, fascículo I, 1938.

SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940" - dissertação de mestrado. São Carlos: curso de mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído da faculdade de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2005.

SIMÕES, João Miguel dos Santos. "Azulejaria portuguesa no Brasil (1500-1822)". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

STOOP, Anne de. "Quintas e palácios nos arredores de Lisboa". Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1986.

TÁVORA, Fernando. "O problema da casa portuguesa". In Cadernos de Arquitectura. 1947.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha. "Diálogos de Edificação – Estudo de técnicas tradicionais de construção". Porto: CRAT, 1998.

TEIXEIRA, Manuel C. "Habitação Popular na Cidade Oitocentista – As ilhas do Porto". Lisboa: Fundação Calouste Goulbelkian, 1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. "Anhagabaú". São Paulo: FIESP, 1989.

——— "São Paulo: três cidades em um século". São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

TRIGUEIROS, Luiz. "José Luiz Monteiro – 1848 - 1942". Lisboa: Editora Blau, 2004.

——— "Raul Lino – 1879 - 1974". Lisboa: Editoral Blau, 2003.

VELOSO, A. J. Barros; ALMASQUÉ, Isabel. "Azulejaria de exterior em Portugal". Lisboa: Edições Inapa, 1991.

WEIMER, Gunter. "Arquitetura popular brasileira". São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Outras fontes

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP). Livros de Plantas de Casas.

Arquivo particular da Família Pinto de Mesquita.

1. Sociedade e cidade no Porto oitocentista

01 – CRUZ, Maria Antonieta. "Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX". Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

02 – PEREIRA, Gaspar Martins. "O Douro e o Vinho do Porto – De Pombal a João Franco", Edições Afrontamento. Porto, 1991.

03 – BERRANCE, Luís. "Evolução do desenho das fachadas das habitações correntes almadinas – 1774 – 1844". Porto: Câmara Municipal, 1993.

04 – ALVÃO, Domingos. "A cidade do Porto na obra do fotógrafo Alvão – 1872:1946". Porto: Edição da fotografia Alvão, 1993.

05 – CLAUDIO, Mário. "Porto – margens do tempo". Porto: Livraria Figueirinhas, 1994.

06 a 11 – ALVÃO, Domingos. "A cidade do Porto na obra do fotógrafo Alvão – 1872:1946". Porto: Edição da fotografia Alvão, 1993.

12 a 15 – SIZA, Maria Tereza (cord.). "O Porto e seus fotógrafos". Porto: Porto Editora, 2001.

2. Ricardo Severo

01 a 06 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

07 – http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/saopaulo450/galeria.shtml

08 – TOLEDO, Benedito Lima de. "Anhagabaú". São Paulo: FIESP, 1989.

09 – LEMOS, A. C. "Alvenaria Burguesa". São Paulo: Nobel, 1989.

10 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

11 – REIS FILHO, Nestor Goulart. "Racionalismo e Proto–modernismo na obra de Victor Dubugras. FBPS. São Paulo, 1997.

12 a 14 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

15 – GUIMARÃES, Alberto Prado (org). "Homenagem a Ricardo Severo:Centenário de seu nascimento 1869–1969". São Paulo: s/ed., 1969.

16 a 17 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

18 –SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940". São Carlos: dissertação de mestrado EESC/USP, 2005.

19 a 20 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

21 – SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940". São Carlos: dissertação de mestrado EESC/USP, 2005.

22 a 26 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

27 – SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940". São Carlos: dissertação de mestrado EESC/USP, 2005.

28 a 29 – Imagem gentilmente cedida por Joana Mello de Carvalho e Silva.

30 a 31 – SILVA, Joana Mello de Carvalho."Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940". São Carlos: dissertação de mestrado EESC/USP, 2005.

3. Arquiteturas oitocentistas: do neoclássico à "casa portuguesa"

01 – ANACLETO, Regina. "História da Arte em Portugal", vol 10, "Neoclassicismo e romantismo". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

02 – http://matriz.pararede.com/novidades/6newsletter/Fachada%20PNA.JPG

03 – http://hematologiahsa0.tripod.com/sitebuildercontent/sitebuilderpictures/5.92.jpg

04 – COUTO, Júlio; MENERÈS, João. "De um outro Porto". Porto. Bons Livros Editora, 2003.

05 – http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Houses.of.parliament.overall.arp.jpg

06 – http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/55/ElevadorStaJustaLisboa1.JPG

07 – http://pt.wikipedia.org/wiki/Pal%C3%A1cio_Nacional_da_Pena

08 – ANACLETO, Regina. "História da Arte em Portugal", vol 10, "Neoclassicismo e romantismo". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

09 – COUTO, Júlio; MENERÈS, João. "De um outro Porto". Porto. Bons Livros Editora, 2003.

10 – RIO–CARVALHO, Manuel. "História da Arte em Portugal", vol 11, "Do romantismo ao fim do século". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

11 – CARVALHO, Artur Marques de. "Do mosteiro dos Jerónimos". Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

12 – CARVALHO, Artur Marques de. "Do mosteiro dos Jerónimos". Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990.

13 a 14 – ANACLETO, Regina. "História da Arte em Portugal", vol 10, "Neoclassicismo e romantismo". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

15 – MONTEZUMA, Roberto (org.). "Arquitetura Brasil 500 anos – uma invenção recíproca". Recife, Universidade Federal do Pernambuco, 2000.

16 a 17 – RIO–CARVALHO, Manuel. "História da Arte em Portugal", vol 11, "Do romantismo ao fim do século". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

18 – TRIGUEIROS, Luiz. "José Luiz Monteiro – 1848 – 1942". Lisboa: Editora Blau, 2004.

19 a 20 – ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "*História da arte em Portugal, vol. XIV, A arquitectura moderna*". Ed. Alfa. Lisboa, 1986.

21 – STOOP, Anne de. "Quintas e palácios nos arredores de Lisboa". Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1986.

22 – RIBEIRO, Irene. "Raul Lino, pensador nacionalista da arquitectura". Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto, 1994.

23 a 24 – ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel. "*História da arte em Portugal, vol. XIV, A arquitectura moderna*". Ed. Alfa. Lisboa, 1986.

25 a 26 – TRIGUEIROS, Luiz. "Raul Lino – 1879 – 1974". Lisboa: Editoral Blau, 2003.

27 – LINO, Raul. "Casas Portuguesas – Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples". Lisboa: Edições Cotovia, 1992.

4. A Casa

01 – "Arquitectura Popular em Portugal". Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. vol 1.

02 a 07 – BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908.

08 – BINEY, Marcus. "Casas nobres de Portugal". Lisboa: Difusão Editorial, 1987.

09 – "Arquitectura Popular em Portugal". Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004. vol 2.

10 –http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/41/Nt-sintra-palacionacinoal1.jpg

11 – BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908.

12 a 13 – MONTEZUMA, Roberto (org.). "Arquitetura Brasil 500 anos – uma invenção recíproca". Recife, Universidade Federal do Pernambuco, 2000.

14 a 15 – BARREIRA, João. "Habitação em Portugal", in Notas Sobre Portugal, 1908.

16 a 19 – MECO, José. "O azulejo em Portugal". Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

20 – ALARCÃO, Jorge. "História da Arte em Portugal", vol 1, "Do Paleolítico à arte visigótica". Lisboa: Editora Alfa, 1986.

21 – CAPITEL, Antón. "La Arquitectura Del Pátio". Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

Anexos

01 – Arquivo da família Pinto de Mesquita.

02 a 18 – Arquivo Histórico Municipal do Porto.

19 a 21 – Arquivo da família Pinto de Mesquita.

22 a 26 – Arquivo Histórico Municipal do Porto.

27 – PEIXOTO, Rocha. "A casa do Ex.mo Sr. Ricardo Severo na Rua do Conde, no Porto". A arquitectura Portuguesa, nº 8, Agosto de 1916.

28 – PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". Revista Serões, 1905.

29 – PEIXOTO, Rocha. "A casa do Ex.mo Sr. Ricardo Severo na Rua do Conde, no Porto". A arquitectura Portuguesa, nº 8, Agosto de 1916.

30 – PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". Revista Serões, 1905.

31 – PEIXOTO, Rocha. "A casa do Ex.mo Sr. Ricardo Severo na Rua do Conde, no Porto". A arquitectura Portuguesa, nº 8, Agosto de 1916.

32 – PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". Revista Serões, 1905.

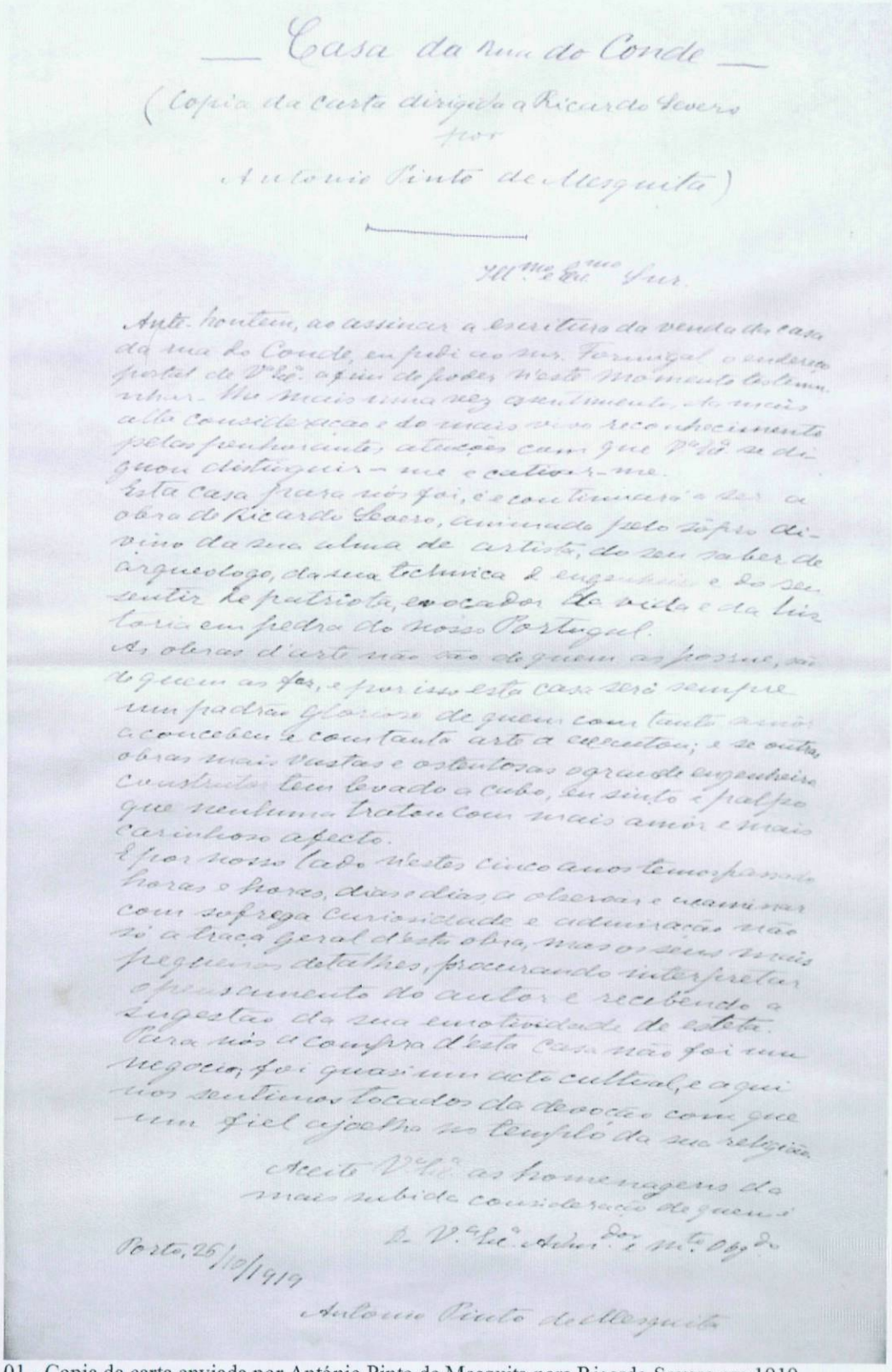
33 – PEIXOTO, Rocha. "A Casa Portugueza". Revista Serões, 1905.

34 a 35 – PEIXOTO, Rocha. "A casa do Ex.mo Sr. Ricardo Severo na Rua do Conde, no Porto". A arquitectura Portuguesa, nº 8, Agosto de 1916.

33 – Foto aérea do Porto. Google Earth.

34 - MENERÉS, António; MONTEIRO, Ana; JORGE, Filipe. "O Porto visto do céu". Lisboa: Argumentum, 2000.

38 a 60 – Fotografias do autor.



— Casa da rua do Conde —

(Copia da carta dirigida a Ricardo Severo
por
António Pinto de Mesquita)

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Anteontem, ao assinar a escritura da venda da casa da rua do Conde, em pública forma, o tabelião portal de V.Ex.ª a quem de poder neste momento lastimar-me. Mas mais uma vez agradecimento. Agradeço a alta consideração e de mais alto reconhecimento pelas penhoradas atenções com que V.Ex.ª se dignou distinguir-me e cativar-me.

Esta casa para nós foi, e continuará a ser a obra de Ricardo Severo, animada pelo sôpro divino da sua alma de artista, do seu saber de arqueologo, da sua technica de engenheiro e do seu civismo de patriota, evocador da arte e da história em pedra do nosso Portugal.

As obras d'arte não são do que as fazem, mas do que as fez, e por isso esta casa será sempre um padrão glorioso de quem com tanto amôr a concebeu e com tanta arte a executou; e as outras obras mais vastas e ostentosas e grandes engenharias civis que tem levado a cabo, em sitio e palco que sempre tratou com mais amôr e mais carinhoso afecto.

E por nosso lado nestes cinco anos temos passado horas e horas, dias e dias, a observar e admirar com sofrega curiosidade e admiração não só a traça geral desta obra, mas os seus mais pequenos detalhes, procurando interpretar o pensamento do autor e recebendo a sugestão da sua emotividade de esteta.

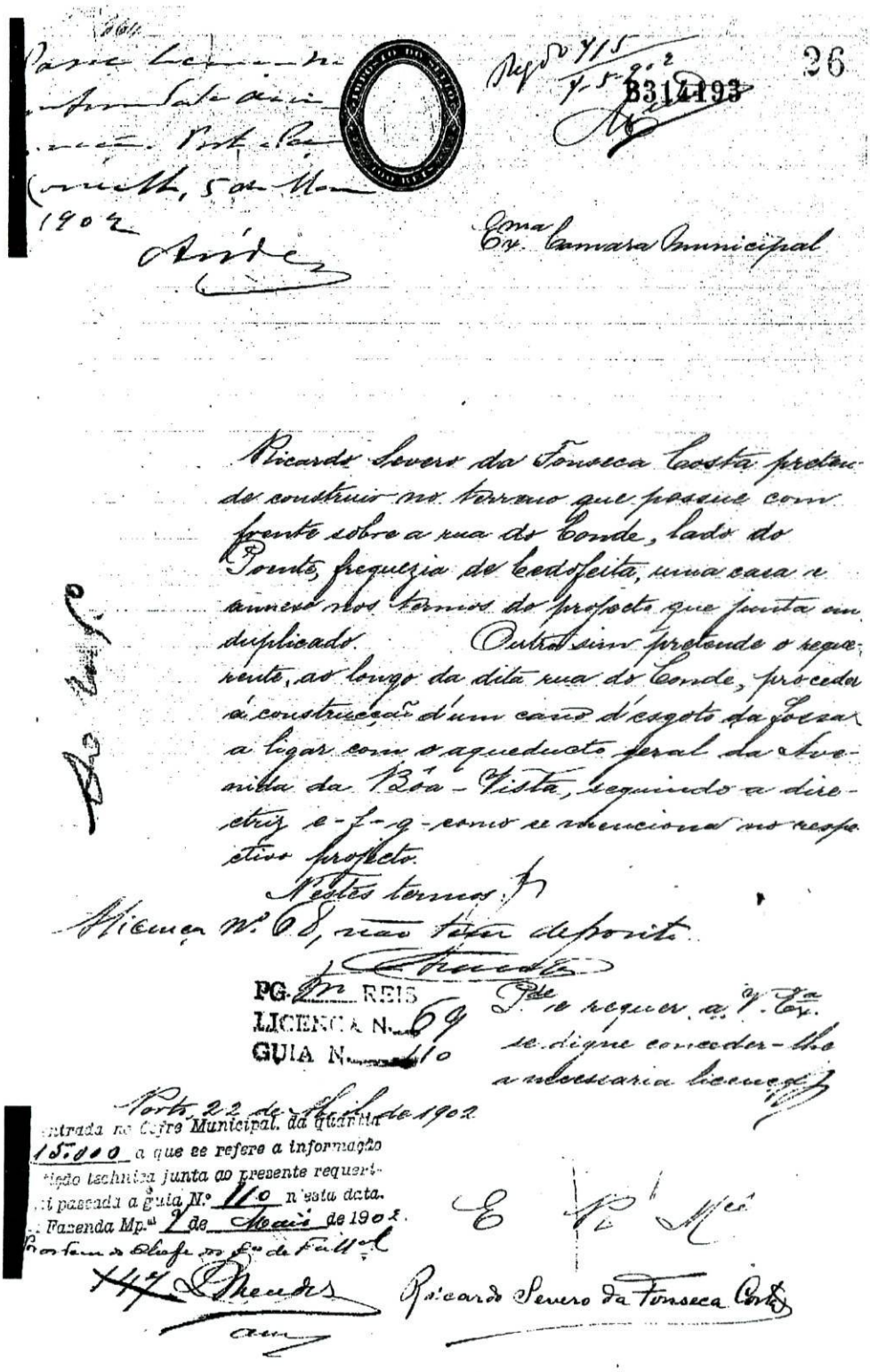
Para nós a compra desta casa não foi um negocio, foi quasi um acto cultual, e aqui nos sentimos locatários da devoção com que um fiel cuida do templo da sua religião.

Aceite V.Ex.ª as homenagens da mais subida consideração de quem é de V.Ex.ª Att.mo Obg.do

Porto, 25/10/1919

António Pinto de Mesquita

01 - Copia da carta enviada por António Pinto de Mesquita para Ricardo Severo em 1919.



Ricardo Severo da Fonseca Costa pretende construir no terreno que possue com frente sobre a rua do Conde, lado do Ponte, freguezia de Cedofeita, uma casa a annexa nos termos do projecto que junta em duplicado. Outrosim pretende o requerente, ao longo da dita rua do Conde, proceder á construcção d'um cano d'esgoto da força a ligar com o aqueducto geral da Serra-nilha da Boa-Vista, seguindo a direitriz e-f-g-como se menciona no respectivo projecto.

Nestes termos

Mesa N.º 68, nada tem a deposito.

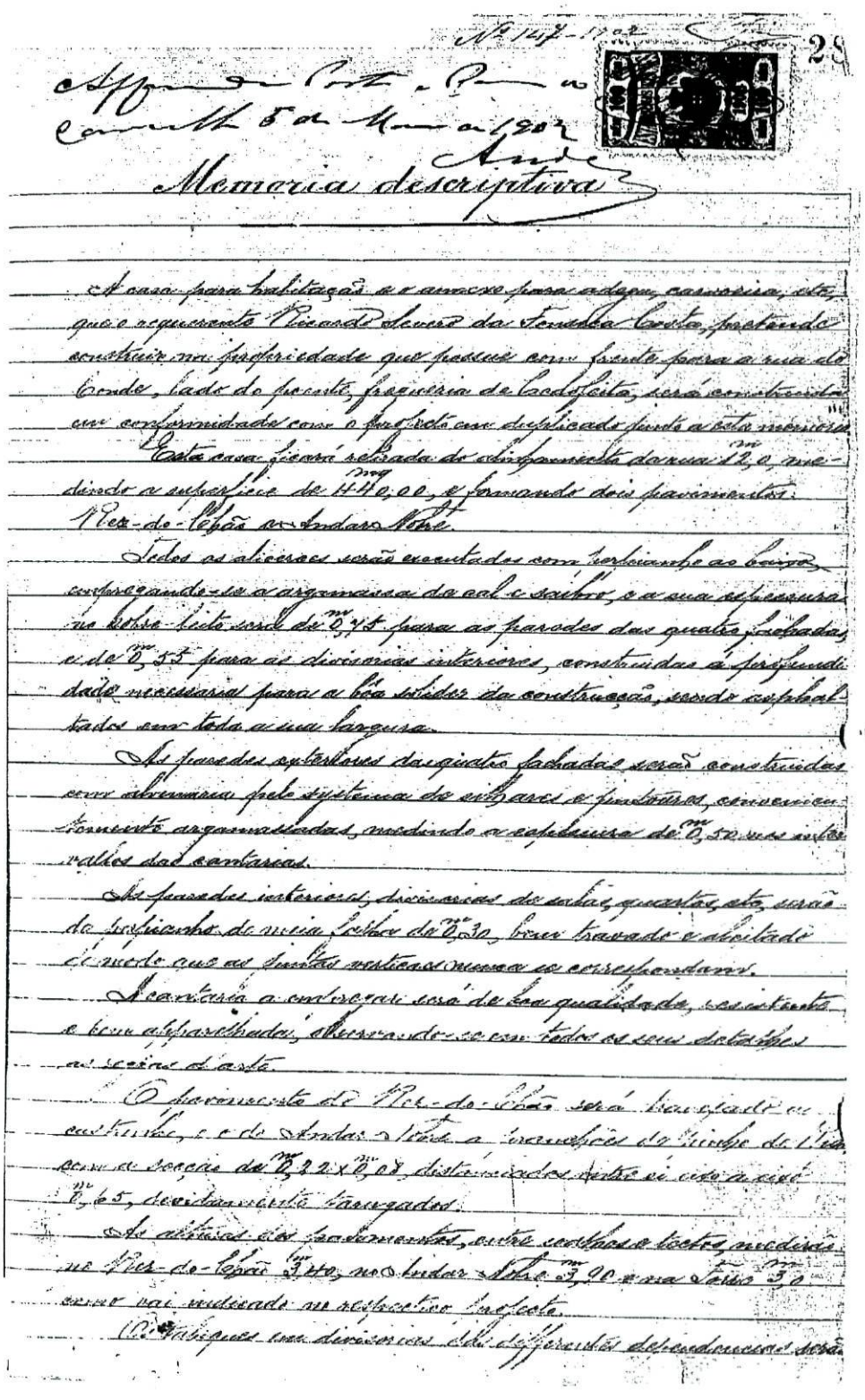
PG 2$ REIS
LICENÇA N. 69
GUIA N. 110

Porto, 22 de Abril de 1902

Entrada no Cofre Municipal da quantia 15$000 a que se refere a informação retro technica junta ao presente requerimento passada a guia N.º 110 n'esta data. Thesouraria da Fazenda Mp.al 1 de Maio de 1902. Portanto o chefe mande passar a guia

Ricardo Severo da Fonseca Costa

02 – Requerimento para a construção da casa entregue a Câmara Municipal do Porto em 1902.



Memoria descriptiva

A casa para habitação e armazens para adegas, cavalariça, etc., que o requerente Ricardo Severo da Fonseca Costa, pretende construir na propriedade que possue com frente para a rua do Conde, lado do poente, freguezia de Cedofeita, será construida em conformidade com o projecto em duplicado junto a esta memoria.

Esta casa ficará recuada do alinhamento da rua 12,0 medindo a superficie de 444,00, e formando dois pavimentos: Rez-de-chão e Andar Nobre.

Todas as alicerces serão encantados com cimento ao traço, empregando-se a argamassa de cal e saibro, e a sua espessura no Rez-de-chão será de 0,75 para as paredes das quatro fachadas, e de 0,55 para as divisorias interiores, construidas á profundidade necessaria para a boa solidez da construcção, sendo asphaltados em toda a sua largura.

As paredes exteriores das quatro fachadas serão construidas com alvenaria pelo systema de silhares e pantanas, convenientemente argamassadas, medindo a espessura de 0,50 nos intervallos das cantarias.

As paredes interiores, divisorias de salas, quartos, etc, serão de tijolinho de meia, tendo 0,30, bem travado e alicerçado de modo que as juntas verticais nunca se correspondam.

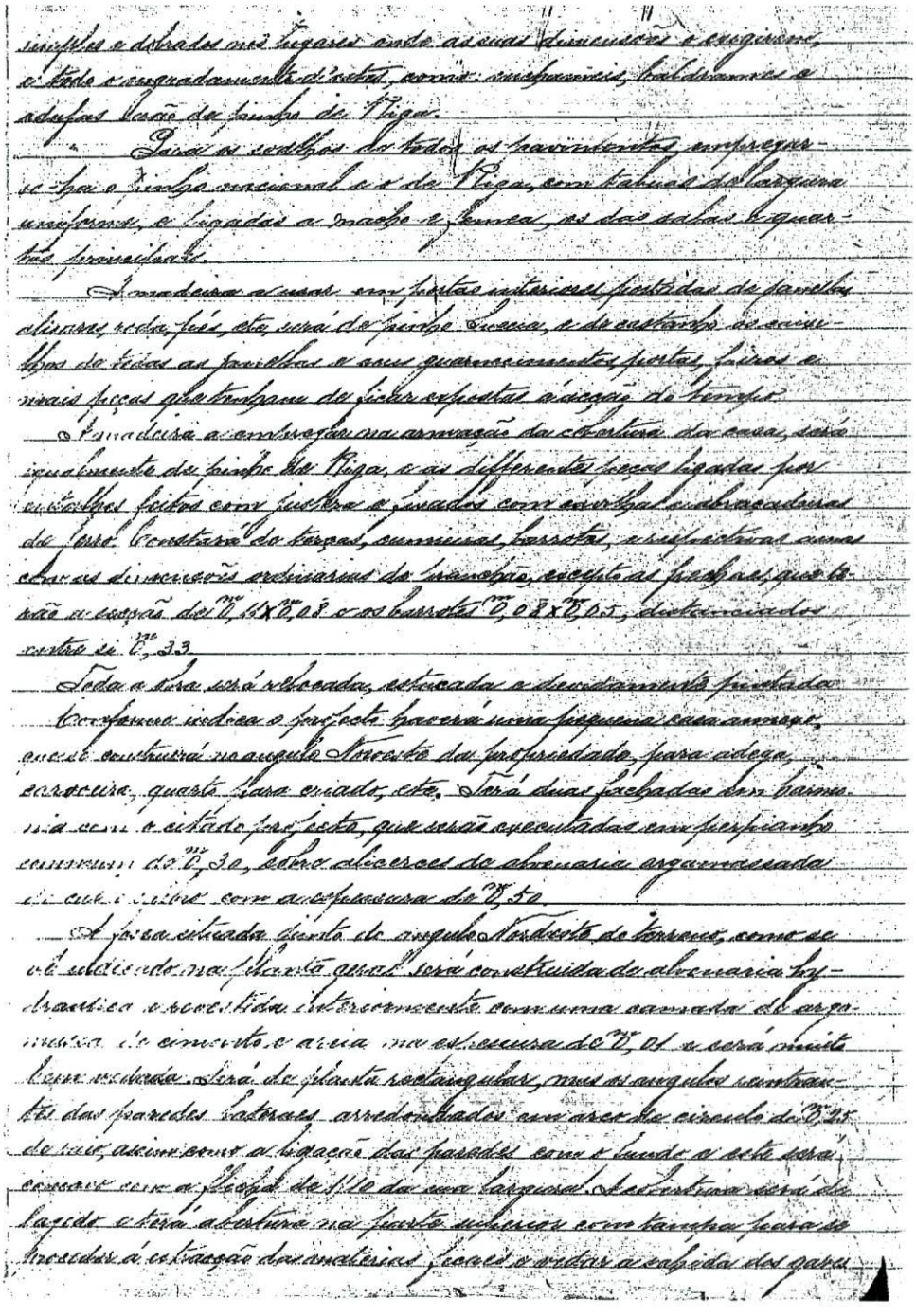
A cantaria a empregar será de boa qualidade, resistente e bem abrasilhada, observando-se em todos os seus detalhes as regras da arte.

O pavimento de Rez-do-chão será lageado em cantaria, e o de Andar Nobre a excepção do tramo de 1,22 x 0,03 distanciados entre si de 0,65, devidamente tauxiados.

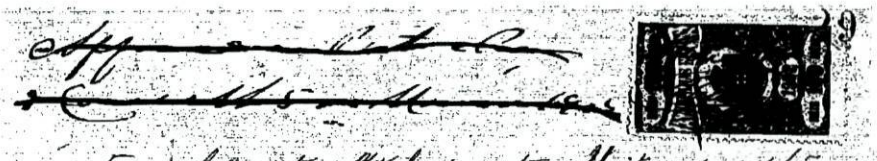
As abobadas dos pavimentos, entre soalhos e tectos, medirão no Rez-do-chão 3,50, no Andar Nobre 3,90 e na Torre 3,0 como vai indicado na respectiva projecto.

Os vãos das diversas divisorias são differentes, devendo nesse

03 – Memória descriptiva da construção da casa entregue a Câmara Municipal do Porto em 1902.



03 – Continuação.



Todas as latrinas terão W-C. de systema Unitas, de syphão ventilador na sua secção, assentadas segundo o detalhe respectivo. Cada W-C. ligar-se-ha ao cano de queda, que será de ferro laminado com o diametro minimo de 0m,10, munido na sua base do respectivo fecho hydraulico, que communicará com o collector geral, feito por tubos de grés, com a secção de 0m,15, inalterinavel, ligados e vedados entre si com argamassa de cimento, assentes de juntas sobre um leito de alvenaria e convenientemente resguardados.

O cano para esgoto das aguas provenientes da fossa, que se pretende construir e ligar com o aqueducto geral da Levada da Boa-Vista, será executado da seguinte forma e com os materiaes seguintes: A parte comprehendida entre a fossa e o fecho hydraulico será de tubos de grés, ligados e vedados entre si com de cimento, de cimento e areia, e a sua ligação com a fossa feita na parede exterior d'esta por uma orifice circular de 0m,056 de diametro, como dispõem as posturas municipaes.

O fecho hydraulico ficará debaixo do passeio da referida rua do Conde, sendo construido de alvenaria argamassada de cimento e areia com a espessura de 0m,01, tendo no passeio uma tampa de cantaria ajustada bem vedada com cimento.

A parte do cano d'esgoto, comprehendida entre este fecho hydraulico e o collector da Rua do Conde, seguindo a linha do eixo carmim e-f- da planta geral na extensão de 99m,0 e com a secção de 0m,40 × 0m,30, será igualmente construido de alvenaria ordinaria argamassada e revestido interiormente com argamassa de cimento e areia de 0m,01 de espessura e as cabeceiras assentes com argamassa da mesma natureza, tendo as juntas fortemente cheias com a mesma argamassa. Esta parte superior.

Para ligação d'este cano com o aqueducto geral da Levada da Boa-Vista, no sentido transversal d'este, linha f-g- da referida planta, empregar-se-ha tubos de ferro fundido na extensão de 15m,0 e com o diametro de 0m,15, afim de se obter mais hygienia e rapida evacuação no encontro do commum da via publica.

03 – Continuação.

Memoria descriptiva (transcrição)

A casa para habitação e o annexo para adega, carvoeira, etc., que o requerente Ricardo Severo da Fonseca e Costa, pretende construir na propriedade que possue com frente para a rua do Conde, lado poente, freguesia de Cedofeita, será construída em conformidade com o projecto em duplicado junto a esta memória.

Esta casa ficará retirada do alinhamento da rua 12,0m; medindo a superfície de 440,00mq, e formando dois pavimentos: Rez-do-Chão e Andar Nobre.

Todos os alicerces serão executados em perpeanho ao baixo, empregando-se a argamassa de cal e saibro, e a sua espessura no sobre-leito será de 0,55m para as divisórias interiores, construídas á profundidade necessária para bôa solidez de construção, sendo asphaltados em toda a sua largura.

As paredes exteriores das quatro fachadas serão constrídas com alvenaria pelo systema de silhares e juntouras, convenientemente argamassadas, medindo a espessura de 0,55m nos intervalos das cantarias.

As paredes interiores, divisórias de salas, quartos, etc., serão de perpeanho de meia falha de 0,30m, bem travado e aleitados de modo que as juntas verticaes nunca se correspondam.

A cantaria a empregar será de boa qualidade, resitente e bem aparelhada, observando-se em todos os seus detalhes as regras d´arte.

O pavimento do Rez-do-chão será travejado a castanho, e o do Andar Nobre a pranchões de Riga, com a secção de 0,22m x 0,08m, distanciadas entre si a eixo de o,65m, devidamente tarugadas.

As alturas dos pavimentos, entre soalhos e tectos, medirão no Rez-do-Chão 3,40m, no andar nobre 3,90m e na torre 3,00m como vai indicado no respectivo projecto.

Os tabiques em divisória das differentes dependências serão simples e dobrados nos lugares onde as suas dimensões o exigirem, e todo o engrandecimento d'estas, como enchameis, baldrames e adufas serão de pinho de Riga.

Para os soalhos de todos os pavimentos empregar-se-ha o pinho nacional e o de Riga, com tabuas de largura uniforme, e ligadas a macho e fêmea, os das salas e quartos principaes.

A madeira a usar em portas interiores, portadas e janellas, alisares, roda pés, etc., serão de pinho Suécia, e de castanho os caixilhos de todas as janellas e seus guarnecimentos, portas, frizos e mais peças que tenham de ficar expostas á acção do tempo.

A madeira a empregar na armação da cobertura de casas, será igualmente de pinho de Riga, e as differentes peças ligadas por entalhes feitos com justera e fixadas com cavilhas e abraçadeiras de ferro. Constará de terças, cumieiras, barrotes, e respectivas asnas com dimensões ordinárias de pranchão, excepto as frestas, que serão de secção de 0,11m x 0,08m e os barrotes o,08m x 0,05m,distanciados entre si 0,33m.

Toda a obra será rebocada, estucada e devidamente pintada.

Conforme indica o projecto haverá uma pequena casa annexo, que se construirá no angulo Noroeste da propriedade, para adega, carvoeira, quarto para criada, etc. Terá duas fachadas em harmonia com o citado projecto, que serão executadas em perpeanho comum de 0,30m, sobre alicerces de alvenaria argamassada de cal e saibro, com a espessura de o, 50m.

A fossa situada junto do angulo Nordeste do terreno, como se vê indicado na planta geral será construída de alvenaria hydraulica e revestida interiormente com uma camada de argamassa de cimento e areia na espessura de 0,01m e será muito bem vedada. Será de planta rectangular mas os ângulos reintrantes das paredes lateraes arredondados em arco de circulo de 0,25m de raio, assim como a ligação das paredes com o fundo será

lageado e terá abertura na parte superior com tampa para se proceder á extração das matérias fecaes e vedar a sahida dos gazes.

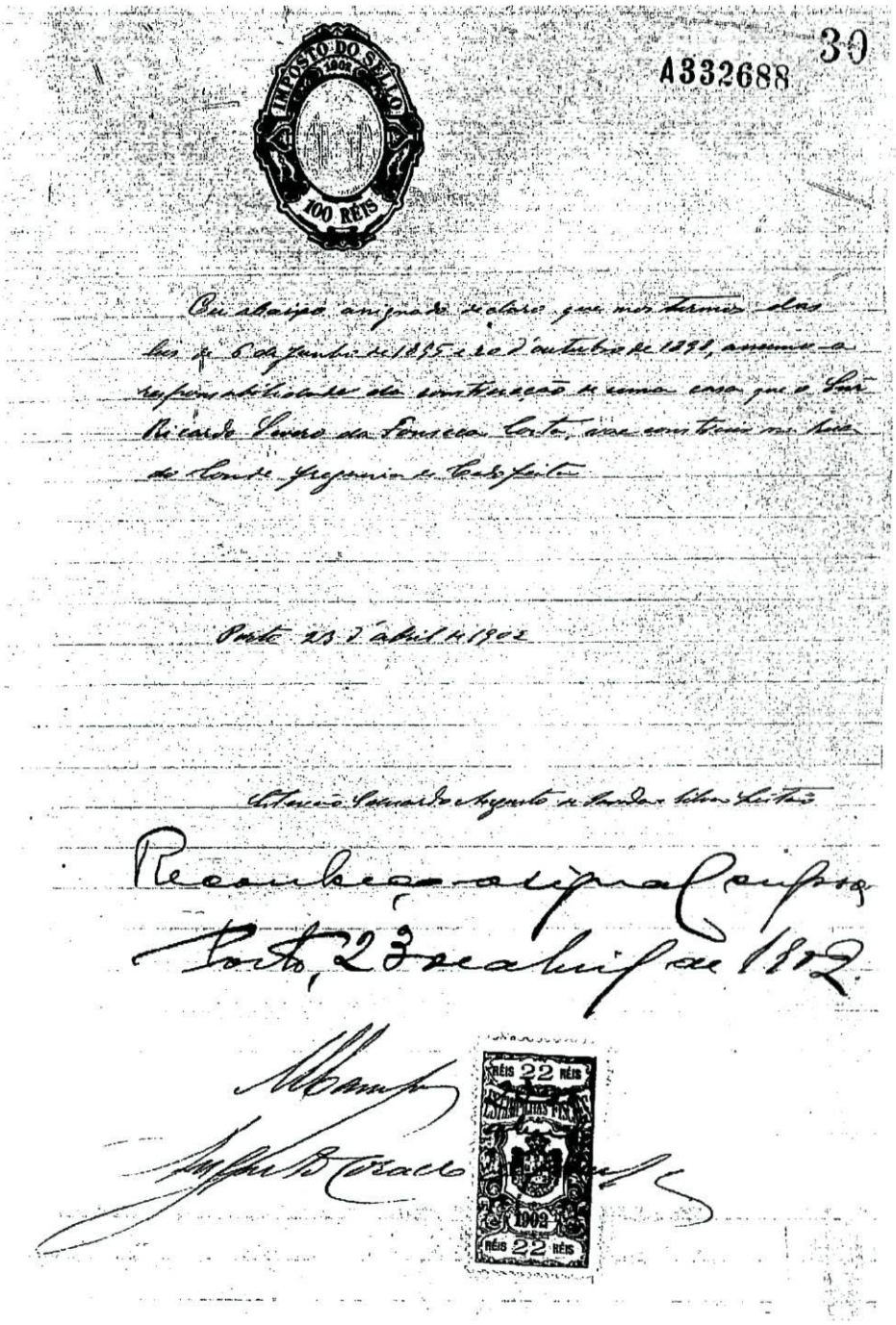
Todas as latrinas terão o nº 6 do systema Unitas, de syphão ventilado na coroa, installadas segundo o detalhe respectivo. Cada nº 6 liga-se ao cano de queda, que será de ferro laminado com diâmetro mínimo de 0,10m, munido na sua base do respectivo fecho hydraulico, que communicará com o collector geral, feito por yubos de gréz, com secção de 0,16m, impermeáveis, ligados e vedados entre si com argamassa de cimento, assentes as juntas sobre um leito de alvenaria e convenientemente resguardados.

O cano para esgoto, das águas provenientes da fossa, que se pretende construir a ligar com o aqueductoo geral da avenida da Bôa- Vista, será executado da seguinte forma e com os materiaes seguintes: A parte comprehendida entre a fossa e o fecho hydraulico será se tubo de gréz, ligados e vedados entre si com argamassa de cimento e areia, e a sua ligação com a fossa feito na parte superior d´este por um orifício circular de 0,056m de diâmetro, como dispõem as posturas municipaes.

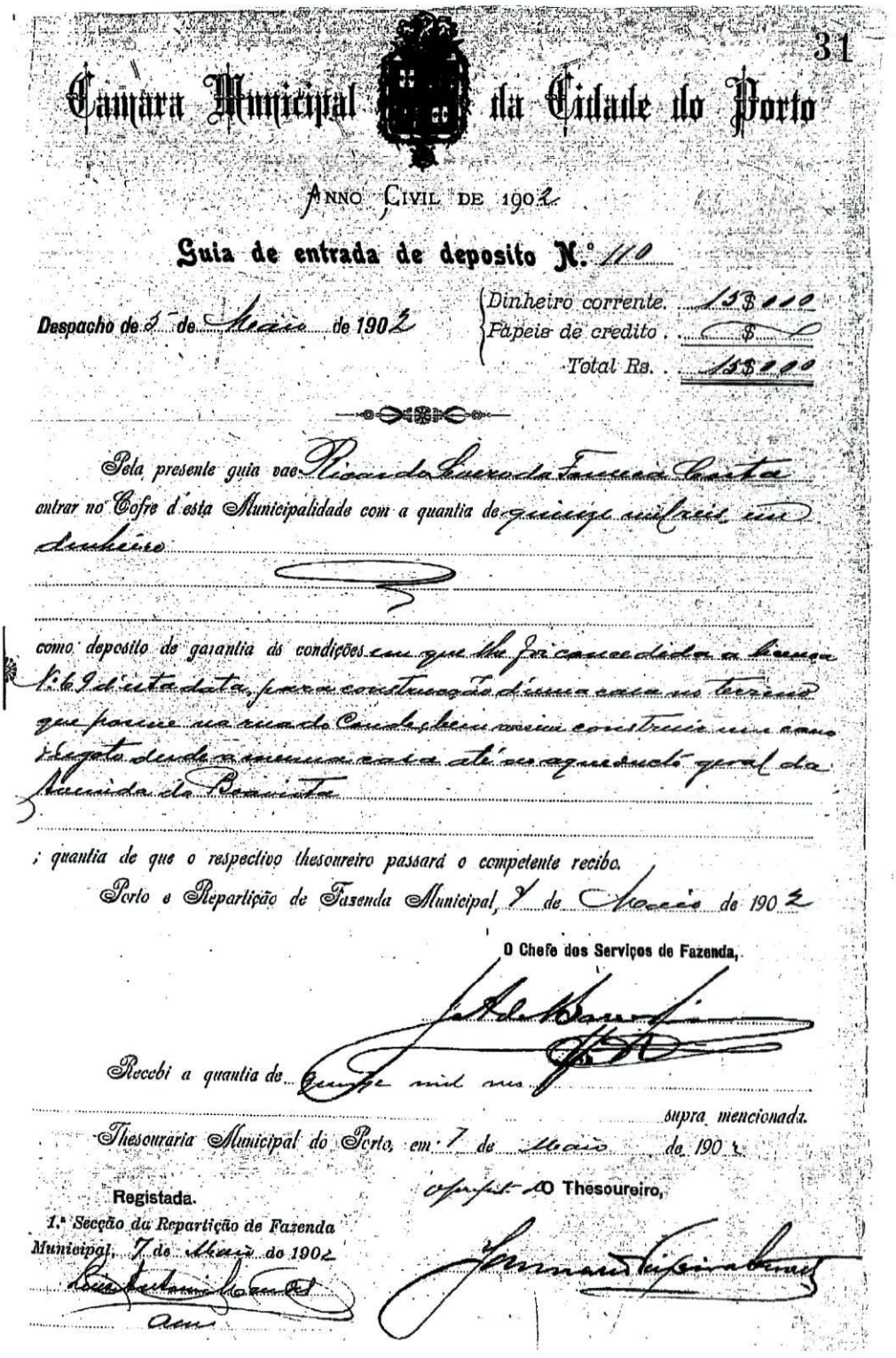
O feixo hydraulico ficará debaixo do passeio da referida rua do Conde, sendo construído de alvenaria argamassada de cimento e areia com espessura de 0,01m, tendo no passeio uma tampa de cantaria muito bem vedada com cimento.

A parte do cano désgoto, comprhendida entre o fecho hydraulico e o extremo Norte da rua do Conde, seguindo a linha de tinta carmim e-f da planta geral na extensão de 99,0 e com a secção de o,40m x o,30m, será igualmente construída de alvenaria ordinária argamassada e revestida interiormente com argamassa de cimento e areia de 0,01m de espessura as capas assentes em argamassa da mesma natureza, tendo as juntas tomadas com a mesma argamassa pela parte superior.

Para ligação d´este cano com aqueducto geral da Avenida da Bôa-Vista, no sentido transversal d´esta linha f-g da extensão de 15,0 m e com o diâmetro de o,65m, afim de se obter mais prompta e rápida execução no estabelecimento da via pública.



04 – Termo de responsabilidade pela construção da casa assinado por Estevão Eduardo Augusto e Parada da Silva Leitão, entregue a Câmara Municipal do Porto em 1902.



31

Camara Municipal da Cidade do Porto

Anno Civil de 1902

Guia de entrada de deposito N.º 110

Despacho de 2 de Março de 1902

Dinheiro corrente. 15$000
Papeis de credito . $
Total Rs. 15$000

Pela presente guia vae Ricardo Severino Fonseca Santos entrar no Cofre d'esta Municipalidade com a quantia de quinze mil reis em dinheiro

como deposito de garantia ás condições em que lhe foi concedida a licença n.º 91 d'esta data, para construcção d'uma casa no terreno que possue na rua do Conde, devendo a mesma construcção ficar concluida até ao alinhamento geral da Avenida da Boavista

; quantia de que o respectivo thesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 2 de Março de 1902

O Chefe dos Serviços de Fazenda,

Recebi a quantia de quinze mil reis supra mencionada.

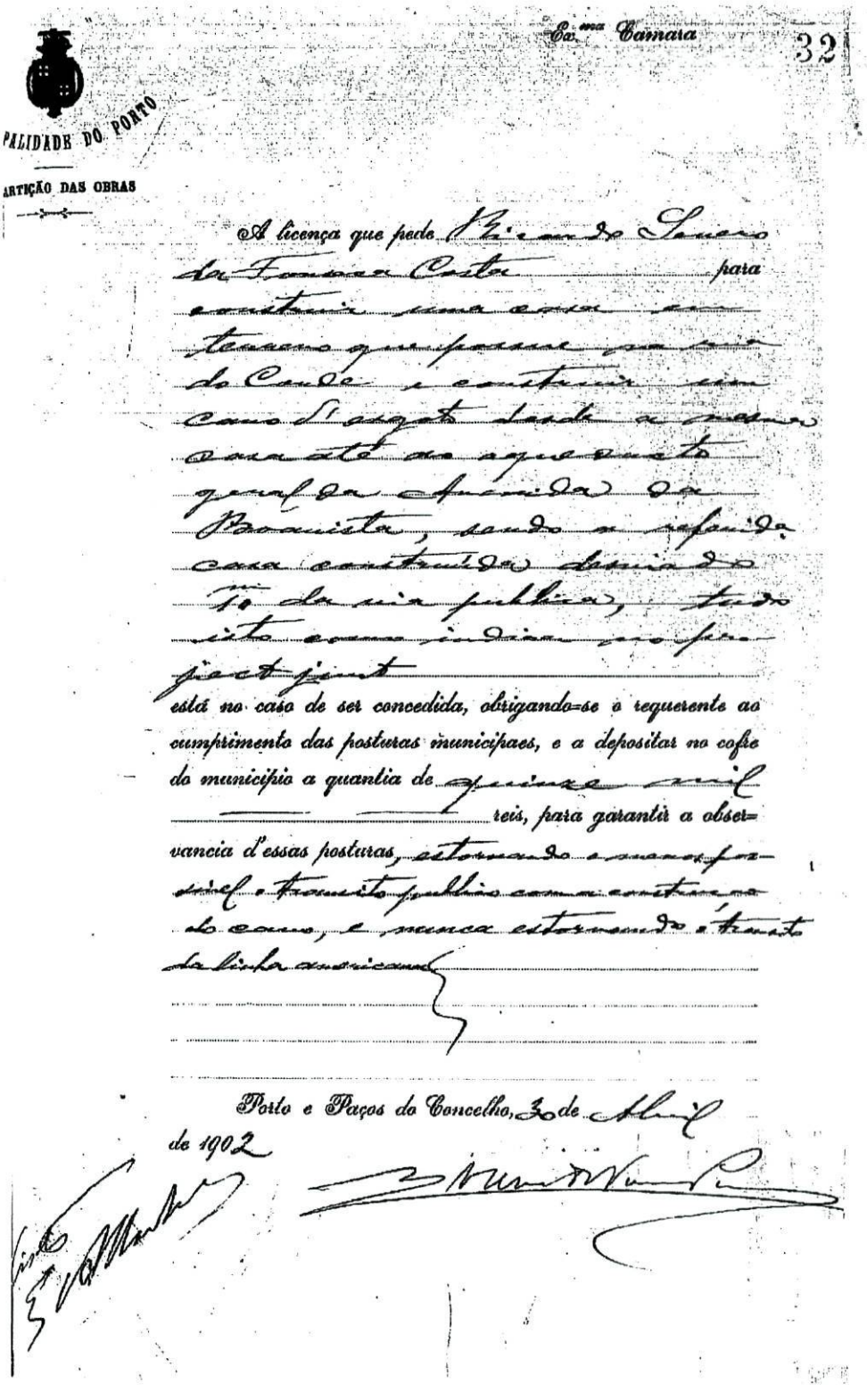
Thesouraria Municipal do Porto, em 7 de Março de 1902.

O Thesoureiro,

Registada.

1.ª Secção da Repartição de Fazenda Municipal, 7 de Março de 1902

05 – Guia de pagamento do pedido de requerimento de construção da casa.



PALIDADE DO PORTO

ARTIÇÃO DAS OBRAS

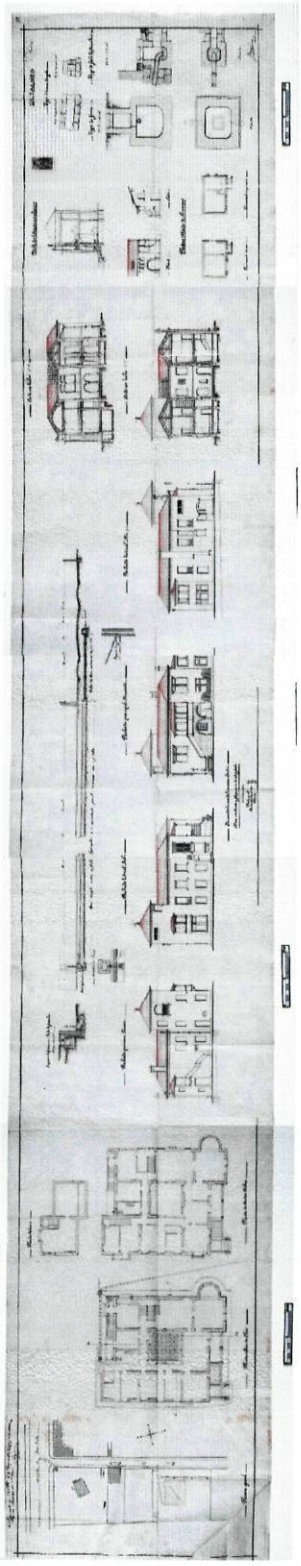
Ex.ma Câmara 32

A licença que pede Hiram do Soveral da Fonseca Costa para construir uma casa com [illegible] que passa para o Caes e construir um caes [illegible] até ao aqueducto geral da Ajuda da Bouça, sendo a referida casa construida dentro do [illegible] publica, tudo isto como indica no projecto junto

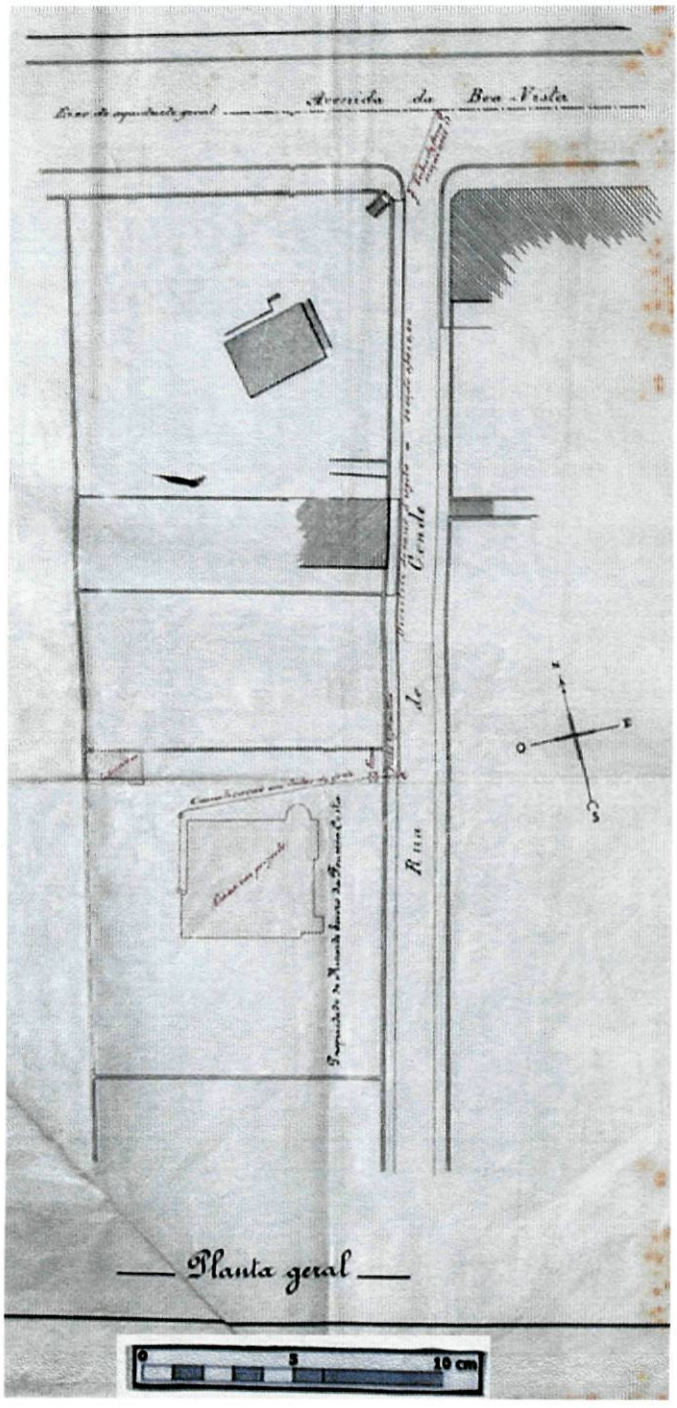
está no caso de ser concedida, obrigando-se o requerente ao cumprimento das posturas municipaes, e a depositar no cofre do municipio a quantia de quinze mil reis, para garantir a observancia d'essas posturas, estornando o mesmo [illegible] transito publico com a construcção do caes, e nunca estornando o transito da linha americana

Porto e Paços do Concelho, 3 de Abril de 1902

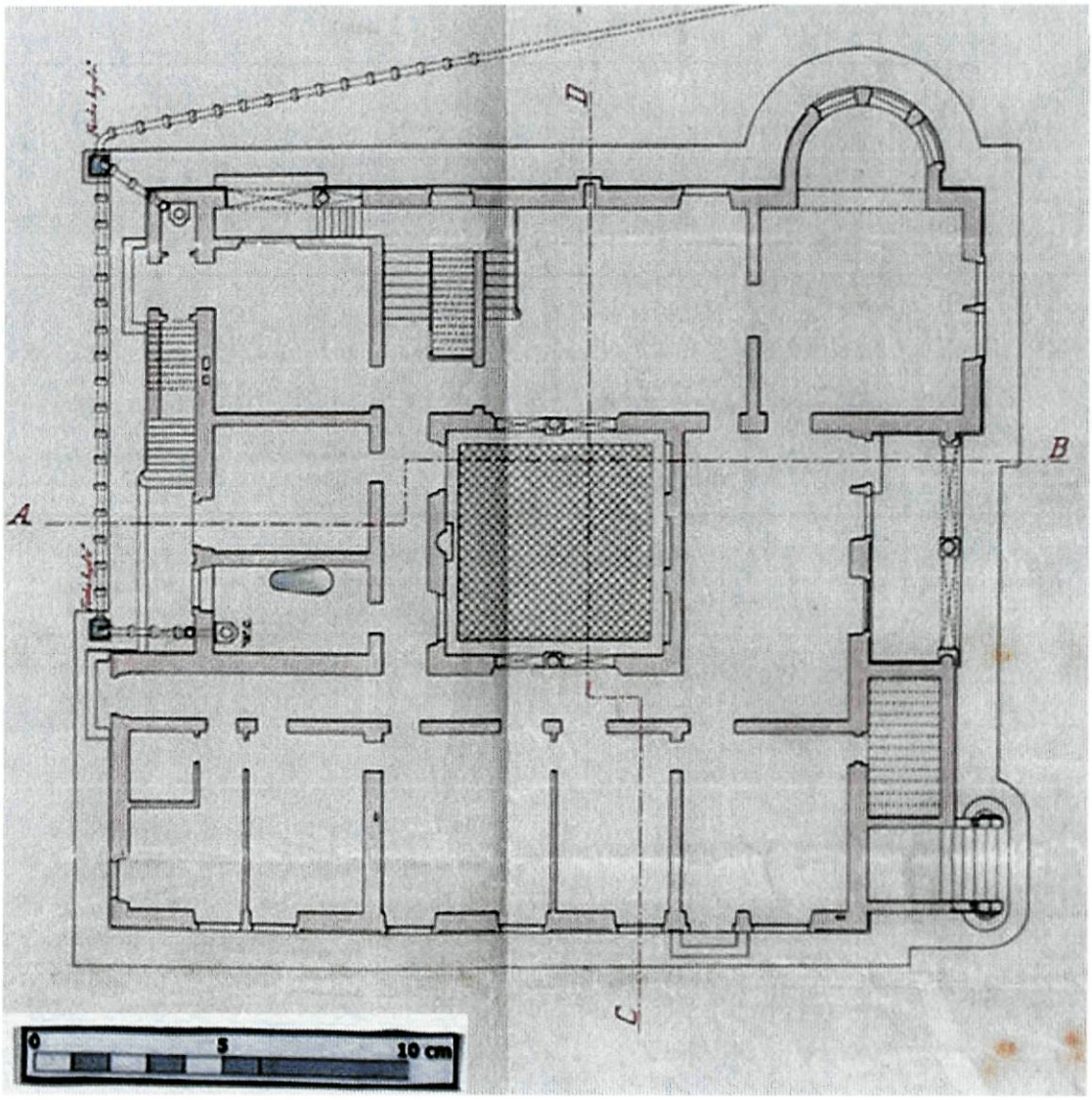
06 – Parecer dos técnicos da Câmara Municipal do Porto.



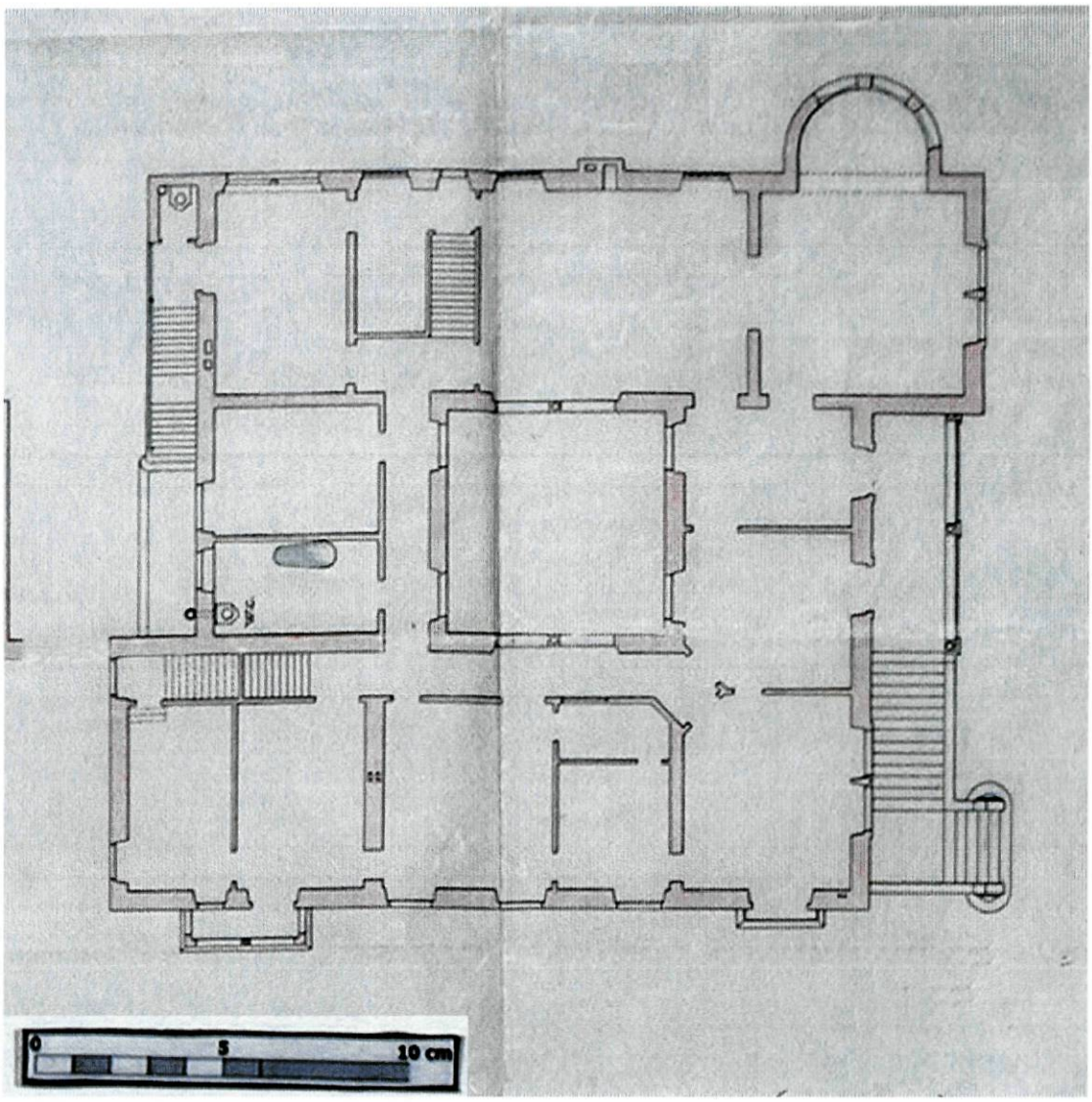
07 – Desenhos entregues à Câmara Municipal em 1902 para aprovação da construção da casa.



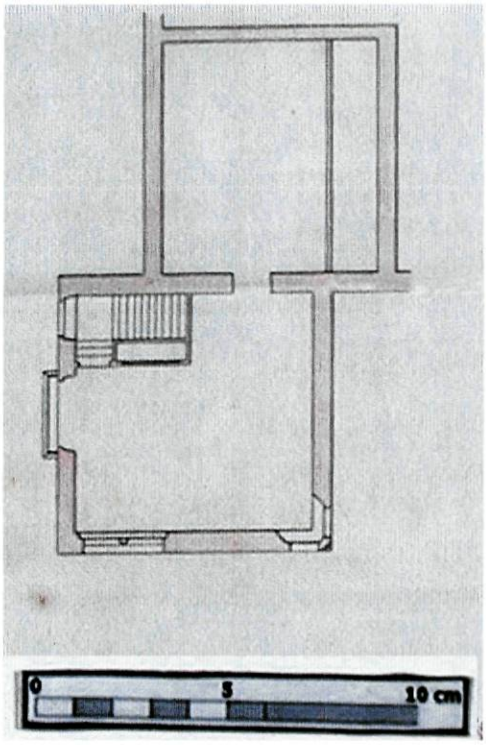
08 – Implantação.



09 – Planta rés-do-chão.



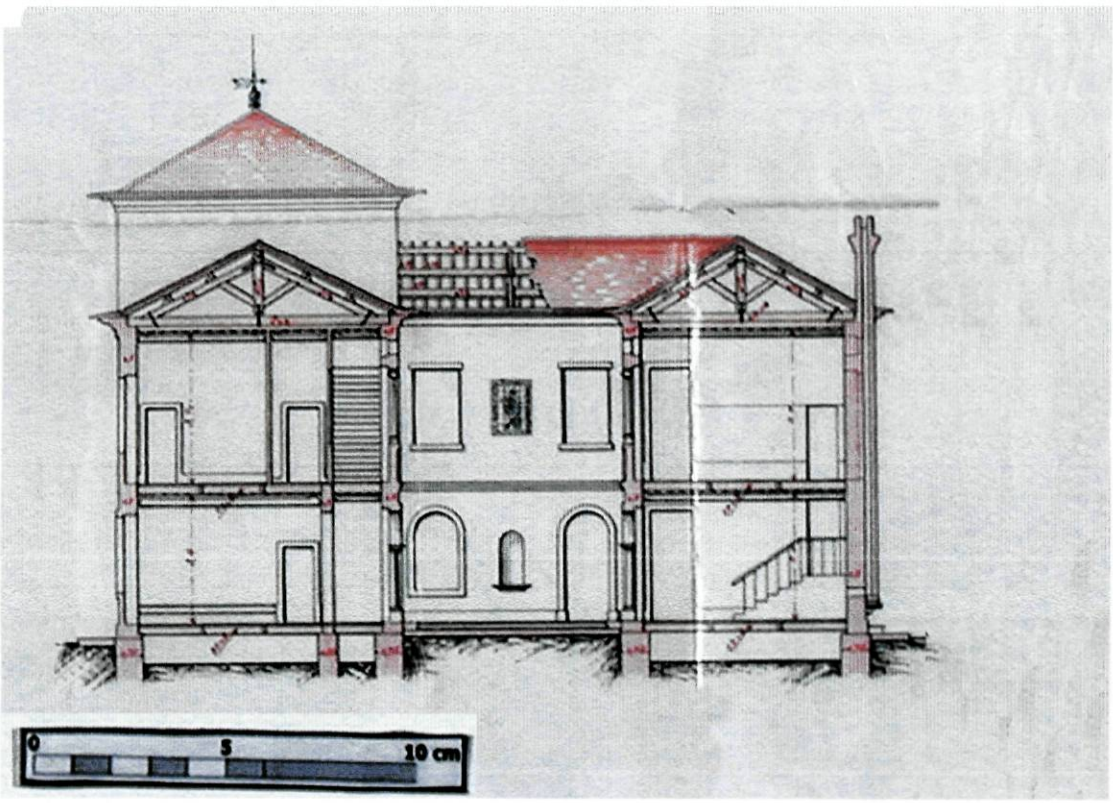
10 – Planta pavimento nobre.



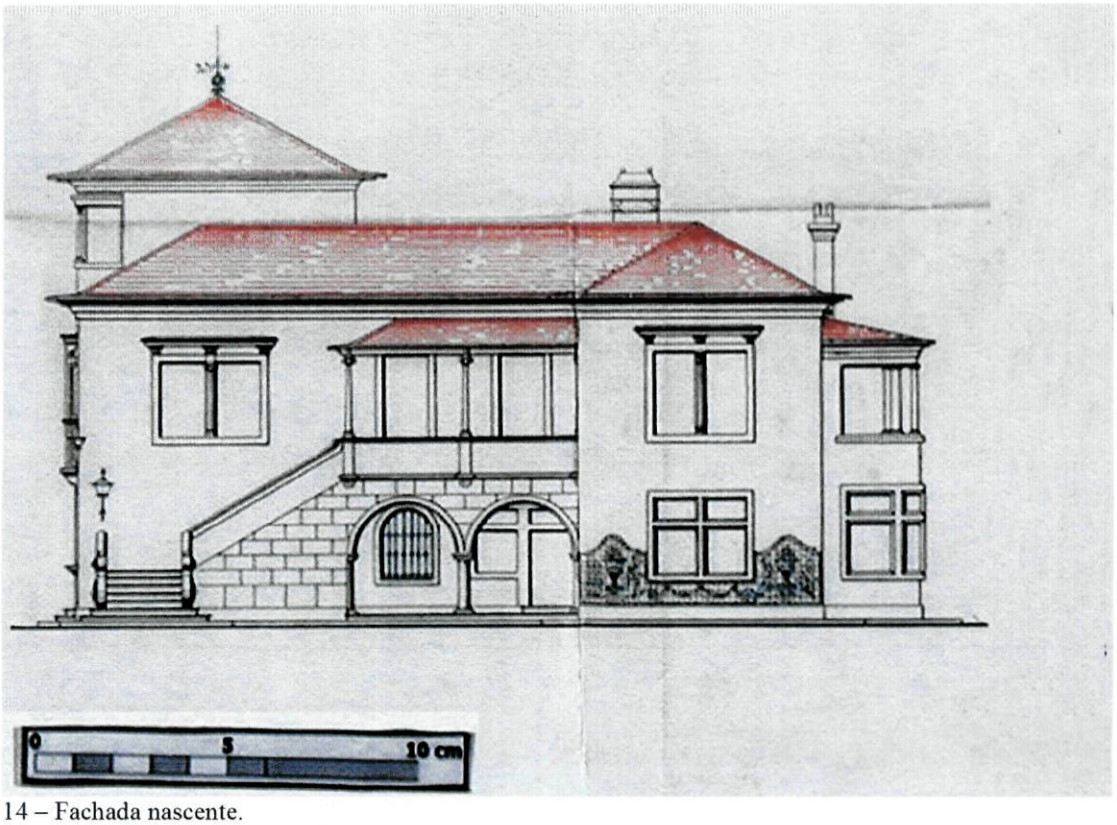
11 – Planta torre.



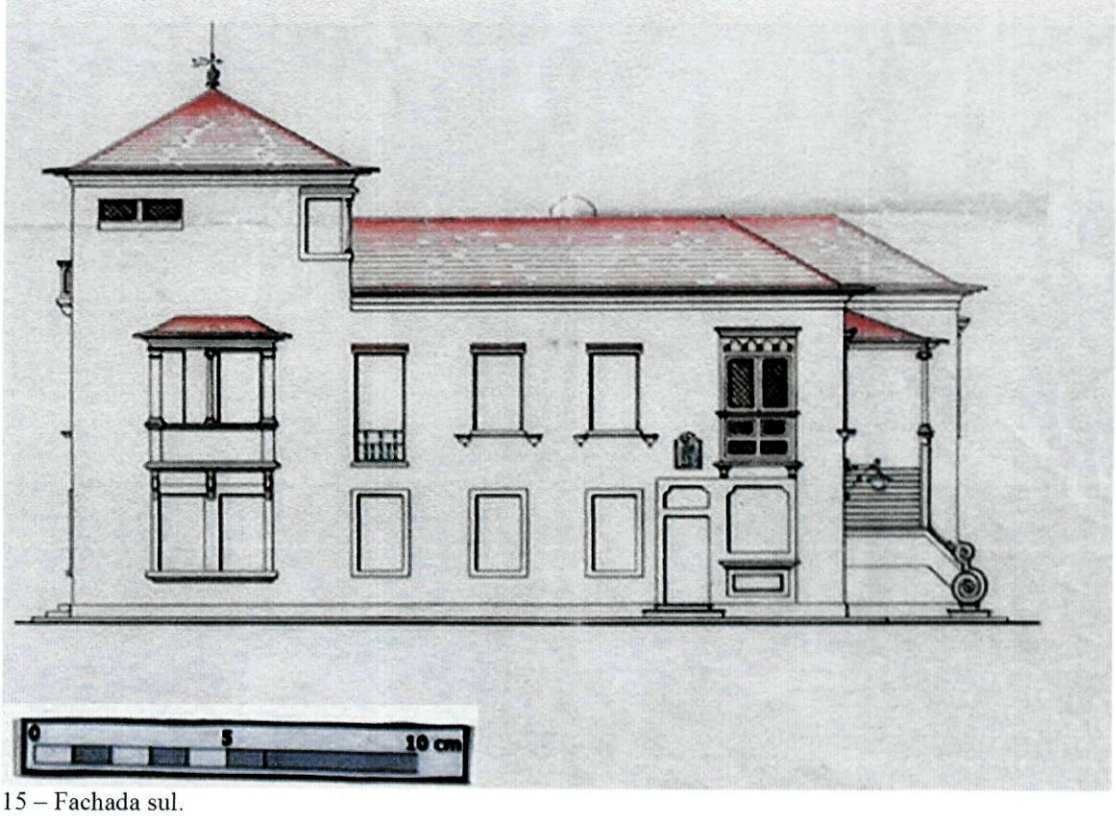
12 – Corte linha AB



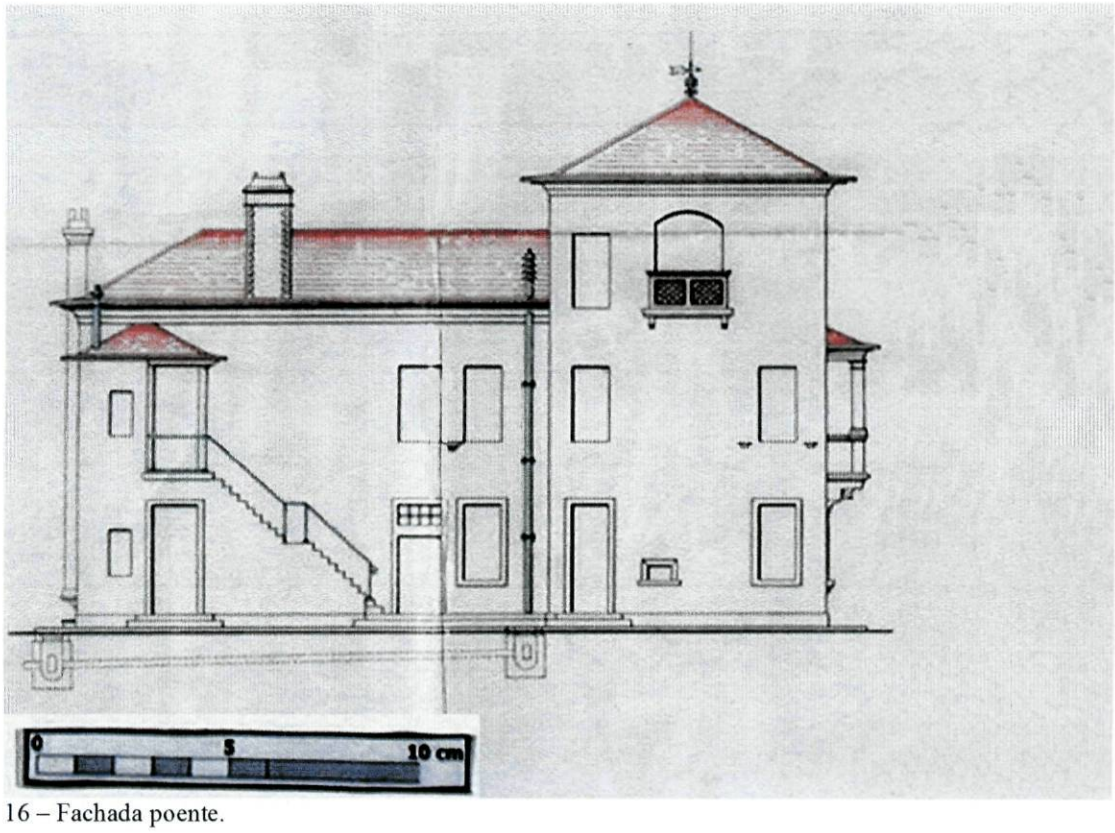
13 – Corte linha CD



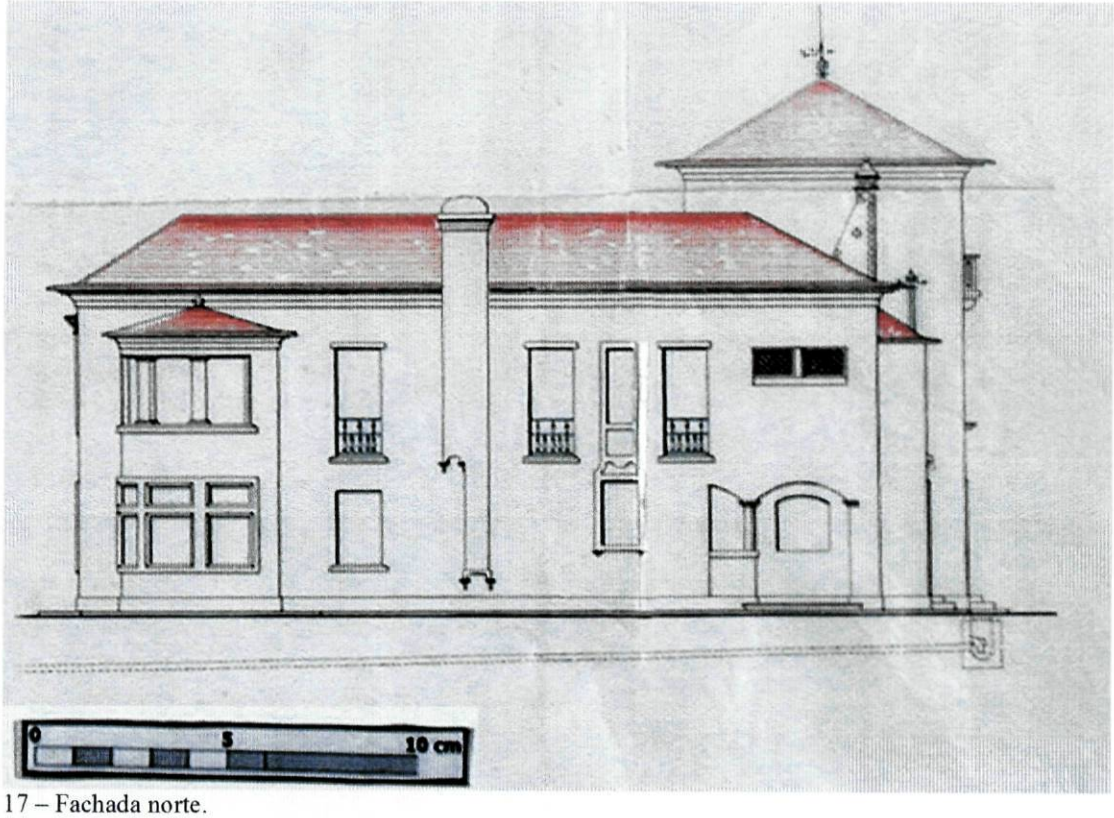
14 – Fachada nascente.



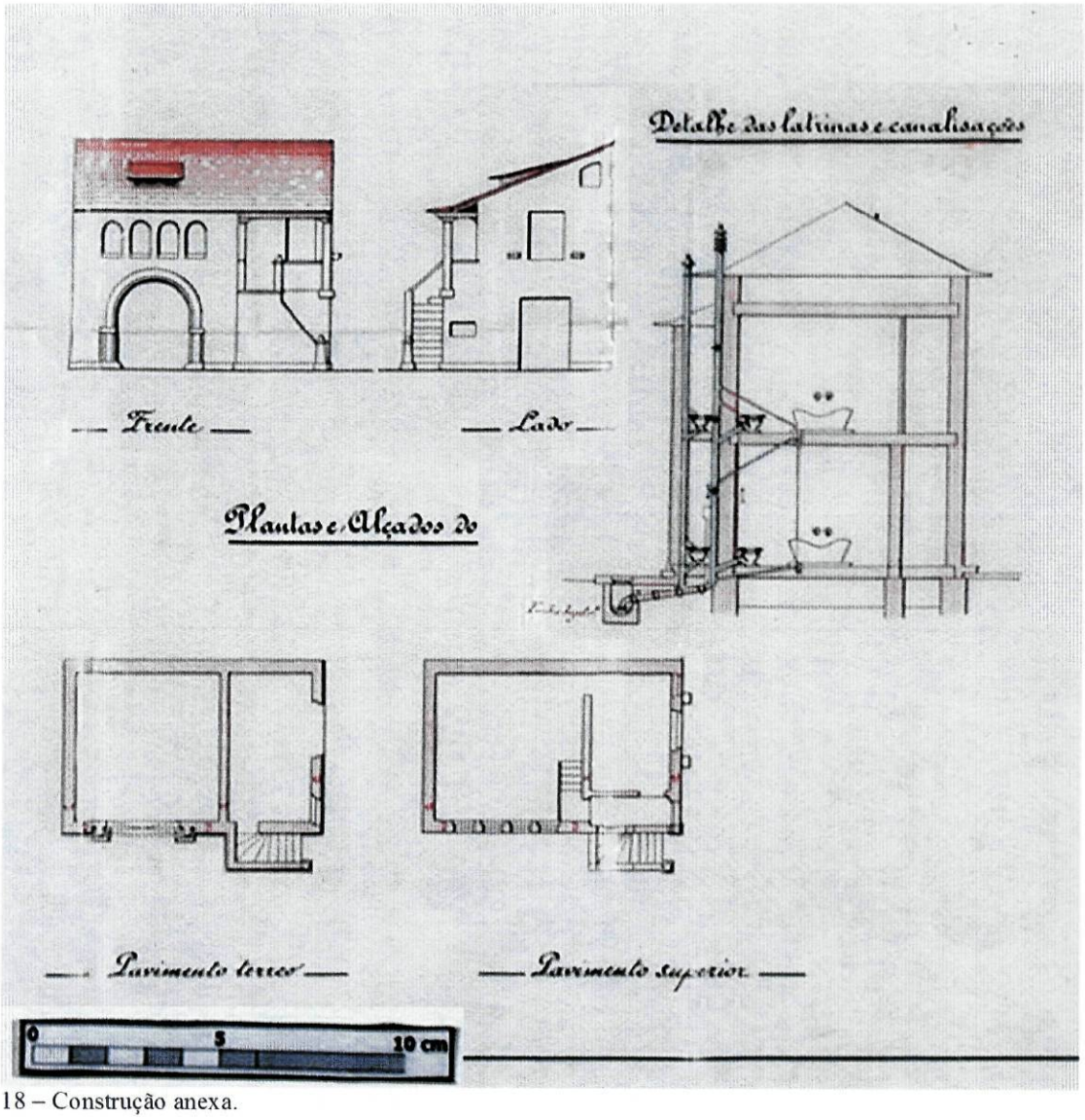
15 – Fachada sul.



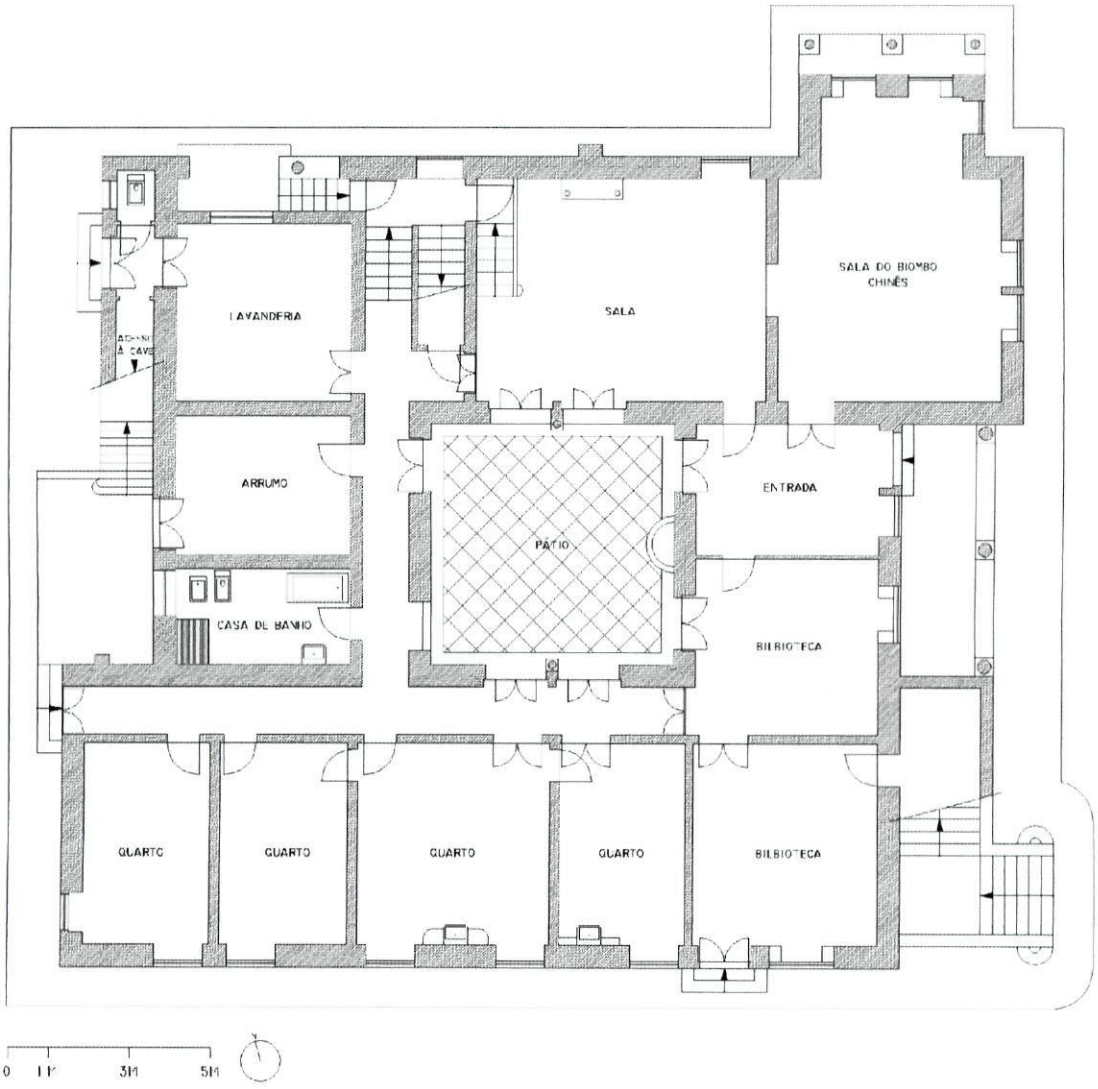
16 – Fachada poente.



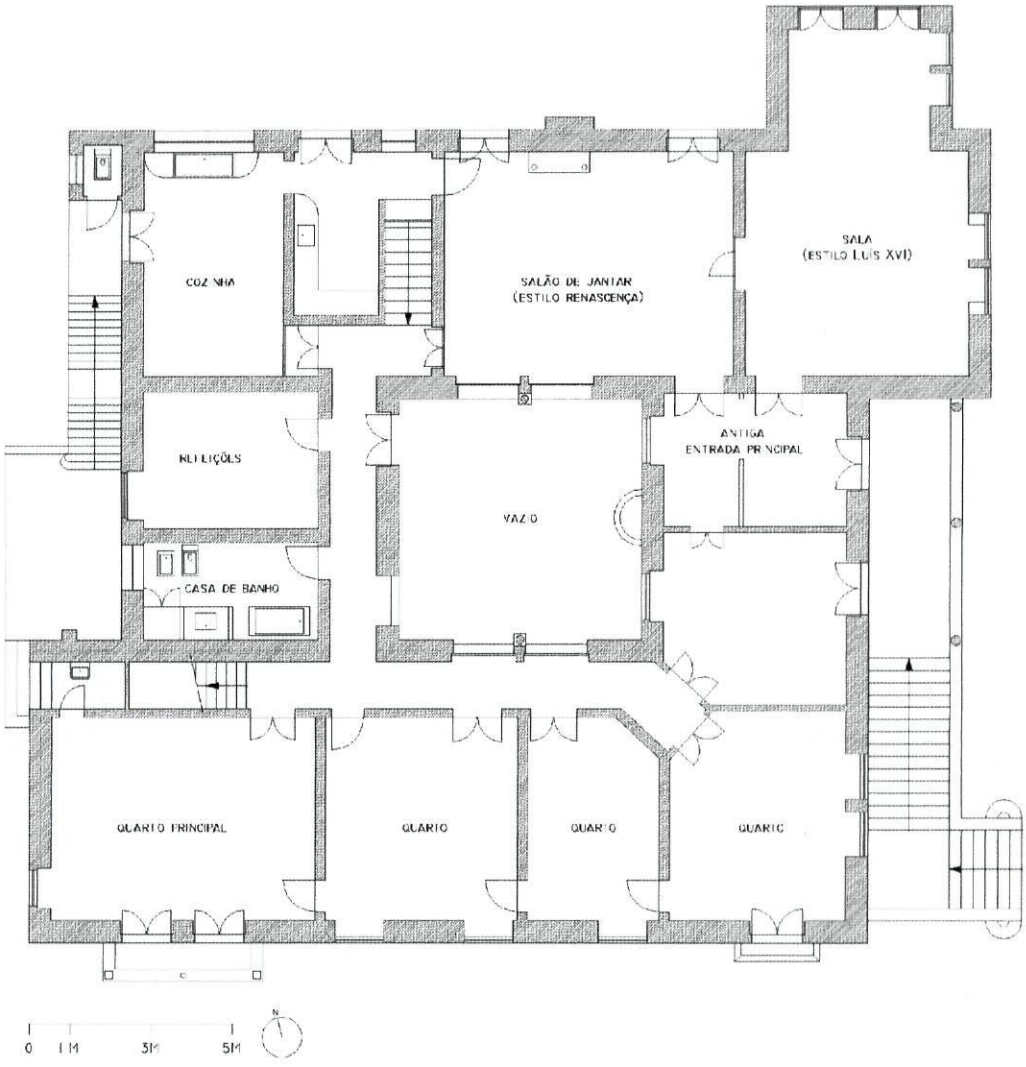
17 – Fachada norte.



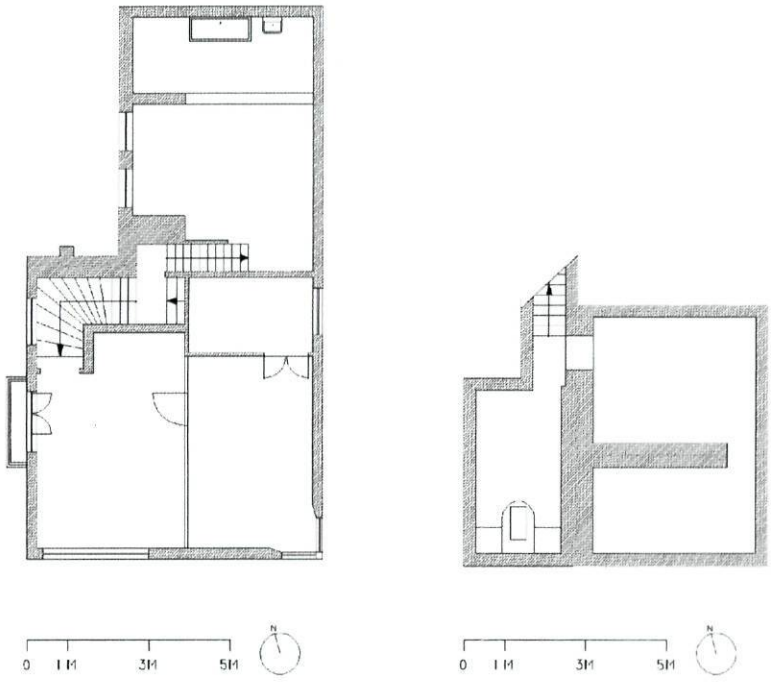
18 – Construção anexa.



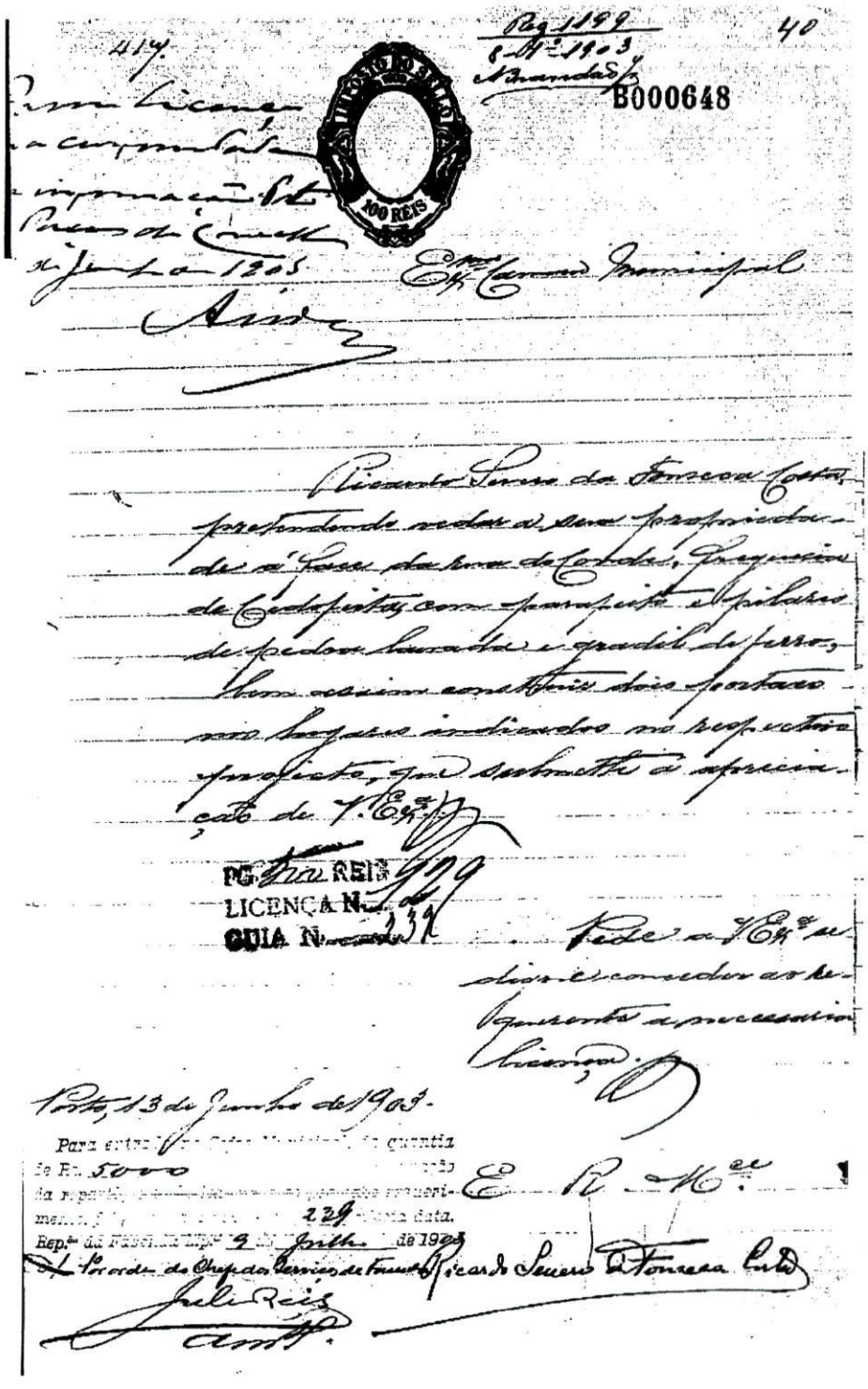
19 – Planta atual – Rés-do-chão.



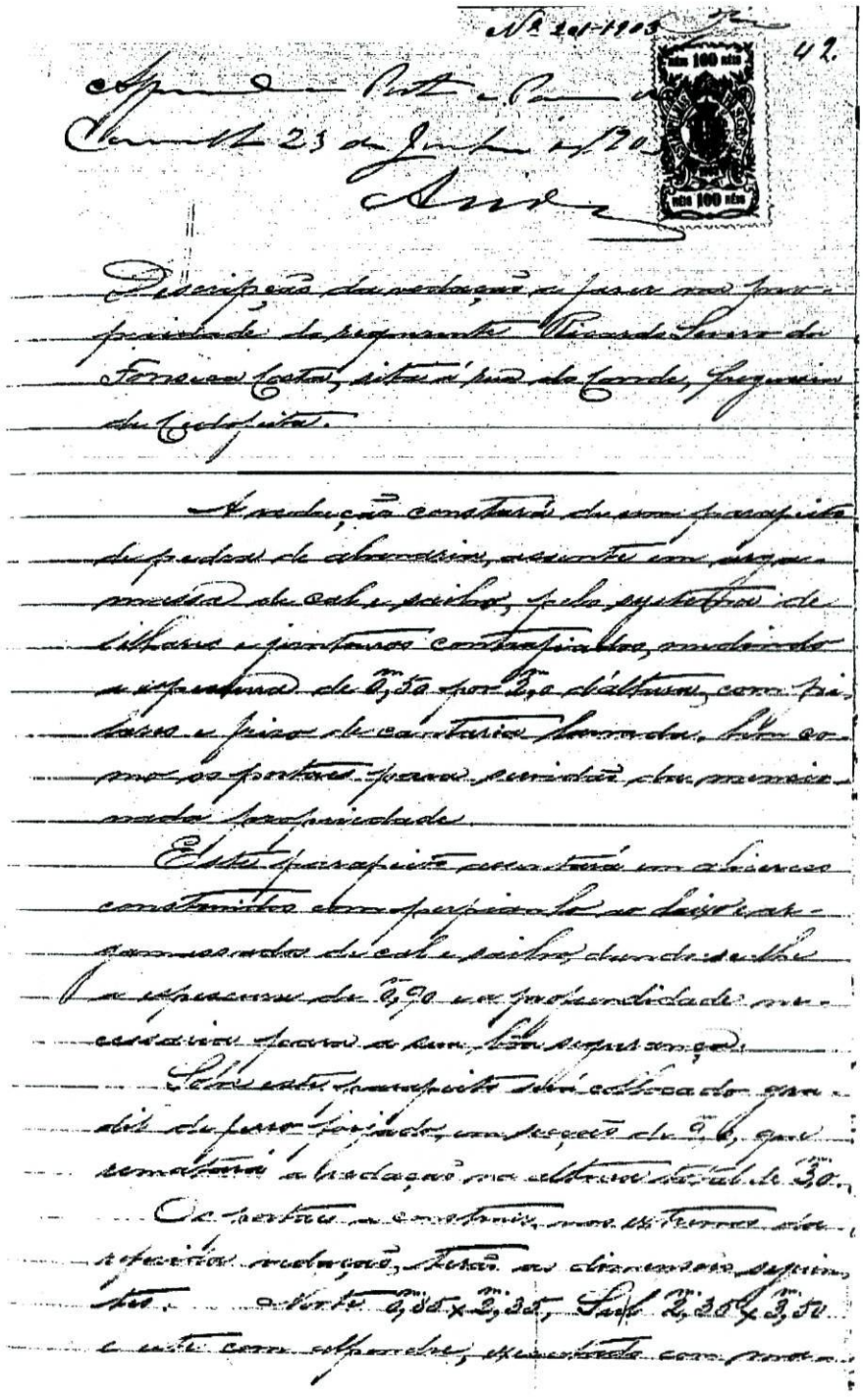
20 – Planta atual – Pavimento nobre.



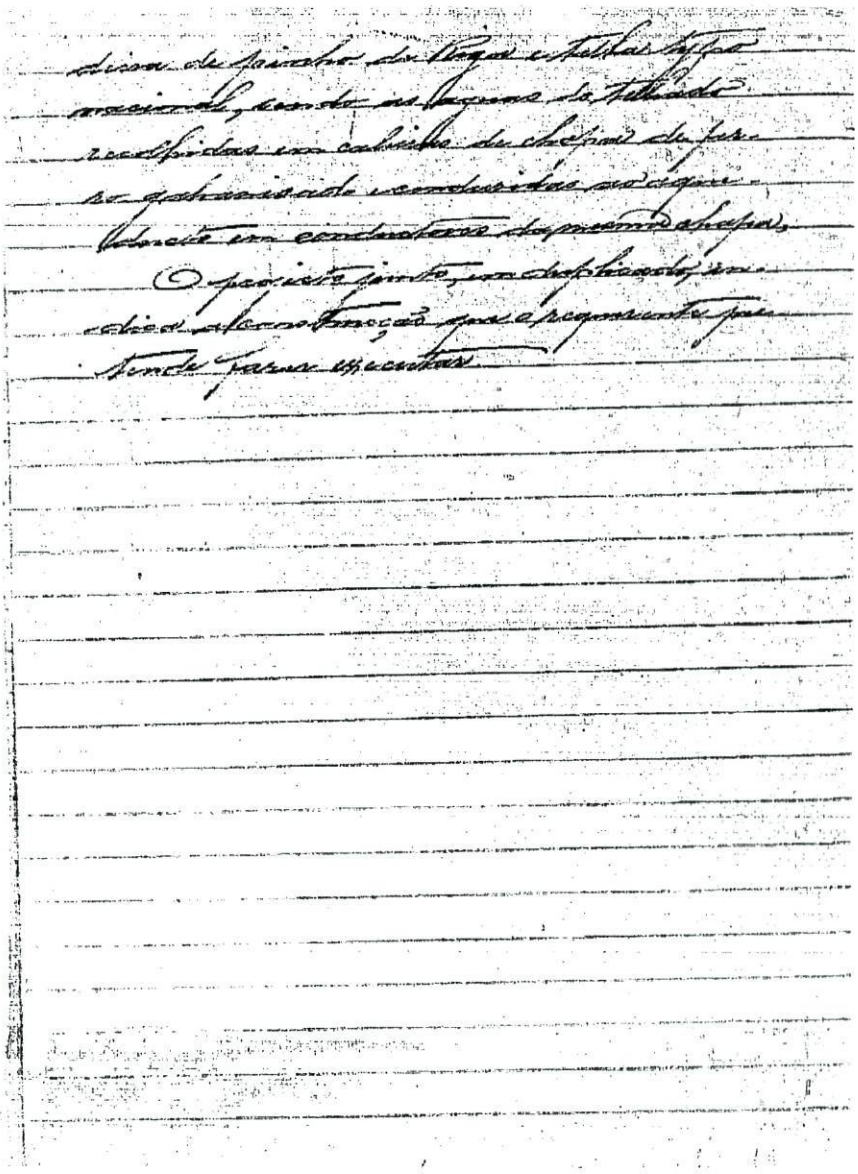
21 – Planta atual – À esquerda: torre. À direita: cave.



22 – Requerimento para a construção do muro entregue a Câmara Municipal do Porto em 1903.



23 – Memória descriptiva da construção do muro entregue a Câmara Municipal do Porto em 1903.



24 – Continuação.

Memoria descriptiva (transcrição)

Descripção da vedação a fazer na propriedade do requerente Ricardo Severo da Fonseca e Costa á rua do Conde, freguesia de Cedofeita.

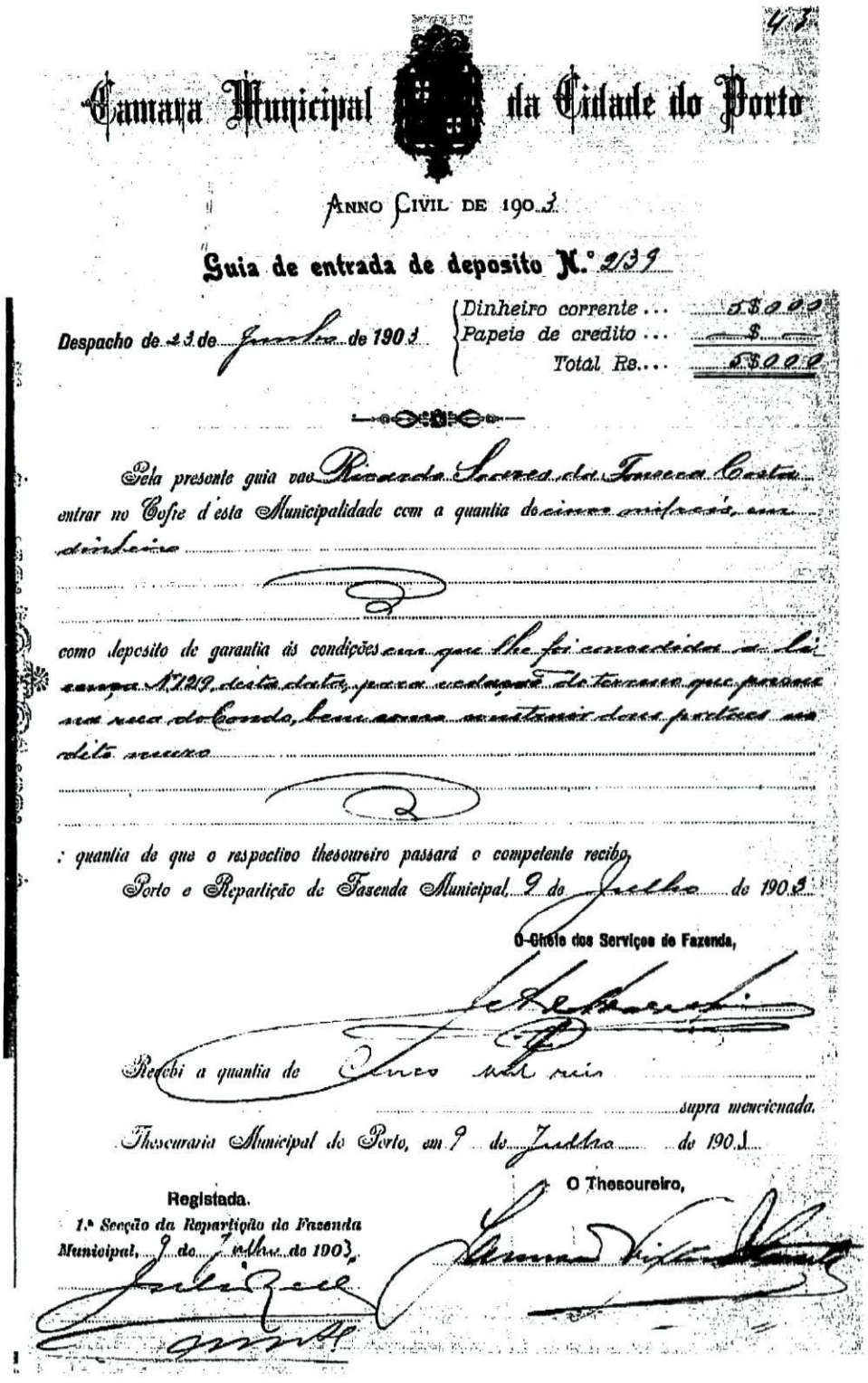
A vedação constará de um parapeito de pedra de alvenaria, assente em argamassa de cal e saibro, pelo systema de silhares e juntamos contrafiado, medindo a espessura de o,50m por 2,00m d´altura, com piulares de frizo de cantaria lavrada, bem como os portaes para servidão da mencionada propriedade.

Este parapeito assentará em alicerces construídos com perpianho baixo e argamassado de cal e saibro, dando-se-lhe a espessura de 0,90 e a profundidade necessária para sua boa segurança.

Sobre este parapeito será collocado gradil de ferro forjado, em secção de 9,0 m, que rematarão a vedação na altura total de 3,0m.

Os portaes a construir, nos extremos da referida vedação, terão as dimensões seguintes: Norte 0,85m x 2,35m, sul 2,35m x 3,50m e este com alpendre, executado com madeira de pinho de Riga e telha typo vacional, sendo as águas do telhado recolhidas em caleiras de chapa de ferro galvanizado e conduzidos ao aqueducto em condutores da mesma chapa.

O projecto junto, em duplicado, indica a construção que o referente pretende fazer executar.



Camara Municipal da Cidade do Porto

Anno Civil de 1903

Guia de entrada de deposito N.º 2139

Despacho de 4 de Julho de 1903

Dinheiro corrente ... 5$000
Papeis de credito ... $
Total Rs.... 5$000

Pela presente guia vae Ricarda Soares da Fonseca Castro entrar no Cofre d'esta Municipalidade com a quantia de cinco mil reis, em dinheiro

como deposito de garantia ás condições com que lhe foi concedida a Lei camara N.º 129 de 16 de Julho, para a collocação de 10 varas que pretende ter na rua do Conde, sem prejuizo da conservação dos passeios no dito sitio

: quantia de que o respectivo thesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal 9 de Julho de 1903

O Chefe dos Serviços de Fazenda,

Recebi a quantia de cinco mil reis supra mencionada.

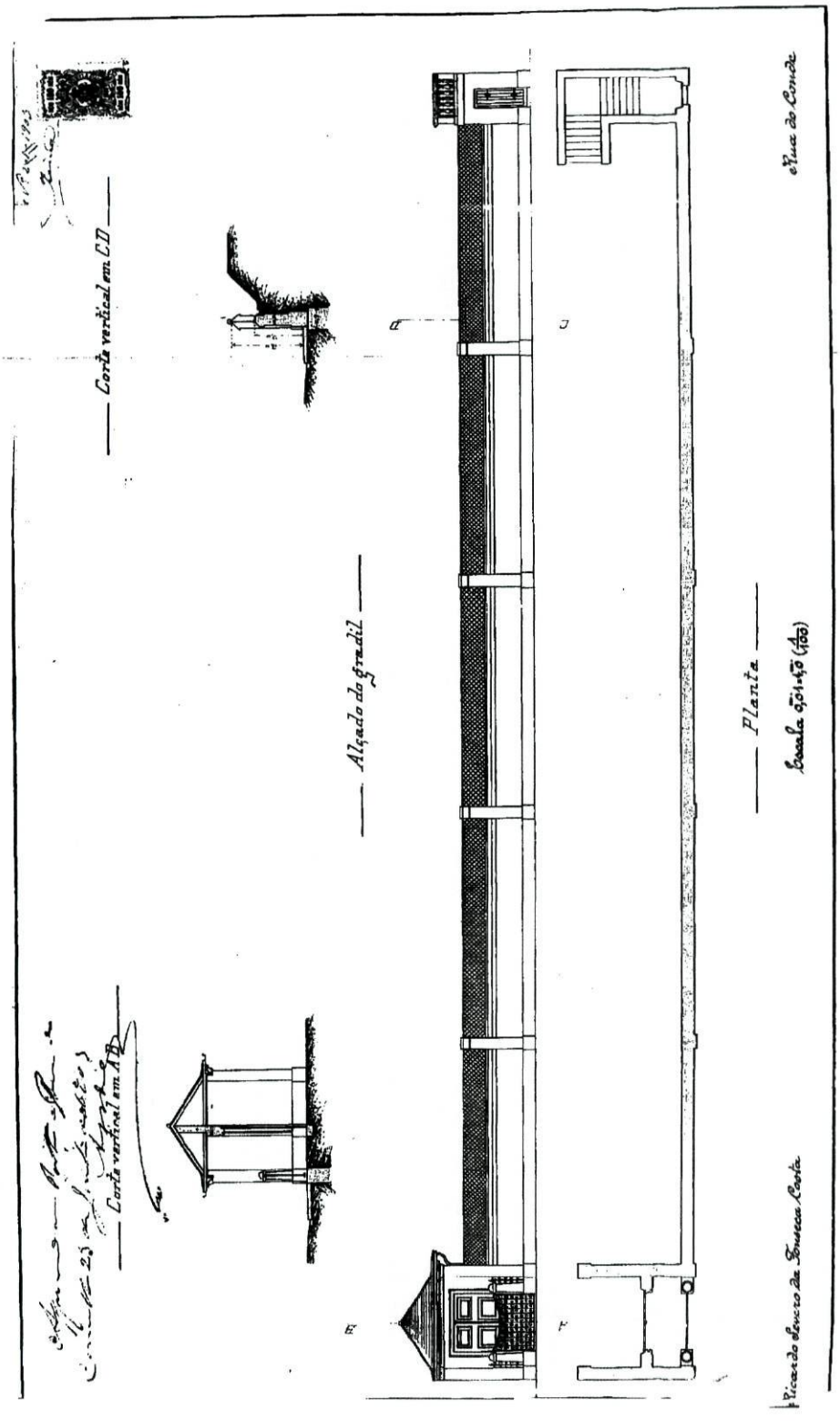
Thesouraria Municipal do Porto, em 9 de Julho de 1903

O Thesoureiro,

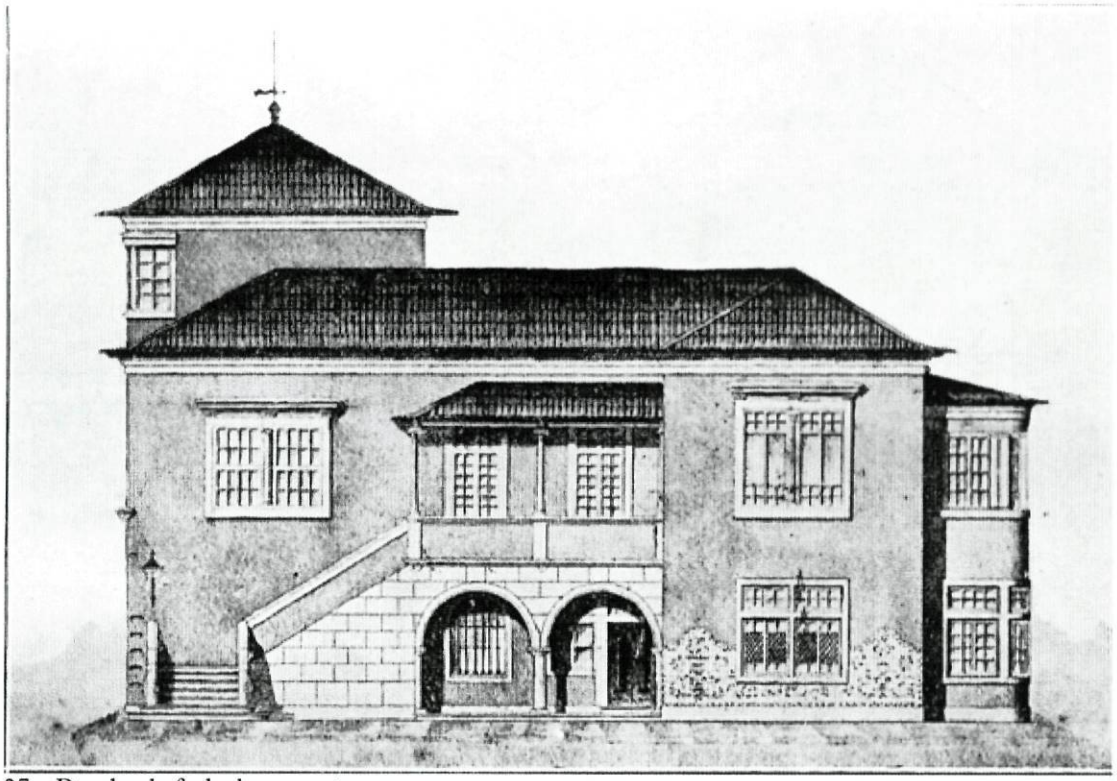
Registada.

1.ª Secção da Repartição de Fazenda Municipal, 9 de Julho de 1903.

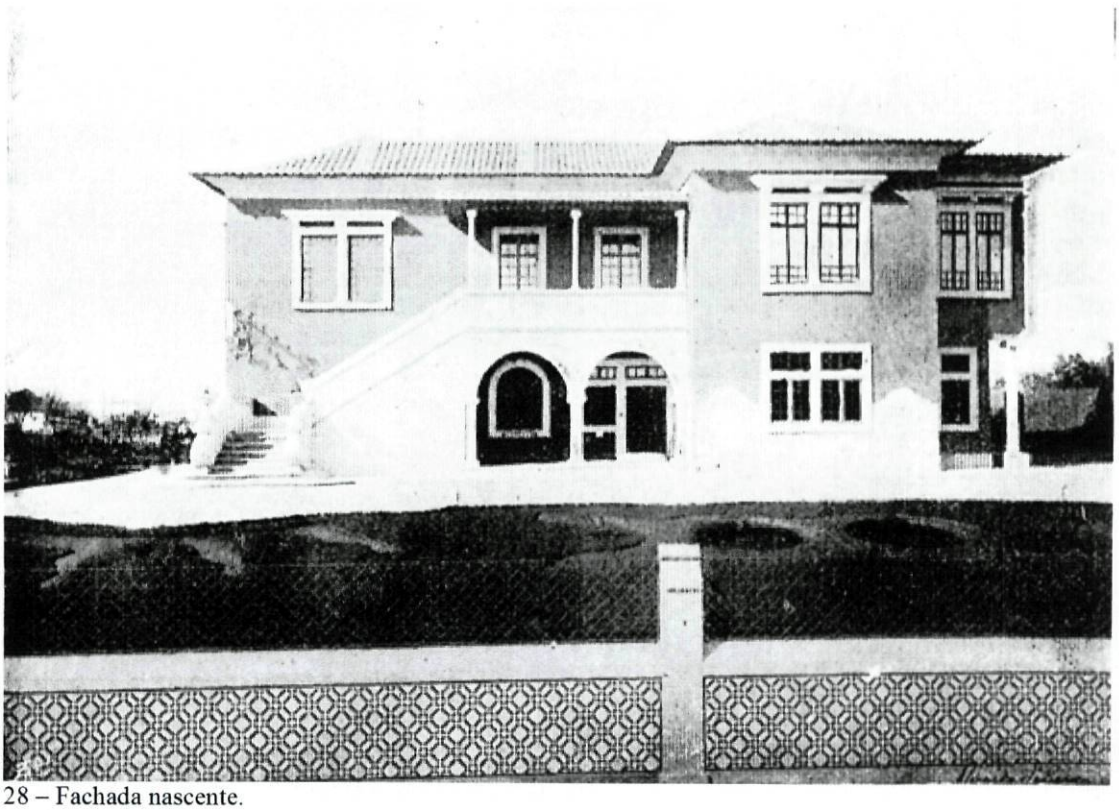
25 – Guia de pagamento do pedido de requerimento de construção do muro.



26 – Desenhos entregues à Câmara Municipal em 1903 para aprovação da construção do muro.



27 – Desnho da fachada nascente.



28 – Fachada nascente.



29 – Fachada nascente.



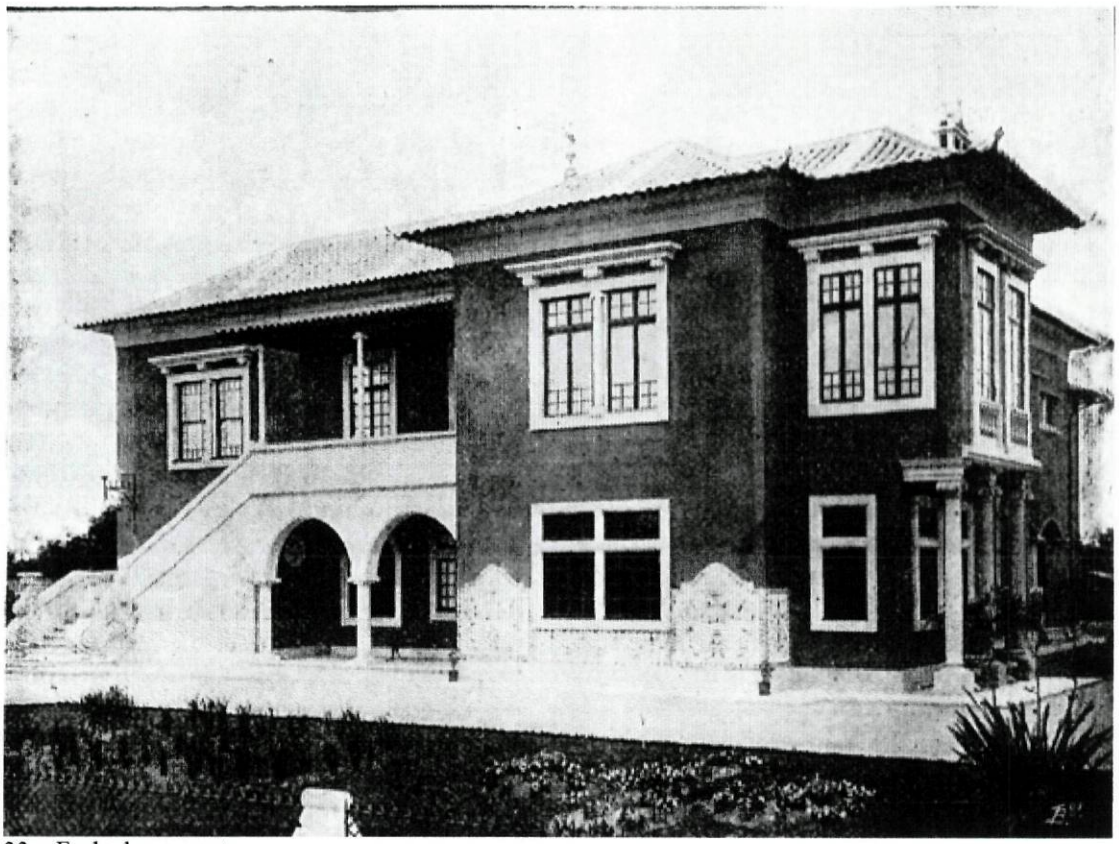
30 – Fachadas sul e nascente.



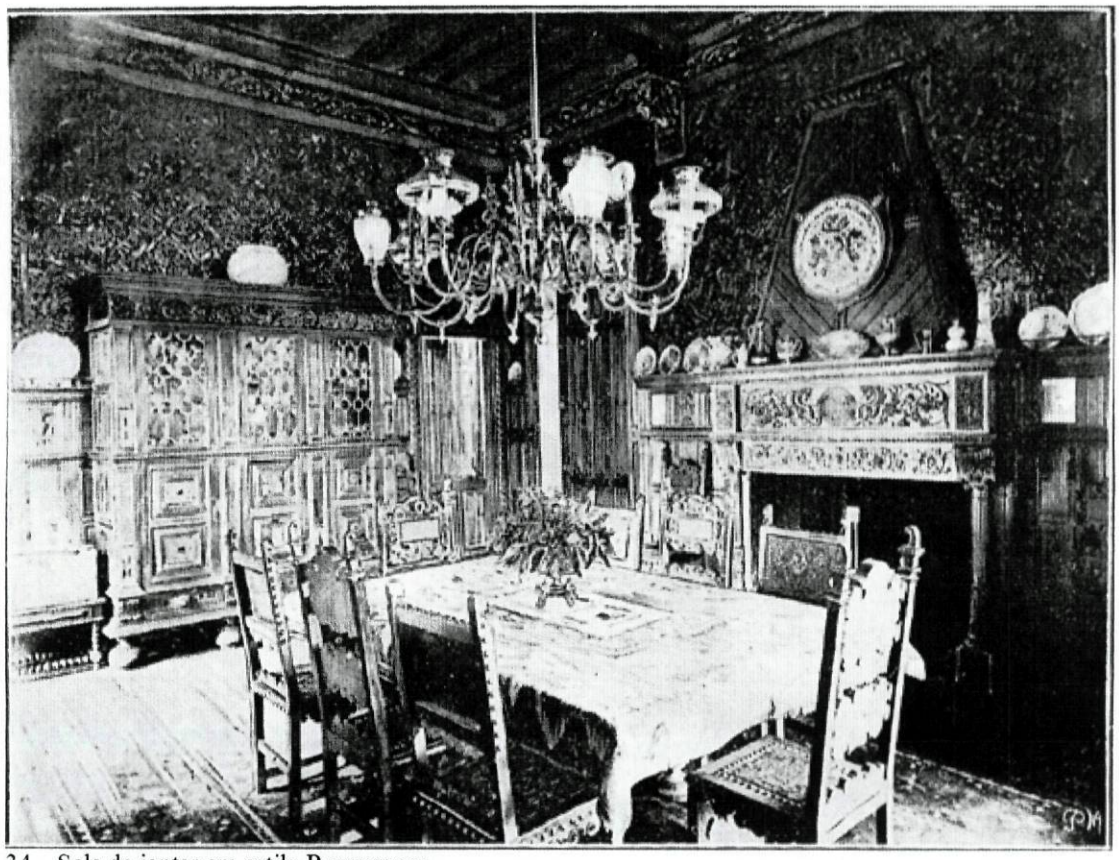
31 - Fachadas sul e nascente.



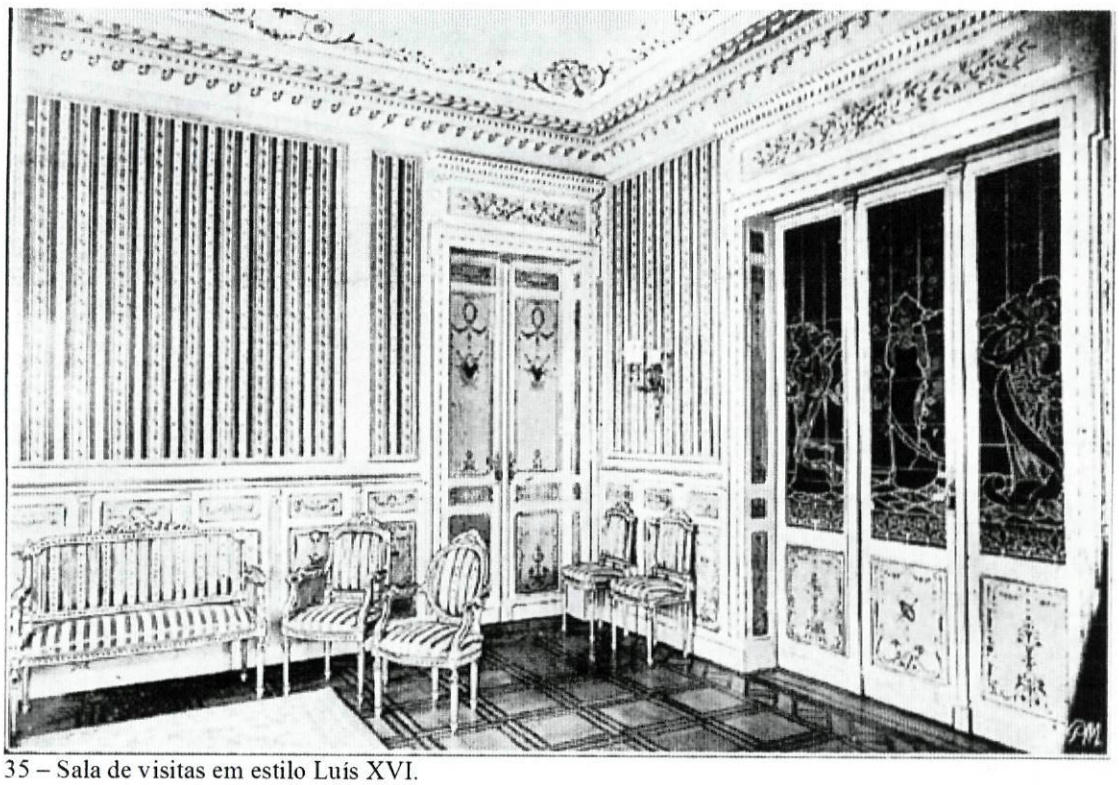
32 - Fachadas sul e nascente.



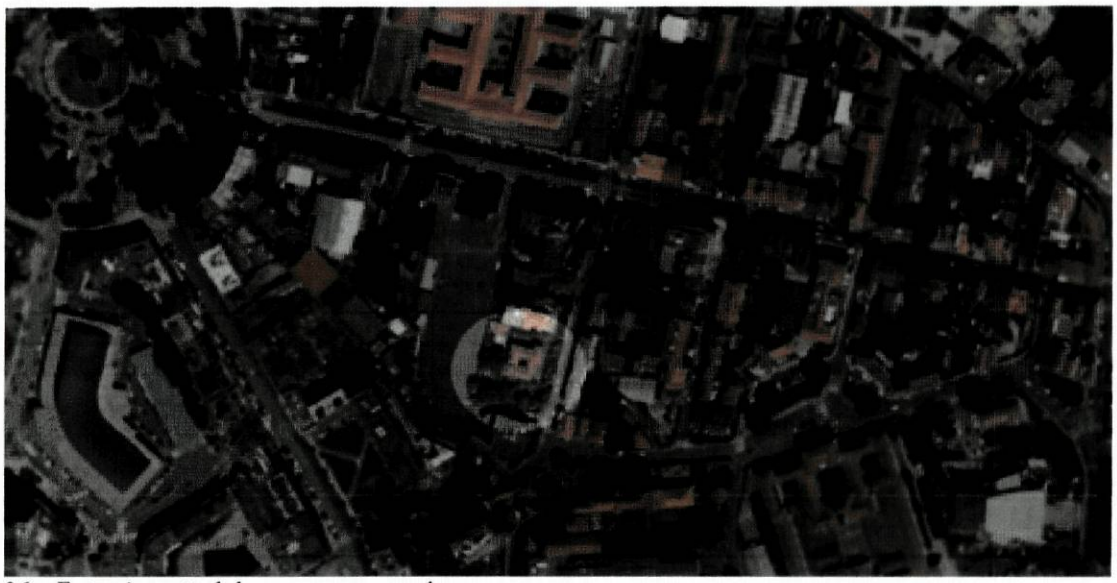
33 – Fachada nascente.



34 – Sala de jantar em estilo Renascença.



35 – Sala de visitas em estilo Luís XVI.



36 – Foto aérea atual da casa e seus arredores.



37 – A casa e seu entorno.



38 – Rua Ricardo Severo.



39 – Rua Ricardo Severo.



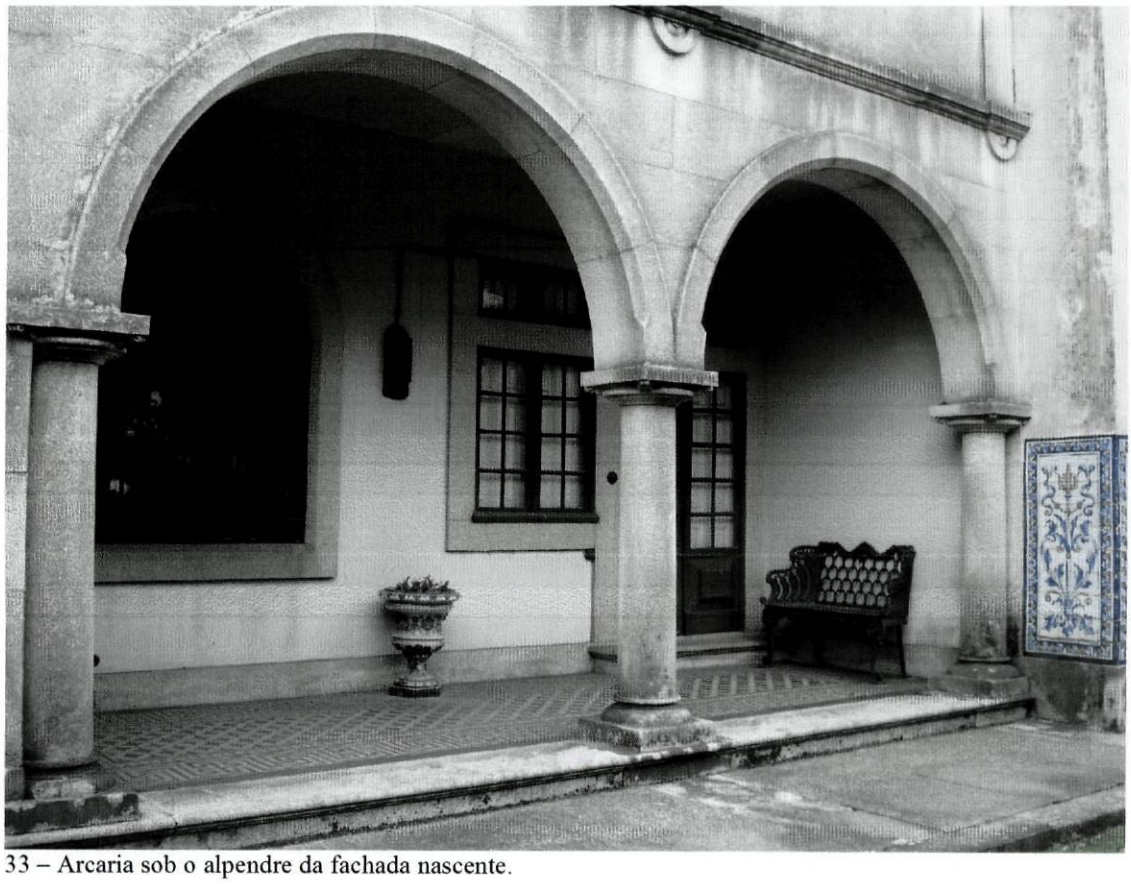
40 – Fachada nascente.



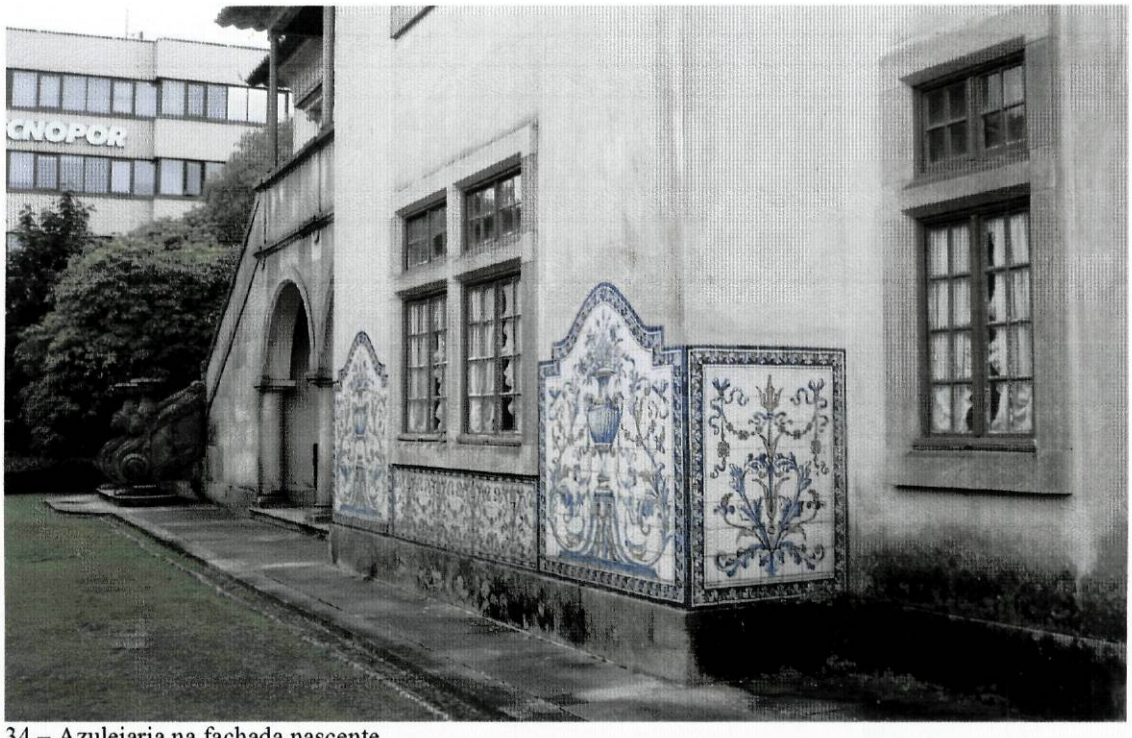
31 – Fachada nascente.



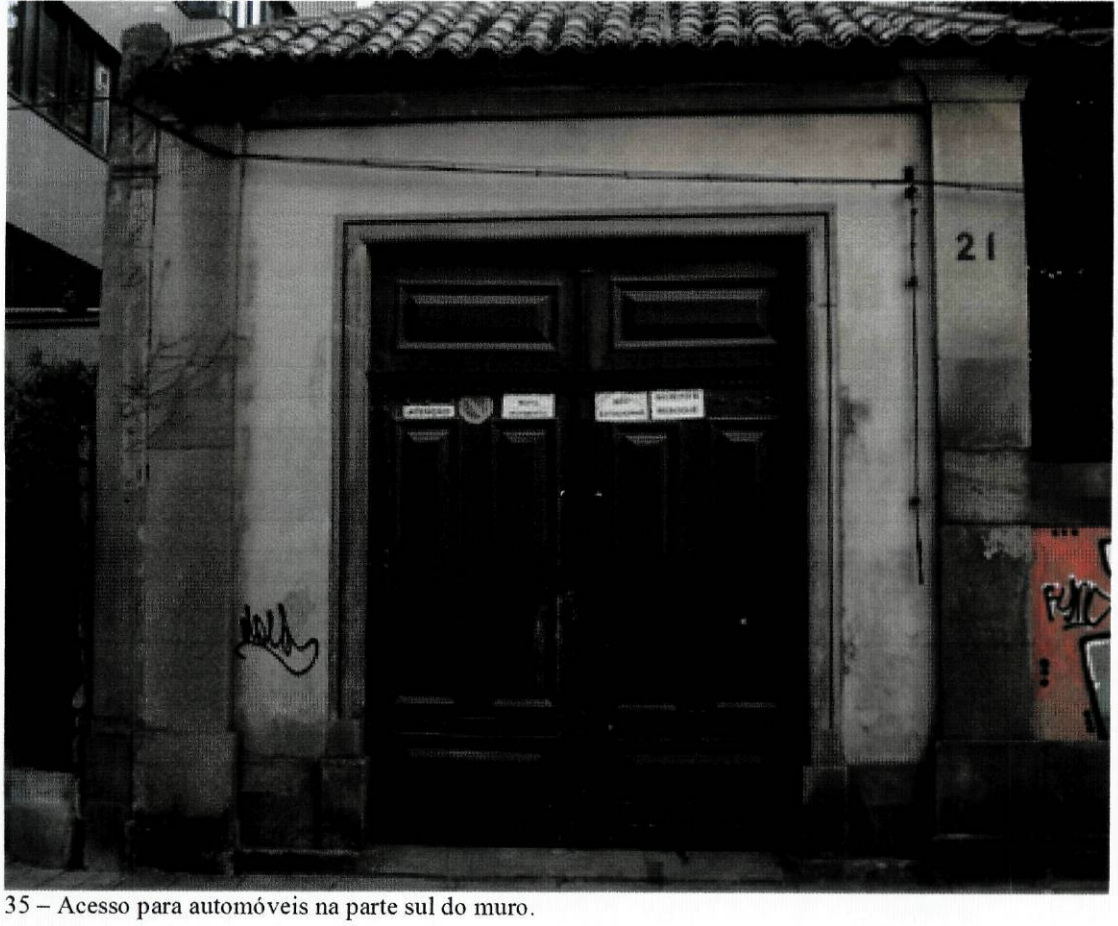
32 – Escadaria exterior na fachada nascente.



33 – Arcaria sob o alpendre da fachada nascente.



34 – Azulejaria na fachada nascente.



35 – Acesso para automóveis na parte sul do muro.





36 e 37 – Volume saliente na fachada norte.



38 – Fachada norte.



39 – Fachadas norte e poente.



40 – Entrada na fachada norte.



41 – Fachadas poente e sul.



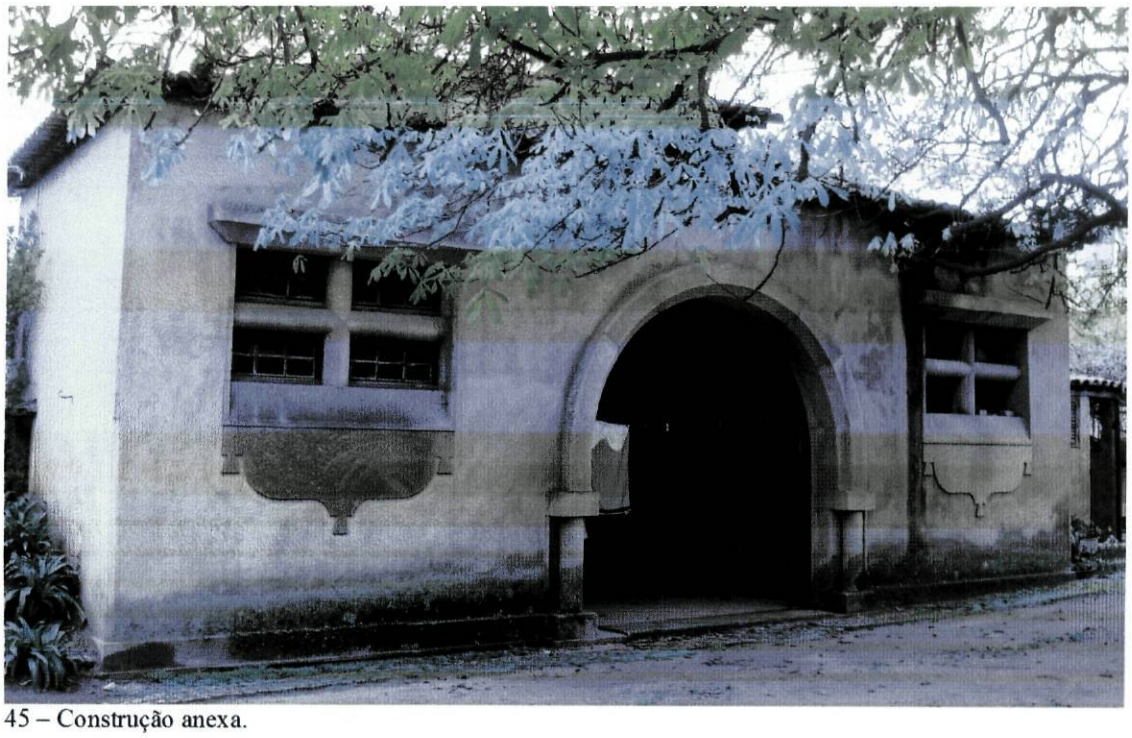
42 – Cobertura na fachada poente.



43 – Gelosia.



44 – Construção anexa.



45 – Construção anexa.



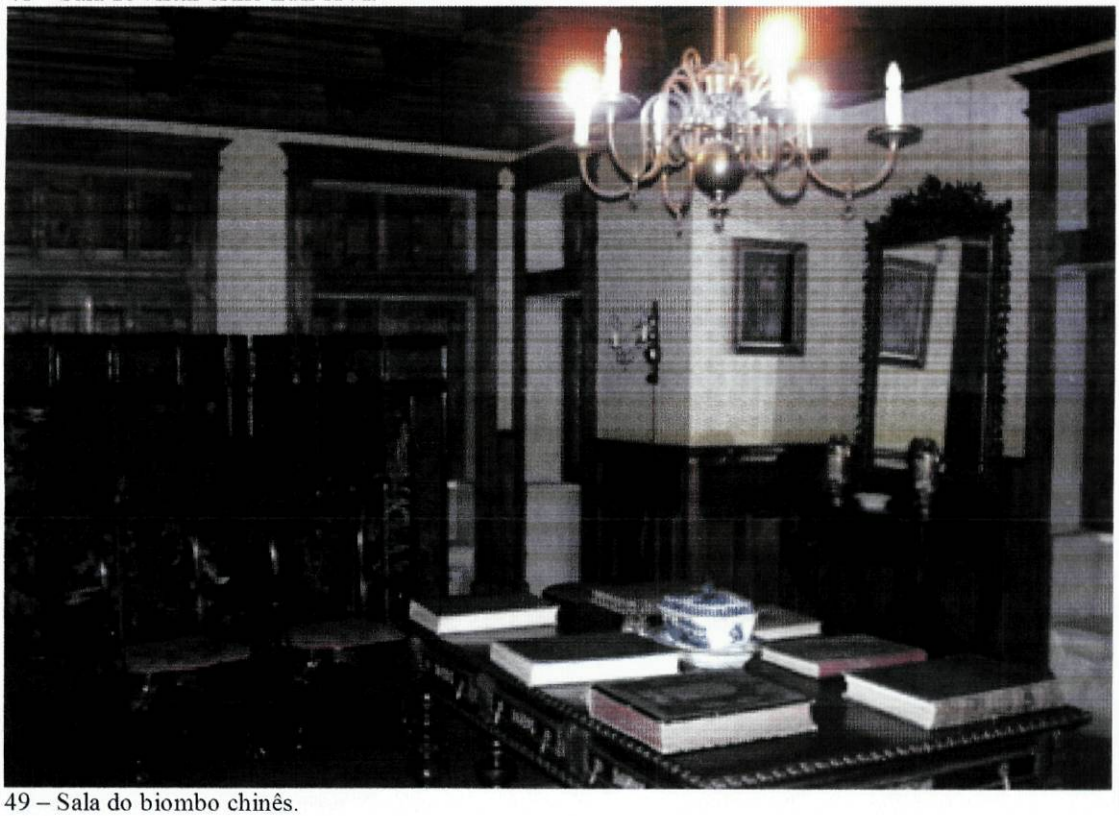
46 – Sala de jantar em estilo Renascença.



47 – Detalhe com as iniciais de Ricardo e Francisca no fogão-de-sala da sala de jantar.



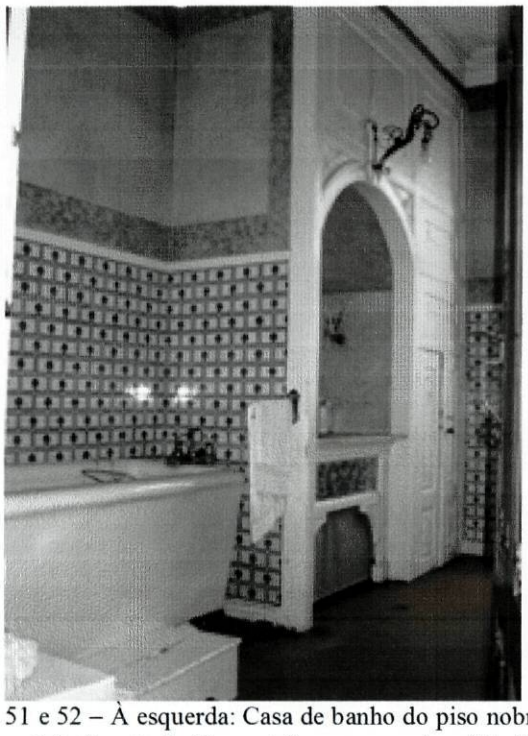
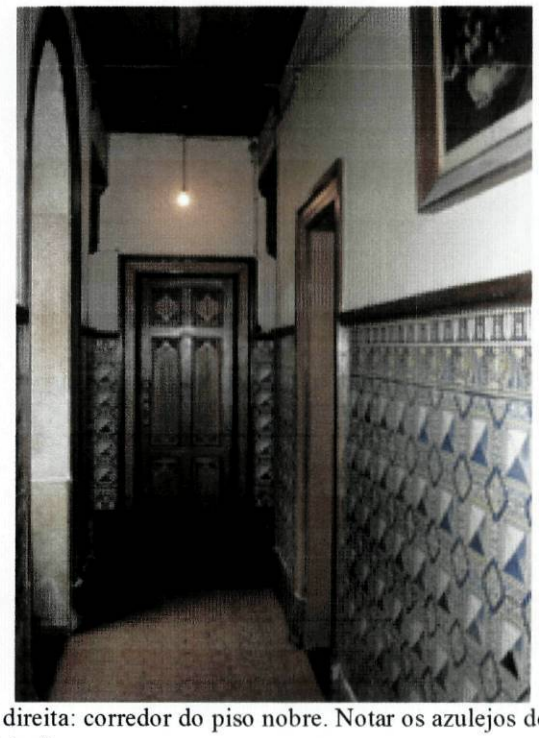
48 – Sala de vistas estilo Luís XVI.



49 – Sala do biombo chinês.



50 – Fogão-de-sala com o brasão da família Pinto de Mesquita na sala de visitas no rés-do-chão.

51 e 52 – À esquerda: Casa de banho do piso nobre. À direita: corredor do piso nobre. Notar os azulejos de padrão "ponta de diamante", com cercadura "dente de lobo".



53 – Quarto principal.



54 – Pátio central. Aberturas criadas por António Pedro Pinto de Mesquita.

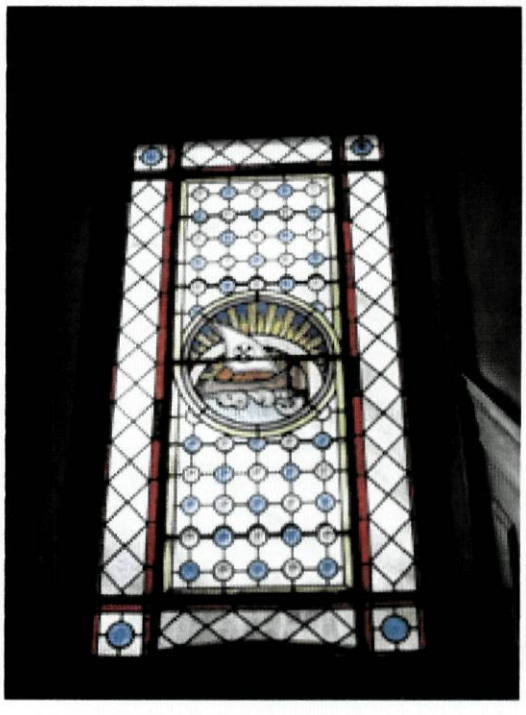


55 – Pátio central.

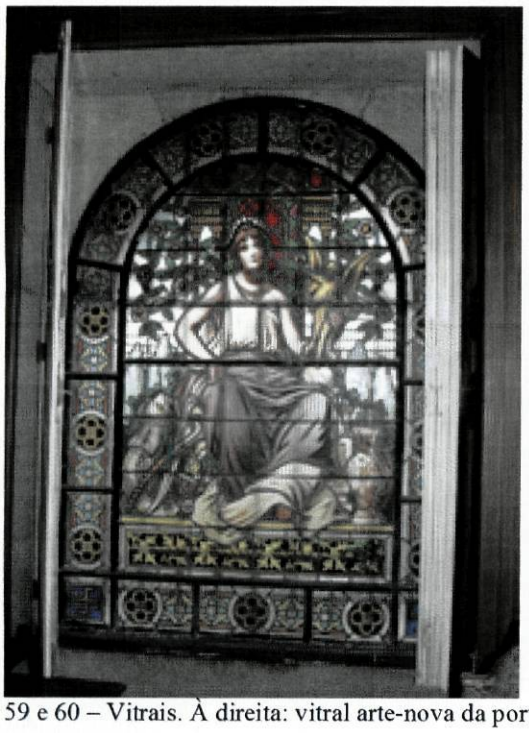


56 – Pátio central.





57 e 58 – Vitrais.





59 e 60 – Vitrais. À direita: vitral arte-nova da porta que separa a sala de jantar da sala de visitas.

Luiz Alberto Fresl Backheuser
www.back.arq.br | back@back.arq.br